

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS

DISSERTAÇÃO

O Orçamento como Instrumento de Planejamento na Gestão de Políticas
Públicas: o Caso da Assistência Estudantil na UFRRJ

Ronaldo Raasch

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS**

**O ORÇAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO NA
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA UFRRJ**

RONALDO RAASCH

Sob a orientação do Professor
Saulo Barbará de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Curso de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios, Área de Concentração em Gestão e Estratégia

Seropédica - RJ
Março de 2012

379.26098153

R111o

T

Raasch, Ronaldo, 1968-

O orçamento como instrumento de planejamento na gestão de políticas públicas : o caso da assistência estudantil na UFRRJ/ Ronaldo Raasch. - 2012.

238 f.: il.

Orientador: Saulo Barbará de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios.

Bibliografia: f. 165-171.

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Dotação e dispêndios - Teses. 2. Universidades e faculdades - Finanças - Brasil - Teses. 3. Estudantes universitários - Auxílio - Teses. 4. Política pública - Brasil - Teses. I. Oliveira, Saulo Barbará de, 1948-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS

RONALDO RAASCH

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios, área de Concentração em Gestão e Estratégia em Negócios.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 09/03/2012.

Saulo Barbará de Oliveira. Dr. UFRRJ
(Orientador)

Nidia Majerowicz. Dr^a. UFRRJ
(Membro)

Sergio de Mattos Hilst. Dr. UFF
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado representa um enorme esforço de pesquisa e um desafio de disciplina que somente com a colaboração de muitas pessoas podem ser superados. Não tenho, infelizmente, como agradecer formalmente a todos neste espaço.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de ter feito este curso.

A minha mãe (in memoriam) e meu pai agradeço por desde cedo terem me incentivado nos estudos.

Ao professor Saulo Barbará de Oliveira, meu orientador, agradeço por seu empenho e competência em me orientar. Sou muito grato a sua atenção, dedicação e compreensão dos meus sonhos acadêmicos, meus devaneios de pesquisador e minha ansiedade.

Aos integrantes da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, em especial a professora Ana Lucia dos Santos Barbosa e a colega de turma Rejane da Silva Santos pelo apoio e contribuição para a realização deste trabalho.

Aos integrantes da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em especial ao professor Carlos Luiz Massard e aos técnicos administrativos Adilson, Jones e Tarcisio pela contribuição no levantamento de dados da assistência estudantil, necessários e imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Aos integrantes do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, em especial a professora Leila Dupret Machado e das técnicas administrativas Ana Carolina, Dulcinéa, Olivia e Waldirene pelo apoio e contribuição na pesquisa.

Os agradecimentos mais importantes vão para minha esposa Alda Suely e minhas filhas Angelina e Alessandra, que souberam compreender a importância desta dissertação para a minha carreira acadêmica e a minha realização pessoal e foram (quase sempre...) generosas em abrir mão de boa parte do meu tempo e minha dedicação. Nada mais eu teria direito de exigir delas, a quem eu amo de todo o coração. Espero poder retribuir ao longo da vida.

Aos demais familiares, amigos, colegas de trabalho e de turma, que de algum modo contribuíram para a conclusão deste trabalho.

“Não há nada mais difícil de executar e perigoso de manejar que a instituição de uma nova ordem de coisas. Quem toma tal iniciativa suscita a inimizade de todos os que são beneficiados pela ordem antiga, e é defendido tibiamente por todos que seriam beneficiados pela nova ordem – falta de calor que se explica em parte pelo medo dos adversários, que tem as leis ao seu lado, e em parte pela incredulidade dos homens. Estes, com efeito, não acreditam nas coisas novas até que as experimentam...”

MAQUIAVEL, O Príncipe

“O futuro não é pré-determinado. É, pelo menos em parte, sujeito a nossa influência. O nosso interesse deve ser, pois, focalizar futuros previsíveis tanto quanto os que são possíveis e prováveis”.

Alvin Toffler

“Os resultados são obtidos pelo aproveitamento das oportunidades e não pela solução de problemas. Os recursos precisam ser destinados às oportunidades e não aos problemas”.

Peter Drucker

“Há quem considere coisas distintas e separadas, o orçamento e o planejamento. Erro de observação. O planejamento e o orçamento, como processos, são incoercivelmente complementares”

Benedicto Silva

RESUMO

RAASCH, Ronaldo. **O Orçamento como Instrumento de Planejamento na Gestão de Políticas Públicas: O caso da Assistência Estudantil na UFRRJ.** 2012. 238p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

Este trabalho traz uma sinopse dos estudos sobre o estado da arte das políticas públicas, do processo evolutivo do planejamento e orçamento públicos e da trajetória da assistência estudantil no ensino superior brasileiro. Seu objetivo consistiu em proceder uma análise crítica dos processos de gestão das políticas públicas inerente à assistência estudantil da UFRRJ de modo a fornecer subsídios para sua melhoria, considerando o orçamento como instrumento de planejamento. Inicialmente, a revisão da literatura sobre os temas centrais serviram para construir as bases teóricas do estudo que permitiram avançar em direção ao alcance dos objetivos estabelecidos. Posteriormente, o trabalho utilizou-se do método de estudo de caso, realizado nos setores responsáveis pela política de assistência estudantil e do planejamento orçamentário da UFRRJ, delimitado no período de 2006 a 2010. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem quanti-qualitativa. Para a coleta de dados foram usadas as técnicas da observação direta, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários. Na estratégia de análise dos dados qualitativos foi utilizado o método de análise do conteúdo e dos dados quantitativos, utilizou-se de métodos estatísticos descritivos. E finalmente, os resultados apresentados a partir das percepções dos gestores, coordenadores e estudantes assistidos, indicaram a necessidade de melhoria no planejamento orçamentário e na gestão das políticas públicas de assistência estudantil desenvolvida pela UFRRJ, a partir dos recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Palavras chave: Políticas, Planejamento e Orçamento Públicos e Assistência Estudantil.

ABSTRACT

RAASCH, Ronaldo. **The Budget as a Planning Tool in Public Policy Management: The case of the Student Assistance UFRRJ.** 2012. 238p. Dissertation (Master in Management and Business Strategy) Institute for Humanities and social sciences, Department of Accounting and Administrative Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, Seropédica, 2012.

This work brings a synopsis of the studies about the State of the art of public policies, the evolutionary process of planning and public budget and the trajectory of the Brazilian higher education student assistance. Its purpose was to carry out a critical analysis of procedures for the management of public policy inherent in student assistance UFRRJ to provide subsidies for their improvement, whereas the budget as a planning instrument. Initially, the review of the literature on the core issues served to build the theoretical bases of the study that allowed advance toward the achievement of the goals established. Later, the work used the method of case study, carried out in the sectors responsible for student assistance policy and budget planning of UFRRJ, bounded in the period 2006 to 2010. This is an exploratory research with quanti- approach qualitative. For data collection were used the techniques of direct observation, semi-structured interviews and questionnaires. In qualitative data analysis strategy was used the method of analysis of quantitative data and content, used descriptive statistical methods. And finally, the results presented from perceptions of managers, coordinators and students assisted, indicated the need for improvement in budget planning and management of public policies for student assistance developed by UFRRJ, from the resources made available by the National Program of Student Assistance.

Keywords: Policy, Planning and Budget Public and Student Assistance.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Variação percentual do pessoal efetivo da UFRRJ no período de 2006 a 2010.....	30
Tabela 2	Variação percentual das receitas e das despesas no período de 2006 a 2010.....	31
Tabela 3	Variação percentual dos cursos de graduação no período de 2006 a 2010.....	32
Tabela 4	Variação percentual dos cursos de pós-graduação no período de 2006 a 2010.....	34
Tabela 5	Variação percentual dos projetos e programas de extensão e das ofertas de cursos e oficinas no período de 2006 a 2010.....	35
Tabela 6	Variação percentual dos cursos do ensino fundamental e médio no período de 2006 a 2010.....	35
Tabela 7	Variação percentual dos dados gerais da assistência estudantil no período de 2006 a 2010.....	37
Tabela 8	Recursos financeiros disponibilizados em 2010 para oferta de bolsas permanência aos estudantes de graduação da UFRRJ por modalidade e campus.....	81
Tabela 9	População-alvo da pesquisa.....	85
Tabela 10	Distribuição percentual dos estudantes por sexo e faixa etária nos diferentes níveis.....	129
Tabela 11	Distribuição percentual dos estudantes por classe econômica nos diferentes níveis.....	131
Tabela 12	Distribuição percentual dos estudantes por situação conjugal e filhos nos diferentes níveis.....	133
Tabela 13	Distribuição percentual dos estudantes por meio de transporte utilizado nos diferentes níveis.....	133
Tabela 14	Distribuição percentual dos estudantes por situação atual de moradia nos diferentes níveis.....	134
Tabela 15	Distribuição percentual dos estudantes por renda familiar nos diferentes níveis.....	136
Tabela 16	Distribuição percentual dos estudantes e as pessoas que vivem da renda mensal do grupo familiar nos diferentes níveis.....	137
Tabela 17	Distribuição percentual dos estudantes por tipo de escola onde cursou o ensino médio nos diferentes níveis.....	138
Tabela 18	Distribuição percentual de participação dos estudantes por área de assistência estudantil nos diferentes níveis.....	139
Tabela 19	Distribuição percentual dos estudantes por turno onde frequenta a maior parte das disciplinas nos diferentes níveis.....	141

Tabela 20	Distribuição percentual dos estudantes por motivo de trancamento do curso atual nos diferentes níveis.....	141
Tabela 21	Distribuição percentual dos estudantes por fontes de informações principais na busca dos acontecimentos atuais nos diferentes níveis.....	142
Tabela 22	Distribuição percentual do domínio pelos estudantes em relação ao uso do computador nos diferentes níveis.....	143
Tabela 23	Distribuição média dos estressores ou dificuldades que interferem na vida ou no contexto acadêmico dos estudantes nos diferentes níveis.....	143
Tabela 24	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por sexo e faixa etária.....	145
Tabela 25	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por classe econômica.....	146
Tabela 26	Estimativa de renda familiar por classes econômicas.....	146
Tabela 27	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por situação conjugal e filhos.....	147
Tabela 28	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por meio de transporte utilizado para chegar a Universidade.....	148
Tabela 29	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por situação atual de moradia.....	149
Tabela 30	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por renda familiar.....	150
Tabela 31	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES pelo número de pessoas que vivem da renda mensal do grupo familiar.....	151
Tabela 32	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por tipo de escola onde cursou o ensino médio.....	152
Tabela 33	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por área de assistência estudantil em que participa.....	153
Tabela 34	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por turno onde frequenta a maior parte das disciplinas.....	154
Tabela 35	Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por fonte de informações principais na busca dos acontecimentos atuais.....	155

Tabela 36	Distribuição média comparativa entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por estressores ou dificuldades que interferem na vida ou no contexto acadêmico.....	156
------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Definições dos principais termos utilizados na pesquisa.....	09
Quadro 2	Contribuições na área de políticas públicas pelos “pais” fundadores.....	13
Quadro 3	Principais abordagens na análise de políticas públicas.....	17
Quadro 4	Características dos principais modelos explicativos de políticas públicas.....	21
Quadro 5	Políticas educacionais implementadas no ensino superior brasileiro (2003-2010).....	27
Quadro 6	Variáveis observadas na comparação dos modelos de gestão.....	41
Quadro 7	Preparação da 3ª reforma orçamentária brasileira.....	53
Quadro 8	Experiências prévias da 3ª reforma orçamentária brasileira.....	54
Quadro 9	3ª Reforma orçamentária brasileira e a orientação a objetivos estratégicos.....	55
Quadro 10	3ª Reforma orçamentária brasileira e a orientação a produtos e resultados.....	56
Quadro 11	3ª Reforma orçamentária brasileira e a orientação para a responsabilidade fiscal e a integração plano-orçamento.....	57
Quadro 12	3ª Reforma orçamentária - 1ª Experiência com a orientação a produtos e resultados.....	58
Quadro 13	3ª Reforma orçamentária - 2ª Experiência com a orientação a produtos e resultados.....	59
Quadro 14	Princípios orçamentários que norteiam a elaboração da LOA.....	63
Quadro 15	Comparativo entre o PNE (2001-2010) e o PL-PNE (2011-2020).....	72
Quadro 16	Classificação quanto aos tipos de bolsas de alimentação por carência.....	81
Quadro 17	Plano de amostragem do estudo.....	85
Quadro 18	Cronograma de atividades da PROAEST – Secretaria.....	89
Quadro 19	Cronograma de atividades da PROAEST – Setor de residência estudantil.....	90
Quadro 20	Cronograma de atividades da PROAEST – Setor de bolsas.....	91
Quadro 21	Cronograma de atividades da PROAEST – Restaurante universitário.....	93
Quadro 22	Cronograma de atividades da COPLAN - Secretaria.....	96
Quadro 23	Cronograma de atividades da COPLAN - Núcleo de elaboração e acompanhamento do orçamento.....	97

Quadro 24	Cronograma de atividades da COPLAN - Núcleo de informações.....	98
Quadro 25	Principais sistemas de gestão pública do governo federal.....	99
Quadro 26	Dimensões consideradas e analisadas na observação não-participante ...	104
Quadro 27	Caracterização dos respondentes - Perfil coordenador.....	105
Quadro 28	Caracterização dos respondentes - Perfil gestor.....	106
Quadro 29	Descrição das categorias e suas respectivas subcategorias.....	108
Quadro 30	Distribuição por categorias, subcategorias e unidades de registro, sobre a percepção dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.....	108
Quadro 31	Demonstrativo da origem e forma da coleta de dados dos estudantes.....	117
Quadro 32	Distribuição por categorias, subcategorias e unidades de registro, sobre a percepção dos estudantes assistidos pelo PNAES.....	118
Quadro 33	Distribuição percentual das categorias em relação ao total de frequências das unidades de registro na percepção dos estudantes assistidos pelo PNAES.....	120
Quadro 34	Demonstrativo dos itens analisados na fase de levantamento (1ª fase)....	129
Quadro 35	Demonstrativo dos itens analisados na 2ª fase coleta de dados.....	145

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1	Trajatória de mudança de nomes da UFRRJ e locais dos <i>campi</i> - Linha do tempo.....	06
Figura 2	Mapa conceitual dos setores da UFRRJ e suas ações orçamentárias no SIMEC.....	08
Figura 3	Mapa conceitual dos autores representativos da pesquisa.....	10
Figura 4	Modelo sistêmico.....	19
Figura 5	Ciclo das políticas públicas.....	22
Figura 6	Normas constitucionais do processo orçamentário brasileiro desde 1824 - Linha do tempo.....	48
Figura 7	Fluxograma dos processos de planejamento e orçamento do governo federal.....	66
Figura 8	Mapa conceitual dos autores representativos da metodologia de pesquisa.	83
Figura 9	Organograma da PROAEST.....	88
Figura 10	Organograma da COPLAN.....	95
Figura 11	Cronograma da pesquisa.....	102
Gráfico 1	Distribuição percentual dos estudantes por sexo nos diferentes níveis.....	130
Gráfico 2	Distribuição percentual dos estudantes por faixa etária nos diferentes níveis.....	130
Gráfico 3	Distribuição percentual dos estudantes por classe econômica nos diferentes níveis.....	132
Gráfico 4	Distribuição percentual dos estudantes por tipo de escola onde cursou o ensino médio nos diferentes níveis.....	138
Gráfico 5	Distribuição percentual de participação dos estudantes por área de assistência estudantil nos diferentes níveis.....	140

LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS E SIMBOLOS

CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
ABEP	Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPREX	Coordenadoria Especial dos Programas de Reestruturação e Expansão
CNEPA	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento e Orçamento
CTUR	Colégio Técnico da Universidade Rural
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame nacional do Ensino Médio
ESAMV	Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária
EUA	Estados Unidos da América
FAIZ	Fazenda do Instituto de Zootecnia
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	International Business Machines
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IM	Instituto Multidisciplinar
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTO	Manual Técnico do Orçamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PICDT	Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico Administrativo
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Programa Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
POE	Plano de Obras e Equipamentos
PPA	Plano Plurianual
PROAEST	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do governo federal
SERE	Setor de Residência Estudantil
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIDOR	Sistema Integrado de Dados Orçamentários
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do governo federal
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do governo federal

SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do governo federal
SIPE	Sistema Informação do Perfil do Estudante
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UO	Unidade Orçamentária
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. APRESENTAÇÃO.....	01
1.2. OBJETIVO GERAL.....	03
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	03
1.4. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	03
1.5. PROBLEMA DE PESQUISA.....	04
1.5.1. Caracterização da Instituição e seu Ambiente.....	04
1.5.2. Informações que dimensionam a problemática.....	07
1.6. LIMITES DA PESQUISA.....	08
1.7. DEFINIÇÃO DE TERMOS.....	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNDO E NO BRASIL.....	11
2.1.1. Principais conceitos de Políticas Públicas.....	15
2.1.2. Principais abordagens na análise de Políticas Públicas e o Modelo Sistêmico.....	17
2.1.3. O ciclo de Políticas Públicas.....	22
2.1.4. Política Pública e Política Social.....	24
2.1.5. O contexto da política pública na educação superior brasileira.....	25
2.2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	38
2.2.1. Fundamentos Constitucionais para a Gestão Pública.....	39
2.2.2. O Estado Brasileiro entre o Gerencialismo e a Gestão Social.....	40
2.2.3. Planejamento e Orçamento Público.....	42
2.2.3.1. Breve Histórico do Planejamento.....	42
2.2.3.2. Evolução do Orçamento Público.....	44
2.2.3.2.1. O orçamento público brasileiro na atualidade.....	60
2.2.4. UFRRJ: a trajetória do planejamento na elaboração de seus orçamentos.....	64
2.3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO..	67
2.3.1. Origem no mundo e o surgimento no Brasil.....	69

2.3.2. PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil: objetivos e ações.....	72
2.3.3. A Assistência Estudantil na UFRRJ.....	73
2.3.3.1. PROAEST – Competências Institucionais.....	74
2.3.3.2. PROAEST – Bolsas Permanência e de Alimentação por Carência.....	80
3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	82
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	83
3.1.1. Formulação das Hipóteses.....	84
3.1.2. Definição da população-alvo do estudo.....	85
3.1.3. Plano de Amostragem.....	85
3.2. INSTRUMENTOS DE PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	86
3.2.1. Fontes de Dados.....	87
3.2.1.1. Mapeamento dos setores envolvidos na pesquisa.....	87
3.2.1.2. Sistemas de Gestão Pública.....	99
3.3. PROCEDIMENTO NO TRATAMENTO DOS DADOS.....	100
3.3.1. Métodos Estatísticos Descritivos.....	100
3.3.2. Análise de Conteúdo.....	100
3.4. CRONOGRAMA.....	102
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	103
4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	103
4.2. RELATÓRIO EXECUTIVO DO TRABALHO DE CAMPO.....	103
4.2.1. Observação não-participante.....	103
4.2.2. Análise das entrevistas realizadas com os coordenadores e gestores da UFRRJ..	104
4.2.3. Análise dos questionários dos estudantes assistidos – Pergunta Aberta.....	117
4.2.4. Análise dos questionários aplicados aos estudantes assistidos.....	128
4.3. TESTE DAS HIPÓTESES DO ESTUDO.....	157
5. CONCLUSÃO.....	159
5.1. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES.....	161
5.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO E DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	162
5.3. SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	163

REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE A – ENTREVISTAS DOS GESTORES E COORDENADORES.....	173
APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DOS ESTUDANTES.....	193
APÊNDICE C – DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO ORÇAMENTO DA UFRRJ NO SIMEC – 2006 A 2010.....	195
ANEXO I – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFRRJ.....	198
ANEXO II – QUESTIONÁRIO SIPE-BRASIL.....	199
ANEXO III – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – UFRRJ - 2006 A 2010.....	221

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO

A sociedade brasileira tem como desafio a construção de ações que possibilitem, sem abrir mão da democracia, combater a secular desigualdade social e econômica que caracteriza o país. Nesta perspectiva, é fundamental que haja interação entre a sociedade e o poder público, por meio da administração planejada e participativa, voltada para o cumprimento de metas. Para isso deve ter como objetivo a obtenção de resultados que sejam capazes de transformar a realidade atual por meio da prestação de serviços públicos que sejam eficientes à base de uma relação custo-benefício, eficazes no alcance dos objetivos propostos e efetivos no atendimento às necessidades e expectativas dos públicos-alvos.

Neste contexto de interação do poder público e a sociedade civil, situa-se o papel social da educação e particularmente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como sendo o elo capaz de permitir não só a interação dos envolvidos, mas também de ser um ente transformador da realidade social dos sujeitos que compõem a comunidade universitária¹ e, concomitantemente a sociedade em seu espectro mais amplo.

Este trabalho, estruturado em cinco capítulos, aborda inicialmente a função social da educação brasileira e o papel das Instituições Federais de Ensino Superior na implementação das políticas públicas da educação superior, apresenta a justificativa da pesquisa descrevendo a sua importância, oportunidade e a viabilidade de realizar este tipo de estudo. Em seguida estabelece os objetivos gerais e específicos a serem alcançados, bem como caracterizando a instituição objeto do estudo de caso e o seu ambiente.

O segundo capítulo foi dividido em três partes: na primeira parte apresenta-se a revisão de literatura sobre o estado da arte das pesquisas em políticas públicas no contexto mundial e brasileiro. Em seguida, traz as principais abordagens na análise de políticas públicas, destacando o ciclo das políticas e o modelo sistêmico adaptado de Easton (1969). E conclui, estabelecendo a diferenciação entre política pública e política social, visando contextualizar a política social na educação superior brasileira.

Na segunda parte deste capítulo são abordadas questões referentes a administração pública brasileira, iniciando com os fundamentos constitucionais que estruturam a gestão

¹Neste contexto entende-se por Comunidade Universitária como sendo o conjunto formado pelos Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos.

pública no seu histórico processo de evolução do planejamento e orçamento públicos. É realizada para o Estado brasileiro uma análise comparativa entre o gerencialismo e a gestão social, visando apresentar as características de cada modelo de gestão pública. Ao concluir, relata brevemente a trajetória do planejamento na elaboração dos orçamentos anuais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ainda na terceira e última parte do segundo capítulo, é abordada a assistência estudantil no ensino superior brasileiro a partir da revisão de literatura quanto a sua origem no mundo e o surgimento no Brasil. No contexto brasileiro é destacada a criação em 1987 do FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e da ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Em seguida foram apresentados os objetivos gerais e as ações do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, como também sua aplicação prática nas políticas de assistência estudantil desenvolvidas pela UFRRJ.

No terceiro capítulo e após uma revisão de literatura sobre metodologia da pesquisa, foram apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram a realização desta pesquisa, que para fins didáticos, foram divididas em cinco fases: na primeira foi definida e fundamentada a natureza exploratória da pesquisa, em sua abordagem quantitativa e de um estudo de caso, em sua abordagem qualitativa. Na segunda fase foi realizada a escolha da população-alvo e traçado o perfil da amostra da pesquisa. Na fase seguinte foram levantadas as fontes de dados primárias e secundárias, para as quais foram definidos como instrumentos de coleta destes dados a observação direta, entrevistas semi-estruturadas e a aplicação de questionários. A quarta fase teve a preocupação de mapear as atribuições e as estruturas dos setores da UFRRJ envolvidos na pesquisa e os sistemas integrados do governo federal utilizados atualmente na gestão pública brasileira. Na última fase foram apresentados os métodos estatísticos descritivos utilizados no tratamento dos dados de natureza quantitativa (questionários) coletados no trabalho de campo, o método de análise de conteúdo no tratamento dos dados de natureza qualitativa (entrevistas) e o cronograma da pesquisa.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa através dos seguintes instrumentos: relatório executivo do trabalho de campo e o relatório das análises feitas a partir das entrevistas e dos questionários aplicados, finalizando o capítulo com a apresentação do resultado do teste das hipóteses do estudo.

Finalmente, no quinto capítulo são feitas as conclusões do trabalho de pesquisa, são destacadas as principais contribuições do estudo para a academia, para os gestores e

coordenadores, para os estudantes de graduação, para a comunidade acadêmica e para outras organizações públicas. Em seguida, foram descritas as limitações do estudo e as dificuldades encontradas na realização da pesquisa, sendo finalizada com sugestões para pesquisas futuras.

1.2. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa consiste em proceder uma análise crítica dos processos de gestão das políticas públicas inerente à assistência estudantil da UFRRJ de modo a fornecer subsídios para a sua melhoria, considerando o orçamento como instrumento de planejamento.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Em consonância com o objetivo geral, neste trabalho são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um diagnóstico dos programas e ações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) em relação a política de assistência estudantil desenvolvidas pela UFRRJ no período compreendido entre 2006 e 2010;
- Mapear os setores identificados nos programas e ações governamentais relacionados às políticas públicas de assistência estudantil na perspectiva do PNAES e ao planejamento/orçamento no âmbito da UFRRJ;
- Descrever as atividades dos setores identificados nos programas e ações governamentais relacionados às políticas públicas de assistência estudantil e ao orçamento da UFRRJ, inclusive suas respectivas competências institucionais;
- Levantar os aspectos do planejamento orçamentário utilizados na implementação das políticas de assistência estudantil da UFRRJ no período de 2006 a 2010 na perspectiva dos gestores, coordenadores de ações e estudantes assistidos por esta política.

1.4. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Segundo ROESCH (2005) um trabalho pode ser justificado por sua importância, oportunidade e viabilidade.

A importância no realizar desta pesquisa é refletida na busca do aperfeiçoamento no planejamento qualitativo das políticas públicas, dentro das teorias de gestão das organizações e quantitativo nas ações efetivas na comunidade universitária, principalmente em relação a assistência estudantil, e na sociedade como um todo, através dos setores quem compõem esta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES).

A oportunidade desta pesquisa está evidenciada por ser um estudo de caso que trata de um tema em ênfase na atualidade e, portanto, constituindo-se na possibilidade de que seja um trabalho inédito.

É propício no realizar de um estudo sobre a necessidade de planejamento dos programas e das ações governamentais no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, utilizando-se da peça orçamentária como instrumento prático na consecução dos objetivos. O presente estudo tornou-se viável na medida em que houve o consentimento da administração superior da UFRRJ e o acesso aos dados da pesquisa foram facilitados pelo fato do pesquisador ser um técnico-administrativo de carreira da instituição objeto do estudo de caso, possuindo trânsito livre nas repartições da Universidade.

1.5. PROBLEMA DE PESQUISA

1.5.1. Caracterização da Instituição e seu Ambiente

A UFRRJ tem suas origens no Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, assinado por Nilo Peçanha, Presidente da República, e por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, Ministro da Agricultura. Este decreto estabeleceu as bases fundamentais do ensino agropecuário no Brasil, criando a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV), cujo primeiro diretor foi o engenheiro agrônomo Gustavo Dutra (OTRANTO, 2009, p. 61-64).

A sede foi instalada, em 1911, no palácio do Duque de Saxe, onde hoje está o CEFET/MEC, no Maracanã, Rio de Janeiro. Como o local necessitava de obras, a inauguração oficial foi em 1913 tendo funcionado por dois anos com seu campo de experimentação e prática agrícola em Deodoro. Fechada sob alegação de falta de verbas para manutenção, em março de 1916 fundiu-se à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Média Teórica-Prática de Pinheiro, onde hoje estão instalados o Campus de Pinheiral da UFF e a Escola Agrícola Nilo Peçanha. Em 1918, a Escola foi transferida para a Alameda São Boaventura, em Niterói, onde funciona hoje o Horto Botânico do Estado do Rio de Janeiro. Em 1927, a Escola mudou-se para a Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em 1934, a ESAMV

teve seus cursos desmembrados em duas grandes escolas: Escola Nacional de Agronomia (ENA) e Escola Nacional de Veterinária (OTRANTO, 2009, p. 64-71, 81).

A Escola Nacional de Agronomia subordinada à extinta Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional de Produção Vegetal e a Escola Nacional de Veterinária, ao Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério de Agricultura, tornaram-se estabelecimentos-padrão para o ensino agrônomico e de medicina veterinária do País. Nesse ano, formaram-se 12 Engenheiros Agrônomos e 16 Médicos Veterinários (OTRANTO, 2009, p. 82).

A Portaria Ministerial de 14 de novembro de 1936 tornou as Escolas independentes, com a aprovação de seus próprios regimentos. Em 1938, o Decreto-Lei 982 reverteu a situação – enquanto a Escola Nacional de Agronomia passou a integrar o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA), recém-criado, a Escola Nacional de Veterinária (ENV) passou a subordinar-se diretamente ao Ministro do Estado (OTRANTO, 2009, p. 82).

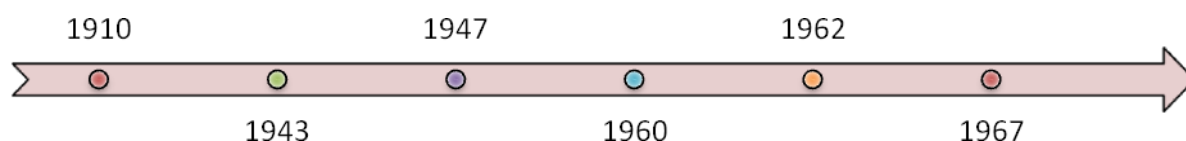
O CNEPA foi reorganizado em 1943, pelo Decreto-Lei N° 6.155, de 30 de dezembro. Nascia a Universidade Rural, abrangendo na época a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Cursos de Extensão, Serviço Escolar e Serviço de Desportos. Com os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização iniciava-se um programa de treinamento pós-graduado para áreas específicas dos currículos de Agronomia e Veterinária. Um ano depois, o novo regimento do CNEPA, aprovado pelo Decreto-Lei N° 16.787, unificou os novos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, além de criar o Conselho Universitário, à semelhança do hoje existente (OTRANTO, 2009, p. 93-94, 97).

A Universidade, além de consolidar os novos cursos e serviços criados, tomava as providências para, em 1948, transferir-se para as margens da Antiga Rodovia Rio-São Paulo, hoje BR-465. O ano de 1961 trouxe um novo Decreto, o de número 50.113, que, mais uma vez, alterou o regimento do CNEPA – a Universidade ganhou um novo órgão, a Escola Agrícola, então com denominação de Escola Agrotécnica Ildefonso Simões Lopes. Somente em 1963, pelo Decreto n° 1.984, a Universidade Federal Rural passou a denominar-se Universidade Rural do Brasil, envolvendo a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, as Escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar, além dos cursos técnicos de nível médio dos Colégios Técnicos de Economia Doméstica e Agrícola “Ildefonso Simões Lopes” (OTRANTO, 2009, p. 91-93).

A atual denominação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – veio com o Decreto n° 60.731, de 1967 (OTRANTO, 2009, p. 116).

A UFRRJ, uma autarquia desde 1968, passou a atuar com uma estrutura mais flexível e dinâmica para acompanhar a Reforma Universitária que se implantava no País. Com a aprovação de seu Estatuto, em 1970, a Universidade ampliou suas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo, em 1972, iniciado o sistema de cursos em regime de créditos (OTRANTO, 2009, p. 141).

Figura 1- Trajetória de mudança de nomes da UFRRJ e locais dos *campi* - Linha do tempo



Fonte: Elaboração própria

A figura 1 ilustra a trajetória de mudanças de nomes da atual UFRRJ e dos locais dos campi no período de 1910 a 1967, conforme segue:

- Origem da ESAMV (Decreto n° 8.319/10) vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Sede: Palácio do Duque de Saxe (atual bairro do Maracanã);
- Instituída a Universidade Rural (Decreto n° 6.155/43) vinculada ao MAIC;
- A Universidade Rural (UR) foi instalada no atual e definitivo *campus*, situado no Km 47 da Estrada Rio-São Paulo;
- A UR passou a ser chamada de Universidade Rural do Rio de Janeiro (Decreto n° 48.644);
- A Universidade Rural do Rio de Janeiro mudou o nome para Universidade Rural do Brasil por meio da Lei Delegada n° 9/62 e do Decreto n° 1.984/63;
- A atual denominação “Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro” foi designada pelo Decreto n° 60.731/67;

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro vem fazendo a mais de cem anos parte da história educacional brasileira, bem como, oportunizando a cada um que decide se agregar a seu percurso a construir a sua própria história. As unidades acadêmicas e administrativas que compõem a estrutura organizacional da Universidade Rural são: a Reitoria e os órgãos a ela diretamente ligados, as Pró-Reitorias, os Institutos, além de outros órgãos (Anexo I).

A Reitoria é o órgão máximo de execução, coordenação, fiscalização e superintendência de todas as atividades da Instituição. É exercida pelo Reitor, auxiliado pela Vice-Reitora, que o substitui em suas faltas e impedimentos. A COPLAN é um dos órgãos subordinados à Reitoria, dentre outros, tendo como atribuição principal o assessoramento direto à Reitoria no que tange às atividades de planejamento universitário.

A UFRRJ atualmente tem mais de 12 mil estudantes, em 57 cursos de graduação (55 presenciais e 2 à distância), 30 de pós-graduação (19 mestrados e 11 doutorados), entre outros. Possui três *campi* em cidades do estado do Rio de Janeiro: em Seropédica, sua sede, em Nova Iguaçu e outro em Três Rios. São cidades com baixo desenvolvimento sócio-econômico, o que exige da UFRRJ políticas voltadas para a captura e manutenção dos seus alunos, sendo a assistência estudantil a principal delas.

1.5.2. Informações que dimensionam a problemática

Durante a minha trajetória profissional de mais de 25 (vinte e cinco) anos na administração pública federal, sendo 20 (vinte) destes como técnico administrativo da UFRRJ, venho acumulando experiências nas áreas contábil e financeira (1992-2003) e nas áreas de planejamento e orçamento a partir de 2003. Neste percurso tenho vivenciado o processo de gestão desta IFES na perspectiva do atendimento à demanda crescente da sociedade brasileira quanto à política pública de educação superior.

Analisando a relação que se estabelece entre a demanda crescente da sociedade por serviços públicos e os recursos escassos e finitos destinados a atendê-las, torna-se imperiosa a necessidade de que a gestão pública seja conduzida com eficiência, eficácia e efetividade.

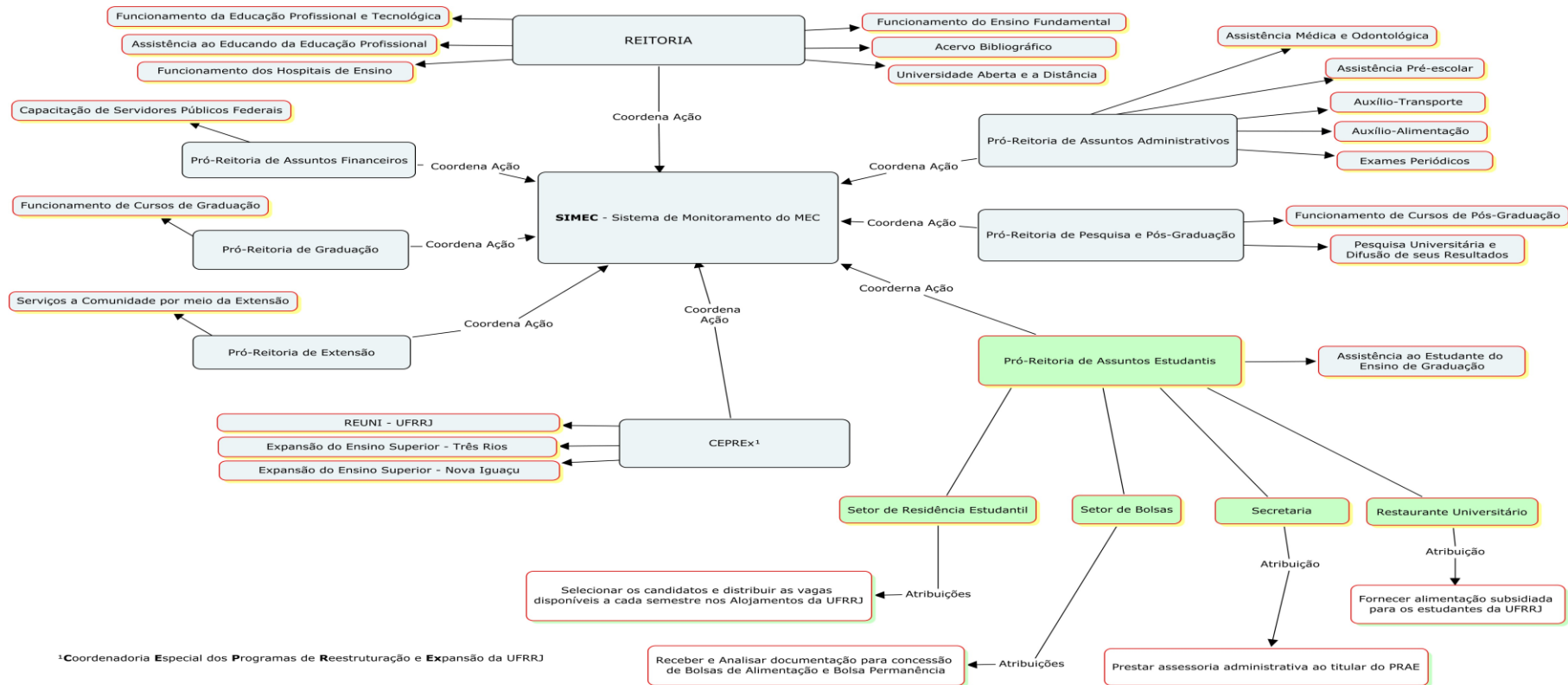
Diante do exposto e acreditando que a realização de um estudo aprofundado sobre esta questão poderia contribuir de alguma forma para o seu melhor entendimento e sua perspectiva de solução, senti-me motivado para a realização do presente trabalho, fundamentado no seguinte problema: “Até quanto a gestão planejada dos recursos orçamentários pode trazer contribuições para a melhoria do atendimento das políticas públicas de assistência estudantil realizada pela UFRRJ?”

Partindo da perspectiva dos resultados esperados para este estudo, espera-se que seja possível conduzir a uma melhoria quantitativa e qualitativa da gestão de políticas públicas de assistência estudantil da UFRRJ no atendimento à comunidade universitária, com a expectativa, inclusive, de gerar subsídios para tomada de decisões da administração superior local.

1.6. LIMITES DA PESQUISA

Este trabalho, na perspectiva de apresentar de forma clara os limites da pesquisa, utilizou-se da técnica dos mapas conceituais, cuja teoria foi desenvolvida na década de 70 pelo pesquisador norte-americano Joseph D. Novak (1984, p. 15) que a define como sendo uma ferramenta capaz de organizar e representar o conhecimento. Esta técnica, atualmente em uso pelas diversas áreas do conhecimento, facilita o entendimento e a interpretação de problemas e contribui para o seu melhor entendimento e solução.

Figura 2 – Mapa conceitual dos setores da UFRRJ e suas ações orçamentárias no SIMEC



No mapa da figura 2 são apresentados os setores da UFRRJ e suas respectivas ações orçamentárias, cadastradas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle. Sendo destacada como objeto de estudo neste trabalho a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e as atribuições de suas unidades subordinadas.

1.7. DEFINIÇÃO DE TERMOS

A definição preliminar de termos utilizados nesta pesquisa encontra-se alinhada a revisão contínua da literatura sobre o objeto de estudo através das seguintes palavras-chaves: Políticas, Planejamento e Orçamento Públicos e Assistência Estudantil.

Na realização desta pesquisa foi necessário conceituar, mesmo que de forma breve, alguns dos elementos teóricos sem os quais não seria possível o entendimento do objeto de estudo. O quadro 1 ilustra alguns destes elementos teóricos utilizados nesta pesquisa.

Quadro 1 - Definições dos principais termos utilizados na pesquisa

Termos	Definições
Comunidade Universitária	Universo formado pelos indivíduos que compõem os segmentos: docente, discente e técnico-administrativo que buscam conviver de forma harmoniosa, interagindo na realização das atividades acadêmicas e administrativas (UFRRJ/PDI, 2006).
Políticas Públicas	Regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas (LOWI <i>apud</i> REZENDE, 2004, p. 13).
Planejamento	É o estudo e o estabelecimento de diretrizes, metas e bases que orientarão as ações governamentais (UCHÔA, 2004, p. 4).
Orçamento Público	É o instrumento utilizado para a consecução de ações nas diversas áreas de intervenção governamental – saúde, educação, habitação transporte, e outras -, contendo os atributos necessários para a obtenção de um resultado satisfatório para a sociedade (SANTOS, 2010, p. 19).
Assistência Estudantil	É uma política de educação e tem como objetivo mobilizar os recursos de forma a garantir a permanência e o percurso dos estudantes socialmente diferenciados no processo de formação profissional (ALVES, 2002).
Eficácia	Relaciona atividades com seus produtos iniciais, intermediários e finais (metas e objetivos). Exemplo: 100% do número previsto de alunos assistidos (adaptado de RUA, 2009, p.118).
Eficiência	Relaciona produtos com seus custos (financeiros, humanos, tempo). Exemplo: Custo por aluno/assistido 5% menor que o custo médio dos últimos cinco anos. Todos os prazos previstos cumpridos (adaptado de RUA, 2009, p.118).
Efetividade	Relaciona produtos com seus efeitos na realidade que se quer transformar, ou seja, conseqüências. Exemplo: redução na evasão dos alunos de graduação dos cursos “X, Y, Z” em 70% (adaptado de RUA, 2009, p.118).

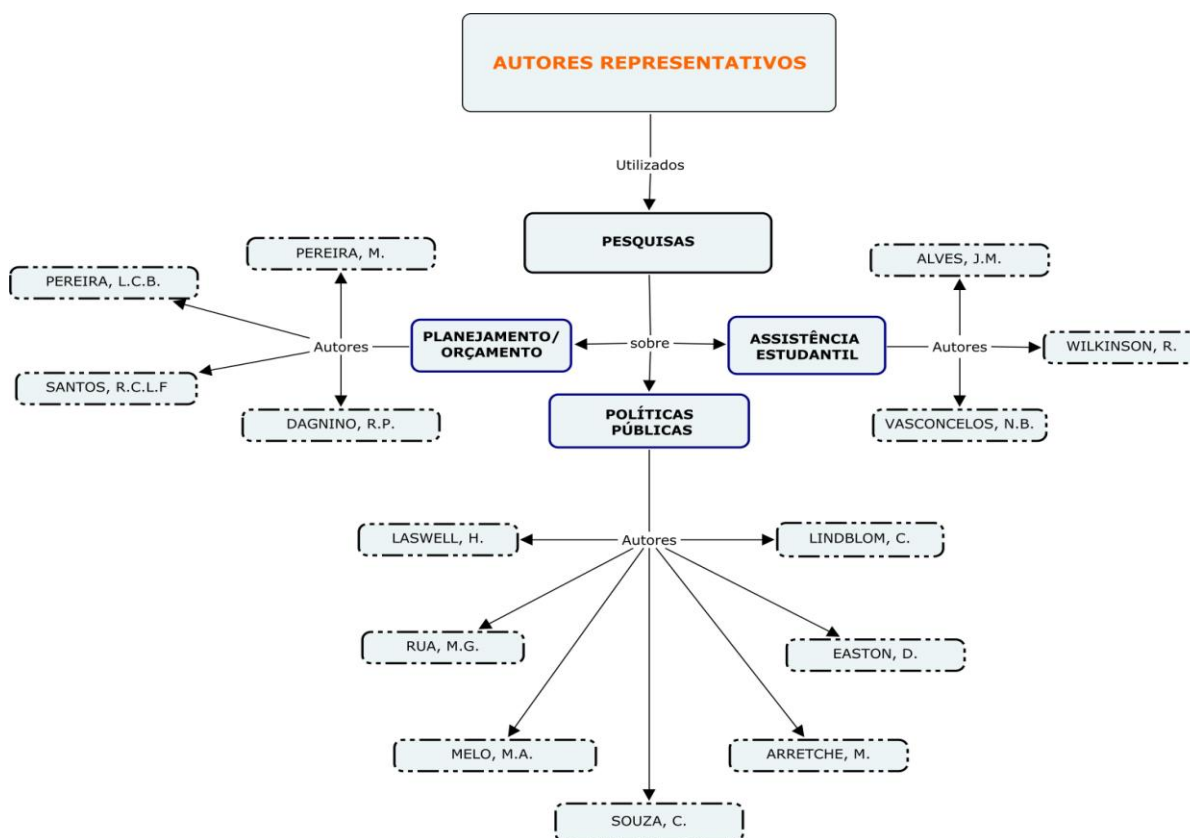
Fonte: Elaborado pelo autor

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na perspectiva de apresentar de forma clara os autores representativos de cada assunto (planejamento/orçamento, políticas públicas e assistência estudantil) do referencial teórico da pesquisa, foi utilizada a técnica dos mapas conceituais, desenvolvida na década de 70 pelo pesquisador norte-americano Joseph D. Novak, a partir da teoria da aprendizagem significativa² de David Ausubel.

Para Sherratt e Schlabach (1990, p.60), a construção de mapas conceituais “envolve a identificação de conceitos ou idéias pertencentes a um assunto, e a descrição das relações existentes entre essas idéias na forma de um desenho esquemático”. Em relação aos objetivos desses mapas, os autores concluem que é a forma de representar a compreensão de um indivíduo sobre um corpo de conhecimento e ilustrar as relações entre as idéias que são significativas para este indivíduo.

Figura 3 - Mapa conceitual dos autores representativos da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

² Segundo David Ausubel (1978, p. 59), aprender significativamente quer dizer aprender de forma não arbitrária, não mecânica. O autor acredita que alguém aprender de forma significativa implica dizer que aquele conhecimento não mais será esquecido.

2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNDO E NO BRASIL

Os estudos na área de políticas públicas nas últimas décadas registraram o seu ressurgimento, devido a um aumento gradativo e constante da importância desta temática no campo do conhecimento, como também das organizações, regras e modelos que orientam sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Segundo a pesquisadora Celina Souza (2007, p. 65), vários fatores contribuíram para uma maior visibilidade desta área. O primeiro fator foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a sobressair na agenda da maioria dos países, em especial aqueles que se encontravam em processo de desenvolvimento, especialmente o Brasil. A partir destas políticas, a maneira e a execução de políticas públicas, tanto econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas percepções sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, da perspectiva da política pública, o ajuste fiscal acarretou a adoção de orçamentos equilibrados entre a receita e a despesa e limitações à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a exercer o domínio nos corações e nas mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina. O terceiro fator, mais direcionado a países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizado, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de encontrar uma solução minimamente para a questão de como projetar políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento econômico e de fomentar a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2007, p. 65-66).

Conforme ressalta Souza (2007, p. 66), as respostas a este desafio não são fáceis, nem claras ou consensuais. Elas estão subordinadas a muitos fatores externos e internos. No entanto o delineamento das políticas públicas e as regras que administram suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos ligados às decisões sobre política pública.

Diante deste contexto, Souza (2007, p. 66-67) afirma que compreender a origem e a ontologia³ de uma área do conhecimento é fundamental para melhor entender seus detalhes, sua trajetória e suas perspectivas. A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, abrindo caminho ou saltando as etapas percorridas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se aglomeravam,

³ Ontologia – Ciência do ser em geral. Parte da metafísica que trata do ser em geral e de suas propriedades transcendentais. Segundo Guarino (1998): “é uma maneira de se conceitualizar de forma explícita e formal os conceitos e restrições relacionados a um domínio de interesse”.

então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Portanto, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre a função do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado [o governo] produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, de maneira oposta, a área aparece no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as sustentações teóricas sobre a função do Estado, transpondo direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

A concepção analítica que conduziu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) elaborado cientificamente e (b) examinado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2007, p. 67). O percurso percorrido pela disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro e grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o "bom" governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA, 2006).

Na esfera de governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas conseqüências. O pioneiro e introdutor no governo dos EUA foi Robert McNamara que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não-governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *think tanks*ⁱ. Consistiu no trabalho desenvolvido por grupos de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistemas, engenheiros e sociólogos, influenciados pela teoria dos jogos de Neuman, buscando mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (SOUZA, 2006).

A respeito da origem dos estudos e relevantes contribuições para a área de políticas públicas, são considerados os quatro grandes "pais" fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Quadro 2: Contribuições na área de políticas públicas pelos “pais” fundadores

“Pais” Fundadores	Data	Contribuições
<i>Harold Dwight Laswell</i>	1936	Introduz a expressão <i>policy analysis</i> (análise de política pública), nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.
<i>Herbert Alexander Simon</i>	1957	Introduz o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (<i>policy makers</i>), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. A racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por diversos problemas, tais como: informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores. Mas a racionalidade pode ser maximizada até a um nível satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que molde o comportamento dos atores e enquadre esse comportamento na direção de resultados desejados, obstruindo, inclusive, a procura pela maximização de interesses próprios.
<i>Charles Edward Lindblom</i>	1959,1979	Questionou a ênfase do racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis a formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. As políticas públicas precisariam reunir outros elementos à sua formulação e a sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.
<i>David Easton</i>	1965	Definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. As políticas públicas recebem <i>inputs</i> dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do que propõe Souza (2007).

Segundo Almeida (2007, p. 9) os estudos na área de políticas públicas, no Brasil, surgem com a transição do regime militar (ditadura) para o regime democrático, entre o final dos anos 1970 e a primeira metade dos anos 1980. Este é um marco importante no processo de institucionalização das ciências sociais, com a criação de um verdadeiro sistema de pós-graduação e fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocsⁱⁱ), em 1977. Estes dois processos forneceram à área suas características específicas. Os desafios da democratização conduziram a agenda de pesquisas, que se desenvolveu em estreita conexão com as atividades de pós-graduação e ganhou densidade acadêmica com as discussões promovidas por associações científicas e, em destaque, pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas.

Segundo Melo (1998), a construção histórica da agenda de políticas públicas no Brasil pode ser reconhecida e dividida em etapas. Contudo, não se pretende aprofundar em cada etapa, mas apenas fazer uma descrição sintetizada dos últimos anos e de seus destaques.

A análise de políticas públicas experimentou um desenvolvimento rápido na década de 1980, estimulada pela transição democrática. De acordo com Melo (1999) são três as causas da expansão. Em primeiro lugar, pelo movimento na agenda política. Durante os anos 1970, a agenda pública se sustentou em torno de questões relativas ao modelo brasileiro de desenvolvimento, onde o debate limitava-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que guiava o projeto de modernização conservadora do regime militar (ditadura). Em segundo lugar, apesar do fim do período autoritário, percebeu-se que os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas continuaram existindo, o que serviu para fortalecer os estudos sobre políticas. A perplexidade e o desencantamento em relação ao Estado despertaram a um maior interesse sobre as situações de efetividade da ação pública.

Em terceiro lugar, a propagação internacional da idéia de reforma do Estado e do aparelho do Estado, passou a ser o dinamizador da agenda pública dos anos 1980-90, o que ocasionou uma proliferação de estudos de políticas públicas. As questões que formavam as novas idéias de organização institucional ganharam um espaço maior na agenda.

Conforme Melo (1999, p.81),

(...) ao tomar-se o modo e a qualidade da intervenção pública na economia e na sociedade como objeto de estudo, cria-se por extensão um programa de pesquisa de caráter empírico sobre questões relativas à eficiência de políticas e programas.

Por outro lado, se no passado recente o encantamento da fantasia social brasileira era o Estado, nos anos noventa, essa inclinação passa a ser direcionada, lentamente, para a sociedade civil.

Em virtude desta inclinação, percebe-se que nos últimos anos houve um crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil (Arretche, 2003; Souza, 2003). De acordo com Arretche (2003), multiplicaram-se as teses e as dissertações sobre temas análogos às políticas governamentais; disciplinas de políticas públicas foram geradas ou integradas nos programas de graduação e pós-graduação; criaram-se linhas de pesquisa especialmente voltadas para essa área; estabeleceram-se agências de fomento à pesquisa, assim como linhas especiais de financiamento para a área.

No Brasil, esse crescimento nas últimas décadas ganhou ânimo devido em grande parte às alterações históricas, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade, e encaradas pelos governos como desafios, que se exprimiram em modificações sobre a maneira de compreender, formular e apreciar as próprias políticas.

Contudo, outras discussões sobre a avaliação de políticas públicas se colocam, vagarosamente, na pauta de pesquisas acadêmicas. Assim como, segundo Trevisan (2008), o deslocamento da nova administração pública vem sofrendo pressões sobre seu caráter democrático-participativo (ou falta dele), está em aberto a discussão sobre novas formas de *accountability*ⁱⁱⁱ e participação social sobre a apreciação de políticas públicas no contexto democrático brasileiro.

2.1.1. Principais conceitos de políticas públicas

Conforme afirma Souza (2007) não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead *apud* Souza (2007, p.68) a define como o campo dentro do estudo da política que analisa o governo em relação a grandes questões públicas e Lynn *apud* Souza (2007, p.68) como um “conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Dye *apud* Souza (2007, p.68) resume a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”⁴.

De acordo com Saravia (2006) a política pública trata-se de “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Essas decisões são condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e alterações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão.

Porém, segundo Souza (2007) a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública buscam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Contudo, a definição mais clássica é atribuída a Lowi *apud* Rezende (2004, p.13): política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas”.

Muitas definições destacam o papel da política pública na solução de problemas. E neste contexto, muitos críticos destas definições, que valorizam excessivamente aspectos

⁴ Há mais de quarenta anos, Bachrach e Baratz (1962) demonstraram que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública.

racionais e procedimentais das políticas públicas, alegam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, a oposição entre idéias e interesses.

De acordo com Santos (2010)

As políticas públicas são disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Elas refletem a ação intencional do Estado junto à sociedade.

Para a autora citada, apesar de muito se falar em políticas públicas, estas não costumam ser explicitadas pelos governos, havendo no máximo referências às legislações em vigor. Habitualmente não são conhecidas e nem divulgadas, consideradas que são como implícitas, sendo, em consequência, implementadas tacitamente, sem identificação de suas origens e protagonismo.

Os fundamentos das políticas públicas estão contidos nas políticas econômicas. Dessa maneira, elas mudam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade⁵ e com o nível de atuação dos diferentes grupos sociais.

Souza (2007) resume políticas públicas como sendo:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Nesta direção, a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos refletem seus objetivos e plataformas eleitorais em programas e ações governamentais que produzirão resultados ou alterações no mundo real.

Nesta perspectiva, buscar entender os diversos conceitos aqui apresentados, aplicados a realidade vivenciada pela sociedade em determinado contexto histórico, cultural e econômico, no que diz respeito ao alcance do bem estar social, torna-se fundamental para o planejamento na formação de uma agenda de políticas públicas, bem como sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

⁵ Sociedade é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poderes diferenciados, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades (RUA, 2009).

2.1.2. Principais abordagens na análise de Políticas Públicas e o Modelo Sistêmico

Existe frequentemente entre os estudiosos de políticas públicas uma discussão acerca da capacidade explicativa dos modelos e conceitos criados para analisá-las. Neste sentido e de acordo com os estudos seminais de Dye *apud* Rua (2009, p.26-36), que reconhece os diversos paradigmas de análise existentes na literatura, são apresentadas as abordagens, vantagens e desvantagens de cada modelo, conforme ilustra o quadro 3.

Quadro 3 - Principais abordagens na análise de políticas públicas

Modelo	Abordagem	Vantagens	Desvantagens
Institucional	Ênfase no papel do Estado na produção das políticas públicas.	Padrões estruturados de comportamento de indivíduos e grupos que podem afetar a formulação da política.	Pouca atenção dada a ligação entre a estrutura das instituições políticas e o conteúdo da política.
Grupos	É vista como processo de obtenção de equilíbrio entre os interesses de diferentes grupos.	Permite a participação democrática no processo de proposição das políticas públicas.	A formação de coalizões majoritárias a partir dos grupos de maior influência, alcançada pelo grau de acesso aos tomadores de decisão.
Elites	A política é o resultado de preferências e valores de elites governamentais.	Participam das instituições democráticas, na condição de eleitores e na livre filiação a partido político.	A política não é vista como reflexo de demandas dos governados.
Racional	A política é o cumprimento eficiente das metas.	Possui informações sobre políticas alternativas, planejamento e competência para calcular a relação entre custos e benefícios.	Reduzida capacidade de explicar a autonomia e poder discricionário dos indivíduos no interior das organizações.
Incremental	A política é vista como a continuação de atividades de governos passados e que recebem algumas modificações incrementais.	Os acordos são mais fáceis quando pontos de disputa se referem apenas ao aumento ou redução de orçamentos, ou a modificações no programa.	Reduzida capacidade para identificar e atender as novas demandas que surgem de uma sociedade em constante evolução.
Teoria de Jogos	É um modelo abstrato e dedutivo de <i>policy making</i> , onde a política é vista como escolha racional de atores em uma situação competitiva.	Permite que dois ou mais participantes façam escolhas (racionais) entre as opções dadas e os resultados dependem das escolhas feitas por cada um deles, separadamente.	Não há descrição de como as pessoas realmente tomam decisões, mas, sim, como elas se posicionam diante de circunstâncias competitivas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das referências (RUA, 2009)

Na abordagem do modelo sistêmico a política pública é definida como resposta de um sistema político⁶ a forças geradas no ambiente.

Segundo afirmação de Siman *apud* Rua (2009, p.31) o conceito de sistema

implica uma série de instituições e atividades na sociedade que funcionam para transformar demandas em decisões imperativas requerendo suporte legitimador da sociedade como um todo. Implica também que os elementos do sistema são inter-relacionados, que ele pode responder a forças do seu ambiente e que fará isso para se autopreservar.

Ainda conforme Siman *apud* Rua (2009, p. 31), as forças que afetam o sistema político são os *inputs* e o ambiente é qualquer condição ou situação definida como fronteira externa ao sistema político. Os outputs do sistema político são alocações imperativas de valores do sistema, expressos como decisões e políticas públicas.

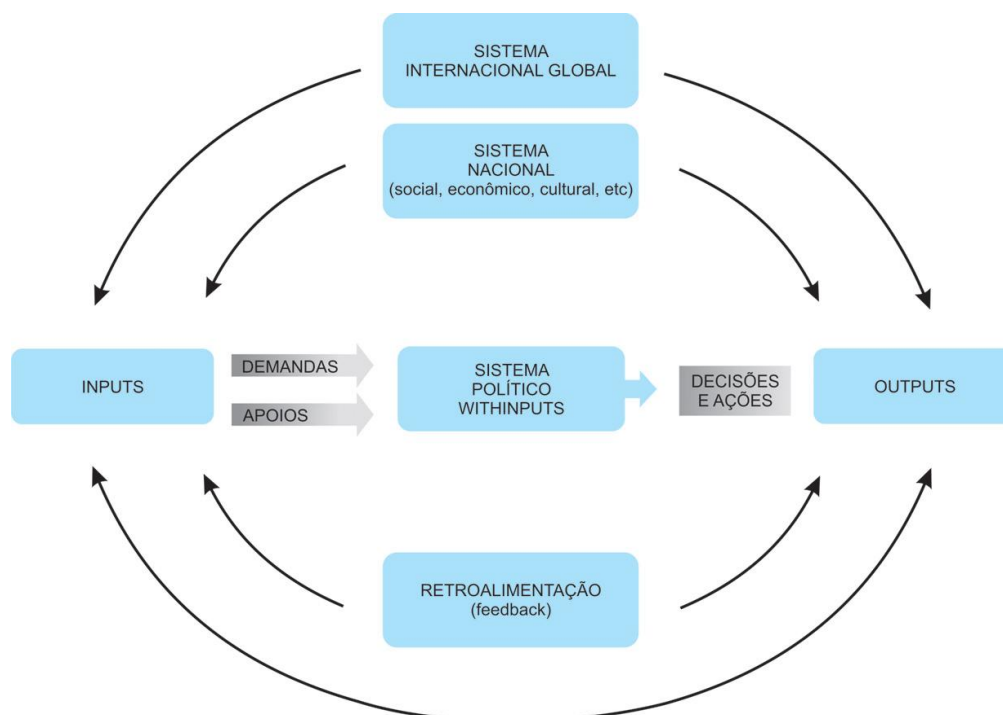
Os *inputs* são recebidos no sistema na forma de demandas e apoios; as demandas afloram quando indivíduos ou grupos, em resposta às condições ambientais, agem para afetar o conteúdo da política pública.

Diante do exposto antes, Rua (2009, p.31-32) afirma que as demandas podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social etc. Ou, ainda, demandas por participar do sistema político, como reconhecimento do direito de voto dos analfabetos e o acesso a cargos públicos para estrangeiros, organização de associações políticas, direitos de greve, entre outros. Ou, ainda, demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para o comportamento dos agentes públicos e privados etc.

O modelo sistêmico, representado na figura 4, mostra as dimensões relevantes do ambiente que dão origem a demandas para o sistema político e as características relevantes do sistema político que o habilitam a transformar demandas em decisões e políticas públicas e, ao mesmo tempo, conservar sua estabilidade; e procura elucidar como os *inputs* ambientais afetam o conteúdo da política pública, como os traços peculiares do sistema político afetam o teor da política pública, e como a política pública afeta, através de processos de *feedback*, o ambiente e a dinâmica do sistema político.

⁶ Sistema político é o conjunto de estruturas e processos inter-relacionados que funcionam para produzir alocações de valores para a sociedade (RUA, 2009).

Figura 4 - Modelo Sistêmico



Fonte: Adaptado de Easton (1969)

Em relação a figura 4, que ilustra o Modelo Sistêmico (adaptado) de Easton (1969), faz-se necessário algumas considerações sobre sua dinâmica lógica de funcionamento. Em primeiro lugar, os *inputs* ocorrem em vários níveis sistêmicos, independentemente de qual seja seu tipo. Existindo por definição, segundo Rua (2009, p.33) um sistema internacional/global, no qual têm lugar relações diversas entre múltiplos atores: Estados nacionais (países), blocos regionais (Mercosul, União Européia, por exemplo), organismos internacionais, atores transnacionais (como o sistema financeiro global, corporações multinacionais, grupos terroristas, crime organizado, ONGs, etc). Em segundo lugar, verifica-se que o sistema internacional/global possui como um de seus componentes as sociedades nacionais, que por sua vez, são formadas, cada uma delas, por um sistema nacional. Sendo este, geralmente, visto como um composto de diversos subsistemas. Entre eles: subsistema social (relações de classe, gênero, etnia, gerações, etc.); subsistema econômico (relações de produção, troca, circulação de bens e serviços, etc.) e subsistema cultural (manifestações artísticas, religiosas, etc.). E finalmente, cabe destacar entre os demais subsistemas (social, econômico e cultural) o subsistema político, que segundo Rua (2009, p.34) “É o conjunto das instituições do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, instituições de representação de interesses, quadro administrativo público e forças de segurança pública”.

Neste subsistema, há lugar para o processamento dos seguintes *inputs*: formação da agenda governamental, formulação das alternativas para atender às demandas, tomada de decisão, implementação das políticas. É também onde surgem e se manifestam os *withinputs*⁷.

Segundo Rua (2009, p.35), a figura 4 mostra um quadro analítico para o estudo na área de políticas públicas que predomina nas ciências sociais e que permite uma compreensão mais substantiva sobre como elas aparecem, estruturam-se e tornam-se diretivas de governo em situações específicas.

Longe de se apresentar como um consenso, o modelo sistêmico (adaptado de Easton, 1969) sofre algumas críticas quanto à sua concepção geral, como as apontadas por Dagnino et al. (2002), Ham e Hill, por exemplo. A primeira crítica é que o modelo assume uma excessiva redução lógica dos processos, em relação às demandas e apoios convertidos em saídas (*outputs*). A segunda crítica é que o enfoque sistêmico destaca a importância do processo central de conversão no interior do sistema político, isto é, da tomada de decisões. Dando pouca ou nenhuma atenção, ao compará-lo às demandas e apoios externos. A terceira crítica é a forma em que os processos ocorrem no interior do sistema político constituem no próprio objeto da ação política. Esta lógica não contempla que a relação entre as entidades de governo está sujeita a ajustes contínuos, na medida em que obrigações e orçamentos são alterados. Outra constatação é a de que representações sistemáticas do processo de políticas tendem a dar aos conflitos a aparência de jogos. Nesta perspectiva, o problema reside na possibilidade de a política tratar tanto da garantia de um resultado específico, quanto da mudança nas regras do jogo.

E de acordo com Rua (2009, p.36)

a essas objeções é possível acrescentar o risco de a análise resvalar para a reificação do sistema e assumir um viés conspiratório que não encontra amparo em evidências empíricas e em nada contribui para explicar consistentemente as políticas públicas.

Dentro de um campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram criados para se compreender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida das pessoas. Vários foram os modelos desenvolvidos, dentre eles os principais: a tipologia de Lowi; o incrementalismo de Lindblom; o ciclo da política

⁷ *Withinput* – Expressa demanda e apoio, distingue-se dos *inputs* pelo fato de que são provenientes do próprio sistema político: dos agentes do Executivo (ministros, burocratas, tecnocratas etc.), dos parlamentares, dos governadores de Estado, do Judiciário (RUA, 2009).

pública; o *garbage can*; a coalizão de defesa; arenas sociais; equilíbrio interrompido e os modelos influenciados pelo “Gerencialismo Público” e pelo Ajuste Fiscal.

Através do quadro 4, este estudo buscou sintetizar as principais características destes modelos explicativos na formulação das políticas públicas.

Quadro 4 - Características dos principais modelos explicativos de políticas públicas

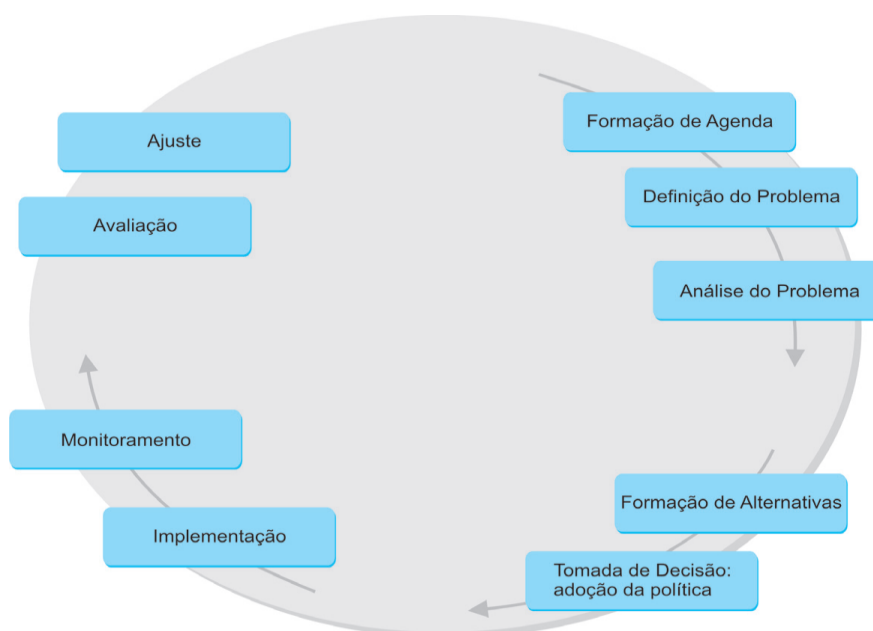
Modelo Explicativo	Quem desenvolveu?	Principais Características
Tipologia de Lowi	Theodor Lowi (1964, 1972)	A política pública pode assumir até quatro formatos: Políticas Distributivas; Políticas Regulatórias; Políticas Redistributivas e Políticas Constitutivas.
Incrementalismo	Lindblom (1979), Caiden (1980), Wildavsky (1980,1992)	Os recursos governamentais para um programa, órgão ou uma dada política pública não partem do zero, e sim de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas governamentais.
Ciclo da Política Pública	Stephen Ball e Richard Bowe (1992)	Enxerga a política pública como um ciclo deliberativo, formado pelos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliações de opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Sua abordagem é enfatizada na definição da agenda.
<i>Garbage Can</i>	Cohen, March e Olsen (1972)	Também conhecida como “lata de lixo”, as escolhas de políticas são feitas como se as alternativas estivessem em uma lata de lixo. Isto é, existem vários problemas e poucas soluções. A compreensão do problema é limitada e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro.
Coalizão de Defesa	Sabatier e Jenkins-Smith (1993)	A política pública é concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articulam com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os constrangimentos e os recursos de cada política pública.
Arenas Sociais	Marques (2000)	A política pública é vista como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas.
Equilíbrio Interrompido	Baumgartner e Jones (1993)	A existência de longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade, que geram mudanças nas políticas anteriores.
Gerencialismo Público e pelo Ajuste Fiscal	Hirschl (2004)	A eficiência é o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das referências (SOUZA, 2007)

2.1.3. O ciclo das Políticas Públicas

É fato que as políticas públicas (*polices*) ocorrem em um ambiente conturbado e de alta densidade política (*politics*), caracterizado por relações de poder, extremamente conflituosas, entre os atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia. Diante deste contexto, apresenta-se com uma das formas de lidar com essa complexidade, sem desconsiderar a dinâmica sistêmica, a reunião do modelo sistêmico (figura 4) com o modelo do ciclo de políticas (*policy cycle*), que enxergando a política pública como um ciclo deliberativo, promove a sua divisão em etapas sequenciais, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 – Ciclo das Políticas Públicas



Fonte: Rua (2009)

O ciclo de políticas públicas como modelo explicativo na formulação das políticas públicas traz como principal contribuição para o gestor público, a compreensão quanto ao processo das políticas públicas e auxiliando-o a refletir com clareza sobre como e mediante que instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas. Sendo esta a principal motivação que culminou na escolha deste modelo explicativo na formulação das políticas públicas a ser apresentada mais detalhadamente nesta pesquisa.

Algumas considerações são necessárias para o entendimento deste modelo, a primeira está relacionada a etapas, que conforme afirma Rua (2009, p. 36) elas são

compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e atividades de etapas distintas podem ocorrer simultaneamente ou as próprias etapas podem apresentar-se parcialmente superpostas.

A segunda está relacionada a própria concepção dada a política pública, e neste sentido ela é considerada como a resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político. Esta visão de política pública concebida pelo modelo “ciclo de políticas públicas”, segundo Rua (2009, p. 37)

conduz os estudiosos a examinarem como as decisões são ou poderiam ser tomadas e permite identificar e analisar os processos político-administrativos, os mecanismos e estratégias definidas para a realização da política, e o comportamento dos diferentes atores envolvidos em cada etapa do processo de produção de políticas.

A terceira consideração é que na abordagem deste modelo explicativo de formulação das políticas públicas, segundo Souza (2007, p. 74) é enfatizado sobretudo a definição de agenda (*agenda setting*) e pergunta por que algumas questões entram na agenda política enquanto outras são ignoradas.

Feitas as devidas considerações, serão apresentadas a seguir as fases sequenciais e interativas do processo de produção de uma política.

A formação da agenda surge quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e sua discussão passam a fazer parte das atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo. A fase de formação de alternativas e tomadas de decisão, através da adoção da política, surge após a inclusão do problema na agenda e sobre o mesmo tenha sido realizadas algumas análises, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução. Observando que estas propostas refletem interesses diversos de seus formuladores, precisam ser combinadas, de tal forma que se alcance uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas. Ocorre, então, a tomada de decisão.

A tomada de decisão não significa, necessariamente, que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas, mas, sim, que foi possível chegar a decisão sobre o núcleo da política pública que está sendo formulada. Nesta perspectiva, Rua (2009, p. 38) ressalta:

quando a política é pouco conflituosa e agrega bastante consenso, esse núcleo pode ser bastante abrangente, reunindo decisões sobre diversos aspectos. Quando, ao contrário, são muitos os conflitos, as questões são demasiado complexas ou a decisão requer grande profundidade de conhecimentos, a decisão tende a cobrir um pequeno número de aspectos, já que muitos deles têm as decisões adiadas para o momento da implementação.

A fase seguinte é a da implementação, ou seja, consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações abrangidas por uma política, de tal forma que as decisões inicialmente tomadas na fase anterior, deixam de ser apenas um conjunto de “vontades” e passam a ser intervenção na realidade. É constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Usualmente, a fase de implementação se faz acompanhar do monitoramento, que conforme definição de Rua (2009, p.38) “É um conjunto de procedimentos de apreciação dos processos adotados, dos resultados preliminares e intermediários obtidos e do comportamento do ambiente da política”. O monitoramento apresenta-se como um instrumento de gestão das políticas públicas, atuando como facilitador na consecução dos objetivos pretendidos com a política.

A fase da avaliação, segundo Saravia (2006, p. 34-35) consiste na mensuração e análise, *a posteriori*, dos efeitos causados na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que tange às realizações obtidas e as conseqüências previstas e não previstas. O autor citado afirma que “a avaliação é a área de política pública que mais se tem desenvolvido nos últimos tempos”.

Em concordância com Saravia (2006), Rua (2009, p. 38) conceitua avaliação como sendo um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo as normas que expressam valores. Ao lado do monitoramento, destina-se a ajudar nas decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados aguardados sejam obtidos.

2.1.4. Política Pública e Política Social

Raramente se tem clareza que existem diferenças importantes entre os estudos sobre política pública e aqueles sobre política social. Ambas compõem um campo multidisciplinar, mas seus objetivos e focos são distintos. Estudos sobre políticas públicas procuram transmitir a natureza da política analisada e seus processos. As pioneiras pesquisas acadêmicas sobre política social discutiram o Estado do bem-estar social, sua origem e conseqüências e,

diferentemente da política pública propriamente dita, sua origem está mais vinculada a academia européia do que na norte-americana. E segundo afirma Souza (2007, p. 70) que a partir dos estudos seminais sobre o Estado do bem-estar, as pesquisas sobre políticas sociais expandiram-se rapidamente. E ainda, que estas pesquisas abrangem, na atualidade, as seguintes áreas: política e gestão de serviços sociais, principalmente saúde e **educação** (grifo do autor) no caso brasileiro; problemas sociais diversos, porém, no caso brasileiro, pesquisas sobre segurança pública estão rapidamente ganhando espaço na agenda de políticas públicas; estudos relacionados com grupos minoritários e excluídos – gênero, raça, pobreza, desigualdade social, todos também bastante estudados no Brasil. E segundo relato de Souza (2007, p. 70) de que “estudos sobre política social têm sido particularmente abundantes e são, provavelmente, os que mais têm recebido atenção acadêmica no Brasil, assim como são, também, os mais disseminados”.

E diante desta constatação, torna-se cada vez mais necessário descrever o que distingue uma pesquisa em política pública de uma em política social. Diferenças importantes são percebidas nos seus focos. Se de um lado os estudos em políticas públicas concentram-se no processo e em buscar respostas a questões do tipo “por que” e “como”, os estudos em políticas sociais tomam o processo apenas como uma questão secundária e se concentram nas consequências da política, ou seja, o que a política faz ou fez.

Conforme Souza (2007, p.71) essa simples distinção tem, no entanto, efeitos na agenda de pesquisa. A referida autora relata que

Estudos sobre política pública não focalizam necessariamente o conteúdo substantivo da política, daí porque não assume importância fundamental o objeto da política pública, dado que qualquer produção do governo em qualquer área/ setor pode ser tomada como ilustração do processo.

E complementa ao afirmar que ao contrário, os estudos sobre política social, são demarcados pelo objeto da política pública, focalizando, sempre, as questões que a política busca “resolver”, os problemas da área e seus resultados.

2.1.5. O contexto da política pública na educação superior brasileira

No período do Brasil Colônia a Igreja Católica que “detinha” o “monopólio” da educação no Brasil. Com a chegada da Família Real no Brasil, mas precisamente no Rio de Janeiro, é que houve a intervenção estatal na educação, mas não por completo, pois foi criado

somente cursos superiores, para atender a elite do país, e não se pensou em uma educação básica para toda a população brasileira.

A formulação de políticas públicas com fins sociais elaborado pelo Estado brasileiro aconteceu somente na segunda República, mais precisamente na era Vargas, Meksenas (2002 p.110) diz que se desenvolveu em três campos: na previdência e na legislação trabalhista; na saúde e na educação e no saneamento básico habitação e transporte.

E ainda de acordo com Meksenas (2002, p. 116),

No campo da educação, a política pública no Brasil mantém as características que também estão presente na previdência, saúde e saneamento. Segue a lógica da expansão desigual no tempo e no espaço; do atendimento deficitário à população pobre; dos gastos excessivos, que se perdem na manutenção da burocracia e pouco contribuem para os fins propostos; do repasse dos recursos a setores do empresário, na perspectiva de sua concentração na esfera privada; da ausência da redistribuição da riqueza na perspectiva social.

E no transcorrer das últimas duas décadas, os países latino-americanos realizaram diversas reformas econômicas, sendo estabelecidas com o objetivo de melhorar o quadro do setor público e da gestão das políticas públicas. Na área educacional, estas reformas seguiram as orientações do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). As propostas do Banco Mundial no setor educacional e as políticas educacionais levaram os governos a enfatizarem na educação primária o aporte de um volume maior de recursos para esse setor e incentivar o reforço das instituições de ensino privado na educação de nível superior.

No contexto brasileiro, a partir dos anos 90, especialmente durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mudanças importantes no ensino superior foram promovidas, visando três objetivos principais: aumentar o número de estudantes nos níveis primário e secundário, para aumentar o número de instituições privadas e para melhorar a qualidade de ensino e pesquisa em atividades destes.

Apesar de não haver um explícito Programa de Reforma da Educação durante o governo FHC, ocorreram de fato neste período algumas mudanças importantes no sistema de ensino derivados da tentativa de adaptar as políticas públicas com as recomendações do Banco Mundial. Este processo foi materializado no Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), desenvolvido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), onde afirma que a reforma "deve ser entendida no contexto das funções do novo governo, de

acordo com este governo deve agir na promoção do desenvolvimento social e econômico, bem como ser um agente regulador" (Peroni, 2000, p.5).

Durante os dois mandatos do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram realizadas várias mudanças na área educacional, trazendo melhorias em termos sociais, a partir da formulação e implementação de diversas políticas públicas na educação superior brasileira, conforme ilustra o quadro a seguir.

Quadro 5 - Políticas educacionais implementadas no ensino superior brasileiro (2003-2010)

Política Educacional – Ensino Superior	Esfera (s)	Objetivo (s)
Programa de Expansão das IFES	Pública	Expansão de vagas públicas
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	Pública	
ProUni – Programa Universidade para Todos	Privada	Concessão de bolsas de estudo
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior	Público Privada	Avaliação do ensino superior
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação	Pública	Ampliação com qualidade e relevância
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil	Pública	Viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico

Fonte: Ministério da Educação (2011)

No âmbito do ensino superior, houve prioridade na expansão da educação de qualidade, democratização do acesso em instituições públicas e privadas, reformulação da avaliação e das ferramentas de coleta de dados, bem como ampliação da pós-graduação.

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, levou o governo a executar programas que tivessem como meta a ampliação da oferta de vagas nesse nível de ensino, assim como tomar medidas que possibilitassem o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior. Considerando a necessidade de inclusão de grande percentual da população neste nível de ensino, tais medidas foram

adotadas tanto no âmbito das instituições públicas, quanto nas instituições privadas, tendo sempre como principal norteador da expansão, a garantia da qualidade no ensino oferecido.

No que tange à expansão das vagas públicas, teve início, ainda em 2003, o Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior que em seguida foi ampliado com a criação, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em relação à ampliação de ingresso e permanência nas instituições privadas, foram adotadas duas vertentes principais: a concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), e a concessão de financiamento estudantil, por meio da reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Embora seja dirigido a estudantes de baixa renda, os críticos argumentam que o ProUni é uma transferência de recursos públicos ao setor privado com um resultado incerto para os alunos selecionados, por causa da baixa qualidade do ensino na maioria das instituições privadas.

No que se refere à avaliação do ensino superior, estabeleceu-se uma visão integrada, contemplando avaliação institucional externa, auto-avaliação realizada pela instituição, desempenho dos estudantes e avaliação dos cursos de graduação, além do desenvolvimento de indicadores, como o Conceito Preliminar de Curso e o Índice Geral de cursos. Neste âmbito, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, considera resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o qual constitui uma reformulação do antigo provão, realizado por todos os ingressantes e concluintes. Para melhor subsidiar as políticas de educação superior, o Censo foi reformulado coletando informações de cada aluno e dos docentes vinculados a cada curso de graduação.

Na pós-graduação, ressaltam-se como marcos inovadores as ações indutivas ao desenvolvimento de projetos para a formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o País, seja em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, segurança nacional ou, ainda, em termos sociais, incentivadas por editais específicos. Além disso, bolsas de mestrado e doutorado concedidas no país foram ampliadas e seus valores reajustados. Esta política de expansão foi definida no Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (2005-2010), instrumento norteador das ações de governo na área.

Em relação ao apoio a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tendo como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir

para a melhoria do desempenho acadêmico, foi promulgado em 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Em relação a este programa de assistência estudantil, o seu detalhamento encontra-se em capítulo mais adiante neste estudo.

É inegável que muitos avanços ocorreram neste período, mas há um longo caminho a percorrer, pois os desafios apresentados para a universidade brasileira são enormes, ele deve participar da difusão do conhecimento e a necessidade de formar profissionais com capacidade de atender às exigências do mercado por um lado, e produzir conhecimento científico para permitir ao país desenvolver novas tecnologias e uma melhor posição no um mundo interdependente do outro. Isso não é tão fácil, porque a universidade brasileira como instituição é jovem (as primeiras universidades foram criadas cerca de 1930) e porque ao longo de um longo período de tempo o ponto de vista predominante foi a de que o Brasil não precisava de centros de excelência no ensino superior, devido ao seu papel na divisão internacional do trabalho (a ser considerado como um produtor de matérias-primas).

Na perspectiva atual da Universidade pública em relação ao seu papel de ente transformador da realidade dos seus integrantes e da própria sociedade brasileira, em seu espectro mais amplo. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro vem ao longo de sua existência promovendo estudos superiores em sistema indissolúvel de ensino, pesquisa e extensão em todos os ramos do saber. Tendo como finalidades àquelas descritas no Relatório Anual de Gestão (2010, p. 32):

Ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino superior, em todos os campos do conhecimento, visando ao preparo e aperfeiçoamento de pesquisadores, professores e técnicos;

Estimular, promover e executar investigações científicas com o objetivo de ampliar o acervo de conhecimentos, o enriquecimento da cultura e sua aplicação ao serviço do Homem e ao desenvolvimento nacional, principalmente no que se refere ao melhor aproveitamento de nossos recursos naturais e humanos;

Contribuir para a divulgação de conhecimentos científicos especializados visando a melhor compreensão da realidade brasileira, em seus múltiplos aspectos;

Proporcionar aos Poderes Públicos, dentro dos limites dos seus recursos, a assessoria que lhe for solicitada para o desenvolvimento do país; e

Desenvolver integralmente a personalidade dos seus alunos, atendendo ao ideal do bem comum, da unidade nacional e da compreensão e cooperação universais.

Em consonância com as finalidades apresentadas, a UFRRJ possui a missão institucional de “contribuir para o desenvolvimento do país, visando à formação de profissionais-cidadãos com autonomia para o aprendizado contínuo, socialmente referenciados para o mundo do trabalho e capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia” (Relatório Anual de Gestão, 2010, p. 32). Prospectando na sua visão de futuro a de ser uma

Universidade comprometida com a formação de profissionais-cidadãos com elevada qualificação, com valores humanos associados à justiça social, à solidariedade, à democracia e à sustentabilidade da vida humana e da biodiversidade do planeta Terra, com a geração e difusão de conhecimentos como resultado da interação entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo a liberdade de pensamento e o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural de modo sensível às mudanças sócio-ambientais, políticas e econômicas (Relatório Anual de Gestão, 2010).

Cabe ressaltar que, para prosseguir no cumprimento do papel social que a UFRRJ vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória centenária, faz-se necessário a existência de uma infra-estrutura de recursos humanos (docentes e técnicos administrativos) e de capacidade instalada (prédios, laboratórios, salas de aula, bibliotecas, etc.), bem como um orçamento que seja capaz de manter e ampliar esta estrutura, visando dar suporte ao processo de expansão e reestruturação das instituições federais de ensino superior que vem ocorrendo em nosso país.

Dessa forma, os demonstrativos apresentados a seguir servirão para explicitar as transformações ocorridas na infra-estrutura administrativa e acadêmica da UFRRJ no período de 2006 a 2010.

Tabela 1 - Variação percentual do pessoal efetivo da UFRRJ no período de 2006 a 2010 (continua)

Comparativo Anual		2006	2007	2008	2009	2010	Δ%
RECURSOS HUMANOS							(2006 x 2010)
Pessoal Efetivo - Docentes por Cargo	Titular	21	21	21	21	20	-4,76
	Associado	144	148	157	172	202	40,28
	Adjunto	334	330	334	417	533	59,58
	Assistente	90	87	113	144	219	143,33
	Auxiliar	1	1	1	1	1	0,00
	Ensino Médio	47	45	47	46	58	23,40

Tabela 1. Continuação

Total do Pessoal Efetivo - Docentes por Cargo (A)		637	632	673	801	1.033	62,17
Pessoal Efetivo - Técnicos Administrativos por Nível	Apoio	262	252	246	235	228	-12,98
	Médio	700	684	706	711	825	17,86
	Superior	122	126	143	140	190	55,74
Total do Pessoal Efetivo - Técnicos Administrativos por Nível (B)		1.084	1.062	1.095	1.086	1.243	14,67
Total do Pessoal Efetivo - Docentes e Técnicos (A+B)		1.721	1.694	1.768	1.887	2.276	32,25

$\Delta\%$ = Variação Percentual

Fonte: Relatório de Gestão/UFRRJ

Pode-se observar na tabela 1 que houve variações positivas em 2010, comparado com o ano de 2006, de 62,17%, 14,67% e 32,25% nos totais do pessoal efetivo: docentes por cargo e técnicos administrativos por níveis e na média dos totais do pessoal efetivo – docentes e técnicos por cargos e níveis, respectivamente. Demonstrando um aumento da infra-estrutura de recursos humanos que dêem conta do aumento de demanda por serviços decorrentes da crescente oferta no número de vagas nos cursos existentes e da disponibilização de novas vagas para os cursos novos, ambos resultantes dos processos de expansão e reestruturação que vem ocorrendo com as instituições federais de ensino superior.

Tabela 2 – Variação percentual das receitas e das despesas no período de 2006 a 2010

Comparativo Anual		2006	2007	2008	2009	2010	$\Delta\%$
RECURSOS FINANCEIROS							2006 a 2010
RECEITAS	Própria Arrecadada	1.773.095,99	1.578.917,78	3.835.993,83	2.499.221,25	2.365.569,88	33,41
	Transferências Orçamentárias	182.823.514,00	193.548.223,54	242.737.578,79	284.092.793,00	339.789.468,45	85,86
	Extra-Orçamentárias	10.893.509,88	11.395.652,95	18.250.302,09	9.236.236,24	10.578.368,91	-2,89
Total das Receitas		195.490.119,87	206.522.794,27	264.823.874,71	295.828.250,49	352.733.407,24	80,44
DESPESAS	Pessoal	160.700.415,00	162.472.148,00	191.265.560,61	225.082.348,96	285.673.567,00	77,77
	Benefícios de Pessoal	5.305.572,60	6.360.286,00	7.243.166,73	8.510.630,82	14.937.334,03	181,54
	Custeio	20.855.176,70	23.524.067,22	33.223.704,78	38.467.849,37	34.120.005,97	63,60
	Capital	7.574.194,07	14.119.709,71	17.308.933,55	16.348.872,60	15.775.982,00	108,29
Total das Despesas		194.435.358,37	206.476.210,93	249.041.365,67	288.409.701,75	350.506.889,00	80,27

$\Delta\%$ = Variação Percentual

Fonte: Relatório de Gestão/UFRRJ

Na tabela 2, observa-se uma variação positiva de 80,44% nas receitas no ano de 2010 em relação a 2006. O aumento nas receitas deu-se principalmente nas transferências orçamentárias, visando atender as despesas com a contratação de pessoal efetivo (docentes e técnicos administrativos) e obras de ampliação da capacidade instalada (prédios, laboratórios, salas de aulas, etc.), saindo de um total das receitas no montante de R\$ 195.490.119,87 (cento e noventa e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e dezenove reais e oitenta e sete centavos) em 2006 para um montante de R\$ 352.733.407,24 (trezentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e sete reais e vinte e quatro centavos) em 2010.

Do mesmo modo, observa-se uma variação positiva de 80,27% nas despesas no ano de 2010 em relação a 2006, saindo de um total das despesas no montante de R\$ 194.435.358,37 (cento e noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos) em 2006 para um total das despesas no montante de R\$ 350.506.889,00 (trezentos e cinquenta milhões, quinhentos e seis mil e oitocentos e oitenta e nove reais) em 2010.

O aumento das despesas ocorreu pelos motivos expostos na variação das receitas oriundas das transferências orçamentárias, nas despesas com os benefícios de pessoal, onde houve uma elevação de 111,13% no valor do auxílio-alimentação por servidor ativo, passando de R\$ 143,99 (cento e quarenta e três reais e noventa e nove centavos) para R\$ 304,00 (trezentos e quatro reais) com a publicação em 09/02/2010 da Port. MPOG nº 42, bem como o aumento do número de servidores beneficiados, devido às contratações de servidores (docentes e técnicos administrativos), por meio de concurso público, ocorridas no período em estudo. Provocando nas despesas com benefícios de pessoal uma variação de 181,54 % no ano de 2010 em relação a 2006, saindo de um total das despesas com benefícios de pessoal no montante de R\$ 5.305.572,60 (cinco milhões, trezentos e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) em 2006 para um montante de R\$ 14.937.334,03 (quatorze milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e três centavos) em 2010.

Tabela 3 – Variação percentual dos cursos de graduação no período de 2006 a 2010

(continua)

Comparativo Anual	2006	2007	2008	2009	2010	Δ%
GRADUAÇÃO PRESENCIAL (A)						(2006 x 2010)

Tabela 3. Continuação

Totais do Ensino de Graduação Presencial no período de 2006 a 2010	Cursos oferecidos	29	31	32	44	55	89,66
	Vagas disponibilizadas	2.105	2.145	2.145	2.825	3.450	63,90
	Número de Inscritos	13.400	10.494	11.980	16.838	48.347	260,80
	Relação Candidato/Vaga	5,58	4,89	5,59	5,96	14,00	150,90
	Taxa de Ocupação	85,25	85,82	90,86	99,15	97,24	14,06
	Matriculados na Graduação	7.984	7.974	8.155	8.682	9.417	17,95
	Concluintes	487	500	492	480	1.051	115,81
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA (B)							
Totais do Ensino de Graduação à Distância no período de 2006 a 2010	Cursos oferecidos	1	1	1	2	2	100,00
	Vagas disponibilizadas	400	400	630	1.005	990	147,50
	Número de Inscritos	2.923	4.661	5.203	7.724	6.950	137,77
	Relação Candidato/Vaga	7,31	11,66	8,18	6,58	6,11	-19,64
	Taxa de Ocupação	95,50	91,25	96,83	100,00	100,00	4,50
	Matriculados na Graduação	382	365	610	1005	990	159,16
	Concluintes	0	0	0	11	25	-
TOTAIS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO (A+B)							
Totais do Ensino de Graduação (A+B) no período de 2006 a 2010	Cursos oferecidos	30	32	33	46	57	90,00
	Vagas disponibilizadas	2.505	2.545	2.775	3.830	4.440	77,25
	Número de Inscritos	16.323	15.155	17.183	24.562	55.297	238,77
	Matriculados na Graduação	8.366	8.339	8.765	9.687	10.407	24,40
	Concluintes	968	1.038	1.142	1.069	1.077	11,26

$\Delta\%$ = Variação Percentual

Fonte: INEP, CEDERJ e Relatório de Gestão/UFRRJ

Na tabela 3, verifica-se um crescimento significativo na estatística dos diversos itens que compõem o ensino de graduação (presencial e a distância) da UFRRJ no período de 2006 a 2010. O programa de expansão das IFES e o REUNI vem possibilitando a criação de novos cursos e disponibilizando novos turnos para os cursos existentes. Deste modo, o número de cursos de graduação oferecidos apresentou uma variação positiva de 90% no ano de 2010 em relação a 2006, passando de 30 cursos (2006) para 57 cursos (2010). Com resultado desta variação, houve um aumento no número de vagas disponibilizadas em 77,25% no ano de 2010 em relação a 2006.

Outro fator a se observar na tabela 3 é a variação positiva de 260,80% no número de inscritos para os cursos de graduação presencial no ano de 2010 em relação a 2006. Este aumento foi devido, principalmente, ao fato de que em 2009, a UFRRJ aderiu ao Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (SISU/MEC) oferecendo 100% de suas vagas para acesso aos cursos de graduação em 2010 pelo SISU, processo esse coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Esta forma de acesso, dada sua abrangência nacional, divulgação ampla na sociedade e natural disseminação e gratuidade do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para egressos do ensino médio público, proporcionou um aumento expressivo ao número de inscritos na maioria dos cursos de graduação presencial da UFRRJ e demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Tabela 4 - Variação percentual dos cursos de pós-graduação no período de 2006 a 2010

Comparativo Anual		2006	2007	2008	2009	2010	$\Delta\%$ (2006 x 2010)
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRESENCIAL							
Especialização	Número de Cursos	9	9	-	-	-	-
	Matriculados	180	193	-	-	-	-
Mestrado	Número de Cursos	15	15	16	16	18	20,00
	Matriculados	530	605	705	649	770	45,28
Doutorado	Número de Cursos	8	8	8	10	11	37,50
	Matriculados	283	292	300	339	367	29,68

$\Delta\%$ = Variação Percentual

Fonte: Relatório de Gestão/UFRRJ

Observa-se na tabela 4 que houve variações positivas em 2010, comparado ao ano de 2006, de 20%, 37,50%, 45,28% e 29,68% no número de cursos nos níveis de mestrado e doutorado e no número de matriculados nos cursos de mestrado e doutorado, respectivamente. O crescimento apresentado no período é resultado das ações estratégicas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, visando atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ (2006, p. 32), previstas a seguir:

- a) incentivo à capacitação, em nível de pós-graduação, dos docentes e técnicos administrativos através do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico Administrativo (PICDT) até 2011;
- b) fortalecimento dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, por meio do planejamento estratégico, até 2011;
- c) incentivo à criação de novos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, até 2011.

Tabela 5 - Variação percentual dos projetos e programas de extensão e das ofertas de cursos e oficinas no período de 2006 a 2010

Comparativo Anual		2006	2007	2008	2009	2010	$\Delta\%$ (2006 x 2010)	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - PROGRAMAS E PROJETOS								
Totais dos Programas e Projetos no período de 2006 a 2010	Programas	3	1	1	1	1	-66,67	
	Projetos	82	49	62	57	43	-47,56	
	Pessoal envolvido							
	Docentes	168	77	127	91	89	-47,02	
	Discentes	226	64	151	133	100	-55,75	
	Técnicos Administrativos	12	1	40	11	5	-58,33	
	Participantes	16.785	46.745	12.910	24.128	52.283	211,49	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - CURSOS E OFICINAS								
Totais dos Cursos e Oficinas no período de 2006 a 2010	Matriculados	1.451	1.482	2.589	1.295	2.112	45,55	
	Carga Horária	2.354	1.834	6.586	5.090	2.113	-10,24	

$\Delta\%$ = Variação Percentual

Fonte: Relatório de Gestão/UFRRJ

Nota-se na tabela 5 o registro de variações negativas no desenvolvimento da extensão universitária em relação ao número de programas e projetos, bem como nas categorias do pessoal envolvido, exceto o número de participantes envolvidos que apresentou uma variação positiva de 211,49% no ano de 2010 em relação a 2006.

Na relação entre o número de matriculados e a carga horária dos cursos e/ou oficinas oferecidas como ações da extensão universitária, observa-se que ocorreu em relação ao primeiro uma variação positiva de 45,55% no período, enquanto em relação ao segundo houve uma variação negativa de 10,24% no ano de 2010, se comparado a 2006. As variações apresentadas são resultantes das ações estratégicas da Pró-Reitoria de Extensão em proceder uma redução qualificada na carga horária dos cursos e/ou oficinas ministradas, a fim de proporcionar um aumento da oferta de vagas destes cursos/oficinas a comunidade local, justificando o aumento de matriculados nestas atividades.

Tabela 6 – Variação percentual dos cursos do ensino fundamental e médio no período de 2006 a 2010 (continua)

Comparativo Anual		2006	2007	2008	2009	2010	$\Delta\%$ (2006 x 2010)
ENSINO FUNDAMENTAL							
Totais Matriculados no período de 2006 a 2010	Educação Infantil	118	96	92	84	91	-22,88

Tabela 6. Continuação

	Educação Fundamental	410	378	402	418	436	6,34
	Educação de Jovens e Adultos - EJA	0	0	141	111	94	-
ENSINO MÉDIO							
Totais do Ensino Médio no período de 2006 a 2010	Cursos oferecidos	3	3	3	3	4	33,33
	Vagas disponibilizadas	280	250	250	250	250	-10,71
	Candidatos inscritos	2.469	2.025	2.210	2.103	2.538	2,79
	Matriculados no Colégio Técnico	1.017	868	804	810	861	-15,34
	Concluintes	123	114	183	52	174	41,46

$\Delta\%$ = Variação Percentual

Fonte: Relatório de Gestão/UFRRJ

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro possui na sua estrutura organizacional, além das unidades acadêmicas e administrativas voltadas para o ensino superior, pesquisa e extensão universitária, as destinadas ao ensino fundamental e médio. O CAIC Paulo Dacorso Filho é a unidade responsável pela educação infantil, fundamental e de jovens e adultos (EJA), enquanto o Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) é a unidade responsável pelo ensino médio e cursos técnicos em agrimensura, agroecologia, hospedagem e meio-ambiente.

Na tabela 6, verifica-se a implantação em 2008 da Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando atender a uma demanda da população do município de Seropédica e do seu entorno. No ensino médio, houve uma variação positiva de 33,33% na oferta de cursos no ano de 2010 em relação a 2006. Esta variação deu-se pela oferta em 2010 do curso técnico em meio-ambiente. Houve uma variação negativa de 10,71% e 15,34% no ano de 2010 em relação a 2006 no número de vagas disponibilizadas e matriculados no CTUR, respectivamente. O aumento no número de trancamentos e reprovações nos cursos vem retraindo o crescimento do número de concluintes. E como as vagas são disponibilizadas e liberadas para novas matrículas a partir da conclusão dos cursos pelos alunos, justifica-se a variação negativa apresentada na tabela 6.

Tabela 7 - Variação percentual dos dados gerais da assistência estudantil no período de 2006 a 2010

Comparativo Anual		2006	2007	2008	2009	2010	Δ%
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - DADOS GERAIS							(2006 x 2010)
Totais da Assistência Estudantil no período de 2006 a 2010	Assistência Alimentar						
	Capacidade de Atendimento Diário	3.000	3.300	3.800	3.000	3.000	0,00
	Média de alunos beneficiados/dia	1.878	1.808	2.122	2.536	2.761	47,02
	Número de refeições servidas	537.048	500.822	630.058	588.185	703.896	31,07
	Custo médio dos alimentos (desjejum, almoço e jantar)	1,21	0,95	1,79	1,47	1,68	38,84
	Assistência Residencial						
	Número de discentes alojado - Graduação	1.964	1.931	1.898	1.881	1.910	-2,75
	Número de discentes alojados - Pós-Graduação	46	39	45	46	46	0,00
	Total de discentes alojados (Grad. e Pós-Grad.)	2.010	1.970	1.943	1.927	1.956	-2,69
	Assistência Médico-Ambulatorial						
	Consultas ambulatoriais	7.866	9.582	10.048	9.784	8.654	10,02
	Consultas emergenciais	527	30	62	14	20	-96,20
	Atendimento odontológico	185	41	168	230	135	-27,03
	Outros atendimentos	7.127	8.639	8.761	6.499	7.625	6,99

Δ% = Variação Percentual

Fonte: Relatório de Gestão/UFRRJ

Na tabela 7, observa-se que a assistência alimentar uma variação positiva de 47,02% e 31,07% no ano de 2010 em relação a 2006 na capacidade de atendimento diário e no número de refeições servidas pelo restaurante universitário, respectivamente. Embora esta variação apresente-se como positiva, uma melhor avaliação demonstra um esgotamento na capacidade instalada, na perspectiva de que no período não houve crescimento na capacidade de atendimento diário do restaurante universitário. No que se refere ao aumento do custo médio (38,84%) apresentado na tabela 7, faz-se necessário ressaltar que o custo médio real após a dedução da inflação acumulada no período (23,7%), medida pelo IPCA foi de 15,14%. Este aumento real foi motivado principalmente pela reestruturação dos cardápios das refeições servidas (desjejum, almoço e jantar), visando garantir, segundo a coordenadora do restaurante

universitário, uma alimentação adequada, balanceada e com maior valor nutricional para todos os usuários.

Na assistência residencial, os dados da tabela 7 não apresentaram variação significativa.

Na assistência médico-ambulatorial, observa-se uma variação negativa de 96,20% no ano de 2010 em relação a 2006 no número de consultas emergenciais. Ao analisar os fatores que contribuíram para esta variação, no posto médico da UFRRJ, foi indicado como um dos principais fatores a melhoria na qualidade nutricional dos alimentos servidos aos estudantes no Restaurante Universitário. Outro fator importante foi a implementação de diversas ações preventivas de saúde, evitando que o estado de saúde dos estudantes se agravassem, gerando uma demanda por atendimento emergencial. Corroborando com esta análise, observa-se na tabela 7 uma variação positiva de 10,02% no ano de 2010 em relação a 2006 no número de consultas ambulatoriais.

Após esta breve contextualização, faz-se necessário repensar o conceito de políticas públicas para a educação superior brasileira sob a perspectiva da formação do cidadão crítico que não somente exige os seus direitos, mas que incorpora para si o dever de multiplicar o conhecimento adquirido em prol da solução dos problemas locais, visando o alcance do bem-estar social da população do seu município, do seu estado e do seu país.

2.2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A administração pública se inspirou na administração da sociedade empresária privada, mas não a adotou em sua forma, pois enquanto a administração empresarial busca o lucro por meio da venda de seus produtos e serviços aos clientes voluntários, o Estado busca através da condução de políticas públicas o atendimento ao interesse coletivo da sociedade brasileira.

A administração pública é, segundo a definição dada pelo documento de referência do Gespública (2008/2009, p. 19) em sentido formal:

[o] conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumido em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração Pública é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Com base nesta definição formal, a administração deve tratar a todos de maneira igual, sem distinção ou tratamento privilegiado, diligente na busca do atendimento ao interesse público, eficaz na produção do seu efeito.

2.2.1. Fundamentos Constitucionais para a Gestão Pública

A convivência dos indivíduos em sociedade sempre exigiu o cumprimento a um conjunto de normas e regras, criadas com objetivos de tornar essa convivência harmoniosa e pacífica. A este conjunto de normas e regras denomina-se ordenamento jurídico, que para harmonizar as muitas normas e regras existentes, utiliza-se de uma estrutura hierárquica, tendo no topo a Norma Constitucional. Qualquer legislação que contrarie o texto constitucional não tem validade.

Em relação ao cumprimento das normas, Costa (2010, p.18) observa que

O agente público não difere dos demais indivíduos sociais, todos devem cumprir o texto legal. Ao agente público tal assertiva impera, pois o Estado que o emprega tem o dever de zelar pela sociedade; o Estado figura abstrata ganha forma através do agente público, que administra o bem público.

Com base no princípio da legalidade, aplicam as regras de convivência e outras atividades típicas do Estado. Ao gestor da coisa pública, tanto quanto o gestor da empresa privada, deverão atuar dentro de um contexto legal, pois caso contrário ambos estarão sujeitos a penalidades decorrentes da legislação.

No aspecto federativo, o Brasil é organizado da seguinte forma: administração da União, dos Estados, do Município, e do Distrito Federal, da administração direta, indireta. Conforme artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, determina que

a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1988).

Nesta perspectiva, a constituinte de 1988 inovou, consagrando no texto constitucional os princípios da Administração Pública direta ou indireta, em todos os poderes e níveis. Há, entretanto, princípios implícitos que são decorrentes do estado de Direito e da totalidade do sistema constitucional que devem nortear a atuação da Administração Pública.

A gestão pública para ser excelente tem de atender, de acordo com o documento de referência do Gespública (2008/2009, p. 19), aos seguintes princípios constitucionais: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além destes, outros princípios são considerados por Costa (2010, p. 21-29) como balizas que norteiam a atividade do intérprete, neutralizando o subjetivismo. São eles: Princípio da supremacia do interesse público, da finalidade, da razoabilidade, da motivação, da legitimidade ou veracidade, da especialidade, do controle ou tutela, da autotutela, da hierarquia, da continuidade, do controle judicial, da responsabilidade do Estado e do processo legal e da ampla defesa.

Embora tenham sido elencado os fundamentos constitucionais para a gestão pública e seus princípios, é importante ressaltar que a Administração Pública, União, Estado, Distrito Federal e os Municípios devem obedecer as demais fontes normativas: Constituição Federal; Constituições dos Estados; Lei Orgânica do Distrito Federal; Lei Orgânica dos Municípios; Legislações Ordinárias e Complementares Federal, Estadual, Distrital, e Municipal; políticas, diretrizes, planos e programas de governo, atos dos Ministros e Secretários; atos dos dirigentes de órgãos autônomos ou entidades e por titular de unidade administrativa.

O gestor público ao considerar os fundamentos constitucionais explicitados na conduta de sua administração, permitirá que ela esteja sempre amparada pelo dispositivo legal; seu procedimento administrativo será caracterizado pela probidade no alcance do bem comum.

Neste contexto, a gestão eficiente decorre do conhecimento pleno da função do agente público enquanto legítimo representante do Estado, para atuar no interesse público. Ao gestor da coisa pública não é permitido criar situações, mas aplicar de forma oportuna e correta a lei, para alcançar o objetivo único da administração pública: **O Bem-Estar do Cidadão** (grifo do autor).

Na busca de melhor atender as demandas crescentes e mutantes da sociedade brasileira, a administração pública vem através de debates, desenvolvendo dois projetos políticos inspirados nas vertentes: gerencial e societal. Sendo os modelos de gestão pública oriundos destas vertentes, tratados a seguir neste trabalho.

2.2.2. O Estado Brasileiro entre o Gerencialismo e a Gestão Social

A prática do planejamento por muito tempo esteve atrelada à sociedade empresária privada. Em todas as esferas da administração pública (federal, estadual e municipal) sempre existiram questionamentos de como administrar de forma planejada quando se esbarra na burocracia e na quebra do paradigma entre o planejador e o executor. Por outro lado, temas

como a qualidade dos serviços prestados, eficiência, efetividade e redução dos custos passaram a fazer parte da discussão da administração pública gerencial brasileira.

Desde os anos 60 a sociedade brasileira busca a redemocratização do país, por meio da reforma do Estado, criando as condições necessárias para a construção de um modelo de gestão pública que seja capaz de abranger de forma mais ampla as necessidades dos cidadãos brasileiros. Neste contexto histórico, dois projetos políticos se encontram em desenvolvimento e debate. Um inspirado na vertente gerencial, que se constituiu no Brasil durante os anos 1990 e o outro utilizando como referência a vertente societal, que se encontra em desenvolvimento e possui suas raízes no ideário dos herdeiros políticos dos movimentos sociais brasileiro do início dos anos 1960. O objetivo é melhorar o entendimento sobre a evolução destas vertentes no cumprimento das promessas de reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, voltado para o interesse público e eficiente na coordenação da economia e dos serviços públicos.

Para a realização deste objetivo, Paula (2005, p. 37) sugere a necessidade de uma análise comparativa nos modelos de gestão (administração pública gerencial e societal) a partir de seis variáveis de observação isoladas: a origem, o projeto político, as dimensões estruturais enfatizadas na gestão, a organização administrativa do aparelho do Estado, a abertura das instituições à participação social e a abordagem de gestão. O quadro 6 sintetiza a análise comparativa realizada nos estudos desta autora para cada uma das variáveis.

Quadro 6 – Variáveis observadas na comparação dos modelos de gestão (continua)

Variáveis	Administração Pública Gerencial	Administração Pública Societal
Origem	Movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense.	Movimentos sociais brasileiro, que tiveram início nos anos 1960 e desdobramentos nas três décadas seguintes.
Projeto político	Enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.	Enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho do Estado e o paradigma de gestão.
Dimensões estruturais enfatizadas na gestão	Dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa.	Dimensão sociopolítica.
Organização administrativa do aparelho do Estado	Separação entre as atividades exclusivas e não exclusivas do Estado nos três níveis governamentais.	Não há uma proposta para a organização do aparelho do Estado e enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública.

Quadro 6. Continuação

<p>Abertura das instituições políticas à participação social</p>	<p>Participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.</p>	<p>Participativo no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular.</p>
<p>Abordagem de gestão</p>	<p>Gerencialismo: enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.</p>	<p>Gestão social: enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das referências (PAULA, 2005)

Dentre as inúmeras analogias que podem ser feitas a partir da comparação dos modelos de gestão constante do quadro 6, buscou-se observar as limitações de cada vertente. A análise revelou que a vertente societal não possui propostas completamente acabadas para as dimensões econômico-financeiras a institucional-administrativa, e que a vertente gerencial lida com a dimensão sociopolítica predominantemente no âmbito do discurso.

Conforme ressalta Nogueira (1998), para realizar a gestão atual do Estado brasileiro, não é mais suficiente apenas o desenvolvimento de técnicas e a formulação de modernos programas administrativos. Trata-se de lidar com uma complexidade que requer visão mais estratégica, participativa e solidária. Dessa forma, o orçamento surge como um instrumento fundamental no planejamento de modelos de gestão do Estado brasileiro, quando integrados e orientados ao atendimento das demandas da sociedade, na busca do Bem-Estar Social.

2.2.3. Planejamento e Orçamento Público

2.2.3.1. Breve Histórico do Planejamento

Embora o planejamento possa ser visto como uma continuidade do pensamento marxista, na proporção em que estava nele implícita a possibilidade de entregar ao Estado herdado do capitalismo um papel destacado na organização das atividades associadas à transição do socialismo, foi apenas no período da Nova Política Econômica, início dos anos de 1920, que o planejamento efetivamente se integrou ao arsenal do Estado soviético (DAGNINO, 2009).

Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), influenciado pela experiência do exército revolucionário sucedido na luta contra a burguesia e contra os inimigos externos, amparado pelos estudos que vieram a formar a metodologia de balanço intersetorial (matriz de insumo-produto), o planejamento logo se fixou como instrumento de organização da

economia socialista. O potencial apresentado em termos de prospectar, simular e organizar, visando o alcance das metas econômico-produtivas possibilitou que em menos de um quinquênio fosse alcançado níveis de produção agrícola e industrial vigente antes da devastação causada pela guerra e pela revolução. Neste contexto e segundo afirmação de Dagnino (2009, p. 24), o planejamento passou a gerar efeitos socioeconômicos positivos nos demais países do bloco socialista.

No âmbito dos países capitalistas, o planejamento – com o sentido aqui adotado e fazendo alusão ao âmbito global e público, referido a um território restrito por alguma instituição estatal – passou a ser visto, pela esquerda, como uma opção que possibilitasse superar as relações sociais e técnicas de produção capitalista na rota de algum tipo de socialismo. E, pela direita, como uma forma de impedir as “falhas de mercado” e, assim, substituir, de forma racional ainda que realizado por partes, o seu papel como ente regulador e alocador de recursos (DAGNINO, 2009).

E ainda, segundo Dagnino (2009, p. 25) em alguns desses países, os governos populares implantaram a filosofia nos seus planejamentos as características socialistas, tomando como modelo a experiência soviética. O conhecimento adquirido pela Frente Popular, na França e em meados da década de 1930, foi o mais significativo. No extremo ideológico oposto, na Alemanha, os gestores nazistas optaram em utilizar a racionalidade do planejamento à capacidade do mercado de otimizar a alocação de recursos. Neste contexto, aconteceu primeiro no que se referia à preparação para a guerra; posteriormente, se alastrou para toda a economia, pois o Estado alemão passou a seguir métodos desenvolvidos no âmbito militar.

E mesmo sem podermos tipificar propriamente como planejamento na acepção que o termo viria a ter posteriormente, as iniciativas pioneiras que foram colocadas em prática durante o período de guerra e nos processos de reconstrução européia no pós-guerra se utilizara de métodos (de planejamento) que se assemelhavam com aqueles usados no campo socialista.

Dagnino (2009, p.25) afirma que

o sucesso dessas iniciativas foi um elemento importante para que a idéia do planejamento ganhasse força na América Latina. Experiências anteriores, como as que ocorreram no início da década de 1940 no Brasil, receberam impulso, estimuladas no pós-guerra pela Organização das Nações Unidas (em especial da Comissão Econômica para a América Latina e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Na perspectiva teórica, esse processo conduziu a significativas contribuições embasadas num amplo espectro ideológico que vai desde o materialismo histórico até o pensamento conservador, passando pela visão keynesiana^{iv}. Já na perspectiva prática, evidenciada no plano das ações de governo, surgiram no Brasil, a partir dos anos cinquenta, consecutivas experiências de planejamento no âmbito federal. Dentre estas experiências, temos como exemplo o Plano de Metas (1956-1961) do governo de Juscelino Kubitschek, que a julgar pelos resultados obtidos, pode ser considerada bem-sucedida (DAGNINO, 2009).

A experiência brasileira de planejamento obteve maior aprofundamento durante o período militar (1964-1985). Consecutivos planos foram elaborados e implementados a partir de 1964 seguindo o estilo autoritário, centralizador e economicamente concentrador que caracterizou os governos militares. O pensamento destes governos em elaborar um projeto que elevasse o Brasil a condição de grande potência exigia uma concentração que, ainda que em menor proporção do que havia ocorrido no âmbito dos países desenvolvidos, demandava um grande esforço de planejamento.

No princípio dos anos setenta, o estabelecimento de um Sistema de Planejamento Federal deu origem a três edições no Plano Nacional de Desenvolvimento. Sendo o último deles, com um período de realização que coincidiu com a perda de legitimidade da ditadura militar que precedeu a abertura e a redemocratização do Estado brasileiro, arrematando por explicitar a caráter demagógico e dominador que envolveu a experiência de planejamento dos militares.

Nos governos civis da Nova República, que se sucederam após 1985, tentou-se sem muito sucesso reaver as iniciativas de planejamento que fossem mais longe do que preconizava o plano setorial. Segundo Dagnino (2009, p.26) a partir do governo Collor, ao aderir o norteamento dado pela ideologia neoliberal, iniciativas de planejamento no sentido exato do termo, especialmente as que visavam dispor o País e a sociedade para se defrontar com um futuro que já se prefigurava como árduo, passam a ser cada vez mais raras.

2.2.3.2. Evolução do Orçamento Público

A sociedade em que vivemos é composta de pessoas que tem suas condutas fundamentadas em regras formais e informais. Estas regras são descritas na literatura acadêmica, como instituições. As instituições são as regras, reconhecidas como legítimas pelos indivíduos, que determinam o que os próprios indivíduos e as organizações podem realizar, bem como os estímulos e as sanções de cada conduta.

Sendo assim, e de acordo com a afirmação de Santos (2010, p.128) que “O sistema orçamentário é uma instituição. Ele foi criado para definir as regras de gestão dos recursos públicos, de modo a respeitar e atender os interesses da coletividade”. Conclui-se que houve uma época em que não havia nenhuma regra definida em relação ao poder de recolher os tributos da sociedade pelos dirigentes das nações, nem sobre como seria o plano de aplicação desses recursos. Neste contexto, desde a baixa Idade Média, por exemplo, o rei que decidisse fazer uma grande obra ou se encontrasse em dificuldades financeiras para custear uma guerra, ele determinava, unilateralmente, um tributo e o impunha aos habitantes do reino. Estes procedimentos motivaram ou agravaram ao longo do tempo diversas revoltas pelos excessos de tributação dos monarcas, entre elas estão a Revolução Gloriosa, na Inglaterra; Revolução Francesa, na França; Guerra de Independência, nos Estados Unidos da América; Inconfidência Mineira, no Brasil etc. E não por acaso os países que mais se destacaram pelo desenvolvimento da técnica orçamentária foram a Inglaterra, a França e os Estados Unidos (SANTOS, 2010).

Diante do quadro apresentado, a resposta deu-se através do surgimento das idéias de estabelecer regras aos governantes, visando preservar os assuntos de interesse coletivo, entre os quais a criação de impostos (tributos) e sua aplicação. A função de consolidar esse regramento seria do colegiado de representantes da sociedade, que conhecemos hoje como o Poder Legislativo, o qual teria seus atributos peculiares sensivelmente fortalecidos com a criação formal do orçamento público. Verificamos que até hoje, a aprovação, o monitoramento, a fiscalização e a avaliação do orçamento público estão entre as principais atribuições do Poder Legislativo, sendo esse poder mais consistente à medida que efetivamente participe do processo orçamentário.

Vale destacar que na Idade Média, o primeiro país a estabelecer regras orçamentárias foi a Inglaterra, cuja histórica Constituição introduziu o seguinte dispositivo, segundo a tradução de Santos (2010, p. 129):

Nenhum tributo ou auxílio será instituído no Reino, senão pelo seu conselho comum, exceto com o fim de resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios para esse fim serão razoáveis em seu montante (MAGNA CARTA, 1215, art. 12).

No dispositivo apresentado, são necessárias algumas considerações, a saber: em primeiro lugar, caso o termo “conselho comum” estiver fazendo referência a “parlamento” ou

“Poder Legislativo”, significava que o rei só poderia criar ou arrecadar um tributo se obtivesse prévia autorização do Parlamento ou do Poder Legislativo. Logo, a percepção é a de que o orçamento público surge como um instrumento de controle e de moderação dos poderes dos governantes. Em segundo lugar, pode-se observar que ainda não existia uma divisão entre as finanças do rei e as finanças do Estado, já que continuava sendo o rei que decidia onde aplicar os tributos arrecadados.

Com a evolução da sociedade, surge a necessidade de um modelo de orçamento público que apresente não apenas o que está sendo arrecadado, mas também como esses recursos estão sendo executados, a fim de permitir uma análise de que os gastos do governo estão ou não atendendo as demandas do conjunto desta sociedade como contrapartida ao pagamento dos impostos pelos cidadãos.

O caminho trilhado por este processo de amadurecimento institucional foi bastante lento, tendo levado mais de cinco séculos para chegar a um modelo de orçamento plenamente desenvolvido. De acordo com Santos (2010, p. 130) somente em 1822 é que o Poder Executivo da Inglaterra apresentou ao parlamento um instrumento que trazia o detalhamento das receitas e despesas para o exercício. Mas as modificações do orçamento não estagnaram, pelo contrário, continuaram as transformações na legislação orçamentária e nas organizações que tratavam do orçamento público, sendo inclusive ampliados na medida que a sociedade industrial moderna se tornava mais complexa e as despesas governamentais ganhavam contornos mais diversificados.

No que diz respeito as despesas públicas, Santos (2010, p. 130) enfatiza que, particularmente ao longo do século XX, houve um crescimento marcante em praticamente em todos os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para exemplificar este crescimento, Giacomoni (2009, p. 3) descreve que enquanto o governo dos EUA gastava 6,5% do PIB em 1890, esse percentual alcançou 35% na década de 1990. No Brasil, a participação do Estado no PIB saltou de 17% em 1947 para 47,5% em 1980.

Dessa maneira, foi observado que o crescimento das despesas públicas traz como consequência o aumento da carga tributária ou do endividamento público para custear tais gastos. Quando este crescimento ocorre substancialmente ao longo do tempo, provoca efeitos indesejáveis sobre a economia e a sociedade.

Diante deste cenário, não é difícil perceber que um dos principais desafios a serem enfrentados pela economia moderna é a de encontrar o equilíbrio entre os benefícios gerados pela atuação do Estado e os custos arcados pela sociedade para custear as fontes de

financiamento desses gastos. Nesse contexto, o orçamento público se apresenta como um instrumento capaz de fazer toda a diferença no que diz respeito a deixar claro para a sociedade os termos desse desafio.

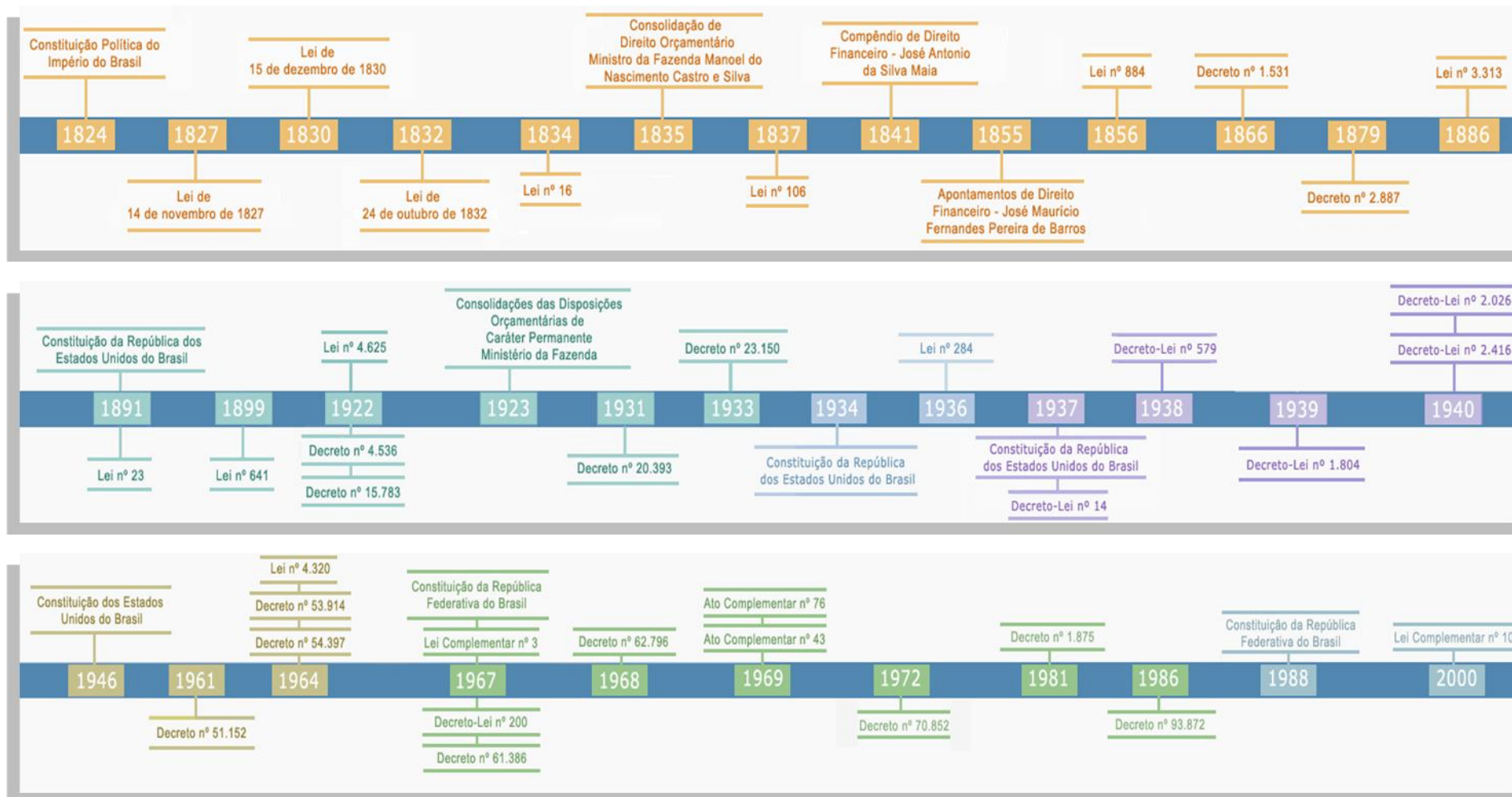
Em resumo, partimos de um modelo de orçamento que tinha como objetivo apenas controlar a capacidade dos governantes de arrecadar tributos e ampliamos, gradativamente, para modelos que vão se tornando mais complexos para satisfazer a necessidade de evidenciar o planejamento de ações, as decisões com despesas e os resultados criados pelo governo.

E segundo esta nova ordem, Santos (2010, p. 133) afirma que

o orçamento público não é apenas uma formalidade para a Administração Pública viabilizar a realização de ações – é um instrumento que foi se desenvolvendo ao longo do tempo para apoiar um valor sociopolítico fundamental: a gestão transparente e democrática dos recursos públicos.

Historicamente, o surgimento do orçamento no Brasil está vinculado a chegada do rei D. João VI, que permitiu ampliar a abertura dos portos brasileiros. E impulsionado pelo aumento da arrecadação dos impostos aduaneiros, iniciou-se o processo de organização das finanças públicas, culminando com a criação, em 1808, do Erário Público e do Regime de Contabilidade. A partir deste momento, e devido a sua importância, as Constituições Federais e Estaduais, bem como as leis orgânicas dos municípios, sempre consagraram dispositivos sobre a programação como categoria do orçamento público, desde a época do império até os dias atuais, além de vasta legislação sobre o tema, conforme ilustra a figura 6.

Figura 6 - Normas Constitucionais do processo orçamentário brasileiro desde 1824 – Linha do tempo



Fonte: Senado Federal

A legislação brasileira na perspectiva do processo orçamentário, e da mesma forma que a administração pública, legitimou inúmeras transformações sofridas ao longo da história, buscando, sempre, importar avanços verificados em outros países, principalmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa.

Segundo Core (2004, p. 1), no Brasil pode-se identificar que, nos últimos 40 anos, ocorreram três importantes reformas orçamentárias, transcritas a seguir:

A primeira, marcada pela edição da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, introduziu um modelo de orçamentação voltado para o controle e a gerência dos meios, preocupação com custos e análise funcional da despesa (orçamento funcional ou de desempenho).

A segunda reforma, que embora cronologicamente coincida com a primeira (início da década de 60), inovou com o orçamento-programa e sua preocupação de integrar o planejamento e a análise de políticas ao processo orçamentário (predominância da função de planejamento). Como principal fonte de inspiração, levou em conta o PPBS norte-americano, considerado a mais ambiciosa experiência em termos de orçamento-programa.

A terceira reforma, que surgiu no bojo da reorganização das funções do Estado, esforço esse empreendido, sobretudo, a partir de 1995, na busca de uma administração pública mais gerencial e menos burocrática. O seu marco foi o Plano Plurianual – PPA2000/2003 e o Orçamento para o exercício de 2000, onde, sem abandonar as categorias básicas do orçamento-programa e nem minimizar a importância do controle, e à semelhança do que ocorreu em outros países, introduziu um modelo de orçamentação por produtos e resultados.

Diante do exposto, faz-se necessário uma abordagem sobre como a evolução conceitual do orçamento, trazida por estas reformas, e que atualmente vem impactando no processo de planejamento do governo brasileiro.

Em relação ao planejamento, as experiências verificadas na administração pública brasileira, antes da Lei nº 4.320/64 e da primeira reforma orçamentária, tiveram como característica a desvinculação com o processo orçamentário, bem como a ausência de maiores considerações macroeconômicas. Os planos eram direcionados, ou por determinados tipos de gastos específicos (Plano Especial de Obras Públicas e Reparcelhamento da Defesa Nacional, 1939; Plano de Obras e Equipamentos – POE, 1943) ou para aspectos setoriais e regionais (Plano Salte – 1948-1950; Plano de Metas – 1956-1960; Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste - 1958). Segundo Core (2006, p. 240), em ambas as situações, o tratamento orçamentário era bastante deficiente, ficando evidente a inadequação das fontes e usos dos recursos que, ademais, não integravam, na sua totalidade, a lei orçamentária.

Com a entrada em vigor da Lei 4.320/64, a história da administração orçamentária brasileira registrou sua primeira reforma que, de forma significativa, iniciou um processo orçamentário predominantemente orientado para a gerência da despesa pública. Até então, o que predominava era a preocupação com os aspectos ligados ao controle jurídico, financeiro e contábil dos orçamentos. Contudo, Pires (2009, p. 144) ressalta que no período que antecedeu a publicação desta lei (1938-1964), também foi marcado por

avanços e recuos em termos de padronização e controle dos orçamentos públicos, na medida em que o governo federal em vários momentos estava interessado em controlar os orçamentos subnacionais, mais queria evitar ser ele próprio controlado pelo Legislativo.

Surgindo a partir da Lei 4.320/64 o orçamento funcional ou de desempenho, deixando transparecer uma forte preocupação com a eficiência e a eficácia na realização das atividades constantes do seu programa de trabalho, conferindo, para tanto, autonomia administrativa e financeira às entidades descentralizadas. Adotando a classificação econômica e funcional, sendo esta última mantendo a antiga concepção: dez funções⁸, cada uma delas dividida em dez subfunções.

Cabe ressaltar que, em face ao longo período de tramitação (dez anos, só no Congresso Nacional) até a publicação desta lei, o seu processo foi contemporâneo de importantes reformas orçamentárias em outros países, especialmente no que se refere ao movimento que marcou o advento do orçamento-programa nos Estados Unidos. Como resultado deste processo, as terminologias utilizadas em alguns trechos são interferências externas sofridas e que mais se ajustam a um processo orçamentário orientado para o planejamento do que para a gestão, o que tem levado alguns estudiosos, segundo Core (2006, p. 241) a admitir a referida lei como introdutora do orçamento-programa na administração pública brasileira.

No entendimento de Core (2006, p. 241) é que

a experiência brasileira com o orçamento orientado para o planejamento verificou-se independentemente da Lei nº 4.320/64, que deve ser considerada, apenas, como um competente estágio preparatório para a implementação posterior de um orçamento-programa.

⁸ Governo e Administração Geral; Encargos Gerais; Recursos Naturais e Agropecuários; Energia; Transportes e Comunicações; Indústria e Comércio; Educação e Cultura; Saúde; Trabalho, Previdência e Assistência Social; e Habitação e Serviços Urbanos.

E conforme ressalta Teixeira Machado (1967), a Lei 4.320/64, mesmo referindo-se a “programas” em diversos dos seus dispositivos, não deve ser entendida como a “norma que estabeleceu as bases para a implantação do Orçamento-programa nas três esferas de governo no Brasil”,⁹ afirmativa seguidamente encontrada. O mesmo autor é de opinião, por outro lado, que a lei não coloca empecilhos à introdução do Orçamento-programa em qualquer nível de governo ou tipo de organização pública.¹⁰

Aproveitando-se da margem proporcionada pela lei 4.320/64, a área federal já a partir de 1967, passou a apresentar o orçamento com a classificação funcional substituída por outra formada por programas e subprogramas, sendo estes últimos subdivididos em projetos e atividades.¹¹

Em 25 de fevereiro de 1967, o Governo Federal baixou o Decreto-lei nº 200, sendo a norma disciplinadora das questões de organização e de reforma administrativa da União. O ato define o “planejamento” como uma das bases fundamentais de orientação às atividades da administração federal, sendo o Orçamento-programa anual compreendido como um de seus instrumentos básicos, ao lado do Plano Geral de Governo, dos Programas Gerais, Setoriais e Regionais, de duração plurianual e da Programação Financeira de Desembolso.¹²

Dessa forma, segundo Pires e Motta (2006, p. 23), emerge um novo conceito para o orçamento público, tendo como função principal a de ser um instrumento de administração para operacionalizar as ações do governo para que ele próprio possa funcionar e assim alcançar os objetivos voltados para a sociedade. Nascendo aqui na concepção dos autores a idéia do orçamento-programa que estabelece

os propósitos, os objetivos e as metas inseridas em uma estrutura de programas a realizar, fazendo a ligação entre o planejamento e as finanças e permitindo que os planos expressos em unidades de dinheiro, possibilitando assim levá-los à execução prática.

Essa conceituação aproxima o planejamento, o orçamento e os recursos financeiros.

A terceira reforma, que surgiu no contexto da reorganização das funções do Estado, esforço empreendido nas décadas de 80 e 90, e que a partir de 1995, por intermédio da aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Diretor da Reforma do Estado – PDRE,

⁹ MACHADO JR., J. T. A experiência brasileira em orçamento-programa – uma primeira visão. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, nº 1, p.151, 1º semestre de 1967.

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ Idem, ibidem. p. 169.

¹² Decreto-lei nº 200, de 25-2-1967: art. 7º.

efetivamente a reforma administrativa foi reintroduzida na agenda política como parte das transformações estruturais do Estado brasileiro, juntamente com a aceleração do processo de privatização, a quebra de monopólios e as mudanças na ordem social.

Segundo descreve Ribeiro (2002, p. 11) o aprendizado obtido ao verificar os equívocos do emprego simplista da receita neoliberal dos primórdios da década de 90, que redundaram no sucateamento do aparelho estatal, o governo de Fernando Henrique Cardoso que, então, iniciava o seu primeiro mandato, acelerou um processo de desestatização da economia, promoveu medidas de ajuste fiscal para garantir a estabilização da moeda e apresentou um plano de reconstrução institucional do Estado.

E mesmo não tendo feito parte do programa político que elegeu o governo em 1994, o tema mereceu atenção especial do Presidente da República, que criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado com a competência de elaborar diretrizes para a reforma do aparelho do Estado. O então Ministro de Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, titular da pasta, atuou dentro e fora do governo como o grande ideólogo e articulador do projeto de reforma. Em 1995, foi instituído o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRE, contendo um novo modelo de gestão para o setor público a partir da redefinição do papel do Estado e da instauração de um novo paradigma de administração por resultados, denominado administração gerencial¹³.

O PDRE baseou-se num diagnóstico de crise do Estado, do modo de intervenção, dos modelos de administração e de financiamento do setor público, e foi concebido levando-se em conta o conjunto das mudanças estruturais da ordem econômica, política e social necessárias à inserção competitiva do Brasil na nova ordem mundial (RIBEIRO, 2002, p. 11).

O referido plano apresentou um desenho do aparelho de Estado com vistas à readequação de sua estrutura, simultaneamente: (i) às funções requeridas pelo modelo de desenvolvimento emergente, ou seja, um Estado mais regulador e menos produtor de bens e serviços e (ii) aos valores democráticos que conformam a visão contemporânea da administração da coisa pública e que se traduzem no dever de gerir com eficiência e apresentar resultados, na responsabilização dos gestores, na transparência e controle social dos recursos públicos.

¹³ Segundo o Ministro Bresser Pereira (PEREIRA: 1999), a reforma era uma demanda da sociedade brasileira, embora ainda não estivesse clara para ninguém e nem fizesse parte da agenda política da nação. Havia na plataforma política de muitos candidatos poucas referências à reforma administrativa. O único elemento novo e de consenso, desde a metade dos anos 80, era o consenso sobre a descentralização das políticas sociais e a privatização das empresas estatais.

Com o intuito de demonstrar de forma sintética e pormenorizada os instrumentos, o foco, os mecanismos e os resultados que antecederam (preparação e experiências prévias) a terceira reforma orçamentária, bem como os que sucederam esta reforma e serviram de orientação para novos avanços no planejamento orçamentário brasileiro, foram elaborados os quadros a seguir.

Quadro 7 - Preparação da 3ª Reforma Orçamentária Brasileira

Elementos	Descrição dos Elementos
Instrumentos	Implantação, no Governo Federal, do Sistema Integrado da Administração Financeira- SIAFI, a partir de 01/01/1987.
Foco	Sistematização e integração da Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.
Mecanismos	<ul style="list-style-type: none"> - Integra em um sistema os registros da execução orçamentária e financeira e a contabilidade, com tecnologia de informação mais moderna, processamento <i>on-line</i> e valores exatos em tempo real; - Implantação gradativa, até abranger toda a administração pública federal, direta e indireta, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sem alterar suas autonomias de gestão; - Propiciou a implantação da conta única do Tesouro Nacional, o que otimizou a gestão das disponibilidades financeiras, eliminando o uso de diversas contas e reduzindo os custos da dívida pública; e implicou a atualização da legislação sobre execução orçamentária e financeira, e a criação de um novo Plano de Contas para a administração pública federal.
Instrumentos	Constituição Federal de 1988
Foco	Estruturação da Produção Pública e integração entre Planejamento e Orçamento
Mecanismos	<ul style="list-style-type: none"> - Define a estrutura, o escopo da produção pública e políticas públicas: Título III – Da Organização do Estado; Título IV - Da Organização dos Poderes; Título V - Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas; Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira; Título VIII - Da Ordem Social; art. 174 estabelece o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica; e art. 175 incumbe o Estado da prestação de serviços públicos; - Art. 37 estabelece: princípios da administração pública - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; a possibilidade de ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira mediante contratos de prestação de serviços entre a administração e os órgãos e entidades públicas; e a indução do controle social; art. 39 permite a utilização de mecanismos de incentivo à eficiência dos servidores; - Art.165 determina que leis, cujo projeto seja de iniciativa do Poder Executivo, estabelecerão o plano plurianual - LPPA, as diretrizes orçamentárias – LDO's e os orçamentos anuais – LOA's; institui os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento da estatais; veda a inclusão na LOA de dispositivo estranho à previsão da receita, fixação da despesa, contratação de operações de crédito e autorização para créditos suplementares; remete à lei complementar as condições para a elaboração e organização das três leis, as normas para gestão financeira e patrimonial da União, seus órgãos, entidades, e para a instituição e funcionamento de fundos;

Fonte: Albuquerque; Medeiros; Silva (2006: 61-62); e BRASIL (1988)

No Quadro 7, é relatado a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, no Governo Federal, e mostrados os elementos da preparação constitucional da 3ª Reforma, relativos à integração entre planejamento e orçamento, e à estruturação da produção pública.

Quadro 8 - Experiências Prévias da 3ª Reforma Orçamentária Brasileira

Elementos	Descrição dos Elementos
Instrumentos	1º PPA - 1991/1995 - Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991.
Foco	Reforma administrativa, privatizações, e abertura do mercado
Mecanismos	<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro PPA elaborado para dar cumprimento às determinações da Constituição de 1988, foi elaborado no período inflacionário, permitindo revisões e a atualização monetária anual do plano; - Reduz o papel do Estado na economia: diminui gastos com pessoal; faz reforma administrativa; realiza privatizações de acordo com o Programa Nacional de Desestatização, de 1990, e alienação de imóveis e outros bens; transfere encargos para Estados, DF e Municípios; e recria fundos extintos pela Constituição de 1988; - Voltado à programação da ação do governo, sem característica de plano de desenvolvimento econômico-social, estabelece, para o período do plano, a relação dos projetos prioritários do governo, e, por órgão do governo e sub-programa, discrimina objetivos, quantificando suas metas físicas e relacionando e quantificando física e financeiramente os projetos do orçamento de investimento das empresas estatais, e as despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, subdivididas em despesas de capital e correntes; e - As ações deste PPA não são, necessariamente, as mesmas dos orçamentos anuais.
Instrumentos	2º PPA - Brasil em Ação – 1996/1999 - Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996.
Foco	Consolidação da estabilidade econômica e projetos estruturantes do desenvolvimento.
Mecanismos	<ul style="list-style-type: none"> - Depois da estabilização econômica trazida pelo Plano Real, busca consolidá-la, intensificando a parceria entre União, Estados, DF e Municípios, e setor privado; - Implantação do conceito de ordenamento econômico-espacial do Brasil, com a definição de “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, de visão multisetorial, e 58 “projetos estruturantes”, de infra-estrutura e sociais, onde cada projeto tem um gerente, acompanhamento intensivo e liberação de recursos de acordo com o progresso, com cooperação para evitar restrições; - Ênfase no aumento da qualidade e da produtividade, e no prosseguimento das privatizações; - Reformulação e fortalecimento da ação reguladora do Estado e do sistema de previdência social; e - Os objetivos e as metas, apresentados de forma regionalizada, estão estruturados por áreas temáticas e ações/projetos, que apresentam correspondência, por vezes, às funções e subprogramas dos orçamentos anuais, não se vinculando diretamente a estes, nem apresentando quantificação financeira das despesas envolvidas.
Resultados	Dos 42 empreendimentos escolhidos inicialmente, 25 foram concluídos ou tiveram metas atingidas ou superadas. Nesse período, foram investidos R\$ 70,1 bilhões, sendo R\$ 22,1 bilhões em infra-estrutura e R\$ 43,6 bilhões na área social, beneficiando um total de 62 milhões de pessoas.

Fonte: BRASIL (1989: 11; 1991-b: 7-9; 2007-c); e legislação citada: BRASIL (1991-a; 1996)

No Quadro 8, relata-se a implantação do Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR II, no Governo Federal, e as experiências prévias da 3ª Reforma, com o primeiro e segundo Planos Plurianuais, com foco, primeiramente na reforma administrativa, nas privatizações e na abertura de mercado, e, em segundo, na consolidação da estabilidade

econômica, depois da derrubada do processo inflacionário, com o Plano Real, e nos projetos estruturantes do desenvolvimento.

No Quadro 9, mostra-se os mecanismos da 3ª Reforma destinados à reformulação da estrutura do PPA, para focar objetivos e resultados, e no Quadro 10, a reestruturação da classificação orçamentária por funções e programas, das três esferas de governo, para incorporar a orientação a produtos, primeiramente, e a produtos e resultados, logo a seguir.

Quadro 9 - 3ª Reforma Orçamentária Brasileira e a Orientação a Objetivos Estratégicos

Elementos	Descrição dos Elementos
Instrumentos	Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998.
Foco	Reforma da estrutura do PPA, orientado a objetivos e resultados.
Mecanismos	<ul style="list-style-type: none"> - Faz com que o plano passe a estar sob orientação estratégica do Presidente; - Determina que seja feito o inventário dos programas e ações do modelo anterior e o recadastramento no novo modelo; - Toda ação finalística do Governo Federal foi estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano; - Cada programa possui: objetivo; órgão responsável; valor global; prazo de conclusão; fonte de financiamento; indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar; metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo; ações integrantes e não integrantes do Orçamento da União, necessárias à consecução do objetivo; e regionalização das metas por Estado; - Exige que a classificação funcional-programática seja aperfeiçoada para estimular a adoção, em todas as esferas de governo, do uso do gerenciamento por programas; - O programa passa a ser a unidade de gestão, e o gerenciamento de cada programa exige: um gerente; unidade responsável; controle de prazos e custos; e sistema informatizado de apoio ao gerenciamento; - Avaliação anual da consecução dos objetivos estratégicos do Governo Federal e do resultado dos programas, para subsidiar a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias; - Leis de diretrizes orçamentárias passam a conter, para o exercício a que se referem, segundo os programas do PPA, as prioridades e metas a serem contempladas na lei orçamentária anual; e - Os valores assignados, no plano plurianual, aos programas e ações, para o ano do orçamento, devem corresponder aos do próprio orçamento, estando sujeitos às restrições fiscais.

Fonte: Legislação citada: BRASIL (1998-a)

Quadro 10 - 3ª Reforma Orçamentária Brasileira e a Orientação a Produtos e Resultados

Elementos	Descrição dos Elementos
Instrumentos	Portaria nº 117, de 12 de novembro de 1998.
Foco	Orçamento-Programa orientado a produtos, aplicado à União, Estados, DF e Municípios.
Mecanismos	<p>- Regulamenta o Decreto nº 2.829/98 no que tange ao aperfeiçoamento da classificação funcional programática, eliminando as categorias de sub-programa, sub-atividade e sub-projeto, do programa de trabalho do Governo Federal, que passa a ser composto de Esfera Orçamentária, Classificação Institucional (Órgão Setorial e Unidade Orçamentária), Classificação Funcional (Função e Subfunção) e Estrutura Programática (Programa, Ação e Subtítulo);</p> <p>- A Classificação Funcional passa a usar 26 funções e 106 subfunções, onde a Função é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, e a Subfunção é uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto do setor público, estando as funções e subfunções estão sempre vinculadas, e as subfunções sendo, praticamente, os programas da classificação funcional-programática, anterior;</p> <p>- Cria-se a função "Encargos Especiais" que engloba as ações em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, transferências, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra;</p> <p>- Programas e ações, que formam a Estrutura Programática, são elaborados no plano e representam elos entre o PPA e os orçamentos;</p> <p>- Define: Programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por metas estabelecidas no plano plurianual; Projeto - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do Governo; Atividade - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo; Operações Especiais - despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação sob a forma de bem ou serviço, representando, basicamente, o detalhamento da função "Encargos Especiais"; e</p> <p>- Cria-se a dotação da Reserva de Contingência como fonte de recursos para créditos adicionais.</p>
Instrumentos	Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999.
Foco	Orçamento-Programa orientado a produtos e resultados, aplicado à União, Estados, DF e Municípios.
Mecanismos	<p>- Introduz o princípio da tipicidade, permitindo que as subfunções sejam combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas; recodifica as subfunções existentes;</p> <p>- Revisa os conceitos: Programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual; Operações Especiais - despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e</p> <p>- Depois de sua edição o Governo Federal procedeu ao recadastramento de todos os programas de trabalho da União, seguindo o formato novo, estruturou metodologias de análise para o aprimoramento da alocação de recursos públicos e, para viabilizar o novo modelo no orçamento de 2000, implantou, em 1999, o Sistema Integrado de Dados Orçamentários, na versão SIDOR III, plataforma gráfica, incluindo os subsistemas de Acompanhamento e Projeção de Despesas de Pessoal (SIPES, primeiro módulo implantado, em 1997), da Dívida (Sistema de Acompanhamento de Operações de Crédito – SAOC), Acompanhamento da Receita, Limite de Atividades (inclui o Alinhamento da Série Histórica), Elaboração da Proposta Setorial, Cadastro de Atividades e Projetos, Apoio à Legislação Orçamentária e Acompanhamento de Pleitos Setoriais.</p>

Fonte: BRASIL (1997: 7-9; 1999-b: *passim* 11-48); e legislação citada: BRASIL (1998-b; 1999-a)

O Quadro 11 traz os dispositivos da 3ª Reforma, relacionados à responsabilidade na gestão fiscal, com controle dos agregados e obrigatoriedade da integração entre o plano plurianual e o orçamento, à organização dos Sistemas Federais de Planejamento, Orçamento, Administração Financeira, Contabilidade e Controle Interno, e à consolidação das contas públicas no âmbito da União, Estados, DF e Municípios.

Quadro 11 – 3ª Reforma Orçamentária e a Orientação para a Responsabilidade Fiscal e a Integração Plano-Orçamento (continua)

Elementos	Descrição dos Elementos
Instrumentos	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
Foco	Responsabilidade na Gestão Fiscal, com Controle dos Agregados e Integração entre Planejamento e Orçamento, aplicada à União, Estados, DF e Municípios.
Mecanismos	<ul style="list-style-type: none"> - O Capítulo I define os conceitos de Receita Corrente Líquida – RCL, e de empresa dependente; - O Capítulo II, na Seção II, impõe à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO a definição de: equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho; normas sobre o controle de custos e avaliação de resultados dos programas orçamentários; condições para a transferência de recursos ao setor privado; metas fiscais: metas anuais dos valores das receitas, despesas, resultado nominal e primário, e da dívida pública; riscos fiscais; despesas não sujeitas a limitação de empenho: despesas obrigatórias, dívida e despesas ressalvadas; e prioridades e metas; - A Seção III do Capítulo II define procedimentos para atendimento aos princípios da gestão fiscal: compatibilidade da Lei Orçamentária Anual – LOA, com o alcance das metas fiscais; demonstrativo regionalizado, na LOA, dos efeitos das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios financeiros, tributários e creditícios; e a realização de reestimativas bimestrais das despesas e receitas para verificação do atingimento da meta fiscal (resultado primário) e a consequente emissão de Decreto de Programação Orçamentária e Financeira; - O Capítulo III trata da Receita Pública, regulamentando sua previsão e as condições para a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária; o Capítulo IV disciplina a geração da Despesa Pública e cria limites ao crescimento das despesas de pessoal (em % da RCL), previdência social, exigindo explicações dos desvios aos princípios, medidas Corretivas e sanções pela não prestação de contas de autoridades e administradores; o Capítulo V regula as transferências voluntárias; o Capítulo VI regula as transferências de recursos públicos ao setor privado; o Capítulo VII impõe limites (% RCL) ao endividamento público e regras para operações de crédito, avais, e restos a pagar; o Capítulo VIII veda o emprego de receitas de alienação de bens e direitos para despesas correntes e a inclusão de novos projetos orçamentários, sem antes contemplar com recursos os projetos em andamento; e - O Capítulo IX criou as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal para garantir a transparência, o controle e a fiscalização da gestão fiscal; o Capítulo X criou o Conselho de Gestão Fiscal, para o acompanhamento e avaliação da gestão fiscal, e o Fundo do Regime Geral de Previdência Social.

Quadro 11. Continuação

Instrumentos	Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.
Foco	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
Mecanismos	Cria os referidos Sistemas, definindo seus órgãos centrais e setoriais, com as respectivas funções.
Instrumentos	Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.
Foco	Normas de Consolidação das Contas Públicas, no âmbito da União, Estados, DF e Municípios.
Mecanismos	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamenta os artigos 51, 52, do Capítulo IX, e o art. 67, do Capítulo X, da LRF; - Estabelece a classificação por natureza da receita, permitindo seu aprofundamento na Federação; - Estabelece o conceito de natureza da despesa: categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e sub-elemento da despesa; a modalidade de aplicação mostra se a execução será feita diretamente ou por transferência a outra esfera de governo ou à iniciativa privada, evitando a dupla contagem da despesa; - A dotação orçamentária de cada programa de trabalho da Lei Orçamentária Anual - LOA, tem seu detalhamento feito em chaves compostas de: grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação; os elementos de despesa são utilizados nas fases de execução da LOA (empenho da despesa, liquidação e pagamento) e os sub-elementos, a partir da fase de liquidação.

Fonte: Legislação citada: BRASIL (2000-a; 2001-b)

Os quadros a seguir mostram as experiências que consolidaram a 3ª Reforma, com o terceiro e o quarto PPA's, orientados a produtos e resultados.

Quadro 12 - 3ª Reforma Orçamentária - 1ª Experiência com a Orientação a Produtos e Resultados (continua)

Elementos	Descrição dos Elementos
Instrumentos	3º PPA - Avança Brasil – 2000/2003 – Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000.
Foco	Orçamento por Produtos e Resultados desalinhado da estrutura administrativa.
Mecanismos	<ul style="list-style-type: none"> - Teve por meta construir um novo modelo de desenvolvimento voltado para o atendimento das necessidades básicas do cidadão e para a melhor distribuição dos frutos do crescimento econômico entre os brasileiros; possuiu diretrizes estratégicas para consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado, promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda, combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social, e consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos; - Formulado a partir de 28 macro-objetivos e cinco agendas: Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, Gestão do Estado, Empregos e Oportunidades de Renda, Informação e Conhecimento; consolidou-se em 365 programas, com seus objetivos, indicadores, dados financeiros, ações e metas físicas regionalizadas; - Introduz a gestão por resultados na administração pública federal, com a adoção de programas

	<p>como unidade de gestão, a integração entre plano, orçamento e gestão, e o fortalecimento do conteúdo estratégico, por meio do estudo dos eixos, e a transparência, por meio dos processos de monitoramento e avaliação; e</p> <p>- Os programas são de quatro tipos: finalísticos - bens e serviços ofertados diretamente à sociedade; serviço ao Estado – bens e serviços ofertados diretamente ao Estado, por instituições criadas para esse fim; gestão de políticas públicas – ações de gestão de Governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas, havendo um programa desse tipo em cada Órgão Setorial; apoio administrativo - despesas administrativas que colaboram com a consecução dos demais programas, mas não são passíveis de apropriação naqueles programas, havendo um programa desse tipo por Unidade Orçamentária.</p>
Resultados	<p>- PPA adotou a estrutura parecida com a de um orçamento plurianual, englobando todo o orçamento, excluindo os programas orçamentários de operações especiais;</p> <p>- A estrutura de gerentes não guardou correspondência com a estrutura institucional dos órgãos responsáveis pela execução, dificultando o papel de gerenciamento;</p> <p>- Foram realizadas avaliações anuais do plano, mas houve um descolamento entre PPA e orçamento, dada a rigidez do plano e a necessidade de realizar alterações orçamentárias; e</p> <p>- Não foram utilizadas, na gestão orçamentária, metodologias de acompanhamento físico das ações e dos resultados dos programas para orientar a tomada de decisão da alocação de recursos novos em tempo de execução; muitos dos indicadores propostos não foram apurados.</p>

Fonte: BRASIL (2007-d); e legislação citada: BRASIL (2000-b)

Quadro 13 – 3ª Reforma Orçamentária - 2ª Experiência com a Orientação a Produtos e Resultados (continua)

Elementos	Descrição dos Elementos
Instrumentos	4º PPA – Plano Brasil Para Todos – 2004/2007 - Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004.
Foco	Orçamento por Produtos e Resultados alinhado à estrutura administrativa
Mecanismos	<p>- Orientação estratégica de 3 megaobjetivos: Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais; Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais; e Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia;</p> <p>- Formulado a partir de 30 desafios, consolidados em 349 programas, com o detalhamento de Objetivo, Público-Alvo, Órgão Responsável, Indicadores, Total de Recursos e Ações Orçamentárias; os programas, por tipo, foram: 288 finalísticos, 15 de serviços ao Estado, 44 de Gestão de Políticas Públicas, e 2 de Apoio Administrativo;</p> <p>- Estabelecidos referenciais monetários anuais, pelo órgão central de planejamento e orçamento para a elaboração do PPA pelos órgãos setoriais;</p> <p>- Introduzido o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, para elaboração da proposta dos programas de trabalho do governo e o uso do Sistema de Captação da Proposta–SIDORNet, para elaboração das propostas física e financeira do PPA e do Orçamento Anual;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Implanta o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA, constituindo uma Comissão de Monitoramento e Avaliação –CMA, no órgão central, e Unidades de Monitoramento e Avaliação – UMA´s, nos órgãos setoriais de planejamento; introduz as figuras dos gerentes-executivos e dos coordenadores de ação; e alinha a estrutura de gerentes de programas e de coordenadores de ação com a estrutura institucional dos órgãos; exclui do plano, mas mantém no orçamento, as ações que sejam realizadas em um único exercício; cria a figura dos projetos de grande vulto, que deverão ser discriminados no plano e submetidos à CMA, para aprovação; - Introduzidas as revisões anuais da programação do PPA, para alinhar PPA e a programação dos orçamentos anuais, tomando por base avaliações anuais de toda a programação, realizadas em etapas pelo gerente de programa, pela Secretaria-Executiva de cada Órgão, e pelo órgão central de planejamento e orçamento; - Introduzido, no Orçamento de 2005, o Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI, composto de uma seleção de projetos de investimentos que pudessem promover impacto no crescimento do PIB, superior à capitalização dos juros da dívida, que deixariam de ser pagos para financiar tais projetos, propiciando a retomada de investimentos em infra-estrutura, principalmente; seus recursos ficam fora do contingenciamento de despesas exigido pela LRF, e são submetidos a um processo de acompanhamento intensivo por Salas de Situação, coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República, com garantia da liberação de recursos, conforme avanço realizado; e - Em janeiro de 2007 foi lançado, pela Presidência da República, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, cujo objetivo é o de acelerar o ritmo de expansão da atividade econômica, a partir do aumento da taxa de investimento da economia brasileira; nesse sentido, suas ações e metas foram selecionadas e organizadas em um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura e em medidas de incentivo ao investimento privado; a exemplo da sistemática do PPI (cujas ações engloba), tem assegurados os recursos, cuja liberação fica submetida ao acompanhamento de um grupo gestor (com representantes da Casa Civil, da Presidência da República, dos Ministérios da área econômica e dos Ministérios da área de infra-estrutura).
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - PPA permanece com estrutura de orçamento plurianual, englobando todo o orçamento, excluindo os programas orçamentários de operações especiais e ações realizadas em exercício único; - Foram acopladas as estruturas de gerenciamento do PPA e dos órgãos setoriais; - Foram realizadas revisões anuais, não havendo descolamento entre PPA e orçamento; e - Foram utilizadas, para as ações do PPI/PAC, somente, metodologias de seleção de empreendimentos e acompanhamento físico das ações e dos programas, para orientar a tomada de decisão da alocação de recursos novos em tempo de execução; nas avaliações anuais do PPA detectou-se que muitos dos indicadores propostos para os programas não foram apurados.

Fonte: BRASIL (2007-e); e legislação citada: BRASIL (2004-a; 2004-b)

2.2.3.2.1. O orçamento público brasileiro na atualidade

Atualmente e nos termos da Constituição Federal de 1988, o ciclo orçamentário brasileiro tem no texto constitucional a previsão de 03 (três) leis de iniciativa do Poder Executivo (CF/88, art.165, caput) são elas:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

O Planejamento tem como instrumento na administração pública brasileira o Plano Plurianual - PPA, a partir da Constituição Cidadã de 1988. Lei de iniciativa do Executivo que instituir o Plano Plurianual (PPA) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada (CF/88, art. 165, § 1º). As diretrizes, os objetivos e as metas devem estar baseados nas políticas e estratégias do governo para o período de quatro anos, evidenciando através de quadros demonstrativos, quais serão os programas de trabalho a serem implementados pelos gestores públicos durante esse período. Os princípios básicos do PPA são: identificação clara dos objetivos e das prioridades do Governo; integração do planejamento e do orçamento; promoção da gestão empreendedora; garantia da transparência; estímulo às parcerias; gestão orientada para resultados e organização das ações de Governo em programas (MTO-2011, p. 71).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO surge para satisfazer a necessidade de estabelecer as metas e prioridades da administração pública na elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, em consonância com os macros objetivos estabelecidos no Plano Plurianual – PPA (CF/88, art. 165, § 2º). Seus dispositivos foram aumentados com os requisitos constantes da Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Além do texto da lei, acompanham a LDO: o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais. Entende-se por Metas Fiscais, o demonstrativo em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal, primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (LC.101/00, art. 4, § 1º). E por Riscos Fiscais, o demonstrativo onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem (LC.101/00, art. 4, § 3º). Estes anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são derivados da ausência de uma lei geral das finanças públicas (CF/88, art. 163, inciso I), motivo pela qual a LDO tem assumido a função de definir a estrutura do orçamento, de dispor sobre as classificações orçamentárias e de tratar de diversos outros assuntos relativos à elaboração e a execução do orçamento.

Assim, é na LDO que o Poder Executivo e o Poder Legislativo têm disposto sobre os seguintes pontos, entre outros: as regras para elaboração e execução do orçamento; as prioridades na aplicação dos recursos; os limites de gastos; as regras para contratação de pessoal e aumento de remuneração; as alterações da lei orçamentária ao longo do exercício; as

transferências de recursos a outros entes e a avaliação, controle e transparência das contas públicas. O aumento dos assuntos tratados pela LDO desde a sua criação em 1988 tem contribuído para a hipertrofia desta lei, tornando-a cada vez mais complexa.

A Lei Orçamentária Anual – LOA é o documento que contém os meios para se alcançar aos fins, ou seja, os recursos financeiros a serem obtidos e a alocação destes para atender aos objetivos e às metas pretendidos. É o orçamento-programa que assume a forma de lei, possui caráter autorizativo aos gestores públicos, pois em função da receita estimada estabelece o limite das despesas públicas, permitindo que a administração atue. Para um melhor entendimento, faz-se necessário distinguir dois tipos de despesas na LOA: as obrigatórias e as discricionárias. As despesas obrigatórias segundo Santos (2010, p. 42) são as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do governo, tais como pagamento de pessoal, de juros e encargos da dívida pública, de aposentadorias, entre outras. Da mesma forma, segundo o autor citado as despesas não obrigatórias são chamadas de “discricionárias”, porque sobre elas o governo tem margem para escolher se as executam ou não. Quanto maior a proporção de despesas obrigatórias no orçamento, maior sua rigidez e menor a flexibilidade dos políticos e gestores para planejar as ações governamentais.

A Lei Orçamentária Anual tem como um de seus princípios a Unidade, onde deve haver uma só LOA para cada entidade da Federação (União, Estados e o Distrito Federal e Municípios), contudo ela apresenta a programação de gastos em três demonstrativos, também chamados de “orçamentos”. A Constituição Federal de 1988, preconiza no § 5º que a lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Importante ressaltar que não integram o orçamento público as empresas públicas e sociedades de economia mista que não dependem de recursos do Tesouro para sua operação.

A programação de receitas e despesas da LOA deve submeter-se a um conjunto de

princípios orçamentários, instituídos pela legislação ou recomendados pela doutrina, cujo objetivo é tornar mais simples a gestão e o controle do orçamento. E para facilitar o entendimento, foi elaborado o quadro 14 com os princípios orçamentários e seus respectivos fundamentos.

Quadro 14 - Princípios orçamentários que norteiam a elaboração da LOA

Princípios Orçamentários	Fundamentos
Unidade (Lei 4.320/64, art. 2, caput)	Deve haver uma só LOA para cada entidade da Federação (União, Estados e municípios).
Universalidade (Lei 4.320/64, art. 2, caput)	Deve conter todas as despesas e receitas da Administração Pública, englobando todos os Poderes, os fundos, os órgãos e as entidades da Administração Pública.
Anualidade (Lei 4.320/64, arts. 2 e 34, caput)	As receitas e despesas constantes da LOA devem se reportar a um período determinado, em geral um exercício financeiro, e os correspondentes créditos orçamentários devem ter sua vigência adstrita ao exercício financeiro.
Exclusividade (CF/88, art. 165, § 8º)	Não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
Especificação (Lei 4.320/64, arts. 5 e 15, § 1º)	A LOA não poderá consignar dotações globais as despesas, devendo fornecer detalhamento suficiente para demonstrar a origem e a aplicação dos recursos.
Publicidade (CF/88, art. 37, caput) (LC.101/00, arts. 48, 48-A e 49)	A LOA, seus créditos e os atos relativos à sua elaboração e execução devem ser divulgados para conhecimento público e serem acessíveis a qualquer cidadão para consulta.
Orçamento Bruto (Lei 4.320/64, art. 6, caput)	A LOA deve conter as receitas e as despesas pelos seus valores brutos, sem qualquer tipo de dedução prévia.
Não afetação das receitas (CF/88, art. 167, inciso IV)	As receitas constantes da LOA deverão estar livres de comprometimento prévio a determinados gastos, sendo vedada vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa.
Equilíbrio (CF/88, art. 165, inciso V) (Lei 4.320/64, art. 7, § 1º, 2º e 3º)	As despesas constantes da LOA não devem exceder a previsão das receitas para o exercício financeiro.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das referências (SANTOS, 2010)

A Constituição Federal de 1988 adota, ainda, um princípio conhecido como Regra de Ouro¹⁴, com o objetivo de não permitir que a Administração Pública contraia dívida (empréstimos, financiamentos ou emissão de títulos) para custear despesas correntes.

A Lei Complementar nº 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no artigo 48,

¹⁴ Regra de Ouro – o montante de operações de crédito não deve exceder o montante de despesas de capital. Fonte: Silva, Carvalho e Medeiros (2009).

ampliou o princípio da Publicidade, explicitando sua função de promover a transparência das contas públicas e a participação social no processo orçamentário, que conforme Santos (2010, p. 45) deu ensejo ao princípio da Transparência e Participação, sob a orientação de que os planos, os orçamentos, as LDO; as prestações de contas e os relatórios de execução orçamentária devem ser instrumentos de transparência da gestão fiscal, devendo o processo orçamentário incentivar a participação popular.

2.2.4. UFRRJ: a trajetória do planejamento na elaboração de seus orçamentos

Um bom começo, com certeza seria perguntar: a universidade é planejável? É uma pergunta que não tem resposta simples e tão pouco imediata. Se tivermos a pretensão em responder a esta questão, então precisamos nos armar de novas questões, que igualmente nos conduzirá a fazer uma boa reflexão. O que é planejar? De que tipo de planejamento está-se falando? Qual(is) é(são) o(s) projeto(s) de universidade que está(ao) em jogo, ou seja, que universidade se deseja.

Na perspectiva de responder não somente a estas indagações, mas a sociedade em seu espectro mais amplo, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, internamente, desenvolveu como instrumento de seu planejamento estratégico o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), cuja missão institucional reforça sua vertente social, definida em seu texto como a função de

(...) gerar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento do País, ressaltando o interior do Estado do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense, visando à formação de profissionais-cidadãos com autonomia para o aprendizado contínuo, socialmente referenciado para o mundo do trabalho, e capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia (BRASIL/UFRRJ, 2006, p.21).

Desta forma o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro procurou resgatar a finalidade social das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com a sociedade brasileira, e neste sentido ficou evidenciado no referido Plano na definição de seu objetivo geral:

(...) promover o desenvolvimento institucional da UFRRJ, visando à sua inserção nos cenários nacional e internacional, na perspectiva da indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, mantendo o caráter de Universidade pública, gratuita, de qualidade, inserida na realidade social,

participando da formulação das políticas públicas e contribuindo para o desenvolvimento científico, artístico, cultural e tecnológico do País (BRASIL/UFRRJ, 2006, p.22).

As estratégias de desenvolvimento contempladas no Plano de Desenvolvimento Institucional estão alinhadas com a missão institucional da UFRRJ e em consonância com a legislação federal pertinente, com o seu Estatuto e com o seu Regimento, instrumentos legais que a regem, a UFRRJ é uma autarquia dotada de autonomia didática e científica, administrativa, financeira e disciplinar, destinada a estudos superiores em sistema indissolúvel de ensino, pesquisa e extensão em todos os seus ramos do saber, tendo como finalidade: ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino superior, em todos os campos do conhecimento, visando ao preparo e aperfeiçoamento de pesquisadores, professores e técnico; estimular, promover e executar investigações científicas com o objetivo de ampliar o acervo de conhecimentos, o enriquecimento da cultura e sua aplicação ao serviço do Homem e ao desenvolvimento nacional, principalmente no que se refere ao melhor aproveitamento de nossos recursos naturais e humanos; contribuir para a divulgação de conhecimentos científicos especializados visando à melhor compreensão da realidade brasileira, em seus múltiplos aspectos; proporcionar aos Poderes Públicos, dentro dos limites dos seus recursos, a assessoria que lhe for solicitada para o desenvolvimento do país; e desenvolver integralmente a personalidade dos seus alunos, atendendo ao ideal do bem comum, da unidade nacional e da compreensão e cooperação universal.

Seu planejamento a médio/longo prazo encontra-se evidenciado na sua visão de futuro, que assim está descrito, como sendo

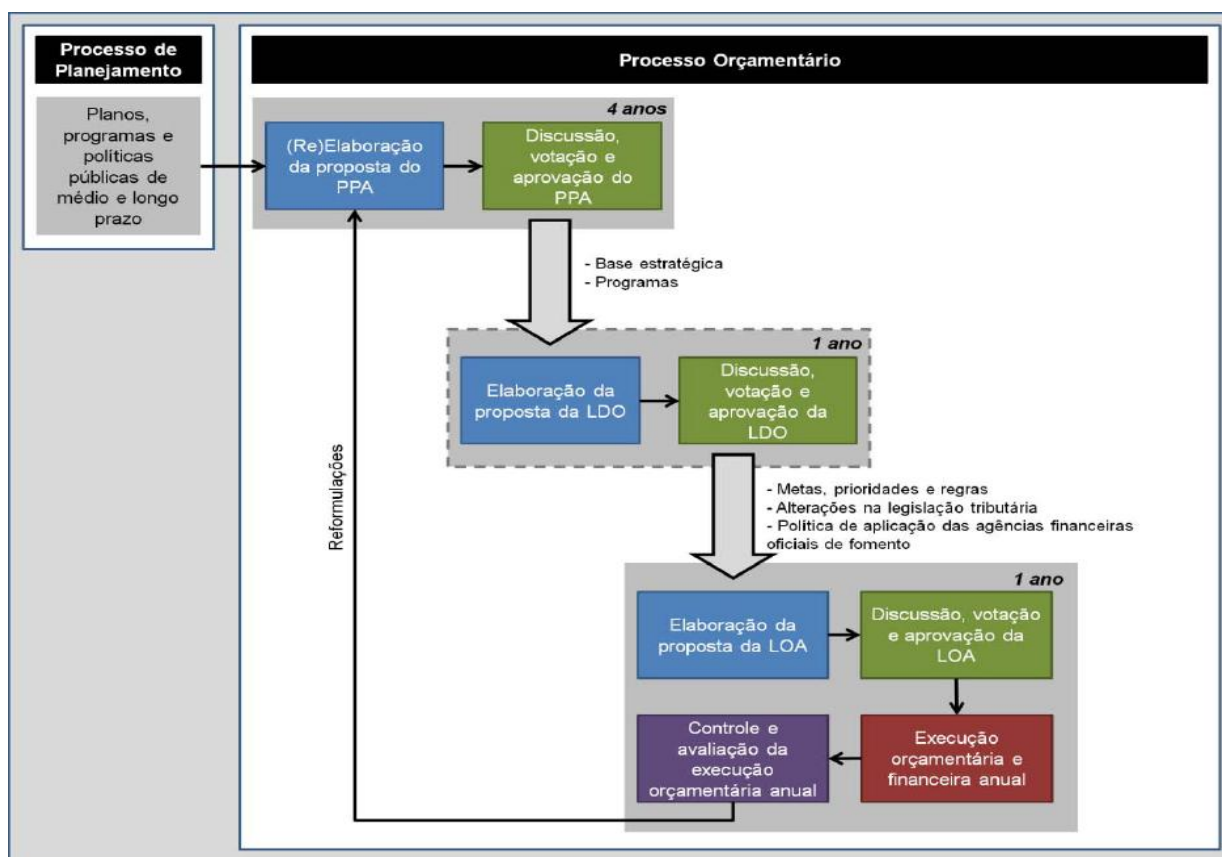
uma Universidade comprometida com a formação de profissionais-cidadãos com elevada qualificação, com valores humanos associados à justiça social, à solidariedade, à democracia e à sustentabilidade da vida humana e da biodiversidade do planeta Terra, com a geração e difusão de conhecimentos como resultado da interação entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo a liberdade de pensamento e o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural de modo sensível às mudanças sócio-ambientais, políticas e econômicas.

Após a formulação e registro nos instrumentos descritos anteriormente, o planejamento dos projetos e atividades ingressavam na fase de implementação, ou seja, eram colocados em prática. Na medida em que esses planos eram quantificados, as prioridades e metas eram estabelecidas, chegava o momento de verificar as características dos projetos e

das atividades a serem desenvolvidas, para posteriormente alinhá-las a um programa do cardápio do Plano Plurianual (PPA). Para que em ato contínuo, fossem alocadas na elaboração das propostas dos orçamentos anuais da UFRRJ, as dotações orçamentárias necessárias para o cumprimento das metas físicas e financeiras estabelecidas em cada programa governamental.

Realizadas internamente todas as etapas do processo de planejamento, é feito o encaminhamento da proposta orçamentária pela Unidade Orçamentária (UO) para a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (Setorial) do Ministério da Educação (SPO/MEC).

Figura 7 - Fluxograma dos Processos de Planejamento e Orçamento do Governo Federal



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/2010

A figura 7 ilustra por meio de um fluxograma a integração dos processos de planejamento e orçamento da União, na perspectiva da elaboração, tramitação e aprovação de três leis que compõem o ciclo orçamentário e que são de iniciativa do Poder Executivo, a saber: PPA, LDO e LOA.

2.3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

No ordenamento jurídico brasileiro, a começar pela nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 e seus dispositivos, a educação é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação do exercício da cidadania e pela emancipação social, tendo como comprometimento prioritário a formação integral do ser humano. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico no que diz respeito à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos.

No que concerne à educação, no capítulo III foi incluído os seguintes artigos:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade.

Art. 207 – A universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 214 – A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino e seus diversos níveis e a integração das ações do Poder Público que conduzam a:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade de ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística científica e tecnológica do País.

No que concerne à assistência social o capítulo VIII determina que:

Art. 203 – A assistência social será prestada a quem ela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A Constituição Federal de 1988 foi pioneira ao trazer pela primeira vez na história dos direitos sociais uma nova concepção para a Assistência Social, pois ao contemplar na esfera da seguridade social, reconhecendo a educação como uma política social, que, juntamente com as políticas de saúde e da previdência social, compõe o tripé do Sistema de Seguridade Social brasileiro.

Nesta mesma direção deve caminhar a universidade, que segundo Rodrigues (2003, p. 168), como instituição social,

é parte integrante da sociedade e, com ela, estabelece relações de reciprocidade, não sendo, portanto, adequado tratar essa realidade de forma dicotômica. Por essa razão, a investigação demonstra alguns mecanismos de ajustes que respondem a diferentes conjunturas vividas pela sociedade, as quais são determinantes das políticas públicas, particularmente das educacionais, e das diretrizes de instâncias superiores da universidade.

Contudo, conforme ressalta Alves (2002):

a busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Todas estas questões conduzem à reflexão sobre a importância das políticas públicas educacionais e especificamente a relativa à assistência estudantil no ensino superior brasileiro, sendo esta tratada nas unidades a seguir.

2.3.1. Origem no mundo e o surgimento no Brasil

Após a realização de uma minuciosa pesquisa exploratória, não foi encontrada a origem precisa da existência de uma política de assistência estudantil ou termos semelhantes a nível mundial, porém cronologicamente os relatos mais distantes dão conta que na Inglaterra e no resto da Europa, a idéia de ajudar estudantes carentes, especialmente os estudantes "funcionários" da igreja foi estabelecida por volta do século XIII. Quando as autoridades municipais de Oxford foram linchados por alguns estudantes "funcionários" em um episódio ocorrido na cidade em 1209, as penalidades aplicadas em Oxford pelo papa incluíam as verbas semestrais e a festividade anual para estudantes, bem como restrições a renda dos estudantes e aos preços dos alimentos¹⁵ (WILKINSON, 2005, p.65, tradução livre do autor).

Os alunos carentes da era medieval recebiam ajuda que vinham de várias fontes, a saber: da coroa, dos bispos e das dioceses, benfeitores locais e das faculdades próprias. E antes que as universidades fossem plenamente estabelecidas, o rival "mestres" ofereciam descontos para dar aulas e conseguiam mais alunos para assistirem suas palestras.

Havia vários tipos de auxílios para os alunos carentes, desde locais gratuitamente cedidos na faculdade, dando acesso para a realização da tarefa de recolher os restos de cozinha ou de uma licença para implorar como um mendigo sacerdote. Algumas desobrigações de tarifas sobre "rendimentos futuros" empréstimos: os beneficiários deveriam pagá-los se eles chegassem a "grandes fortunas."

Por que proporcionar tudo isso? O ponto de partida foi o cuidado de Jesus com os pobres e aflitos, ligada à idéia de se apoiar na bondade. Ricos filantropos encontraram um nicho aqui, o financiamento dos estudos dos "acadêmicos da igreja" que então iriam rezar pela alma de seu benfeitor. Mais importante ainda, a igreja olhou para estudantes pobres como um conjunto de futuros padres e administradores; a igreja funcionou muito do aparato legal do país, embora o trabalho sacerdotal não atraísse os ricos e os abastados.

O auxílio ao estudante, no entanto, raramente atingiu os mais pobres, não indo além do básico exigido para a alfabetização, onde algumas bolsas eram retiradas dos vilões (servos). Empréstimos eram sem juros, em consonância com a proibição da igreja sobre a usura, porém muitas vezes a eles era necessário o depósito imediato de um item, por exemplo: um livro caro ou uma taça, um casaco ou uma peça de mobiliário.

¹⁵ Texto original – “In England and elsewhere in Europe, the idea of aiding poor students—especially “clerks” or church students—was well established by the thirteenth century. When the city fathers of Oxford lynched some clerks in an ugly town-gown episode in 1209, the penalties levied on Oxford by the pope included semiannual grants and an annual feast for poor students, as well as curbs on student rents and food prices”.

Os beneficiários mais comuns foram os filhos de comerciantes ambiciosos e pequenos proprietários rurais (pequenos produtores), familiares do clero, e os que eram apadrinhados. Os alunos mais ricos, por vezes, levavam consigo os funcionários e companheiros mais pobres e subsidiavam os estudos, pois eles poderiam ser úteis mais tarde, se eles viessem ascender a um cargo mais alto.

O resultado de tudo isso foram irregulares. As oportunidades educacionais dependiam da sorte, de onde viviam e sabiam os necessitados tanto quanto em mérito e necessidades. Até o início de 1500, também na França, como na Inglaterra, houve muitas queixas de que faculdades foram disponibilizando vagas para os ricos e privilegiados, embora os estudantes de classe alta raramente se graduavam.

No entanto, a tradição de ajudar os alunos carentes permanecia, sobrevivendo a transição da Inglaterra do catolicismo ao protestantismo. No final do século XVI e início do século XVII, o doador típico de bolsas era um rico comerciante ou um advogado, devotamente evangélicos, que deu como um ato de caridade cristã construtiva, ganhando o respeito social neste mundo e boas notas na próxima. Essas pessoas acreditavam que doar às escolas, bem como os colégios poderia ajudar os aspirantes e cumprir a promessa de ajudar a juventude a sair da pobreza "perversa" e de uma terrível ignorância. Acreditavam, também, que ajudar aos estudiosos pobres, muitas vezes com destino à igreja, poderia construir um clero formado e atuante, a brilhar na escuridão.

Segundo a conclusão de Wilkinson (2005, p. 87, tradução livre do autor),

o resultado de tudo isso foi uma quantidade limitada de democracia social. A pequena minoria de estudantes de Harvard, cujos pais eram trabalhadores manuais subiu de 7,3% estimados no início dos anos 1870 para 7,8% no início de 1900. Em busca de altos padrões acadêmicos, Eliot cultivada laços com as principais escolas preparatórias, mas também incentivava admissões em escolas públicas¹⁶.

No Brasil, o surgimento da assistência estudantil, bem como sua trajetória histórica, encontra-se vinculada a trajetória da política de assistência social, pois ambas surgem a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar (1964-1985) e a promulgação de uma nova Constituição Federal (1988).

¹⁶ Texto original – “The result of all this was a limited amount of social democracy. The small minority of Harvard students whose fathers were manual workers inched up from an estimated 7.3 percent in the early 1870s to 7.8 percent in the early 1900s. In pursuit of high academic standards, Eliot cultivated ties with leading prep schools, but he also encouraged public-school admissions”.

Neste período de opressão política sobre os direitos e as liberdades individuais, surgem duas grandes frentes políticas de embates sobre as questões educacionais, em particular sobre questões relativas à assistência estudantil, que foram em 1987 o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Segundo Vasconcelos (2010, p. 402),

esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, com o objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa condição socioeconômica.

Nesta nova configuração, a condição socioeconômica deixaria de ser uma variável negativa ou mesmo impeditiva do percurso universitário e, independentes dela, todos os estudantes deveriam ter igual acesso ao saber e à produção do conhecimento nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

No campo político, o FONAPRACE ao final de 1999 solicitou a inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), sendo prontamente atendida pelo parlamentar relator do PNE, que determinou a filiação de programas de assistência estudantil, tais como: bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom rendimento acadêmico.

A partir desta conquista, a política de assistência estudantil ganhou espaço na pauta de discussões da política educacional brasileira, culminando na formulação e na publicação em 12 de dezembro de 2007, da Portaria Normativa nº 39 – MEC, que instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Sendo transformado em 19 de dezembro de 2010 no Decreto Presidencial nº 7.234/10. Representando um marco histórico e de essencial importância para proporcionar a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

Outro fator significativo foi à apropriação tanto pelas Instituições Federais de Ensino Superior quanto pelos estudantes deste programa, visando transformá-lo numa política

pública, inicialmente, no âmbito das IFES e, posteriormente, após consolidado e com resultados satisfatórios, possa se efetivar como uma política pública de Estado.

Um indicativo de que o processo de consolidação do Programa Nacional de Assistência Estudantil fica evidenciado nas estratégias de manutenção, melhoria e ampliação constantes no Projeto de Lei 8.035/2010 do Plano Nacional de Educação – PNE (2011-2020) encaminhado em 15 de dezembro de 2010 pelo Ministro da Educação para apreciação do Congresso Nacional. O quadro 15 ilustra os objetivos, as metas e as estratégias utilizadas no PNE (2001-2010) e do PL-PNE (2011-2020) em tramitação na perspectiva da Assistência Estudantil.

Quadro 15 - Comparativo entre o PNE (2001-2010) e o PL-PNE (2011-2020)

Educação Superior (Objetivos e Metas)	PNE 2001-2010	PL-PNE 2011-2020
Prover oferta até o final da década Faixa etária: 18 a 24 anos	¹⁷ Pelo menos 30%	Pelo menos 33%,
ESTRATÉGIAS		
Assistência Estudantil	Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.	Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.

Fonte: Elaborado pelo autor

2.3.2. PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil: objetivos e ações

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), implantado em 2008, é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) formulado e implantado no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), tendo como objetivos atualizados do PNAES aqueles previstos no Art. 2º do Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e

¹⁷ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2009, apenas 14,4% da população nessa faixa etária cursavam essa etapa do ensino.

conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O programa estabelece ainda em seu § 1º do Art. 3º que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I – moradia estudantil;
- II – alimentação;
- III – transporte;
- IV – atenção à saúde;
- V – inclusão digital;
- VI – cultura;
- VII – esporte;
- VIII – creche;
- IX – apoio pedagógico; e
- X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Em síntese, as ações de assistência estudantil indicadas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

No que tange ao financiamento dessas ações, ficou determinado que a dotação orçamentária e os recursos financeiros devem ser repassados às IFES, que serão responsáveis pela execução das ações de assistência estudantil e pela definição dos critérios de seleção dos estudantes que serão beneficiados pelo programa.

2.3.3. A Assistência Estudantil na UFRRJ

As políticas de assistência ao estudante têm como finalidade garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES públicas na perspectiva do direito social; proporcionar condições básicas para sua permanência na instituição; assegurar os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas (Gatti & Sangoi, 2000).

Quanto à assistência ao aluno da graduação, a UFRRJ possui uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAEST) específica para a coordenação dos alojamentos, refeições, apoio psicológico e social e demais atividades de suporte a manutenção do aluno dentro do seu respectivo campus, visando o atendimento de suas necessidades.

Para o cumprimento dos objetivos específicos estabelecidos para a assistência estudantil da UFRRJ, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2006, p. 24-25), visa

melhorar as condições de permanência na UFRRJ, por meio da implementação de uma política acadêmica integrada, que resulte em benefícios artísticos, culturais e desportivos e privilegie as ações na área da saúde, moradia e alimentação estudantil, do lazer e da segurança interna.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAEST) encontra-se estruturada administrativamente da seguinte forma:

- a) Secretaria;
- b) Divisão de Assistência Alimentar e Residência, ao qual estão vinculados: o Setor de Residência Estudantil (SERE), Setor de Manutenção dos Alojamentos, Restaurante Universitário (RU) e Seção de Bolsas de Alimentação;
- c) Divisão de Assistência Social, ao qual estão vinculados: o Setor de Atenção Especial ao Estudante e o Setor de Atividades Educativas e Preventivas.

Adicionalmente, acordo com a estrutura do PROAEST, reconhecidamente como um setor da UFRRJ que realiza atividades de assistência estudantil, este trabalho buscou identificar as suas competências institucionais.

2.3.3.1. PROAEST – Competências Institucionais

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a Secretaria possuem as seguintes competências:

- a) orientar e assegurar o bem estar físico, psíquico e social do estudante, no âmbito da Universidade, através dos serviços oferecidos pela Divisão de Assistência Social, dividido em dois Setores – Setor de Atenção Especial ao Estudante e Setor de Atividades Educativas e Preventivas;
- b) realizar a gestão da infraestrutura de funcionamento da Pró-Reitoria;
- c) manter, coordenar e supervisionar as atividades de apoio residencial, alimentar e social, proporcionado aos estudantes através do Setor de Residência Estudantil e Restaurante Universitário;
- d) promover a concessão de bolsas de alimentação, bolsas atividade, bolsas permanência;

- e) propor a concessão de bolsas de apoio técnico acadêmico e de estágios junto aos setores vinculados, dentro da necessidade de cada um;
- f) assistir a organização das entidades estudantis;
- g) providenciar a representação estudantil nos órgãos colegiados da Universidade;
- h) constituir comissões e aprovar a criação de Diretórios e Centros Acadêmicos junto aos Institutos da Universidade;
- i) supervisionar as atividades de todos os setores vinculados à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
- j) apresentar e assinar relatórios junto ao Programa Nacional de Assistência Estudantil bem como para a elaboração do relatório de gestão anual da Universidade;
- k) fomentar a realização de eventos cívicos e esportivos, em colaboração com os setores específicos;
- l) prestar apoio às organizações estudantis assessorando os seus dirigentes e estabelecendo normas para os procedimentos eleitorais;
- m) supervisionar as atividades da Divisão de Assistência Alimentar e Residência (DIAAR);
- n) supervisionar as atividades da Coordenação do Restaurante Universitário;
- o) propor junto ao Conselho Universitário a aprovação de projetos institucionais e de interesse acadêmico;

A Divisão de Assistência Alimentar e Residência, ao qual estão vinculados: SERE, Setor de Manutenção dos Alojamentos, Restaurante Universitário e a Seção de Bolsas de Alimentação, possuem as seguintes competências:

- a) supervisionar as atividades técnicas desenvolvidas por todos os setores vinculados;
- b) acompanhar, assistir e assinar a documentação pertinente ao desempenho de todos os Setores vinculados;
- c) realizar o controle orçamentário e de pessoal;
- d) redigir documentos;
- e) fundamentar os processos para aquisição de bens e serviços;
- f) preparar a documentação exigida para assuntos técnicos de interesse de todos os Setores;
- g) preparar os Relatórios Mensais com os dados físicos exigidos pelo Sistema de Monitoramento do MEC;

- h) preparar os Relatórios de Acompanhamento semestral, exigidos pelo SIMEC;
- i) preparar os Relatórios de atividades visando o Relatório de Gestão da Universidade;
- j) elaborar editais;
- k) assistir aos estudantes em geral, principalmente os beneficiários da bolsa moradia e da bolsa alimentação;
- l) assinar, devidamente autorizado, os documentos de interesse do serviço no impedimento eventual do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis;
- m) atender ao público em geral;
- n) auxiliar na organização dos trabalhos de todos os Setores, incluindo a Secretaria Administrativa;
- o) assistir e orientar dentro da sua área de competência, os Diretórios e Centros Acadêmicos.

Setor de Residência Estudantil (SERE):

- a) orientar, coordenar e manter em funcionamento os alojamentos universitários, adotando as medidas indispensáveis à conservação das instalações, ao asseio e à higiene;
- b) divulgar a listagem de distribuição dos alunos por apartamento, exercendo fiscalização de modo a se evitar trocas, mudanças ou presença de elementos estranhos, sem a prévia autorização superior;
- c) manter nos alojamentos ordem disciplinar, bem como comunicar à autoridade superior toda e qualquer irregularidade relativa à disciplina e à integridade das instalações;
- d) divulgar datas para inscrições, relação de documentos necessários e realizar a seleção semestral dos estudantes candidatos às vagas a serem preenchidas na Moradia Estudantil remanescentes de desistências, abandonos, formaturas, etc., divulgando os resultados utilizando os meios disponíveis;
- e) atender ao público em geral, realizar reuniões no interesse dos estudantes no sentido de manter a disciplina e a ordem, entre os estudantes alojados;
- f) registrar os bens móveis vinculados ao Setor e mantê-los em condições de uso;
- g) manter as instalações em condições de uso e de asseio;
- h) registrar a entrada de hóspedes nos alojamentos. A hospedagem é um mecanismo provisório de preenchimento de vagas, concedida somente em situações de emergência e de caráter de excepcionalidade, não significando preenchimento de vagas

permanente. A sua liberação, provisória, sempre ocorre com o consentimento dos estudantes que já estejam ocupando um quarto, oficialmente;

- i) coibir o funcionamento de jogos, festas comemorativas e outras recreações dentro dos alojamentos e nas áreas impróprias para esse fim;
- j) fazer respeitar o silêncio após as 22 horas;
- k) promover medidas de ressarcimento de prejuízos causados por estudantes, em dependências do Setor de Residência Estudantil;
- l) tomar medidas necessárias ao funcionamento regular das organizações estudantis sediadas ou não, nas dependências do Setor de Residência Estudantil;
- m) acompanhar e estimular os que iniciam a vida universitária, nos seus primeiros contatos com a Instituição, com o apoio da Secretaria do Setor e do serviço de assistência social oferecido pelo Setor de Atividades Educativas e Preventivas;
- n) fortalecer e divulgar entre os estudantes o espírito universitário, no sentido de que somos uma unidade, constituída por docentes, discentes e servidores;
- o) divulgar atos das autoridades superiores para melhor esclarecimento de assuntos de interesse comum a administração ou ao corpo discente;
- p) oferecer através do Setor de Manutenção dos Alojamentos, serviços nas áreas hidráulica, elétrica, marcenaria, alvenaria, pintura, etc.
- q) acompanhar a freqüência dos estagiários e bolsistas de apoio técnico acadêmico em atividade no Setor;
- r) encaminhar a freqüência do pessoal terceirizado em atividade no âmbito da Moradia Estudantil.

Restaurante Universitário (RU):

- a) controlar o funcionamento do Restaurante Universitário, mantendo a ordem, a disciplina, o asseio e a higiene indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos;
- b) preparar e fiscalizar, a confecção do cardápio, de maneira a que sejam atendidas as condições de valor nutritivo e de higiene exigidos em estabelecimentos de uso coletivo;
- c) fiscalizar a cobrança de refeições subsidiadas, de acordo com as tabelas estabelecidas;
- d) fiscalizar o acesso de bolsistas de alimentação nas dependências do RU;
- e) controlar a entrada dos usuários e receber ou fiscalizar o movimento de carteiras dos bolsistas e dos tíquetes de não bolsistas;

- f) comunicar a Pró-Reitoria todo e qualquer ato de indisciplina que ocorra nos recintos do Restaurante Universitário;
- g) fazer o levantamento diário do número de comensais e confeccionar quadro demonstrativo mensal;
- h) assegurar as condições de pleno funcionamento das instalações e equipamentos;
- i) acompanhar o serviço terceirizado contratado para atuar em áreas específicas do Restaurante Universitário;
- j) controlar a entrada e saída de produtos alimentícios adquiridos;
- k) conferir e atestar o recebimento de mercadorias encaminhando as Notas Fiscais para fins de pagamento;
- l) acompanhar a frequência dos estagiários e dos bolsistas de apoio técnico acadêmico em atividade no Setor;
- m) acompanhar a frequência do pessoal terceirizado em atividade no âmbito da Moradia Estudantil.

Setor de Bolsas de Alimentação:

- a) promover a seleção de bolsistas de alimentação, divulgando previamente as datas e os documentos necessários ao processo, divulgando a relação nominal dos contemplados utilizando os meios disponíveis para esse fim;
- b) controlar os bolsistas por curso e por Estado de origem;
- c) encaminhar ao órgão competente a relação dos contemplados com as bolsas de alimentação por carência, bolsas culturais e bolsas permanência do Programa Nacional de Assistência Estudantil;
- d) receber e controlar a documentação pertinente aos bolsistas;
- e) realizar levantamentos sócio-econômicos dos discentes interessados nas bolsas de alimentação;
- f) pronunciar-se favoravelmente, quando necessário, quanto à dispensa do pagamento de taxas e emolumentos, comprovada a carência dos pretendentes.

A diretoria da Divisão de Assistência Social, ao qual estão vinculados: o Setor de Atenção Especial ao Estudante e o Setor de Atividades Educativas e Preventivas, possuem as seguintes competências:

Setor de Atenção Especial ao Estudante:

- a) oferecer terapias alternativas dentre reiki, técnicas com florais, massoterapia, auriculoterapia, shiatso, etc. objetivando a manutenção do equilíbrio físico e mental, e diminuindo o stress provocado pela agitada vida acadêmica;
- b) realizar atendimentos diários em local apropriado para esse fim.

Setor de Atividades Educativas e Preventivas:

- a) propor e coordenar a realização de campanhas educativas e de prevenção à saúde, no interesse da Comunidade Acadêmica, com o apoio do pessoal do Setor e do Posto Médico da Universidade;
- b) assistir, dentro das possibilidades, os estudantes com dificuldades psicológicas com o apoio do Posto Médico;
- c) realizar atendimentos de serviço social, visando aconselhamentos e mediação de conflitos no âmbito da Moradia Estudantil;
- d) realizar campanhas de vacinações e campanhas educativas contra doenças sexualmente transmissíveis (DST);
- e) registrar os atendimentos efetuados mensalmente pelo Setor, encaminhando os relatórios para fins de acompanhamento através do Sistema de Monitoramento do MEC;
- f) acompanhar a frequência dos estagiários e dos bolsistas de apoio técnico acadêmico em atividade no Setor;
- g) assistir aos estudantes, prevenindo-os contra desajustamentos de ordem psíquica, doméstica, social ou escolar;
- h) apreciar a conduta dos estudantes, esmerando-se em realçar sua urbanidade e boas maneiras no convívio em grupo;
- i) visitar os Alojamentos para identificação e antecipação de demandas estudantis;
- j) promover palestras de sensibilização a cada início de semestre, com o apoio da Divisão de Saúde. Nessas ocasiões são abordadas questões tais como as DST-Aids, o trote e o assédio moral; uso de álcool, de drogas;
- k) acolher e orientar os estudantes recém-ingressos.

2.3.3.2. PROAEST – Bolsas Permanência e de Alimentação por Carência

Atualmente são concedidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial dois tipos de bolsas: bolsa permanência e bolsa de alimentação por carência. Estas despesas são realizadas na fonte 112 (recursos do tesouro) no elemento de despesa 33.90.18 (auxílio financeiro a estudantes) da ação de Assistência ao Educando do Ensino de Graduação (4002) do orçamento anual da UFRRJ.

A bolsa permanência destina-se a alunos de graduação em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, visando à oferta de apoio para alimentação, transporte, moradia e apoio acadêmico, além do acesso ao atendimento psicossocial, promovendo a permanência do estudante durante o tempo regular do seu curso nos campus de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. Este tipo de bolsa possui 04 (quatro) modalidades distintas: bolsa de apoio à moradia, bolsa de apoio ao transporte, bolsa de apoio à alimentação e bolsa de apoio didático-pedagógico.

A bolsa de apoio à moradia é destinada ao estudante comprovadamente carente que não disponha, por falta de vagas, da oportunidade de uma vaga gratuita em residência estudantil, ou onde a Instituição não disponha de Moradia Estudantil e que se encontre sem condições de arcar com o custo da moradia.

A bolsa de apoio ao transporte é destinada ao estudante que, comprovadamente, se encontre sem condições de arcar com o custo de transporte de sua residência até o Campus onde estude.

A bolsa de apoio à alimentação é destinada ao estudante comprovadamente carente que estude no Campus onde não há oferta subsidiada de refeição.

No Campus em que houver o funcionamento do Restaurante Universitário, como é o caso de Seropédica/RJ, o apoio ao estudante dar-se-á por meio da bolsa alimentação por carência ou através da aquisição de tíquetes de alimentação subsidiado pela UFRRJ.

A bolsa de apoio didático-pedagógico tem por finalidade contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante, agindo preventivamente para minimizar as situações de repetência decorrentes da insuficiência de condições financeiras. A bolsa é paga em parcela única ao estudante.

Tabela 8 – Recursos financeiros disponibilizados em 2010 para oferta de bolsas permanência aos estudantes de graduação da UFRRJ por modalidade e campus

Modalidade	Quantidade de Bolsas por Campus			Meses ou Parcela	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)
	Seropédica	Nova Iguaçu	Três Rios			
Moradia	100	200	50	8	150,00	420.000,00
Transporte	100	200	50	8	150,00	420.000,00
Alimentação	-	250	100	8	150,00	420.000,00
Didático-Pedagógico	200	200	100	Única	180,00	90.000,00
Total	400	850	300			1.350.000,00

Fonte: PROAEST/Setor de Bolsas

Os recursos financeiros apresentados na tabela 8, foram disponibilizados (via edital) pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para o exercício de 2010, visando a oferta de bolsas permanência nas diversas modalidades de apoio aos estudantes de graduação regularmente matriculados e que comprovadamente se encontravam em situação de vulnerabilidade sócio-econômica.

O programa intitulado “Bolsa de Alimentação por Carência” tem como finalidade conceder bolsas de alimentação aos estudantes do Colégio Técnico (CTUR) e dos cursos de graduação do campus de Seropédica, durante o período letivo. Este programa destina-se a estudantes em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, comprovada através de documentação, devendo o discente estar desenvolvendo atividade acadêmica sob a orientação de um professor no campus universitário com uma carga horária de 12 horas semanais, tendo como contra partida a bolsa de alimentação.

Em cada semestre letivo e por meio de criterioso processo de avaliação, seleciona aqueles que, pelo nível de carência, fazem jus à bolsa-alimentação, controlando ainda a sua liberação mensal. Estas bolsas são classificadas da seguinte forma:

Quadro 16 – Classificação quanto aos tipos de Bolsas de Alimentação por Carência

Tipo	Menu das Bolsas	Público-alvo
01	Almoço, de 2ª a 6ª feira	Estudantes que residem próximo a UFRRJ.
02	Desjejum, almoço e jantar, de 2ª a 6ª feira	Estudantes que residem em cidades próximas a UFRRJ.
03	Desjejum, almoço e jantar, integral para o mês	Estudantes que residem em outros estados.
21	Almoço e jantar, de 2ª a 6ª feira	Estudantes que residem em cidades próximas, porém não tomam café da manhã.
31	Almoço e jantar integral para o mês	Estudantes que residem em outros estados, porém não tomam o café da manhã.

Fonte: Elaborado pelo autor

O Restaurante Universitário (RU) ocupa uma área física de aproximadamente 2.500 m². No local, os estudantes da UFRRJ, bolsistas e não bolsistas, efetuam sua alimentação diariamente. Para os bolsistas, a alimentação é fornecida gratuitamente, uma vez que os recursos recebidos anualmente, para o custeio de um determinado n° de bolsas, são revertidos integralmente na compra de gêneros alimentícios.

No Restaurante Universitário são realizadas aulas práticas, principalmente do Curso de Economia Doméstica, bem como estágios não remunerados, para estudantes de toda a Universidade. Uma parcela crescente dos alimentos consumidos no RU resulta da produção interna, bastante incentivada pela Administração Superior da UFRRJ. Fazem parte da produção interna: hortaliças e tubérculos, carnes e leite, etc. Atualmente, os principais fornecedores internos são: Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR), Fazendinha Agro-Ecológica e Fazenda do Instituto de Zootecnia (FAIZ).

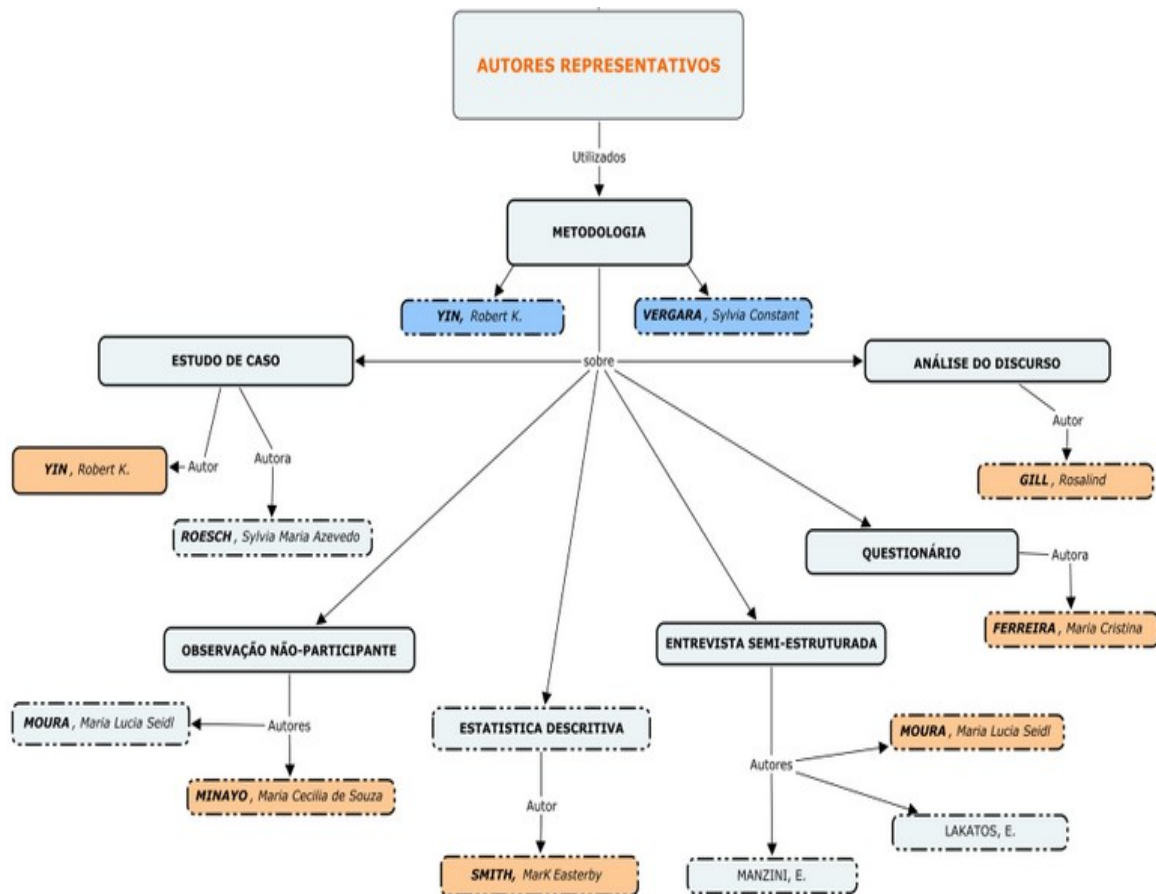
O Setor de Residência Estudantil (SERE) é responsável pela seleção dos candidatos e distribuição das vagas disponíveis a cada semestre nos alojamentos da UFRRJ. A seleção obedece aos seguintes critérios: Análise do IC - Índice de Carência, com base na renda bruta familiar e número de indivíduos que dependem desta renda e maior distância entre a moradia e a instituição de ensino onde o candidato está cursando a graduação. Sendo os casos omissos, analisados pela “Comissão de Administração dos Alojamentos”.

3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

YIN (2001), afirma que: “um projeto é um plano de ação para sair daqui e chegar lá, onde aqui pode ser definido como o conjunto inicial de questões a serem respondidas, e lá um conjunto de conclusões (respostas) sobre essas questões”.

No intuito de proporcionar uma visão estruturada dos conceitos e seus respectivos autores quanto aos procedimentos metodológicos adotados, foi utilizada a técnica de mapas conceituais (NOVAK, 1985), baseadas na teoria da aprendizagem significativa (AUSUBEL apud Moreira & Masini, 2011).

Figura 8 - Mapa conceitual dos autores representativos da metodologia de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

A Figura 8 ilustra os autores representativos nas técnicas e procedimentos metodológicos adotados na realização deste estudo. Importante ressaltar que, além dos autores constantes no mapa conceitual, outros autores foram pesquisados e fizeram parte da revisão da literatura sobre a metodologia de pesquisa.

3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Os estudos tradicionais sobre políticas públicas não baseadas em métodos quantitativos, frequentemente são forçados a se limitar a um número reduzido de variáveis explicativas, devido às dificuldades técnicas e organizativas. Com esse direcionamento processual, tornam-se mais importantes os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas (Schubert, 1991, p.36).

O delineamento da presente pesquisa é de natureza exploratória, em sua abordagem quantitativa e de um estudo de caso único, em sua abordagem qualitativa. A pesquisa foi

realizada nos setores da UFRRJ envolvidos na implementação de políticas públicas de assistência estudantil.

A abordagem desta pesquisa é quanti-qualitativa. É quantitativa porque tratará de questões objetivas quanto aos recursos orçamentários/financeiros alocados na implementação de políticas públicas no âmbito da UFRRJ, e qualitativa porque tratará de questões subjetivas em relação à percepção dos gestores, coordenadores de ações orçamentárias e estudantes quanto à política de assistência estudantil na UFRRJ.

Configura-se como um estudo de caso único por ter como delimitação o caso particular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e suas políticas de assistência estudantil compreendidas no período de 2006 a 2010.

3.1.1. Formulação das Hipóteses

De acordo com Minayo (2008) a hipótese é um diálogo que se estabelece entre o olhar criativo do pesquisador, o conhecimento existente e a realidade a ser investigada. Neste sentido, a primeira hipótese (H1), de natureza comparativa, para este estudo é a seguinte: *agestão das políticas públicas implementadas pela UFRRJ está alinhada com a vertente da administração pública gerencial.*

Segundo a descrição de Santos (2004), as hipóteses são afirmações provisórias ou uma solução possível a respeito do problema colocado em estudo. Contudo Severino (2002) assevera que “as hipóteses não constituem os pressupostos de estudo, porque estes já estão confirmados pela literatura, constituindo o acervo de evidências prévias sobre a questão”. Desta forma, a segunda hipótese (H2), de natureza correlacional, para este estudo é a seguinte: *O orçamento é utilizado como instrumento de planejamento das políticas de assistência estudantil da UFRRJ.*

Conforme afirma Beveridge *apud* Moura (2005) as hipóteses são fundamentais na investigação e consistem em estratégias mentais que têm a função sugerir novos experimentos e observações. Neste sentido, a terceira hipótese (H3), de natureza correlacional, para este estudo é a seguinte: *a política de assistência estudantil da UFRRJ vem atendendo satisfatoriamente (quantitativamente e qualitativamente) a demanda dos seus estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.*

3.1.2. Definição da população-alvo do estudo

O universo da população objeto desta pesquisa e sua respectiva amostra representativa, retirada para a investigação neste trabalho estão representados na tabela a seguir.

Tabela 9 – População-alvo da Pesquisa

Descrição da População-alvo	População Total	Amostra	% Amostra
Gestores (membros da administração)	12	06	50
Coordenadores de Ação	08	04	50
Discentes de Graduação beneficiários da Assistência Estudantil (2010 e 2011)	800	240	30
Total Geral	820	250	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Desta forma, compõem o universo da pesquisa os gestores da UFRRJ, incluindo seus assessores, coordenadores de ações cadastrados no SIMEC e os discentes de graduação beneficiários da assistência estudantil em 2010 e 2011.

3.1.3. Plano de Amostragem

A amostra da população que fez parte desse estudo foi organizada conforme o plano ilustrado a seguir.

Quadro 17 – Plano de amostragem do estudo

População-alvo	Técnica de Coleta de Dados	Amostra	Tipo de amostra
Gestores	Entrevista	Não-probabilística	Intencional
Coordenadores	Entrevista	Não-probabilística	Intencional
Discentes	Questionário	Probabilística	Aleatória Simples

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando o quadro 17 sobre o plano de amostragem deste estudo, foram adotadas amostras não-probabilísticas intencionais para os perfis de gestores e coordenadores de ações, onde a técnica de coletas de dados utilizada foi a entrevista semi-estruturada.

Na amostragem não-probabilística, a chance de cada elemento da população ser incluído na amostra é desconhecida. Mostram-se, dessa maneira, particularmente úteis às

situações nas quais a seleção cuidadosa de pessoas que tenham o perfil previamente especificado no problema da pesquisa seja suficiente para que o pesquisador atinja os objetivos da investigação. (Moura e Ferreira, 2005, p. 52). E ainda segundo as autoras (2005, p. 53) as amostras do tipo intencional “utilizam pessoas que, na opinião do pesquisador, têm, *a priori*, as características específicas que ele deseja ver refletidas em sua amostra”.

Foram adotadas também amostras probabilísticas do tipo aleatória simples para os estudantes da UFRRJ, onde o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário.

Na amostragem probabilística, segundo Shaughnessy & Zechmeister (1994) *apud* Moura e Ferreira (2005, p. 51) “todos os elementos que constituem a população têm chances conhecidas de serem incluídos na amostra”. Em relação à amostragem aleatória simples, Moura e Ferreira (2005) afirma que ela “constitui a técnica básica da amostragem probabilística”. E pode ser obtida por meio de sorteio dos elementos constantes do total da população que irão compor a amostra ou ainda utilizar uma tabela de números aleatórios.

Este estudo utilizou para montar sua amostra aleatória simples o sorteio dos discentes que responderam aos questionários entre o total de discentes de graduação beneficiados em 2010 e 2011 pela política de assistência estudantil.

3.2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

As técnicas utilizadas para coletar os dados fundamentais para este trabalho foram: observação não-participante, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários.

Na observação não-participante (direta ou livre) foram realizadas visitas as unidades acadêmicas/administrativas identificadas como executoras das políticas públicas de assistência estudantil, bem como nos setores estratégicos de planejamento e orçamento da Universidade.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os gestores estratégicos da Universidade, bem como dos coordenadores de ações dos programas cadastrados no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) e que apresentavam vinculação direta ou indireta com as políticas públicas de assistência estudantil.

Foi realizado o pré-teste do roteiro de entrevista semi-estruturada com 03 gestores e 01 coordenador de ação, possibilitando realizar alguns ajustes na estrutura das perguntas do instrumento de coleta de dados.

Na amostra probabilística dos discentes de graduação atendidos pela política de assistência estudantil da UFRRJ, foi realizado um estudo descritivo-quantitativo. A escolha da

amostra foi do tipo: aleatória simples, sendo a coleta realizada em duas fases: na 1ª fase (levantamento) os questionários validados de Perfil Socioeconômico do Sistema de Informação do Perfil do Estudante dos Cursos de Graduação das IFES – SIPE Brasil (Anexo II). Na 2ª fase (coleta de dados) foi aplicado um questionário simplificado aos estudantes de graduação da UFRRJ beneficiados pela política do PNAES, contendo questões abertas e fechadas (Apêndice II). Os objetivos desta fase foram: identificar o perfil destes estudantes (questões fechadas) assistidos, visando a realização de uma análise comparativa com o perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos de graduação da UFRRJ levantados na 1ª fase e coletar a percepção destes estudantes (questão aberta) quanto as políticas públicas de assistência estudantil que a UFRRJ vem desenvolvendo.

3.2.1. Fontes de dados

Para a coleta de dados foram utilizados dados primários e secundários. A pesquisa em fontes primárias baseia-se em documentos originais, que não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, ou seja, foram coletados pela primeira vez pelo pesquisador para a solução do problema, podendo ser coletados mediante entrevistas, questionários e observação (ANDRADE, 1993). Nesta pesquisa as fontes de dados primárias utilizadas foram: a observação direta (não-participante) nos setores envolvidos ao objeto da pesquisa e as entrevistas semi-estruturadas com gestores estratégicos e os coordenadores de ações dos programas/ações constantes no SIMEC.

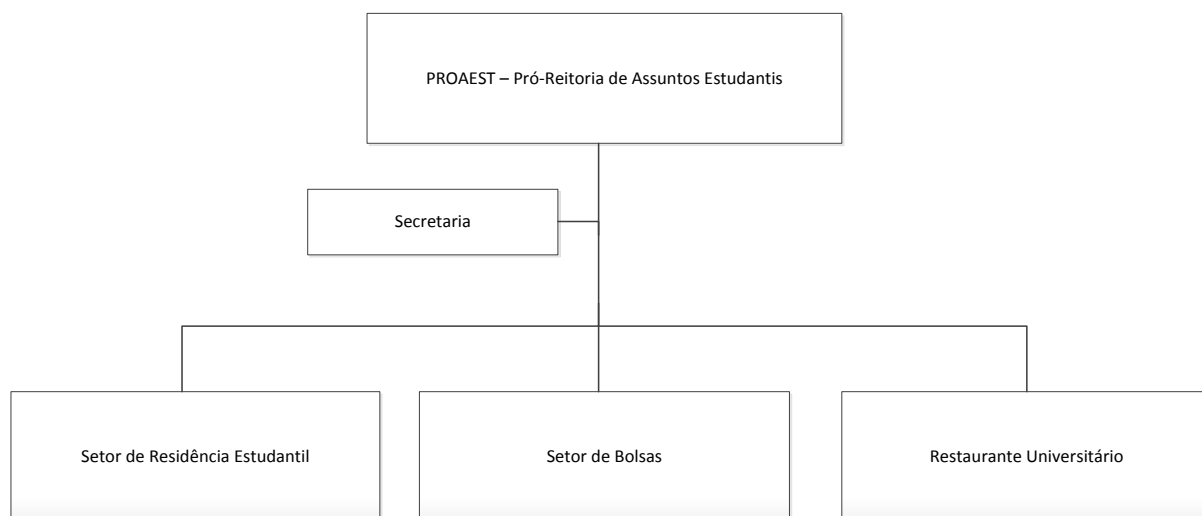
Os dados secundários são aqueles que se encontram à disposição do pesquisador em boletins, livros, revistas, dentre outros. Para Marconi e Lakatos (2000) as fontes secundárias possibilitam a resolução de problemas já conhecidos e explorar outras áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente. Nesta etapa da pesquisa as fontes de dados secundários utilizadas foram: publicações em geral, livros, revistas, periódicos, textos, relatórios, editais, leis, estatutos, regulamentos, questionários validados, sites, sistemas de gestão, dentre outros.

3.2.1.1. Mapeamento dos setores envolvidos na pesquisa

Os setores da UFRRJ envolvidos diretamente na pesquisa foram: a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAEST) e a Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (COPLAN). Neste trabalho foram realizados o mapeamento das estruturas organizacionais e

as atividades desenvolvidas anualmente pelos setores subordinados, conforme ilustram as figuras (9 e 10) e os quadros (18 a 24), respectivamente.

Figura 9 - Organograma da PROAEST




Fonte: Elaborado pelo autor

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAEST) é um dos órgãos subordinados à Reitoria, dentre outros, tendo como atribuição o assessoramento direto à Reitoria no tocante ao desenvolvimento das políticas de assistência estudantil. Trata-se de uma Pró-Reitoria constituída por, uma Secretaria administrativa, pelos Setores de Residência Estudantil e Bolsas e um Restaurante Universitário. A PROAEST compete: coordenar, supervisionar e manter assistência aos estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Quadro 18 - Cronograma de Atividades da PROAEST - Secretaria

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Realizar a gestão da documentação oficial												
1.1. Elaborar e registrar a entrada e saída de documentos												
1.2. Fazer a triagem, conferência e distribuição de documentos (internos e externos)												
1.3. Submeter os pareceres para apreciação do titular da PROAEST												
1.4. Acompanhar os prazos de atendimento e arquivar os documentos												
2. Atender as demandas dos servidores da Pró-Reitoria												
2.1. Controlar, preparar e enviar frequência dos servidores da Pró-Reitoria ao Departamento de Pessoal												
2.2. Solicitar diárias, passagens e veículos oficiais para translados e viagens												
2.3. Reservar hospedagem em hotéis e pousadas												
3. Realizar a gestão da infraestrutura de funcionamento da Pró-Reitoria												
3.1. Solicitar e controlar as aquisições dos materiais de consumo e permanente												
3.2. Distribuir os materiais adquiridos e solicitar os reparos das instalações												
4. Confecção de formulários, planilhas eletrônicas e relatórios												
5. Atender ao público interno e externo												
6. Fornecer apoio operacional na elaboração de manuais técnicos												
7. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.												


Fonte: PROAEST/Secretaria

 Período de Realização das Atividades

Quadro 19 - Cronograma de Atividades da PROAEST - Setor de Residência Estudantil

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Hospedagem de estudantes alojados												
2. Manutenção das áreas comuns (limpeza, pequenos reparos)												
3. Portaria/vigilância/guarita												
4. Recebimento, cadastramento e entrega de correspondências (dias úteis)												
5. Atendimento ao estudante alojado												
5.1. Emissão de documentos												
5.2. Empréstimo de chaves												
5.3. Cessão de móveis												
5.4. Outros												
6. Seleção de Acesso às vagas na Moradia Estudantil												
6.1. Recebimento de documentos												
6.2. Análise dos processos												
7. Confirmação do interesse nas vagas ocupadas												


Fonte: PROAEST/Setor de Residência Estudantil.

 Período de Realização das Atividades

Quadro 20 - Cronograma de Atividades da PROAEST - Setor de Bolsas

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Inscrição de Bolsa Permanência para os alunos presenciais do ensino de graduação												
1.1. Disponibilizar a inscrição On-line aos candidatos à bolsa permanência												
1.2. Receber, conferir e avaliar a documentação dos alunos inscritos												
1.3. Cadastrar a documentação em sistema próprio												
1.4. Divulgar o resultado												
1.5. Preencher e coletar assinaturas nos Termos de Compromisso e protocolar o Processo												
1.6. Enviar a folha de pagamento dos bolsistas para o setor financeiro												
1.7. Monitorar e avaliar a situação acadêmica do estudante bolsista												
2. Inscrição de Bolsa Alimentação para os alunos presenciais do ensino de graduação												
2.1. Receber, conferir e avaliar a documentação dos alunos inscritos												
2.2. Cadastrar a documentação em sistema próprio												
2.3. Preencher e coletar assinaturas nos Termos de Compromisso e protocolar o Processo												
2.4. Entregar a carteira de bolsista												
2.5. Coletar assinaturas em recibo próprio da Bolsa de Alimentação												
2.6. Conferir a declaração de atividade acadêmica												
2.7. Receber e arquivar os relatórios das atividades acadêmicas no final de cada período letivo												

Fonte: PROAEST/Setor de Bolsas.


 Período de Realização das Atividades

Continua...

...Continuação

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
3. Atendimento ao Público Interno												
4. Confeção de Relatórios Gerenciais												
4.1. Preparar relatório de entregas das Bolsas Alimentação												
4.2. Elaborar demonstrativo financeiro consolidado das Bolsas Permanência												
4.3. Emitir formulários e declarações de atividades acadêmicas desenvolvidas												


Fonte: PROAEST/Setor de Bolsas.

 Período de Realização das Atividades

Quadro 21 - Cronograma de Atividades da PROAEST - Restaurante Universitário

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Elaborar o planejamento anual												
2. Realizar a gestão do estoque do Restaurante Universitário												
2.1. Solicitar materiais diversos e gêneros alimentícios por grupo												
2.2. Controlar pedidos semanais de gêneros alimentícios adquiridos junto aos fornecedores												
2.3. Acompanhar as atividades de entrada e saída de gêneros do estoque regulador do RU												
2.4. Fiscalizar o cronograma de entrega dos gêneros: hortifruti (2ª feira), carne (quinzenal), leite (diário), ovos (semanal), cereais (quinzenal) e pão (diário)												
2.5. Monitorar a temperatura necessária a conservação dos alimentos (diário)												
3. Realizar a gestão da produção e do fornecimento das refeições para a comunidade acadêmica												
3.1. Elaborar os mapas de cardápios												
3.2. Distribuir as tarefas de pré-preparo dos alimentos e acompanhar tecnicamente o preparo das refeições												
3.3. Controlar a quantidade de alimentos usados nas refeições e o número de comensais (diário)												
3.4. Calcular o custo das refeições (diário)												
3.5. Atender os alunos do CTUR, CAIC e ICHS (aulas práticas) e aos eventos acadêmicos da UFRRJ												
3.6. Distribuir as tarefas para o corte semanal da lenha para abastecimento da caldeira												
3.7. Controlar o resto ingesta, preparar bebidas lácteas (iogurte) - 1 vez por semana e Queijo - 2 vezes por semana												
3.8. Acompanhar a catação de feijão e pré-preparo no corte de carnes (diário)												
3.9. Fiscalizar a distribuição das refeições (diário)												

Fonte: PROAEST/Restaurante Universitário

 Período de Realização das Atividades

Continua...

...Continuação

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4. Realizar a gestão dos recursos humanos do Restaurante Universitário												
4.1. Distribuir e orientar as atividades dos bolsistas e estagiários												
4.2. Elaborar a escala e acompanhar as frequências dos funcionários efetivos e do pessoal terceirizado												
4.3. Acompanhar as atividades dos chefes de turmas												
5. Realizar a gestão da manutenção do Restaurante Universitário												
5.1. Elaborar e acompanhar a escala de limpeza, higienização e de manutenção das instalações do RU												
5.2. Fiscalizar as atividades de controle de funcionamento da caldeira à lenha												
6. Controlar o recebimento dos tíquetes nas 3 refeições – desjejum, almoço e jantar (diário)												

Fonte: PROAEST/Restaurante Universitário


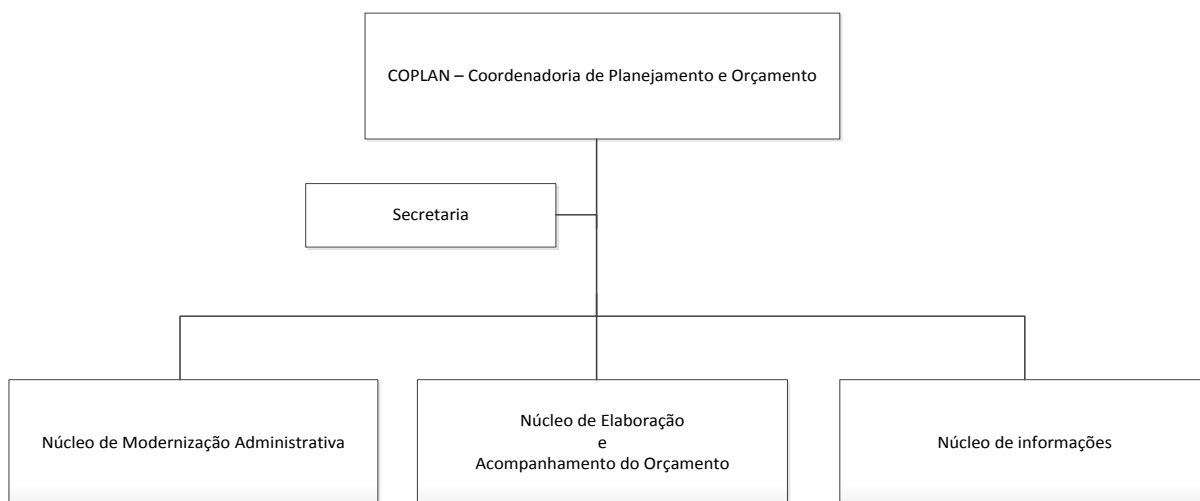
 Período de Realização das Atividades

Figura 10 - Organograma da COPLAN



Fonte: Elaborado pelo autor

A Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (COPLAN) é um dos órgãos subordinados à Reitoria, dentre outros, tendo como atribuição o assessoramento direto à Reitoria no tocante às atividades de planejamento universitário. Constituída por uma Coordenação, uma Secretaria administrativa, Núcleo de Informação Institucional, Núcleo de Elaboração e Acompanhamento do Orçamento e o Núcleo de Modernização Administrativa.


Cabe ressaltar que, embora estejam previstas na estrutura organizacional da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, as atividades do Núcleo de Modernização Administrativa não foram implementadas até o fechamento deste trabalho. A principal justificativa apresentada foi a falta de funcionários técnicos administrativos lotados neste núcleo, que teriam como objetivos: discutir, elaborar, implantar e desenvolver atividades coordenadas, com os diversos setores da universidade, de modernização administrativa.

A COPLAN compete: assessorar, sempre que solicitada, a administração nos processos de organização universitária; integrar, compatibilizar e coordenar o sistema de planejamento da Universidade.

Quadro 22 - Cronograma de Atividades da COPLAN - Secretaria

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Realizar o acompanhamento do Inventário												
2. Monitorar as atividades desenvolvidas pela servidora da CBTU												
3. Atender as demandas dos servidores da Coordenadoria												
3.1. Solicitar diárias, passagens e veículos oficiais para translados e viagens												
3.2. Reservar hospedagem em hotéis e pousadas												
3.3. Preparar e enviar frequência dos servidores da Coordenadoria ao Departamento de Pessoal												
4. Realizar a gestão da documentação oficial												
4.1. Elaborar e controlar a entrada e saída de documentos												
4.2. Acompanhar os prazos de atendimento e arquivar os documentos												
4.3. Abrir e monitorar os processos relativos às atividades da Coordenadoria												
5. Realizar a gestão da infraestrutura de funcionamento da Coordenadoria												
5.1. Solicitar e controlar as aquisições dos materiais de consumo e permanente												
5.2. Fazer os pedidos para o fornecimento de água e solicitar os reparos das instalações												
6. Atender ao público interno e externo												
7. Acompanhar a execução orçamentária da Coordenadoria												


Fonte: Coordenadoria de Planejamento e Orçamento/Secretaria

 Período de Realização das Atividades

Quadro 23 - Cronograma de Atividades da COPLAN – Núcleo de Elaboração e Acompanhamento do Orçamento

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Elaborar a Proposta Orçamentária												
1.1. Consolidar as Estratégias definidas pela Administração Superior.												
1.2. Lançar no SIMEC a proposta orçamentária.												
1.3. Encaminhar a proposta orçamentária para a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC.												
2. Conduzir a Distribuição Orçamentária												
2.1. Preparar estudos para subsidiar a tomada de decisão da Administração Superior quanto às estratégias a serem adotadas na distribuição orçamentária interna.												
2.2. Reunir com os setores contemplados na distribuição orçamentária, visando anunciar a dotação orçamentária e solicitar a alocação dos recursos por unidade e elemento de despesa.												
2.3. Consolidar e encaminhar a distribuição orçamentária para: Reitoria, Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros e ao Departamento de Contabilidade e Finanças para o lançamento das dotações nos respectivos centros de custos.												
3. Atender ao Público (Interno e Externo)												
4. Gerenciar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP												
5. Prestar Assessoria na Elaboração de Projetos da UFRRJ junto as Instituições Financiadoras												
6. Realizar o Acompanhamento da Execução Orçamentária												
Monitorar o comportamento da Receita Própria (estimada x realizada) + Reestimativas SOF												
6.2. Monitorar a execução da Despesa (empenhada x liquidada)												
7. Elaborar os Demonstrativos Orçamentários e Financeiros para o Relatório de Gestão												
8. Solicitação de Créditos Adicionais a Lei Orçamentária Anual												
9. Confeção do Painel Evolutivo.												


Fonte: COPLAN/Núcleo de Elaboração e Acompanhamento do Orçamento

 Período de Realização das Atividades

Quadro 24 - Cronograma de Atividades da COPLAN – Núcleo de Informações

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Elaboração do Relatório de Gestão												
1.1. Realizar o levantamento da legislação referente ao Relatório de Gestão												
1.2. Confeccionar a boneca do Relatório de Gestão												
1.3. Proceder a coleta dos dados para o Relatório de Gestão												
1.4. Consolidar os dados do Relatório de Gestão e enviar para Auditoria Interna e o Conselho de Curadores												
1.5. Realizar as alterações recomendadas pela Auditoria Interna e Conselho de Curadores no RG												
1.6. Enviar o Relatório de Gestão para a Controladoria Geral da União												
2. Prestar informações para o CENSO da Educação Superior												
2.1. Realizar o levantamento das informações												
2.2. Preencher o sistema do censo da educação superior												
3. Preparar o Relatório de Indicadores do TCU												
3.1. Realizar o levantamento dos dados												
3.2. Consolidar os dados coletados e elaborar o relatório de indicadores do TCU												
3.3. Preencher no sistema os dados consolidados e enviar ao TCU												
4. Fornecer informações para o Guia do Estudante da Editora Abril												
5. Monitorar as informações das comissões disciplinares no CGU/ PAD												
6. Levantar os principais dados da UFRRJ para atualização do “Rural em Números”												

Fonte: COPLAN/Núcleo de Informações

 Período de Realização das Atividades

3.2.1.2. Sistemas de Gestão Pública

O Ministério da Educação percebeu a necessidade de monitorar os programas e ações sob sua responsabilidade governamental e utilizando-se da tecnologia computacional, vem desenvolvendo, implementando e aperfeiçoando de forma contínua os módulos do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC). Este sistema permite que as Unidades Orçamentárias (UO) do Ministério da Educação registrem a execução de seus projetos e atividades desenvolvidos durante o exercício financeiro, estando estas informações sob a responsabilidade de cada coordenador de ação da área de sua competência na estrutura organizacional nas Unidades Orçamentárias.

Trata-se de um instrumento de planejamento que tem como objetivo principal organizar, gerenciar e controlar o desenvolvimento, visando efetivar a realização das políticas públicas nas regiões limítrofes da atuação de cada Unidade Orçamentária (UO), através do financiamento público, qualificados por indicadores próprios e quantificados nos montantes previstos na dotação orçamentária de cada programa e ações contempladas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os principais sistemas de gestão pública relacionados direta ou indiretamente com os assuntos abordados neste estudo estão descritos no quadro 25.

Quadro 25 – Principais Sistemas de Gestão Pública do Governo Federal

SIGLA	Descrição	Finalidade
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação	Instrumento de planejamento que tem como objetivo principal organizar, gerenciar e controlar o desenvolvimento, visando efetivar a realização das políticas públicas nas regiões limítrofes da atuação de cada Unidade Orçamentária.
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	Processar e controlar, por meio de terminais instalados em todo o território nacional, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.
SIDOR	Sistema Integrado de Dados Orçamentários	Controlar e acompanhar as etapas de elaboração e aprovação do Orçamento da União.
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal	Realizar o acompanhamento e o controle da execução física dos gastos orçamentários do Governo Federal.
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal	É a fonte oficial de dados sobre a estrutura organizacional dos órgãos do Poder Executivo.
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos	Principal ferramenta para a gestão do pessoal civil do Governo Federal.
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais	Operacionalizar e realizar a gestão descentralizada das compras públicas federais.
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal	Integrar dos sistemas e processos de Planejamento e Orçamento Federais, visando otimizar procedimentos, reduzir custos, integrando e oferecendo informações para a

		gestão pública.
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal	Registrar, processar e extrair os dados de diárias e passagens em viagens realizadas por colaboradores e servidores do Poder Executivo Federal.

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3. PROCEDIMENTO NO TRATAMENTO DOS DADOS

3.3.1. Métodos estatísticos descritivos

Os dados contidos no questionário sócio-demográfico aplicado aos estudantes foram analisados por meio de métodos estatísticos descritivos, que segundo afirma Easterby-Smith (1999, p. 126) a sua utilização assume maior importância na distinção entre os tipos de dados, sendo usada para resumir as características da amostra (EASTERBY-SMITH, 1999, p. 126).

As análises estatísticas utilizadas foram: o cálculo de frequências e porcentagens para as variáveis nominais e o cálculo da média para as variáveis intervalares ou de razão.

A pesquisa utilizou como instrumento estatístico na análise quantitativa o Software Aplicativo denominado “IBM® SPSS® Statistics 20” for Windows (licenciado), por meio de análises estatísticas descritivas e de frequências.

3.3.2. Análise de Conteúdo

A técnica utilizada para o tratamento dos dados coletados pelas entrevistas semi-estruturadas realizadas com os gestores e os coordenadores de ações do orçamento da UFRRJ, bem como a pergunta aberta constante nos questionários aplicados aos estudantes assistidos foi à análise de conteúdo, que segundo Vergara (2010, p. 7) visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.

Em 1977, foi publicada uma obra notável sobre análise de conteúdo, na qual o método foi configurado em detalhes: Bardin, *L analyse de contenu*, que serve de orientação até os dias atuais.

Bardin (1977, p.42) a define como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A técnica escolhida admite tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas para o tratamento dos dados coletados (BARDIN, 1977; FREITAS, CUNHA JR. E MOSCAROLA, 1996; LAVILLE E DIONNE, 1999), apesar de ter sido concebida com base na quantificação.

Existe uma diferença entre essas duas abordagens: na abordagem quantitativa se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto (BARDIN, 1977). Na abordagem qualitativa se “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (MADS, 1993). Implicando a utilização em quaisquer dos casos das categorizações.

Nesta perspectiva, Moraes (2003, p.197) afirma que “as categorias na análise textual podem ser produzidas por diferentes metodologias”. Sendo cada método representado por produtos que se caracterizam por diferentes propriedades. Por outro lado, cada método traz implícitos em si os pressupostos que fundamentam a respectiva análise.

O método dedutivo, um movimento do geral para o particular, implica construir categorias antes mesmo de examinar o *corpus* de textos. As categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa. Segundo Bardin (1977), são “caixas” nas quais as unidades de análise serão colocadas ou organizadas. Esses agrupamentos constituem as categorias *a priori*.

Já o método indutivo, segundo afirma Moraes (2003, p. 197) “implica construir as categorias com base nas informações contidas no *corpus*”. E conforme descrevem Lincoln e Guba (1985) *apud* Moraes (2003, p. 197) estas construções ocorrem

[...] por um processo de comparação e contrastação constantes entre as unidades de análise, o pesquisador vai organizando conjuntos de elementos semelhantes, geralmente com base em seu conhecimento tácito [...].

Esse é um processo essencialmente indutivo, de caminhar do particular ao geral, resultando no que se denomina as categorias emergentes.

Neste trabalho foram utilizados os dois métodos: dedutivo e indutivo. Sendo combinados num processo de análise misto em que, partindo de categorias definidas *a priori* com base em teorias escolhidas previamente, procedeu-se o encaminhamento de transformações gradativas na construção.

3.4. CRONOGRAMA

O cronograma para a execução da pesquisa teve seu início em março de 2010 e término previsto para março de 2012, totalizando 24 meses.

Figura 11 – Cronograma da Pesquisa

	Pesquisa Teórica e Revisão Bibliográfica	Elaboração do Roteiro de Entrevista e Questionário	Observação Não-Participante	Realizar Entrevistas e Aplicar Questionários	Análise dos Dados	Elaboração da Dissertação	Defesa, correções e entrega da Dissertação
03/2010 À 12/2010	X						
01/2011	X						
02/2011	X						
03/2011	X	X					
04/2011	X	X					
05/2011	X	X					
06/2011	X		X	X			
07/2011	X		X	X	X		
08/2011	X				X		
09/2011	X					X	
10/2011	X					X	
11/2011	X					X	
12/2011						X	
01/2012						X	
02/2012						X	
03/2012							X

Fonte: Elaborado pelo autor

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo foram descritos os resultados obtidos pela pesquisa, que consistiu em coletar, analisar e discutir os dados por meio do relatório executivo do trabalho de campo. E ao final as hipóteses do estudo foram testadas.

4.2. RELATÓRIO EXECUTIVO DO TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa foi realizada nas dependências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos *campi* de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, onde são desenvolvidas as atividades administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão universitária.

Inicialmente foram descritos os resultados das observações diretas na ocasião das visitas realizadas nos setores envolvidos na pesquisa. Em seguida, foram descritas as análises das entrevistas realizadas com os sujeitos do estudo, do relatório SIPE-Brasil (1ª fase) e dos questionários aplicados aos estudantes assistidos (2ª fase).

4.2.1. Observação não-participante

O primeiro momento de incursão ao campo da pesquisa foi através de visitas aos setores vinculados ao objeto de estudo. E durante algumas semanas, foram recolhidas informações por meio da técnica de observação não-participante, que segundo Moura e Ferreira (2005, p.56) é caracterizada “pelo não-envolvimento do observador com o contexto a ser observado, isto é, ele realiza suas observações a distância, sem participar como membro da situação”.

Durante o recolhimento das informações, três dimensões foram consideradas para que posteriormente fossem descritas e analisadas.

A primeira dimensão foi o “Espaço Físico”, onde as atividades administrativas e estudantis são desenvolvidas nos setores envolvidos na pesquisa. Nesta dimensão foram observados os seguintes aspectos: condições gerais do espaço, funcionalidade e segurança. A segunda dimensão foram os “Materiais e Equipamentos” utilizados nas atividades destes setores, sendo observados os seguintes aspectos: adequação ao ambiente, quantidade e manutenção. A terceira dimensão foram “Atividades Desenvolvidas”, sendo observados os seguintes aspectos: forma como as atividades são desenvolvidas e quanto ao atendimento das demandas. Estas dimensões encontram-se detalhadas no quadro a seguir.

Quadro 26 – Dimensões consideradas e analisadas na observação não-participante

DIMENSÕES	PROAEST	COPLAN
Espaço Físico	Precário. Necessitando de reformas e/ou adaptações, visando garantir maior funcionalidade, conforto e segurança.	Bom. Precisa de uma revisão de <i>layout</i> nos interiores dos núcleos, visando proporcionar maior funcionalidade. Revisão da rede elétrica, devido a constantes interrupções de energia que comprometem a utilização do espaço.
Materiais e Equipamentos	Administrativo: inadequados. Necessitando de aquisições de novos mobiliários e equipamentos. Estudantil: adequados. Precisando de manutenção preventiva e fiscalização.	Administrativo: Adequado. Foi verificado a existência de materiais ergonômicos, que permitem a redução de doenças laborais. Necessitando de aquisição de <i>softwares</i> adequados as atividades desenvolvidas.
Atividades Desenvolvidas	Administrativo: Rotineiras e dão suporte ao atendimento as demandas dos estudantes. Estudantis: Dinâmicas e próprias da vida acadêmica.	Administrativo: Dinâmicas para o assessoramento a Reitoria e ao atendimento a comunidade acadêmica na perspectiva do planejamento universitário.

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2.2. Análise das entrevistas realizadas com os coordenadores e gestores da UFRRJ

A amostra analisada foi composta pelos gestores (estratégicos e administrativos) e pelos coordenadores de ações do orçamento, previstas no SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação. A escolha dos sujeitos da amostra foi baseada nos seguintes critérios: por serem gestores das áreas estratégicas e administrativas ligadas as temáticas de planejamento orçamentário e assistência estudantil; por serem coordenadores das ações do orçamento vinculadas as áreas da administração central, reestruturação, expansão e assistência ao educando do ensino de graduação e por estarem alinhados com os objetivos deste estudo.

Os dados foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada, orientada por um roteiro contendo questões fechadas, que possibilitaram levantar as características dos respondentes, detalhadas nos quadros 27 e 28, e questões abertas que estimularam os sujeitos a expressarem suas percepções quanto as políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil.

Para este tipo de análise, procedeu-se a leitura flutuante que consistiu em conhecer o conteúdo das entrevistas, buscando-se as percepções, as experiências e os conhecimentos dos gestores e dos coordenadores de ações do orçamento sobre as políticas públicas de assistência desenvolvidas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. As informações contidas nestas falas formaram o *corpus* que é um conjunto de informações que foram submetidas aos procedimentos analíticos, e a sua formação implica escolhas, seleções e regras (BARDIN, 1988).

Quadro 27 – Caracterização dos Respondentes – Perfil Coordenador

ITEM/PERFIL	COORDENADORES			
	I	II	III	IV
1.1. SETOR	REITORIA	PROAEST	CEPREX	PROAEST
1.2. FAIXA ETÁRIA	Mais de 60 anos	Mais de 60 anos	Mais de 60 anos	De 56 a 60 anos
1.3. TEMPO DE SERVIÇO	Mais de 30 anos	Mais de 30 anos	Mais de 30 anos	Mais de 30 anos
1.4. CARREIRA A QUE PERTENCE	Docente	Docente	Docente	Técnico-Administrativo
1.5. SEXO	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino
1.6. CARGO DE CONFIANÇA	Vice-Reitora	Pró-Reitor	Coordenador	Assessor Especial
1.7. TEMPO NO CARGO	7 anos	3 anos	2 anos e 9 meses	6 anos
1.8. AÇÃO SOB SUA RESPONSABILIDADE	2992 – Funcionamento da Educação Profissional 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional 4001 - Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal 4008 – Acervo Bibliográfico destinados as IFES e HU's	4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação	8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação
1.9. ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA	Humanas	Agrárias/Saúde	Exatas e Tecnológicas	Agrárias

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 28 – Caracterização dos Respondentes – Perfil Gestor

ITEM/PERFIL	GESTORES					
	I	II	III	IV	V	VI
1.1. SETOR	COPLAN	REITORIA	PROAEST/RU	IM/RU	PROAEST/IM	PROAEST/IM
1.2. FAIXA ETÁRIA	De 56 a 60 anos	De 46 a 50 anos	De 41 a 45 anos	Menos de 40 anos	De 56 a 60 anos	Menos de 40 anos
1.3. TEMPO DE SERVIÇO	Mais de 30 anos	De 21 a 25 anos	Menos de 5 anos	Menos de 5 anos	De 5 a 10 anos	De 5 a 10 anos
1.4. CARREIRA A QUE PERTENCE	Docente	Técnico-Administrativo	Técnico-Administrativo	Técnico-Administrativo	Técnico-Administrativo	Técnico-Administrativo
1.5. SEXO	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
1.6. CARGO DE CONFIANÇA	Coordenadora	Chefe de Gabinete	Coordenadora	Responsável Técnica	Representação do PROAEST no IM	Representação do PROAEST no IM
1.7. TEMPO NO CARGO	2 anos e 9 meses	4 anos	4 anos	8 meses	2 anos e 6 meses	5 anos
1.8. FUNÇÃO DO SETOR QUE COORDENA	Assessorar a Reitoria nos assuntos referentes à pesquisa institucional, orçamento e outras demandas que são associadas ao planejamento	Controlar e Supervisionar os bens patrimoniais e os servidores localizados no gabinete da reitoria; Atendimento aos órgãos de controle (interno e externo)	Coordenar o restaurante, tanto nas questões nutricionais, operacionais, infraestrutura, pessoal, planejamento, supervisão e orientação às atividades técnicas	Administrar o restaurante; planejar as refeições; apoiar a organização de eventos no IM; fazer levantamentos de equipamentos, materiais e utensílios para reposição; entre outros	Realizar entrevistas com estudantes; selecionar estudantes para a bolsa permanência; monitorar o programa no âmbito do IM	Realizar visita domiciliar; despachar e acompanhar todos os processos de bolsa permanência do IM; entrevistar candidatos a bolsas de assistência estudantil
1.9. ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA	Engenharias/Humanas	Sociais Aplicadas	Humanas	Sociais Aplicadas	Agrárias/Humanas	Sociais Aplicadas

Fonte: Elaborado pelo autor

Antes de iniciar o processo de análise, propriamente dito, foi escolhida a grade para análise do tipo mista, que segundo Vergara (2010, p. 9) é quando são definidas “preliminarmente as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa, porém admite-se a inclusão de categorias surgidas durante o processo de análise”. Neste tipo de grade são verificadas as necessidades de subdivisão, inclusão ou exclusão de categorias. Estabelece-se o conjunto final de categorias, considerando o possível rearranjo.

E de acordo com Laville & Dionne (1999), um bom conjunto de categorias deve ser pertinentes, tão exaustivas quanto possíveis, não demasiadas, precisas e mutuamente exclusivas.

Segundo Bardin (1977, p. 37) a análise categorial

[...] é o tipo de análise mais antiga e na prática a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.

[...] poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento [...]

[...] pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É, portanto, um método taxionômico bem concebido para [...] introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.

A seguir, procedeu-se a seleção das unidades de análise que resultou em 89 unidades de registro e 4 unidades de contexto, onde a unidade de registro é a menor parte do conteúdo e a unidade de contexto, agrupamento pelo método dedutivo das unidades de registro, formando 7 subcategorias e 4 categorias, respectivamente.

A análise de conteúdo dessas falas possibilitou a identificação e descrição da percepção dos gestores e dos coordenadores de ações do orçamento, sobre as políticas públicas de assistência desenvolvidas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com base nas experiências e conhecimentos desses sujeitos sobre políticas públicas, as definições no contexto da UFRRJ, as contribuições para implementação, os aspectos considerados na elaboração das atividades dos setores, o montante de recursos, o alcance as metas previstas, a

percepção sobre o desenvolvimento das políticas públicas e as considerações sobre os assuntos abordados na entrevista. Em seguida, foram definidas as categorias e as suas respectivas subcategorias, conforme descritas no quadro 29.

Quadro 29 – Descrição das categorias e suas respectivas subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. POLÍTICAS PÚBLICAS	1.1. Conhecimento sobre Políticas Públicas
	1.2. A definição de políticas no contexto da UFRRJ
	1.3. Contribuições para implementação das políticas públicas
2. GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.1. Aspectos considerados na elaboração das atividades do setor
3. PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO	3.1. Montante dos Recursos Orçamentários
	3.2. Alcance as Metas Previstas nas ações orçamentárias
4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	4.1. Percepção sobre o desenvolvimento das políticas pela UFRRJ

Fonte: Elaborado pelo autor

Para a análise mais detalhada dos conteúdos em termos quantificáveis e percentuais sobre as manifestações a respeito das percepções dos gestores e coordenadores de ações do orçamento sobre as políticas públicas de assistência desenvolvidas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, apresenta-se no quadro 30 os dados relativos às 89 unidades de registro.

Quadro 30 - Distribuição por categorias, subcategorias e unidades de registro, sobre a percepção dos gestores e coordenadores de ações do orçamento (continua)

CATEGORIAS/SUBCATEGORIAS	Unidades de registro	
	Frequência	(%)
1. POLÍTICAS PÚBLICAS		
1.1. Conhecimento sobre Políticas Públicas	18	20,22
1.2. A definição de políticas no contexto da UFRRJ	11	12,36
1.3. Contribuições para implementação das políticas públicas	18	20,22
Subtotal	47	52,80
2. GESTÃO ADMINISTRATIVA		
2.1. Aspectos considerados na elaboração das atividades do setor	11	12,36
Subtotal	11	12,36

Quadro 30. Continuação

3. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO		
3.1. Montante dos Recursos Orçamentários	9	10,11
3.2. Alcance as Metas Previstas nas ações orçamentárias	10	11,24
Subtotal	19	21,35
4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		
4.1. Percepção sobre o desenvolvimento das políticas pela UFRRJ	12	13,49
Subtotal	12	13,49
Total	89	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Políticas Públicas: a categoria é constituída por três subcategorias que abordam a percepção dos gestores e coordenadores de ações desde o seu conhecimento quanto a definição do que são políticas públicas, permeando de como esta definição se enquadraria no contexto da UFRRJ, até as ações que foram geridas e coordenadas nos seus respectivos setores, que contribuíram para a implementação de políticas públicas na universidade.

Conhecimento sobre políticas públicas: subcategoria formada por dezoito (20,22%) unidades de registro, considerando que expressa o conhecimento dos gestores e coordenadores sobre a definição de políticas públicas.

Fica evidenciado pelo conteúdo das falas que a definições conceituais de políticas públicas estão associadas a expressões do tipo: “conjunto de ações”, “atendimento” e “democrática”, e são exemplificadas a seguir:

Como um conjunto de ações, com base em diretrizes claramente definidas, que buscam dotar o governo de mecanismos de atuação nas grandes áreas [...] [Coordenador III]

Um conjunto de ações baseadas em planejamento, monitoramento e avaliação, que sejam de interesse da sociedade em seus grupos para o atendimento de demandas sociais [Gestor IV]

São políticas destinadas ao atendimento das grandes problemáticas de uma nação, viabilizando o desenvolvimento integrado do país, atividades e ações que dêem conta de proporcionar agilidade ao país [...] [Gestor I]

São políticas que possibilitam a ampliação de acessos a todas as modalidades de aprendizado, desde a educação básica ao ensino médio, superior e na pós-graduação de forma democrática [...] [Coordenador II]

[...] essas políticas são direcionadas para as áreas do ensino, saúde, segurança, saneamento, pesquisa, cultura, esporte, etc. São supervisionadas e gerenciadas pelos diversos Órgãos da Administração Pública Federal, estadual ou Municipal, no sentido de garantir a educação, o bem estar social, o crescimento e as mesmas oportunidades ao cidadão brasileiro [Coordenador IV]

As percepções obtidas corroboram com o conceito apresentado no referencial teórico sobre políticas públicas, quando Lynn *apud* Souza (2007, p.68) que define políticas públicas como sendo um “conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”.

Outras definições sobre políticas públicas fizeram parte do escopo de respostas que compuseram esta coleta de dados, que embora não tenham obtido uma frequência significativa nas unidades de registro, são considerações importantes para o entendimento das percepções específicas de alguns gestores e coordenadores quanto a estas definições e que poderão interferir no cotidiano de suas ações e decisões.

[...] São construções participativas de uma coletividade que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem a sociedade humana [Gestor III]

Conjunto de idéias que são projetadas com a finalidade de atender algumas demandas da sociedade, em geral. Na maioria das vezes demandas que podem render votos... em qualquer instância. Parece que funciona mais de pronto atendimento. Não me recorde de propostas preventivas [Gestor V]

A definição de políticas no contexto da UFRRJ: subcategoria agrupou onze (12,36%) unidades de registro, referente a percepção dos sujeitos do estudo de como se enquadraria as definições sobre políticas públicas apresentadas na subcategoria anterior, em relação ao contexto atual da universidade.

Nesta perspectiva, os sujeitos do estudo demonstraram nas falas tanto as suas percepções gerais quanto as específicas de suas áreas de atuação. Nas percepções gerais, ficou evidenciado a importância atribuída pelos gestores e coordenadores quanto ao atendimento ao conjunto da comunidade acadêmica, além de formar e disponibilizar para o mercado de trabalho e a sociedade como um todo, profissionais competentes, cidadãos e com visão social.

[...] proporcionar aos estudantes da UFRRJ uma formação profissional que permita o ingresso no mercado de trabalho [Coordenador I]

A UFRRJ, como uma organização social na área da educação de nível superior, tem a responsabilidade de atuar na política pública da educação,

disponibilizando para a sociedade brasileira, profissionais cidadãos com excelência em suas respectivas áreas de formação e com visão social compatível com as principais demandas da população [...] [Coordenador III]

[...] a própria universidade, em suas atividades de gestão, estabelece políticas institucionais, que também são públicas, uma vez que visam o atendimento de um coletivo, que é o conjunto da comunidade acadêmica [...] [Gestor I]

Em algumas áreas existem demandas que se não forem atendidas, de forma curativa, seria o caos [...] [Gestor V]

E nesta direção deve caminhar a universidade, que segundo Rodrigues (2003, p. 168), como instituição social,

é parte integrante da sociedade e, com ela, estabelece relações de reciprocidade, não sendo, portanto, adequado tratar essa realidade de forma dicotômica. Por essa razão, a investigação demonstra alguns mecanismos de ajustes que respondem a diferentes conjunturas vividas pela sociedade, as quais são determinantes das políticas públicas, particularmente das educacionais, e das diretrizes de instâncias superiores da universidade.

Contudo, conforme ressalta Alves (2002) a

busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Quanto as mais específicas e vinculadas às áreas de atuação dos sujeitos, foram:

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é a responsável pelo apoio aos estudantes de graduação matriculados nos cursos oferecidos nos diversos campi da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O apoio se resume em garantir assistência estudantil [...] [Coordenador IV]

Posso contextualizar essa definição na minha prática profissional que consiste em garantir a permanência do aluno por meio do apoio ao transporte, alimentação, moradia e apoio didático pedagógico os quais garantem o direito ao ensino público [...] [Gestor VI]

Nota-se que as características específicas referidas pelos sujeitos como apoio aos estudantes e a sua garantia de permanência, estão relacionadas com a política de assistência estudantil desenvolvida pela UFRRJ e constituem-se nos meios necessários para o alcance dos objetivos identificados nas percepções mais gerais dos gestores e coordenadores.

Contribuições para implementação das políticas públicas: a subcategoria apresenta dezoito (20,22%) unidades de registro, que apontam a percepção dos gestores e coordenadores a partir de suas experiências quanto as possíveis contribuições que as ações realizadas em seus respectivos setores, e que estão direcionadas a implementação das políticas públicas na universidade. Neste sentido, é importante ressaltar que todos os gestores e coordenadores entrevistados apresentaram a percepção de que as ações coordenadas e as atividades por eles geridas, respectivamente, contribuem para a implementação das políticas públicas. Isto pode ser observado nas unidades de registro apresentadas:

Com certeza as atividades da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento contribuem para a implementação de políticas públicas na universidade [...] [Gestor I].

Nesta universidade sim – tem características peculiares [...] [Gestor V]

Contribui. Por que atende diretamente os indivíduos que compõem a comunidade acadêmica, em uma das áreas essenciais para a qualidade de vida, a nutrição humana [Gestor IV]

Obrigatoriamente contribui. É uma obrigação da administração, promover atividades que vão de encontro com as que são definidas pela demanda da comunidade universitária [...] [Coordenador I]

Foram observadas ainda que, na percepção dos gestores I e III, algumas condições são necessárias para que as atividades desenvolvidas nos seus respectivos setores contribuam de forma mais intensa e efetiva na manutenção e ampliação destas políticas.

[...] o uso adequado dos recursos para atender a maior parte da população, podemos começar pela elaboração do orçamento e o seu acompanhamento ao longo do ano na execução dos programas da universidade [...] [Gestor I]

[...] Promoção à saúde, integração entre gêneros e raças, inclusão devido às diversidades, responsabilidade social, união entre as pessoas. [Gestor III]

Gestão Administrativa: esta categoria composta por uma subcategoria, evidencia os aspectos considerados pelos gestores e coordenadores quando da elaboração das atividades dos seus respectivos setores.

Aspectos considerados na elaboração das atividades do setor: esta subcategoria, constituída por onze (12,36%) unidades de registro, expressa os aspectos que os gestores e coordenadores consideram na elaboração das atividades dos setores, na perspectiva de suas competências institucionais.

Para estes profissionais, a observância da legislação e o desenvolvimento institucional, pautados no planejamento da gestão, são os principais aspectos a serem considerados na elaboração das atividades dos setores que dirigem.

[...] nos preocupamos em executar, dar corpo a estas políticas demandas pelo conjunto da comunidade, em suas áreas de atuação. Estas demandas precisam ser observadas pela administração superior da Universidade, e operacionalizadas pela Reitoria a fim de cumprir com a missão da UFRRJ, contemplados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. [Coordenador I]

O planejamento como peça fundamental da gestão, a disciplina, quadro de pessoal, qualificação profissional, inter-relação pessoal, inter-relação setorial, observância as normas regulamentares e a legislação, acompanhamento e controle, necessidades de materiais e serviços, etc. Esses são os aspectos levados na elaboração das atividades dos setores vinculados a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis [...] [Coordenador IV]

As atividades deste setor são estabelecidas, executadas e avaliadas, tendo como base a legislação que por sua vez, traduz as políticas publicas traçadas pelo poder superior e as políticas institucionais.[Gestor I]

Em relação a percepção dos gestores e coordenadores quanto a observância da necessidade em cumprir das normas, Costa (2010, p.18) observa que

O agente público não difere dos demais indivíduos sociais, todos devem cumprir o texto legal. Ao agente público tal assertiva impera, pois o Estado que o emprega tem o dever de zelar pela sociedade; o Estado figura abstrata ganha forma através do agente público, que administra o bem público.

Ao gestor da coisa pública, tanto quanto o gestor da empresa privada, cabem atuar dentro de um contexto legal, pois caso contrário, ambos poderão sofrer a imputação de penalidades decorrentes da legislação.

Além das percepções apresentadas, que apontaram a legislação e o desenvolvimento institucional com os aspectos mais relevantes, alguns gestores revelaram aspectos mais específicos considerados na realização de suas atividades/ações, são eles: a responsabilidade pelos gastos públicos, a busca da eficiência, eficácia, efetividade e da transparência.

Planejamento Orçamentário: a categoria é constituída por duas subcategorias que abordam as considerações dos sujeitos do estudo quanto ao montante de recursos orçamentários e ao alcance das metas estabelecidas nas ações previstas nos programas de planejamento do governo federal.

Montante dos recursos orçamentários: a subcategoria apresenta nove (10,11%) unidades de registro, revela a percepção nos perfis (gestor e coordenador) dos entrevistados quanto aos montantes disponibilizados do orçamento da universidade a cada setor, visando o desenvolvimento das atividades previstas nas ações de responsabilidade destes gestores e coordenadores.

Nesta perspectiva, os dados obtidos revelaram que o montante de recursos orçamentários disponibilizados atualmente é suficiente e satisfatório. Contudo, os participantes da pesquisa mostraram preocupações em relação aos seguintes aspectos: tornam-se insuficientes para atender as especificidades dos cursos de graduação; limitações dos recursos para a realização das despesas de capital e a ausência de uma fiscalização mais efetiva sobre a execução orçamentária. Isto pode ser observado nas unidades de registro apresentadas:

Os recursos que nos tem sido disponibilizados, tem sido bastantes para o que nos propusemos a cada ano nos nossos planejamentos.[...] [Gestor I]

Satisfatória, no momento (se comparando à experiência de colegas de outros setores em anos anteriores). [Gestor IV]

O montante destinado a assistência estudantil até agora tem atendido as nossas metas. [Gestor VI]

Com a chegada de novos professores, especialistas nas suas áreas de formações, verificaram a necessidade de um suporte maior de recursos para atender as especificidades de cada área e de cada curso, como por exemplo: laboratórios, espaços acadêmicos, entre outros. [Coordenador I]

[...] A única ressalva a ser feita é a limitação desses recursos para fins de custeio, o que impede a sua aplicação em obras e aquisição de materiais permanentes [...] [Coordenador IV]

Alcance as metas previstas nas ações orçamentárias: subcategoria formada de dez (11,24%) unidades de registro que, indicam a percepção dos gestores e coordenadores quanto a existência de necessidades pontuais, geradas por demandas específicas das ações que estão sob suas responsabilidades.

No que concerne ao alcance das metas, os dados obtidos revelaram que as metas que dependiam exclusivamente de recursos orçamentários e financeiros para serem alcançadas, lograram êxito. Porém, as metas em que o seu alcance estava condicionado aos recursos financeiros, materiais e de pessoal, encontraram dificuldades e algumas delas não foram alcançadas.

Outro fator observado nas entrevistas realizadas, estão associados a ausência de indicadores consistentes e precisos, impossibilitando saber se as metas previstas nas ações do orçamento para um determinado setor estão bem avaliadas ou, foram subestimadas ou superestimadas na sua mensuração.

As falas dos sujeitos reforçam as necessidades pontuais de recursos para as ações, visando o alcance das metas previstas.

[...] sempre que necessários são disponibilizados, pelo magnífico Reitor, os recursos possíveis para o atendimento às demandas apresentadas [...] [Gestor II]

Os recursos que nos tem sido disponibilizados, tem sido bastante para o que nos propusemos a cada ano nos nossos planejamentos. Embora não tenhamos alcançado alguns objetivos não foi por falta de recurso financeiro [...] [Gestor I]

Foi constatado também o desconhecimento por um sujeito do estudo, das metas físicas e financeiras previstas nas ações dos seus respectivos setores.

[...] Não posso opinar se o montante atende às metas, pois não conheço as metas [...] [Gestor V]

Assistência Estudantil: a categoria apresenta uma subcategoria que relata a percepção dos gestores e coordenadores quanto ao desenvolvimento das políticas de assistência estudantil pela UFRRJ.

Percepção sobre o desenvolvimento das políticas pela UFRRJ: esta subcategoria, formada por doze (13,49%) unidades de registro, fica evidenciado pelo conteúdo das falas que

houve um grande avanço nos últimos cinco anos, principalmente após a implementação em 2008, do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este avanço vem ocorrendo em função do aumento no número de ações desenvolvidas e dos estudantes assistidos, nas diversas áreas do programa de assistência estudantil.

Houve nos últimos anos um grande avanço nesta área, associada a peculiaridade que sempre teve a UFRRJ em receber no alojamento em seu campus de seropédica os alunos de outros estados da federação, nos destacamos como a universidade que mais utilizava seus recursos neste modalidade de assistência estudantil [...] [Coordenador I]

Podemos afirmar que no mandato da atual administração duplicou o número de alunos assistidos através dos programas de auxílio moradia, auxílio transporte, [...] e outros [...] [Gestor II]

Percebo um aumento no número de opções de ações nos últimos cinco anos, no sentido de viabilizar a permanência do estudante na Universidade [...] [Gestor IV]

Destacam ainda que as percepções dos gestores e dos coordenadores coletadas sobre o desenvolvimento das políticas da UFRRJ encontram-se associadas a expressões do tipo: “necessidade de ampliação” e “atendimento as demandas”, e são relatadas a seguir:

[...] É preciso ampliar todas as ações hoje disponibilizadas e programá-las de forma a ter um crescimento positivo ao nível de 10%/semestre/ano. [Coordenador II]

[...] foi destinado um significativo aumento de recursos para a ampliação dos programas de bolsas de assistência estudantil, para recuperação da capacidade operacional do Restaurante Universitário e dos Alojamentos Estudantis, bem como para a construção de um novo Restaurante Universitário e para a compra de um expressivo conjunto de títulos e volumes para atender as demandas bibliográficas dos diversos cursos de graduação. [...] a pressão por outras fontes de financiamento da permanência do estudante para a efetiva conclusão de seu curso de graduação necessita, igualmente, de um contínuo aporte de recursos. [Coordenador III]

Considero bastante eficiente. Estamos conseguindo atingir as metas do Programa Nacional de Assistência Estudantil, especialmente no contexto das ações que envolvem alimentação, moradia, apoio didático pedagógico, saúde, esporte e transporte. [Coordenador IV]

Promoção da igualdade, prevenção à violência, estímulo à renovação acadêmica e estratégias de permanência do estudante menos favorecido na universidade, qualidade na moradia estudantil, entre outros. [Gestor III]

A análise em questão possibilitou a descrição da percepção dos gestores e coordenadores de ações do orçamento da UFRRJ, bem como, verificar os aspectos que foram relacionados às políticas públicas, gestão administrativa, planejamento orçamentário e o desenvolvimento da assistência estudantil.

O conteúdo das unidades de registro evidenciou a percepção dos gestores e coordenadores não somente sobre os assuntos tratados na realização das entrevistas, mas seus sentimentos, suas dificuldades/limitações, oriundas do processo de gerir atividades e coordenar ações no âmbito de uma instituição federal de ensino superior.

Portanto, torna-se necessário enfatizar a importância da implementação de políticas públicas, principalmente voltadas para a assistência estudantil, na perspectiva de contemplar as reais percepções dos gestores e coordenadores descritas nesta análise, considerando que estes sujeitos são produtores de conhecimento que dão sentido às suas experiências na gestão pública, e interfere na sua prática diária que é a de oportunizar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica que ingressam no ensino superior brasileiro.

4.2.3. Análise dos dados colhidos pelos estudantes assistidos – Pergunta Aberta

Na pesquisa realizada com os estudantes dos cursos de graduação presenciais da UFRRJ beneficiados pela política de assistência estudantil nas áreas previstas pelo PNAES, procedeu-se uma abordagem quantitativa à técnica de análise de conteúdo em relação aos dados obtidos pela pergunta aberta constante dos questionários aplicados aos 240 estudantes da UFRRJ, nos *campi* de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. O demonstrativo do quantitativo por origem do estudante e a forma como a coleta de dados foi realizada, encontra-se no quadro a seguir.

Quadro 31 – Demonstrativo da origem e forma da coleta de dados dos estudantes

Campi de Origem	Formas de Aplicação dos Questionários		
	Direta	On Line	Total
Seropédica	114	2	116
Nova Iguaçu	77	-	77
Três Rios	-	47	47
Total	191	49	240

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da coleta de dados, procedeu-se a leitura flutuante que consistiu em conhecer o conteúdo das respostas dos estudantes assistidos, constantes nos questionários aplicados, em relação a seguinte pergunta: Qual a sua percepção sobre as políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação à assistência estudantil?

Na leitura realizada do conteúdo dos questionários aplicados, foram feitas algumas constatações: primeira, 136 (57%) estudantes responderam a pergunta aberta, enquanto 104 (43%) estudantes não responderam; segunda, dos 136 estudantes que responderam a pergunta aberta, 2 (dois) não apresentaram suas percepções, alegando o fato de terem ingressado na universidade a pouco tempo.

A seguir, procedeu-se a seleção das unidades de análise que resultou em 258 unidades de registro e 11 unidades de contexto, onde a unidade de registro é a menor parte do conteúdo e a unidade de contexto, agrupamento por similaridade semântica das unidades de registro, formando 51 subcategorias e 11 categorias, respectivamente.

A análise do conteúdo das respostas a pergunta aberta nos questionários aplicados possibilitou a descrição da percepção dos estudantes beneficiados pelas políticas de assistência estudantil nas diversas áreas previstas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, com base na sua contribuição para o ensino, a formação profissional, as dificuldades encontradas, as necessidades diversas e como ocorrem os atendimentos, a iniciativa, a quantidade e a qualidade das políticas de assistência estudantil ofertadas, as bolsas, a importância dessas políticas, a gestão e os investimentos. Dessa forma, foram definidas as categorias e subcategorias, bem como para uma análise mais detalhada dos conteúdos em termos quantificáveis e percentuais sobre as manifestações a respeito da percepção do estudante beneficiado pela política de assistência estudantil, apresenta-se no quadro abaixo, os dados relativos às 258 unidades de registro.

Quadro 32 – Distribuição por categorias, subcategorias e unidades de registro, sobre a percepção dos estudantes assistidos pelo PNAES (continua)

Categorias	Subcategorias	Frequência	(%)
1. CONTRIBUIÇÃO	1.1. Ensino	21	95,45
	1.2. Formação Profissional	1	4,55
	Total	22	100,00
2. DIFICULDADE	2.1. Financeira	2	50,00
	2.2. Vaga nos Alojamentos	1	25,00
	2.3. Transporte e Alimentação (IM)	1	25,00

Quadro 32. Continuação

Total		4	100,00
3. NECESSIDADE	3.1. Atendida	10	16,13
	3.2. Não atendida	5	8,06
	3.3. Geral	16	25,81
	3.4. Melhoria	27	43,55
	3.5. Ampliação	4	6,45
Total		62	100,00
4. ATENDIMENTO	4.1. Insuficiente	3	50,00
	4.2. Não Prioritário	2	33,33
	4.3. Não Democrático	1	16,67
Total		6	100,00
5. INICIATIVA	5.1. Boa	3	37,50
	5.2. Muito boa	2	25,00
	5.3. Ótima	3	37,50
Total		8	100,00
6. QUANTIDADE	6.1. Insatisfatória	4	8,16
	6.2. Ruim	12	24,49
	6.3. Satisfatória	12	24,49
	6.4. Boa	15	30,62
	6.5. Muito boa	6	12,24
Total		49	100,00
7. QUALIDADE	7.1. Insatisfatória	2	4,88
	7.3. Ruim	2	4,88
	7.4. Satisfatória	10	24,39
	7.5. Boa	18	43,90
	7.6. Muito boa	7	17,07
	7.7. Excelente	2	4,88
Total		41	100,00
8. BOLSA	8.1. Valor insuficiente	12	54,55
	8.2. Quantidade maior	6	27,27
	8.3. Pagamento em atraso	3	13,64
	8.4. Falta de controle na distribuição	1	4,55
Total		22	100,00
9. POLÍTICA	9.1. Importante	22	75,86
	9.2. Pouco abrangente	5	17,24
	9.3. Abrangente	1	3,45
	9.4. Não atende	1	3,45
Total		29	100,00

Quadro 32. Continuação

10. GESTÃO	10.1. Ineficiente	8	66,67
	10.2. Eficiente	2	16,67
	10.3. Ineficaz	1	8,33
	10.4. Eficaz	1	8,33
Total		12	100,00
11. INVESTIMENTO	11.1. Área de Segurança (falta)	1	33,33
	11.2. Setores Sociais (falta)	1	33,33
	11.3. Financeiros (maiores)	1	33,33
Total		3	100,00
11 Categorias	51 Subcategorias	258	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 33 - Distribuição percentual das categorias em relação ao total de frequências das unidades de registro na percepção dos estudantes assistidos pelo PNAES

Categorias	Unidades de registro	
	Frequência	(%)
CONTRIBUIÇÃO	22	8,53
DIFICULDADE	4	1,55
NECESSIDADE	62	24,03
ATENDIMENTO	6	2,33
INICIATIVA	8	3,10
QUANTIDADE	49	18,99
QUALIDADE	41	15,89
BOLSA	22	8,53
POLÍTICA	29	11,24
GESTÃO	12	4,65
INVESTIMENTO	3	1,16
11 Categorias	258	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando-se os quadros 32 e 33, verifica-se a percepção dos estudantes assistidos pelo PNAES a respeito das políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação à assistência estudantil por meio das frequências levantadas nas unidades de registro, nas subcategorias e categorias. Neste estudo, foram feitas análises das principais percepções coletadas, detalhadas a seguir:

Contribuição das políticas de assistência estudantil: a categoria é constituída por duas subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos sobre a contribuição das políticas de assistência estudantil desenvolvidas pela UFRRJ na perspectiva do ensino e da formação profissional. Ficou evidenciado pela frequência das respostas, pois 95,45% deles consideram que as políticas de assistência estudantil contribuem para desenvolvimento do ensino, enquanto 4,55% contribuem para a formação profissional do estudante. As respostas coletadas consolidam esta percepção, conforme a seguir:

[...] contribuindo assim de maneira positiva para o ensino do país e a formação de novos profissionais. [E1]

[...] ajuda os estudantes a permanecerem em seus cursos, abrindo uma boa perspectiva de conclusão [...] [E36]

[...] contribui muito para a formação, pois nem todos têm condições e acesso a uma universidade pública. [E52]

A percepção dos estudantes sobre a contribuição para o ensino e formação de profissionais está baseada nas condições de permanência oferecidas pelas políticas de assistência estudantil, gerando a possibilidade de desenvolvimento do ensino e da conclusão em seus respectivos cursos de graduação.

Dificuldades encontradas em relação à assistência estudantil: a categoria é constituída de três subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos sobre dificuldades financeiras, de obtenção de vaga nos alojamentos (Seropédica) e de transporte e alimentação (Nova Iguaçu), apesar das políticas de assistências desenvolvidas pela UFRRJ. Esta percepção fica evidenciada pelos estudantes ao responderem:

[...] acho que talvez novos estudantes não se encontrem na mesma situação devido a dificuldades em conseguir vagas em alojamentos, acho que talvez seja o que esteja em falta. [E38]

[...] porque auxilia os alunos de baixa renda que apresentam dificuldade de se manter na faculdade.[...] [E85]

Necessidades e sugestões dos estudantes em relação à assistência estudantil: a categoria é constituída de cinco subcategorias, sendo duas voltadas para as necessidades dos estudantes e três relacionadas a sua existência e sugestões para as políticas de assistência.

Ficou evidenciado pelo conteúdo das respostas que 66,67% dos estudantes assistidos desta subcategoria têm suas necessidades atendidas, enquanto 33,33% dos estudantes desta subcategoria não têm suas necessidades atendidas. As respostas exemplificam esta percepção dos estudantes, na medida em que estas políticas

[...] vem dando um grande apoio para que ninguém passe necessidade de nada, e a cada período que se passa são criadas mais oportunidades de bolsas para atender todo o tipo de carência. [E135]

[...] a meu ver só estão no começo, pois quase não fui atendida naquilo que necessitava. [E2]

Em relação à existência de necessidades em geral, bem como as sugestões para as políticas de assistência estudantil, os estudantes responderam que

[...] acredito que a faculdade em si caminha progressivamente para um dia atender a todas as necessidades acadêmicas dos estudantes. [E20]

[...] o número de estudantes aumenta a cada ano, mas as melhorias não estão acontecendo no mesmo ritmo. Nós bolsistas ainda enfrentamos dificuldades de nos mantermos na universidade, devido a problemas financeiros, de transporte, de alimentação, etc. [E133]

[...] mas poderia ser ampliada, pois os estudantes que necessitam dessa assistência são muitos. [E62]

Atendimento das demandas dos estudantes em relação à assistência estudantil: a categoria é constituída de três subcategorias que abordam a percepção dos estudantes quanto ao atendimento as suas demandas por assistência estudantil, apresentando um percentual de frequência de 2,33% em relação ao total das unidades de registro. Sendo destacada a subcategoria “insuficiência” no atendimento das demandas como a percepção mais latente desta categoria com percentual de 50% de frequência.

[...] a UFRRJ está desenvolvendo boas e necessárias assistências aos estudantes, porém ainda são insuficientes [E7]

[...] o atendimento não é, até o momento, suficientemente democrático [...] [E31]

Iniciativa da instituição em desenvolver políticas de assistência estudantil: a categoria é constituída por três subcategorias que, na avaliação dos estudantes são iniciativas boas, muito boas e ótimas, conforme os relatos a seguir:

[...] é uma ótima iniciativa, pois estou em uma Universidade Pública porque não posso pagar uma Universidade particular [...] [E4]

[...] excelente iniciativa, ajudam bastante os alunos [...] [E73]

Quantidade de políticas de assistência estudantil disponibilizadas: a categoria é formada por cinco subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos em relação à quantidade ofertada pela instituição nas diversas áreas da assistência estudantil, por meio de políticas desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, contempladas no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Representando 18,99% do total de frequência das unidades de registro, esta categoria apresentou na perspectiva dos estudantes os percentuais de 32,65% para o conjunto de subcategorias “Insatisfatória” e “Ruim” e de 67,35% para o conjunto de subcategorias “Satisfatória”, “Boa” e “Muito boa”. Na avaliação negativa das duas primeiras subcategorias, os estudantes apontaram como principal motivo a burocracia, confirmado na resposta do estudante que

[...] de um modo geral, ainda é insatisfatória, visto que há muitas burocracias [...] [E54]

Na avaliação positiva das três últimas subcategorias, os estudantes apontaram como principal mérito a iniciativa da instituição na implementação quantitativa destas políticas, ao responderem que

[...] acredito ser satisfatória, em relação a outras universidades, a UFRRJ se destaca neste quesito [E27]

[...] a atual situação educacional que o nosso governo proporciona a política de assistência estudantil da UFRRJ, é satisfatória [E62]

Qualidade das políticas de assistência estudantil oferecidas: a categoria é formada por seis subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos em relação à qualidade das políticas ofertadas pela instituição nas diversas áreas da assistência estudantil,

por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, contempladas no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Representando 15,89% do total de frequência das unidades de registro, esta categoria apresentou na perspectiva dos estudantes os percentuais de 9,76% para o conjunto de subcategorias “Insatisfatória” e “Ruim” e de 90,24% para o conjunto de subcategorias “Satisfatória”, “Boa”, “Muito boa” e “Excelente”. Na avaliação negativa das duas primeiras subcategorias, os estudantes apontaram como principais motivos a lentidão nas implementações das políticas e os critérios estabelecidos, explicitada respectivamente nas respostas dos estudantes [19] e [112]:

[...] acho um pouco precárias a assistência estudantil, ainda precisa melhorar muito. As coisas acontecem muito vagarosamente [...] [E19]

[...] ruim, pois deveria ser analisado melhor as condições financeiras de cada aluno [...] [E112]

Na avaliação positiva das quatro últimas subcategorias, os estudantes apontaram a oferta de oportunidade, a preocupação da instituição com os seus estudantes e seu perfil acolhedor como alguns dos motivos que elevam a qualidade das políticas de assistência estudantil, ao responderem que a UFRRJ é

[...] boa, pois dá uma melhor oportunidade ao estudante [...] [E47]

[...] boa, pois se prossigo com meus estudos é com ajuda da bolsa, porque fiquei desempregada [...] [E48]

[...] louvável que a instituição se preocupe com a maneira que seus estudantes levam para realizar um nível superior de qualidade, e busca com o passar do tempo atendê-los de uma melhor forma [...] [E58].

[...] uma universidade boa e de qualidade ela é muito acolhedora dos alunos, pois tem alojamentos e variados tipos de bolsas [...] [E88]

Bolsas de assistência estudantil: a categoria é constituída por quatro subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos em relação a distribuição, ao pagamento, o valor e a quantidade de bolsas concedidas pela política de assistência estudantil desenvolvida pela UFRRJ. Representando 8,53% do total de frequência das unidades de registro, esta categoria apresentou na perspectiva dos estudantes os percentuais de 54,55%, 27,27%, 13,64% e 4,55% nas subcategorias “Valor insuficiente”, “Quantidade maior”, “Pagamento em atraso” e “Falta de controle na distribuição”, respectivamente.

Nas subcategorias apresentadas acima, as percepções dos estudantes em relação as bolsas de assistência estudantil encontram-se no conteúdo das respostas dadas pelos estudantes a pergunta aberta dos questionário aplicados, citadas a seguir:

Em relação a subcategoria “Valor insuficiente”

[...] acho que ajuda bastante na vida acadêmica do estudante, mas poderia ser melhor. O valor da bolsa deveria ser mais alto [...] [E16]

[...] o valor oferecido pelas diferentes bolsas ajuda, mas não é suficiente para nos manter. Espero que uma solução seja encontrada a partir desta pesquisa [...] [E24]

[...] são boas políticas, pois aos estudantes a oportunidade de permanecer na universidade, já que muitos são mantidos pelas bolsas. Porém em alguns casos, o valor da bolsa é insuficiente para suprir os gastos que temos na universidade [...] [E115]

[...] sobre a política de bolsas, acho fraca. Deveria aumentar o valor, pois esse valor não é suficiente para as despesas estudantis [...] [E128]

Em relação a subcategoria “Quantidade maior”

[...] creio que há uma necessidade urgente de mais recursos para o campus de Nova Iguaçu, incluindo bolsas de apoio acadêmico, melhorias na biblioteca e nas áreas de convivência [...] [E53]

[...] essa assistência ainda é um pouco escassa, pois o gasto da universidade é muito alto, e deve ser revisto esses valores oferecidos a nós, alunos [...] [E67]

[...] são poucas as bolsas em relação ao n° de universitários, eu desconheço algumas bolsas citadas acima, mas gostaria que houvesse mais divulgação e orientação dentro do campus [...] [E121]

Em relação a subcategoria “Pagamento em atraso”

[...] ajudam muito na vida acadêmica, mas os atrasos relacionados aos pagamentos das bolsas prejudicam muito [...] [E37]

Estão sendo essenciais para minha permanência e frequência nas aulas. O único equívoco seria o atraso dos depósitos [E70]

[...] não são respeitados os estudantes que somente podem vir a Universidade com o auxílio de bolsas, pois os atrasos no pagamento prejudicam [E87]

E finalmente, em relação a subcategoria “Falta de controle na distribuição”

[...] Minha percepção é a de que precisam melhorar a organização do processo de distribuição das bolsas, para que alunos que realmente precisam da assistência não fique fora [E36]

A Política de Assistência Estudantil percebida pelos estudantes assistidos da UFRRJ: a categoria é constituída por quatro subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos em relação a existência da política de assistência estudantil e o seu alcance em atender ao conjunto de estudantes da UFRRJ que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica. Representando 11,24% do total de frequência das unidades de registro, esta categoria apresentou os percentuais de 75,86%, 17,24%, 3,45% e 3,45% nas subcategorias “Importância”, “Pouco Abrangente”, “Abrangente” e “Não atende”, respectivamente.

Nas subcategorias apresentadas acima, as percepções mais relevantes apresentadas pelos estudantes em relação a existência e ao alcance das políticas de assistência estudantil desenvolvidas pela UFRRJ foram nas subcategorias “Importância” e “Pouco abrangente”, demonstrado através do conteúdo das respostas dadas pelos estudantes a pergunta aberta dos questionário aplicados, citadas a seguir:

Em relação a subcategoria “Importância”

Acho importante a assistência que a universidade presta aos seus alunos, ajudando aos que tem algum tipo de carência, porque isso estimula a não desistirem da graduação e de um futuro melhor para si e para sua família [E11]

Acho muito importante e essencial, principalmente para alunos como eu que dependo dessa bolsa transporte para frequentar a universidade [...] [E13]

É importante que a Universidade possa oferecer aos seus alunos moradia, alimentação, enfim. Acho os critérios utilizados como índice de renda familiar adequado para selecionar os alunos mais necessitados [...] [E57]

Entendo que é muito importante e espero que estas pesquisas ajudem a UFRRJ a entender, escutar os seus alunos e melhorar a vida deles [E65]

Muito importante, pois, contribui com as despesas para a permanência efetiva dos estudantes na faculdade [E86]

Em relação a subcategoria “Pouco abrangente”

Essa assistência ainda é um pouco escassa [...] [E67]

Não está realmente favorecendo a quem por elas procuram. Ficam o estudante sobre pressão em final de período [...] [E90]

São boas, todavia não alcança a todos que necessitam [E117]

Gestão das políticas de assistência estudantil: a categoria é constituída por quatro subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos em relação a gestão realizada pela universidade em relação as políticas de assistência estudantil, avaliando quanto a eficiência e a eficácia das ações implementadas nas áreas previstas no Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Representando 4,65% do total de frequência das unidades de registro, esta categoria apresentou os percentuais de 66,67%, 16,67%, 8,33% e 8,33% nas subcategorias “Ineficiente”, “Eficiente”, “Eficaz” e “Ineficaz”, respectivamente.

Nas subcategorias apresentadas acima, a percepção mais relevante apresentada pelos estudantes em relação a avaliação da gestão das políticas de assistência estudantil desenvolvidas pela UFRRJ foi na subcategoria “Ineficiente”, exemplificado por meio do conteúdo das respostas dadas pelos estudantes a pergunta aberta dos questionário aplicados, citadas a seguir:

A UFRRJ está desenvolvendo boas e necessárias assistências aos estudantes, porém ainda são insuficientes e ineficientes ou pouco eficientes, necessitando maior atenção e desenvolvimento [E7]

Em meu ponto de vista, o acesso as formas de ajuda concedidas pela universidade além de muito restrito, aumentam-se os pré-requisitos que fazem cada vez mais que pessoas, ainda que precisem, não possam ser beneficiadas ou então são beneficiadas porém perdem suas bolsas, de modo que na minha opinião o sistema ainda se mostra muito deficiente [E63]

Existe a assistência, mas ela é um pouco falha ainda. Nos ajuda muito, mas precisa de mais controle e organização [...] [E74]

Pouco eficiente, a UFRRJ deveria dar mais assistência a um número maior de estudantes [E110]

Investimentos na assistência estudantil: a categoria é constituída por três subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos quanto a necessidade de investimentos nas diversas áreas da assistência estudantil e nos setores sociais. Representando

1,16% do total de frequência das unidades de registro, esta categoria apresentou percentuais iguais de 33,33% nas subcategorias “Área de Segurança”, “Setores Sociais” e “Financeiros”.

As respostas fornecidas a esta pesquisa, confirmam a avaliação dos estudantes quanto a necessidade de investimentos ou a percepção da ausência deles em determinadas áreas ou setores, ao dizer que

acredito que deveria haver mais investimento em relação à assistência estudantil. O estudo requer um ambiente calmo e condições que nos façam somente focar no estudo. E sabemos que muitos estudantes não podem se dar ao luxo de pensar somente no estudo, pois sua família não pode assisti-los e com isso, eles precisam não só estudar, mas também correrem atrás do seu sustento para dar continuidade a vida acadêmica [...] [E23]

Falta de investimentos em segurança e nos setores sociais em gerais [...] [E76]

Por mais que haja investimento, ainda temos dificuldades com livros disponibilizados; e as salas de aulas práticas não são bem equipadas como deveriam ser, salvo algumas melhorias em determinados institutos [E108]

Em resumo, as categorias mais representativas da amostra analisada foram: necessidades e sugestões dos estudantes em relação à assistência estudantil (24,03%), quantidade de políticas de assistência estudantil disponibilizadas (18,99%), qualidade das políticas de assistência estudantil oferecidas (15,89%), a política de assistência estudantil percebida pelos estudantes assistidos da UFRRJ (11,24%), Contribuição das políticas de assistência estudantil (8,53%) e bolsas de assistência estudantil (8,53%).

O estudo em questão possibilitou por intermédio das unidades de registro, do seu agrupamento em categorias e subcategorias, levantar as percepções dos estudantes assistidos em relação a política de assistência estudantil desenvolvida pela UFRRJ, baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

4.2.4. Análise dos dados dos questionários aplicados aos estudantes assistidos

A partir dos dados coletados na 1ª fase (levantamento) da pesquisa, foram realizadas análises comparativas entre os dados do perfil sócio-econômico nos seguintes níveis: UFRRJ, demais IFES do RJ, região sudeste e nacional. Os itens analisados estão contemplados no quadro 34.

Quadro 34 - Demonstrativo dos itens analisados na fase de levantamento (1ª fase)

DADOS GERAIS DOS ESTUDANTES	ITENS ANALISADOS		
Pessoais	Sexo, faixa etária e classe econômica	Situação conjugal	Transporte e Moradia
Família	Renda mensal do grupo familiar	Nº de pessoas que vivem da renda do grupo familiar	
Antecedentes Escolares	Tipo de escola onde cursou o ensino médio		
Vida Acadêmica	Áreas do programa de assistência estudantil que participa	Turno que frequenta a maior parte das disciplinas	Trancamento de matrícula no curso atual
Culturais	Principal fonte de informações sobre acontecimentos atuais	Domínio em relação ao microcomputador	
Qualidade de Vida	Nível de interferência dos estressores na vida e no contexto acadêmico		

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre os dados pessoais coletados dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foram analisados nesta pesquisa os seguintes itens: sexo, idade, classe econômica, situação conjugal, moradia e transporte.

A classificação econômica utilizada na pesquisa realizada pelo FONAPRACE foi fundamentada nos critérios da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP). Ressalta-se que o Critério de Classificação Econômica da ABEP enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado definida é de classes econômicas.

Tem-se a seguir as tabelas e gráficos que ilustram as análises comparativas realizadas entre os diferentes níveis dos itens que compõem os dados pessoais, família, antecedentes escolares, vida acadêmica, culturais e qualidade de vida dos estudantes das IFES.

Tabela 10 – Distribuição percentual dos estudantes por sexo e faixa etária nos diferentes níveis

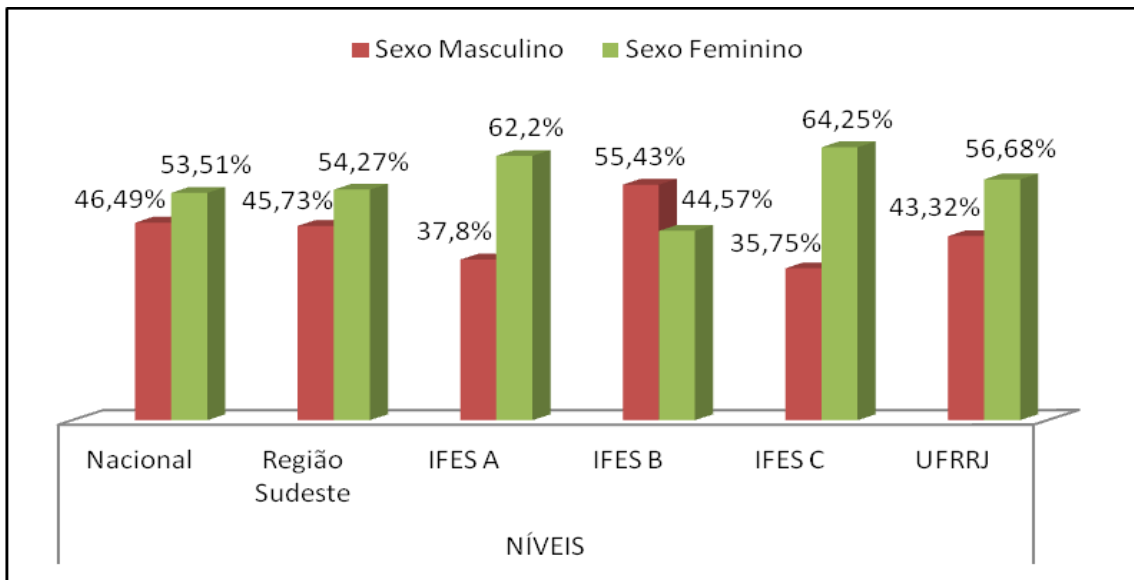
Itens Analisados		NÍVEIS					UFRRJ
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			
				A	B	C	
Sexo	Masculino	46,49	45,73	37,80	55,43	35,75	43,32
	Feminino	53,51	54,27	62,20	44,57	64,25	56,68

Tabela 10. Continuação

Faixa etária	Até 17 anos	0,82	0,24	0,26	0,00	0,25	0,50
	De 18 a 24 anos	73,71	77,58	73,23	75,58	72,25	65,10
	25 anos ou mais	25,47	22,18	26,51	24,42	27,50	34,41

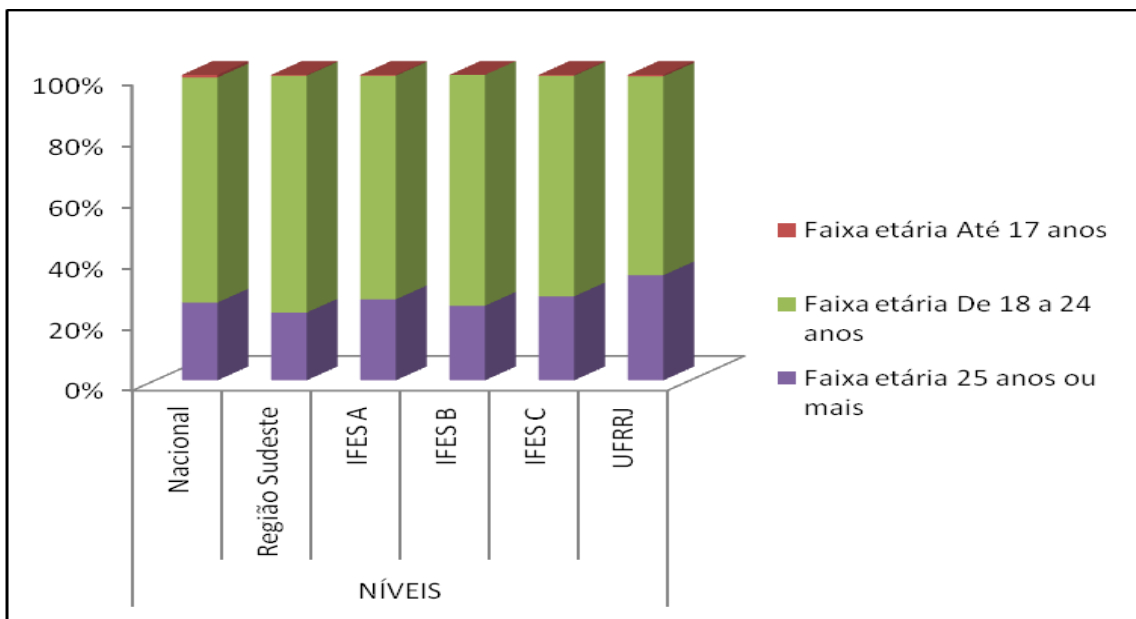
Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos estudantes por sexo nos diferentes níveis



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos estudantes por faixa etária nos diferentes níveis



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar os dados da Tabela 10 e dos gráficos 1 e 2, pode-se observar que na distribuição percentual entre estudantes dos sexos masculino e feminino, vem apresentando um decréscimo contínuo da presença masculina e, conseqüentemente, uma elevação do percentual de mulheres, que já ultrapassou os homens em 7,02%, 8,54%, 24,40%, 28,50% e 13,36% nos níveis nacional, regional, IFES “A” e “C” do RJ e a UFRRJ, respectivamente. A exceção ocorre com a IFES “B” do RJ, que apresenta uma presença masculina superior em 10,86% na comparação com a presença feminina. No âmbito da UFRRJ, estes dados devem ser observados como um dos parâmetros na realização do planejamento de características das políticas de assistência estudantil a serem implantadas e implementadas, levando-se em conta a predominância da presença feminina no universo dos estudantes da graduação presencial.

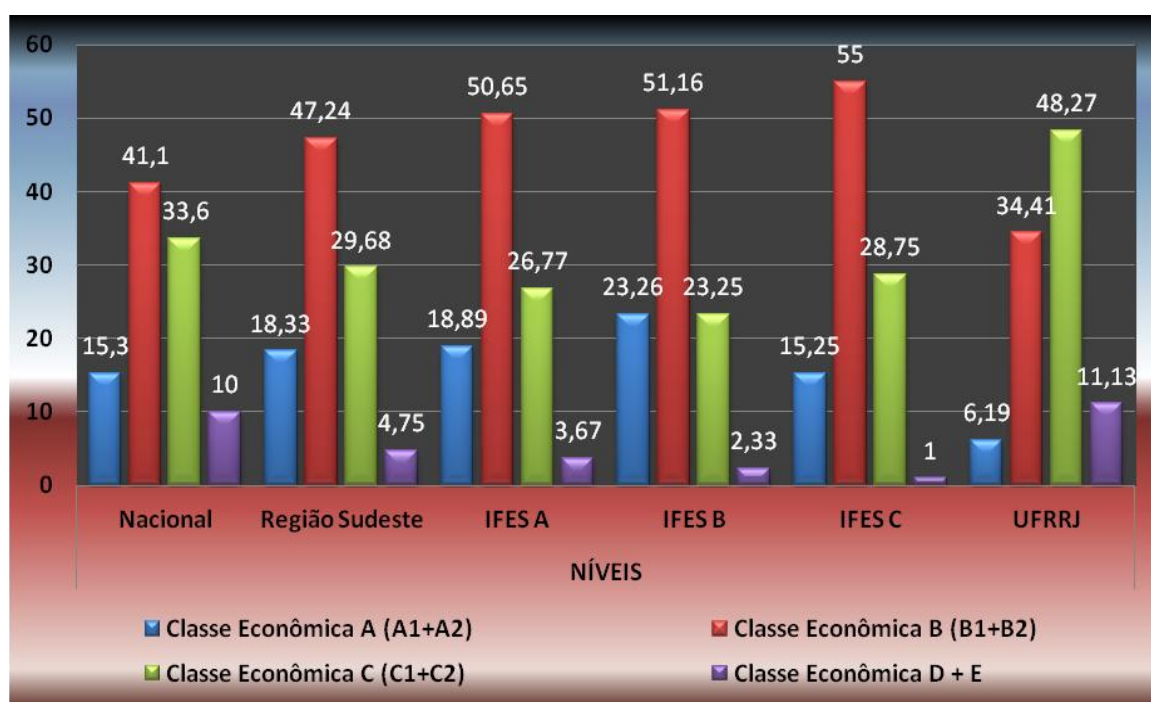
Na distribuição percentual por faixa etária, verifica-se que a UFRRJ possui 65,10% dos seus estudantes na faixa etária entre 18 e 24 anos, enquanto nos níveis nacional, regional e da média das IFES do RJ possuem 73,71%, 77,58% e 73,68% dos seus estudantes nesta faixa etária, respectivamente. Em contrapartida na faixa etária dos estudantes com 25 anos ou mais, a UFRRJ possui 34,41% , enquanto nos níveis nacional, regional e da média das IFES do RJ possuem 25,47%, 22,18%, 26,14% dos seus estudantes nesta faixa etária, respectivamente. Isto representa um aumento na média de idade dos estudantes da UFRRJ em relação aos demais níveis e, conseqüentemente, uma demanda diferenciada na política de assistência estudantil.

Tabela 11 - Distribuição percentual dos estudantes por classe econômica nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Classe econômica	A (A1+A2)	15,3	18,33	18,89	23,26	15,25	6,19
	B (B1+B2)	41,1	47,24	50,65	51,16	55	34,41
	C (C1+C2)	33,6	29,68	26,77	23,25	28,75	48,27
	D	9,6	4,67	3,67	2,33	0,75	10,89
	E	0,5	0,07	0,00	0,00	0,25	0,24

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos estudantes por classe econômica nos diferentes níveis



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme os dados apresentados na Tabela 11 e no gráfico 3, verifica-se que 59,40% dos estudantes da UFRRJ pertencem as classes econômicas C (C1,C2), D e E, enquanto nos níveis nacional, regional e da média das IFES do RJ possuem 43,70%, 34,42% e 28,59% dos seus estudantes nestas classes econômicas, respectivamente. O FONAPRACE considerou em 1997 que os estudantes das “categorias C, D e E” compõem “a demanda potencial da assistência ao estudante” (ANDIFES_FONAPRACE, 1997). Diante desta consideração e da realidade apresentada no Relatório SIPE-Brasil de 2010, os estudantes da UFRRJ encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica e necessitam de algum tipo de assistência: alimentação, moradia, atendimento médico-odontológico, psicológico, etc.

Esse conjunto de informações reflete a queda de um “mito”, que ainda existe em alguns setores da sociedade brasileira, de que os estudantes das federais são, em sua maioria, os mais ricos.

Tabela 12 – Distribuição percentual dos estudantes por situação conjugal e filhos nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Situação conjugal	Casado(a)	7,68	5,03	6,56	4,65	4,00	9,41
	Vivendo com um(a) companheiro(a)	4,46	3,15	4,72	3,49	4,00	3,47
	Solteiro(a)	86,64	91,00	87,4	91,47	91,25	86,39
	Separado(a) / Divorciado(a)	1,09	0,78	1,31	0,39	0,75	0,74
	Viúvo(a)	0,12	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Filhos	Não	90,79	94,73	92,13	97,29	95,75	91,09
	Sim	9,21	5,27	7,87	2,71	4,25	8,91

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Na Tabela 12, a UFRRJ apresenta um maior percentual de estudantes casados (9,41%) em relação aos constatados nos níveis nacional, regional e as IFES do RJ, bem como um maior percentual de estudantes com filhos (8,91%) entre as IFES do RJ e a região sudeste, ficando um pouco abaixo do nível nacional (9,21%). Estes dados representam para a UFRRJ o indicativo da existência de demandas por ações de assistência estudantil nas seguintes áreas: creche (infraestrutura ou bolsa) e atenção à saúde.

Tabela 13 – Distribuição percentual dos estudantes por meio de transporte utilizado nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Meio de transporte utilizado	A pé / de carona / de bicicleta	18,63	25,43	22,57	3,49	8,00	28,71
	Transporte coletivo	56,56	55,46	64,57	81,40	83,00	59,90
	Transporte próprio (carro, moto, etc.)	21,62	16,51	9,71	13,95	8,00	10,15
	Transporte locado (prefeitura e/ou escolar)	2,90	2,42	3,15	0,78	0,25	0,00
	Táxi / Moto-táxi	0,29	0,19	0,00	0,39	0,75	1,24

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Na Tabela 13, observa-se que em todos os níveis, o percentual de estudantes das IFES que utilizam transporte coletivo para ir à universidade supera os que utilizam transporte próprio. No entanto, vale destacar que, embora a UFRRJ tenha 59,90% dos seus estudantes utilizando o transporte coletivo, percentual maior que os registrados nos níveis nacional (56,56%) e regional (55,46%), contudo, menor que os apresentados nas IFES do RJ: “A” (64,57%), “B” (81,40%) e “C” (83%). A partir destes dados, faz-se necessário analisar na perspectiva da UFRRJ, algumas questões: primeira, em relação às demais IFES do RJ, o menor percentual de estudantes da UFRRJ que utilizam o transporte coletivo pode estar associado a sua maior vulnerabilidade econômica constatada na Tabela 11 em arcar com a despesa desse tipo de transporte? Segunda, pode ser devido à escassez na oferta de transporte coletivo na região? Terceira, a proximidade existente entre a moradia e a universidade, pode estar influenciando os estudantes a optarem pelo deslocamento a pé / de carona / de bicicleta? Quarta, ou será devido à população de alojados que a UFRRJ mantém no campus de Seropédica?

Todas as questões apontadas foram analisadas, visando à adequação da política de Assistência Estudantil da UFRRJ na área de transporte.

Pode-se afirmar que esse conjunto de dados reflete a queda de um “mito” que ainda existe em alguns setores da sociedade brasileira, de que os estudantes das federais se dirigem às instituições de transporte próprio.

Tabela 14 – Distribuição percentual dos estudantes por situação atual de moradia nos diferentes níveis (continua)

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Situação atual de moradia dos estudantes	Moro Sozinho(a)	6,33	4,60	4,46	3,88	6,50	5,45
	Com o pai, a mãe ou ambos	55,28	52,5	59,06	72,48	68,25	41,83
	Com o cônjuge	9,87	6,67	9,45	5,43	5,75	11,63
	Em casa de familiares	5,85	4,23	3,94	5,04	4,75	3,47
	Em casa de amigos	1,33	0,89	0,79	0,39	1,00	0,74
	Pensão / Hotel / Pensionato	1,19	1,47	1,84	0,78	1,25	0,00
	República	9,67	20,43	11,81	4,65	7,00	15,35
	Moradia mantida pela família	7,30	5,95	8,14	4,65	5,50	4,95

		Tabela 14. Continuação					
	Moradia pertencente e/ou mantida pela Universidade	2,52	2,78	0,00	1,94	0,00	15,84
	Outras moradias coletivas (religiosa, pública, entre outros tipos)	0,66	0,49	0,52	0,78	0,00	0,74

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Na distribuição percentual dos estudantes por situação atual de moradia constantes na Tabela 14, a UFRRJ apresenta o menor percentual (41,83%) de estudantes que moram atualmente com o pai, a mãe ou ambos, dentre todos os níveis. Esta característica pode ser justificada pelo fato de que muitos estudantes da UFRRJ são oriundos dos diversos Estados da Federação e, conseqüentemente, fixando a sua moradia em repúblicas, residência estudantil disponibilizada pela UFRRJ ou com o cônjuge, devido ao elevado percentual de estudantes casados da UFRRJ em relação aos demais níveis (Tabela 12).

Tabela 15 – Distribuição percentual dos estudantes por renda familiar nos diferentes níveis

Níveis		Itens Analisados												
		Não tem ou nunca possui renda	Até meio salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Até 2 salários mínimos	Até 3 salários mínimos	Até 4 salários mínimos	Até 5 salários mínimos	Até 6 salários mínimos	Até 7 salários mínimos	Até 8 salários mínimos	Até 9 salários mínimos	Até 10 salários mínimos	Acima de 10 salários mínimos
Nacional		0,45	0,63	7,25	18,14	14,19	10,40	7,45	6,76	4,39	4,47	2,56	6,57	16,72
Região Sudeste		0,36	0,25	3,74	13,55	13,41	10,34	8,46	8,18	4,88	4,75	3,30	8,40	20,37
IFES do RJ	A	0,00	0,52	3,67	12,07	11,02	9,19	5,51	8,92	5,25	6,82	4,46	10,50	22,05
	B	0,78	0,00	3,88	8,91	7,75	5,81	10,08	10,08	3,10	4,65	4,26	9,69	31,01
	C	0,00	0,25	2,00	10,75	11,25	9,25	8,75	9,50	6,50	5,00	4,00	11,15	21,50
UFRRJ		0,00	0,25	10,64	25,99	19,55	15,84	7,67	5,45	1,73	2,48	1,24	4,21	4,95

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Conforme os dados apresentados na Tabela 15, verifica-se que 72,27% dos estudantes da UFRRJ possuem renda familiar de até 4 salários mínimos, enquanto nos níveis nacional, regional e da média das IFES do RJ possuem 51,06%, 41,65% e 32,37% dos seus estudantes nesta faixa de renda familiar (até 4 salários mínimos), respectivamente. O FONAPRACE afirmou em 2004 que os estudantes das “categorias B2, C, D e E” necessitam de algum tipo de apoio institucional para a sua permanência e conclusão de curso (ANDIFES_FONAPRACE, 2004). Diante desta afirmação e da realidade apresentada no Relatório SIPE-Brasil de 2010, os estudantes da UFRRJ encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica e necessitam de algum tipo de assistência: alimentação, moradia, atendimento médico-odontológico, psicológico, etc.

Em relação ao percentual de estudantes que possuem renda familiar acima de 10 salários mínimos, a UFRRJ apresenta o menor percentual (4,95%), enquanto nos níveis nacional, regional e da média das IFES do RJ os percentuais são de 16,72%, 20,37% e 24,86%, respectivamente.

Tabela 16 - Distribuição percentual dos estudantes e as pessoas que vivem da renda mensal do grupo familiar nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Nº de pessoas que vivem da renda familiar	Uma	4,86	3,85	3,41	4,65	6,00	2,97
	Duas	13,01	11,34	14,41	10,85	13,50	15,84
	Três	23,82	24,72	24,93	27,13	29,50	24,50
	Quatro	32,87	37,16	37,01	36,82	32,50	39,85
	Cinco	16,70	17,24	13,91	17,44	13,25	11,63
	Seis	5,17	3,59	3,94	0,78	3,00	3,71
	Sete	1,97	1,38	1,05	1,55	1,75	0,74
	Oito	0,90	0,35	0,79	0,00	0,25	0,25
	Nove ou mais	0,69	0,38	0,52	0,78	0,25	0,50

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Conforme os dados apresentados na Tabela 16, verifica-se que 39,85% dos estudantes da UFRRJ possuem 04 (quatro) pessoas que dependem da renda mensal do grupo familiar, incluindo o próprio estudante, enquanto nos níveis nacional, regional e da média

das IFES do RJ possuem 32,87%, 37,16% e 35,44% dos seus estudantes com o mesmo número de pessoas que dependem da renda mensal do grupo familiar, respectivamente.

Em conformidade com os dados apresentados nas tabelas 15 e 16, e de acordo com o Art. 5º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, estabelece que

serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

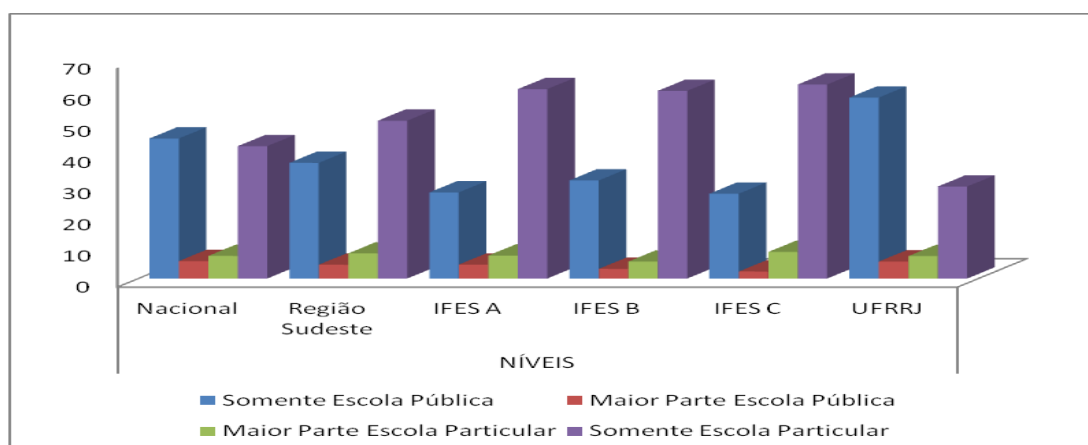
Cabe ressaltar que, 72,27% dos estudantes da UFRRJ possuem renda familiar de até 4 salários mínimos e considerando os dados da Tabela 16, concluímos que os estudantes da UFRRJ possuem uma renda familiar per capita de aproximadamente 01 (um) salário mínimo.

Tabela 17 – Distribuição percentual dos estudantes por tipo de escola onde cursou o Ensino Médio nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					UFRRJ
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			
				A	B	C	
Tipo de Escola	Somente Escola Pública	44,81	37,02	27,56	31,40	27,15	57,92
	Maior Parte Escola Pública	5,58	4,42	4,46	3,10	2,25	5,45
	Maior Parte Escola Particular	7,24	8,05	7,35	5,43	8,50	7,18
	Somente Escola Particular	42,37	50,51	60,63	60,07	62,10	29,45

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Gráfico 4 - Distribuição percentual dos estudantes por tipo de escola onde cursou o Ensino Médio nos diferentes níveis



Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 17, a distribuição percentual dos estudantes por tipo de escola onde cursou o ensino médio, verificou-se que a UFRRJ possui 63,37% dos seus estudantes oriundos da Escola Pública ou que cursaram a maior parte do ensino médio na Escola Pública, enquanto nos níveis nacional, regional e da média das IFES do RJ possuem 50,39%, 41,44% e 31,97% dos seus estudantes são oriundos do ensino médio neste tipo de Escola.

Agrupando-se os percentuais de estudantes que cursaram o ensino médio “integralmente em escola pública” com “a maior parte em escola pública” e “integralmente em escola particular” com “maior parte em escola particular”, verifica-se no nível nacional que há um equilíbrio entre a escola pública (50,39%) e a escola privada (49,61%), gerando uma diferença percentual de 0,78% a favor da escola pública. Na UFRRJ, esta diferença percentual é de 26,74% a favor da escola pública. Aplicando o mesmo agrupamento para o nível regional e na média das IFES do RJ, verificam-se diferenças percentuais de 17,12% e 36,06% a favor da escola particular, respectivamente.

Com base nos dados apresentados nesta pesquisa, pode-se afirmar que a nível nacional e dos antecedentes escolares dos estudantes da UFRRJ, que mais um “mito” não é verdadeiro, quando alguns setores da sociedade brasileira afirmam que a maioria dos que estudam nas Universidades Federais são oriundos de escolas particulares, embora nesta pesquisa o nível regional e as demais IFES do RJ não corroboram para tornar este “mito” falso.

Os dados do relatório de 2010 do SIPE-Brasil demonstram a realidade dos estudantes que ingressam na UFRRJ em relação aos seus antecedentes escolares, mostrando que a maioria encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica e necessitam de algum tipo de assistência: alimentação, transporte, moradia, atendimento médico-odontológico, etc.

Tabela 18 - Distribuição percentual de participação dos estudantes por área de assistência estudantil nos diferentes níveis (continua)

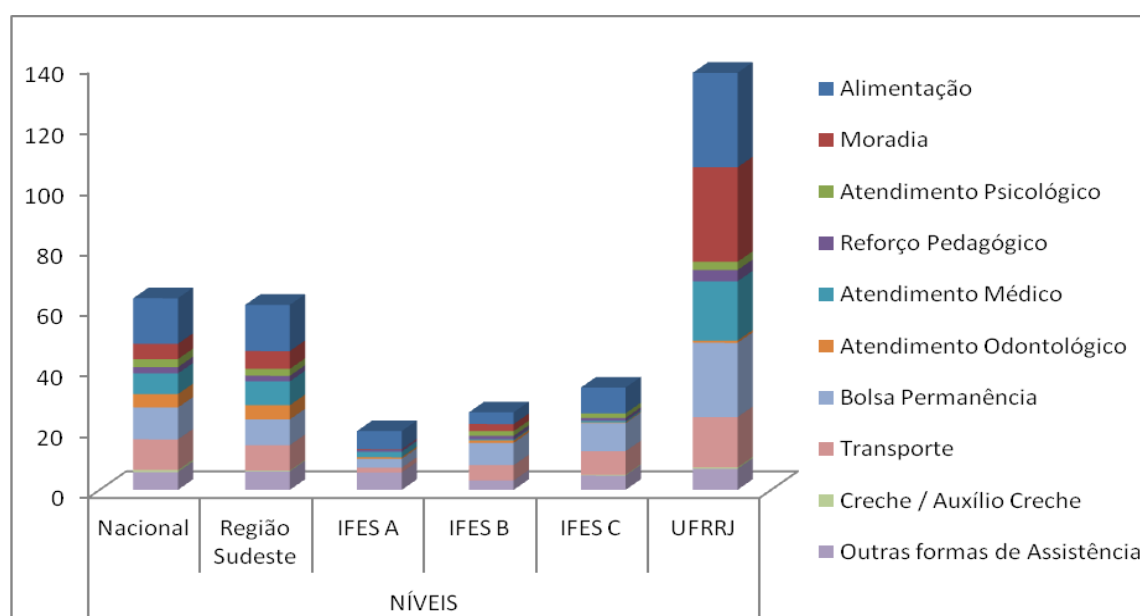
Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Área do Programa de Assistência Estudantil	Alimentação	15,03	15,23	6,04	3,88	8,50	31,19
	Moradia	5,03	5,87	0,26	2,33	0,00	31,19
	Atendimento Psicológico	2,67	2,28	0,00	1,55	1,50	2,72
	Reforço Pedagógico	2,08	1,83	0,52	1,16	1,00	3,71
	Atendimento Médico	6,80	7,86	1,84	0,39	0,50	19,55

Tabela 18. Continuação

Atendimento Odontológico	4,43	4,69	0,52	0,78	0,25	0,74
Bolsa Permanência	10,53	8,49	2,89	7,36	9,25	24,50
Transporte	10,11	8,37	1,57	5,04	7,75	16,58
Creche / Auxílio Creche	0,67	0,30	0,00	0,00	0,25	0,50
Outras formas de Assistência	5,87	6,10	5,77	3,10	4,75	6,93

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Gráfico 5 - Distribuição percentual de participação dos estudantes por área de assistência estudantil nos diferentes níveis



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao observar os dados constantes da Tabela 18 e ilustrados no Gráfico 5, percebe-se que a UFRRJ vem se destacando em diversas áreas da assistência estudantil, oportunizando a participação dos estudantes que demandam por ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Nas áreas de alimentação e moradia, por exemplo, disponibiliza bolsas de alimentação e restaurante universitário com refeições subsidiadas, e alojamento para os estudantes que comprovadamente apresentam-se em situação de vulnerabilidade econômica, conforme registrado antes.

Nas distribuições percentuais por áreas como: alimentação, moradia, atendimento médico e bolsa permanência, verificam-se que a UFRRJ possui 31,19%, 31,19%, 19,55% e 24,50% dos seus estudantes beneficiados nas respectivas áreas de assistência estudantil, enquanto nos níveis nacional, regional e da média das IFES do RJ não chegam à metade dos percentuais apresentados pela UFRRJ no relatório SIPE-Brasil de 2010.

Tabela 19 - Distribuição percentual dos estudantes por turno onde frequenta a maior parte das disciplinas nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Turno	Matutino	31,94	28,10	23,36	38,37	21,25	17,57
	Vespertino	16,86	12,50	14,44	14,73	16,75	8,66
	Noturno	26,53	26,47	34,12	17,44	27,25	28,22
	Integral	24,66	32,92	28,08	29,46	34,75	45,54

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Conforme os dados apresentados na Tabela 19, observa-se que 45,54% dos estudantes da UFRRJ frequentam a maior parte das disciplinas em turno integral, enquanto nos níveis nacional, regional e na média das IFES do RJ frequentam 24,66%, 32,92% e 30,76% dos seus estudantes cursando a maioria das disciplinas neste turno, respectivamente. Diante deste cenário, explicitado pela necessidade dos estudantes da UFRRJ em permanecer no campus em turno integral para cursar a maioria das disciplinas do curso gera, conseqüentemente, uma demanda maior por ações de assistência estudantil que visam apoiar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica matriculados em cursos de graduação presencial das IFES.

Tabela 20 - Distribuição percentual dos estudantes por motivo de trancamento do curso atual nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Trancamento	Não	87,58	88,90	87,66	89,15	87,87	88,75
	Sim, por insatisfação com o curso	1,97	1,51	1,31	1,55	0,25	0,99
	Sim, por impedimento de saúde	1,22	1,41	0,79	1,55	2,00	2,23
	Sim, por impedimento financeiro	1,68	1,58	1,57	1,94	1,50	2,48
	Sim, por licença maternidade	0,34	0,26	0,26	0,00	0,25	0,25
	Sim, por outro motivo	7,21	6,34	8,40	5,81	7,25	6,19

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Na Tabela 20, a UFRRJ apresenta os maiores percentuais de estudantes que trancaram suas matrículas nos cursos pelos motivos de impedimentos de saúde (2,23%) e financeiro (2,48%) em relação aos constatados nos níveis nacional, regional e as IFES do RJ. Estes dados representam para a UFRRJ a necessidade de ampliação dos recursos do PNAES para eliminar a causa de trancamento de matrícula por impedimento financeiro, bem como o indicativo da existência de demandas por ações de assistência estudantil na área de atenção à saúde.

Tabela 21 - Distribuição percentual dos estudantes por fontes de informações principais na busca dos acontecimentos atuais nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Fonte Principal das Informações	Internet	70,42	75,55	74,54	77,91	74,75	63,12
	Jornal impresso	3,27	3,58	3,15	5,04	5,25	2,72
	Telejornal	20,11	15,63	17,85	12,02	14,50	23,76
	Outros programas de TV	2,01	0,81	0,52	0,39	1,50	1,73
	Rádio	1,10	1,01	1,84	1,16	2,00	1,73
	Revista	0,84	0,84	0,52	1,16	0,25	0,00
	Outros	2,25	2,57	1,57	2,33	1,75	6,93

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

De acordo com os dados apresentados na Tabela 21, observa-se que 63,12% dos estudantes da UFRRJ utilizam a *Internet* com principal fonte de informações para os acontecimentos atuais, enquanto nos níveis nacional, regional e na média das IFES do RJ encontram-se 70,42%, 75,55% e 75,73% dos seus estudantes utilizando a esta rede como principal fonte de informações, respectivamente.

Estes dados representam para a UFRRJ o indicativo da existência de demandas reprimidas na área de infraestrutura tecnológica e da necessidade de ações na assistência estudantil voltadas para a promoção do acesso dos estudantes à rede mundial de computadores.

Tabela 22 - Distribuição percentual do domínio pelos estudantes em relação ao uso do computador nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
Domínio do Computador	Tem muita experiência	26,99	29,64	29,40	39,15	28,75	23,51
	Tem experiência	51,98	52,41	50,13	47,67	55,20	56,50
	Tem alguma noção	20,31	17,41	19,69	12,40	14,25	20,79
	Não domina	0,72	0,54	0,79	0,78	0,50	0,50

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

Analisando os dados constantes da Tabela 22, observa-se que em todos os níveis da pesquisa quase a totalidade dos estudantes tem familiaridade com o computador. Além disso, houve uma grande elevação percentual de estudantes com larga experiência no uso do computador em todos os níveis, por exemplo, em nível nacional, passando de 13,10% na pesquisa realizada em 2003/2004 (ANDIFES_FONAPRACE, 2004) para 26,99% na pesquisa realizada em 2010 (ANDIFES_FONAPRACE, 2010).

Tabela 23 - Distribuição Média dos estressores ou dificuldades que interferem na vida ou no contexto acadêmico dos estudantes nos diferentes níveis

Itens Analisados		NÍVEIS					
		Nacional	Região Sudeste	IFES do RJ			UFRRJ
				A	B	C	
		MÉDIAS*					
Estressores que interferem na vida ou no contexto acadêmico	Adaptação a novas situações (cidade, moradia, separação da família, entre outras)	2,07	2,14	2,15	2,12	2,13	2,51
	Relacionamento Familiar	2,29	2,37	2,17	2,36	2,42	2,52
	Relacionamento social/interpessoal	2,22	2,32	2,07	2,23	2,25	2,35
	Relações amorosas/conjugais	2,02	2,14	1,96	2,08	2,14	2,07
	Situação de violência (física ou sexual)	1,17	1,19	1,04	1,18	1,26	1,44
	Assédio moral	1,24	1,28	1,06	1,28	1,26	1,40
	Conflitos de valores/Conflitos religiosos	1,05	1,04	0,85	0,90	1,09	1,23
	Dificuldade de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros)	1,96	1,84	1,67	1,74	1,95	2,44

Tabela 23. Continuação

Dificuldades financeiras	2,52	2,41	2,23	2,28	2,57	3,32
Dificuldades de aprendizagem	1,73	1,65	1,48	1,47	1,40	2,10
Falta de disciplina/hábito de estudo	2,03	2,08	2,07	2,19	1,89	2,13
Carga horária excessiva de trabalho	1,83	1,79	1,80	2,03	1,88	1,84
Carga excessiva de trabalhos acadêmicos	2,76	2,82	2,84	2,89	2,86	2,73

Fonte: Relatório SIPE-Brasil

* A média foi calculada com os dados obtidos por meio de uma escala de interferência entre 0 e 5, sendo 0 para nenhuma interferência e 5 para interferência máxima.

Na Tabela 23, a UFRRJ apresenta as maiores médias de estudantes entre todos os níveis e que elegeram como elementos estressores que interferem na vida ou no contexto acadêmico a dificuldade de acesso a materiais e meios de estudo, tais como: livros, computador, entre outros, e dificuldades financeiras com 2,44 e 3,32, respectivamente. Estes dados representam para a UFRRJ a necessidade de ampliação dos recursos do PNAES para eliminar a interferência do estressor “dificuldades financeiras” na vida e no contexto acadêmico de seus estudantes, bem como o indicativo da existência de demandas por ações de assistência estudantil nas áreas de inclusão digital, cultura e apoio pedagógico.

Ao concluir a fase de levantamento dos dados que compuseram o Relatório SIPE-Brasil sobre o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais nos níveis nacional, regional e das demais IFES do Rio de Janeiro, bem como a UFRRJ, iniciou-se a 2ª fase (coleta de dados). Nesta fase foi aplicado um questionário simplificado aos estudantes de graduação da UFRRJ beneficiários da política estabelecida pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, contendo questões abertas e fechadas (Apêndice II). Os objetivos desta fase foram: primeiro, identificar o perfil destes estudantes (questões fechadas) assistidos, visando a realização de uma análise comparativa com o perfil dos estudantes dos cursos de graduação presencial da UFRRJ levantados na 1ª fase e o segundo, coletar a percepção destes estudantes (questão aberta) quanto as políticas públicas de assistência estudantil que a UFRRJ vem desenvolvendo.

Para o alcance dos objetivos da 2ª fase, foram aplicados 240 (duzentos e quarenta) questionários simplificados para os estudantes da UFRRJ beneficiados pela política de assistência estudantil nos campus de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. Em seguida os dados coletados foram tratados quantitativamente por meio da utilização do *software*

aplicativo denominado “IBM® SPSS® Statistics 20” for Windows (licenciado), usando-se a técnica de análises estatísticas descritivas e de frequências.

Nas análises comparativas entre os perfis socioeconômicos dos estudantes de graduação da UFRRJ foram utilizados os itens analisados na 2ª fase (coleta de dados), constantes do quadro a seguir.

Quadro 35 - Demonstrativo dos itens analisados na 2ª fase (coleta de dados)

DADOS GERAIS DOS ESTUDANTES	ITENS ANALISADOS		
Pessoais / Família	Sexo, faixa etária e classe econômica	Situação conjugal	Transporte e Moradia
	Renda mensal do grupo familiar	Nº de pessoas que vivem da renda do grupo familiar	
Antecedentes Escolares / Vida Acadêmica	Tipo de escola onde cursou o ensino médio	Áreas do programa de assistência estudantil que participa	Turno que frequenta a maior parte das disciplinas
Culturais / Qualidade de Vida	Principal fonte de informações sobre acontecimentos atuais	Nível de interferência dos estressores na vida e no contexto acadêmico	

Fonte: Elaborado pelo autor

Tem-se a seguir as tabelas e gráficos que ilustram as análises comparativas realizadas entre as seguintes amostras: os perfis socioeconômicos do conjunto de estudantes dos cursos de graduação da UFRRJ, divulgados pelo Relatório SIPE-Brasil (1ª fase) e os perfis socioeconômicos coletados pela pesquisa de campo com os estudantes dos cursos de graduação da UFRRJ, beneficiados pela política de assistência estudantil (2ª fase). Os itens das amostras utilizadas na análise comparativa dos perfis compõem os dados pessoais, família, antecedentes escolares, vida acadêmica, culturais e qualidade de vida dos estudantes da UFRRJ.

Tabela 24 – Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por sexo e faixa etária (continua)

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral (1ª fase)	Assistidos – PNAES (2ª fase)
Sexo	Masculino	43,32	45,80
	Feminino	56,68	54,20
Faixa etária	Até 17 anos	0,50	0,00

Tabela 24. Continuação

	De 18 a 24 anos	65,10	70,00
	25 anos ou mais	34,41	30,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar os dados apresentados na Tabela 24, pode-se observar que em relação aos itens “sexo” e “faixa etária” as variações encontradas não foram significativas, ficando dentro da margem de erro de cada amostra. Os erros amostrais do Relatório SIPE-Brasil (1ª fase) e da coleta de dados realizada na 2ª fase foram de 4,76% e 5%, respectivamente.

Tabela 25 – Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por classe econômica

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral (1ª fase)	Assistidos – PNAES (2ª fase)
Classe econômica	A (A1+A2)	6,19	0,00
	B (B1+B2)	34,41	15,80
	C (C1+C2)	48,27	27,50
	D	10,89	43,80
	E	0,24	12,90

Fonte: Elaborado pelo autor

A classificação econômica utilizada na pesquisa realizada tanto pelo FONAPRACE (1ª fase) quanto pela pesquisa de campo (2ª fase) foi fundamentada nos critérios da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP). Ressalta-se que o Critério de Classificação Econômica da ABEP enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado definida é de classes econômicas.

Tabela 26 – Estimativa de renda familiar por classes econômicas

Renda Familiar por Classes Econômicas							
Renda média familiar (Valor Bruto em R\$) - 2009							
A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E
11.480,00	8.295,00	4.754,00	2.656,00	1.459,00	962,00	680,00	415,00

Fonte: ABEP (adaptado)

A presente pesquisa não levou em consideração as faixas de pontuação estabelecidas pela ABEP, mas simplesmente a renda média familiar (Valor Bruto em R\$) do ano de 2009, conforme apresentada na Tabela 26.

Para fins de comparação, a Tabela 25 apresenta a distribuição dos estudantes de graduação da UFRRJ e dos estudantes assistidos pelo PNAES por classes econômicas. Verifica-se flagrante distorção do percentual dos estudantes assistidos em relação aos estudantes de graduação da UFRRJ, com clara concentração de estudantes assistidos nas classes “D” e “E”, somando 56,70%. Enquanto os estudantes de graduação da UFRRJ apresentam concentração nas classes B (B1+B2) e C (C1+C2), somando 82,68%. Entretanto, há de se ressaltar que nesta comparação utilizou-se dados de 2010 para os estudantes de graduação em geral da UFRRJ (Relatório SIPE-Brasil) e de 2011 para os estudantes de graduação da UFRRJ assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Diante dos dados apresentados, fica evidenciada a vulnerabilidade econômica dos estudantes assistidos pelo PNAES, devido à existência de uma concentração na distribuição destes estudantes nas classes “D” e “E”. Não obstante é preciso observar que 11,13% dos alunos não assistidos encontram-se distribuídos nas classes econômicas “D” e “E”, demonstrando a existência de demandas a serem atendidas, gerando para a UFRRJ a necessidade de promover a expansão da política de assistência estudantil.

Tabela 27 – Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por situação conjugal e filhos

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Situação conjugal	Casado(a)	9,41	16,25
	Vivendo com um(a) companheiro(a)	3,47	3,75
	Solteiro(a)	86,39	78,75
	Separado(a) / Divorciado(a)	0,74	1,25
	Viúvo(a)	0,00	0,00
Filhos	Não	91,09	82,92
	Sim	8,91	17,08

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 27, observa-se que na situação conjugal no item “casado”, o percentual é maior na amostra dos estudantes assistidos se comparado ao percentual da amostra dos estudantes de graduação da UFRRJ, correspondendo a 16,25% e 9,41%, respectivamente.

Na amostra de estudantes assistidos, observa-se que 17,08% têm filhos, enquanto na amostra dos estudantes de graduação da UFRRJ este percentual é de 8,91%. A partir destes resultados, ficam evidenciados que o planejamento, o orçamento e a gestão das políticas públicas de assistência estudantil desenvolvidas pela UFRRJ necessitam ser reestruturados, a fim de disponibilizar para os filhos destes estudantes um espaço adequado (creche) ou fornecer um apoio pecuniário (auxílio-creche) aos estudantes, enquanto os mesmos desenvolvem suas atividades acadêmicas. O percentual elevado dos estudantes assistidos com filhos, que necessitam dos serviços de creche (17,08%), demonstram a importância da universalização deste serviço.

Tabela 28 – Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por meio de transporte utilizado para chegar a Universidade

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral – 1ª fase	Assistidos - PNAES
Meio de transporte utilizado	A pé / de carona / de bicicleta	28,71	25,00
	Transporte coletivo	59,90	75,00
	Transporte próprio (carro, moto, etc.)	10,15	0,00
	Transporte locado (prefeitura e/ou escolar)	0,00	0,00
	Táxi / Moto-táxi	1,24	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 28, observa-se que o percentual (75%) dos estudantes assistidos que utilizam o transporte coletivo para o deslocamento entre a residência e a universidade supera o percentual (59,90%) dos estudantes da graduação em geral da UFRRJ. A partir deste resultado, parece lógico concluir que a política de assistência estudantil da UFRRJ na área de transporte vem contribuindo para a redução da vulnerabilidade econômica dos estudantes beneficiários por esta política, permitindo a eles o custeio das despesas desta natureza.

Tabela 29 – Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por situação atual de moradia

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Situação atual de moradia dos estudantes	Moro Sozinho(a)	5,45	3,33
	Com o pai, a mãe ou ambos	41,83	38,75
	Com o cônjuge	11,63	17,08
	Em casa de familiares	3,47	3,75
	Em casa de amigos	0,74	1,25
	Pensão / Hotel / Pensionato	0,00	0,00
	República	15,35	10,42
	Moradia mantida pela família	4,95	2,50
	Moradia pertencente e/ou mantida pela Universidade	15,84	22,92
	Outras moradias coletivas (religiosa, pública, entre outros tipos)	0,74	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao realizar uma análise comparativa dos entre os resultados apresentados na Tabela 29, verifica-se que o percentual (17,08%) de estudantes assistidos da UFRRJ é maior do que o percentual (11,63%) dos estudantes de graduação em geral com relação à situação atual de moradia no item “com o cônjuge”. Este resultado corrobora com o percentual maior deste perfil de estudantes em relação à situação conjugal no item “casado”, apresentado na Tabela 27. Outro dado importante a ressaltar é que o percentual (22,92%) de estudantes assistidos supera o percentual (15,84%) dos estudantes de graduação em geral da UFRRJ em relação à utilização de moradia pertencente e/ou mantida pela Universidade. Este resultado está associado à política de assistência estudantil na área de moradia implementada pela UFRRJ por meio da oferta de vagas nos alojamentos femininos e masculinos aos estudantes que apresentam índices de carência e, portanto, encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica.

Tabela 30 – Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por renda familiar

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Renda Mensal do Grupo Familiar	Não tem ou nunca possui renda	0,00	0,00
	Até meio salário mínimo	0,25	1,67
	Até 1 salário mínimo	10,64	11,25
	Até 2 salários mínimos	25,99	43,75
	Até 3 salários mínimos	19,55	27,50
	Até 4 salários mínimos	15,84	10,42
	Até 5 salários mínimos	7,67	5,00
	Até 6 salários mínimos	5,45	0,41
	Até 7 salários mínimos	1,73	0,00
	Até 8 salários mínimos	2,48	0,00
	Até 9 salários mínimos	1,24	0,00
	Até 10 salários mínimos	4,21	0,00
	Acima de 10 salários mínimos	4,95	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme os resultados apresentados na Tabela 30, verifica-se que 56,43% dos estudantes de graduação em geral da UFRRJ possuem renda familiar de até três salários mínimos, enquanto que 84,17% dos estudantes da graduação assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil possuem renda familiar nesta faixa (até 3 salários mínimos). Diante deste resultado, pode-se inferir que os estudantes beneficiados pela assistência estudantil encontram-se atualmente em situação de vulnerabilidade econômica mais acentuada do que os demais estudantes de graduação em geral da UFRRJ, justificando, portanto, o recebimento de algum tipo de assistência: alimentação, moradia, atendimento médico-odontológico, psicológico, etc.

Em relação ao percentual de estudantes que possui renda familiar acima de 3 salários mínimos, os estudantes assistidos pelo PNAES apresentam um percentual menor que os demais estudantes de graduação da UFRRJ, que foi na ordem de 15,84% e 43,57%, respectivamente.

Tabela 31 - Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES pelo número de pessoas que vivem da renda mensal do grupo familiar

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Nº de pessoas que vivem da renda familiar	Uma	2,97	1,67
	Duas	15,84	12,50
	Três	24,50	30,42
	Quatro	39,85	38,33
	Cinco	11,63	13,75
	Seis	3,71	2,08
	Sete	0,74	1,25
	Oito	0,25	0,00
	Nove ou mais	0,50	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar os dados apresentados na Tabela 31, pode-se observar que em relação ao número de pessoas que vivem da renda mensal do grupo familiar, as variações encontradas entre os grupos de estudantes (geral e assistidos) não foram significativas, ficando dentro da margem de erro de cada amostra. As estimativas obtidas por grupo de estudantes apresentaram erros amostrais máximos de 4,76% e 5%, com níveis de confiabilidade de 95,24 e 95% no Relatório SIPE-Brasil (1ª fase) e na coleta de dados realizada na 2ª fase, respectivamente.

Cabe ressaltar que, embora as variações encontradas estejam dentro da margem de erro das amostras em relação ao número de pessoas que vivem da renda mensal do grupo familiar, passam a ser significativas quando comparados com as faixas de renda familiar apresentada na Tabela 30 entre os estudantes assistidos pelo PNAES e os estudantes de graduação em geral da UFRRJ. Significando para os estudantes assistidos pelo PNAES, que possuem uma faixa de renda mensal familiar menor em relação aos estudantes de graduação em geral da UFRRJ, quando dividida pelo número relativamente igual de pessoas que vivem desta renda (geral e assistidos) gera, por consequência, uma renda mensal per capita menor do grupo familiar dos estudantes assistidos em relação a renda mensal per capita do grupo familiar dos estudantes de graduação em geral.

Tabela 32 – Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por tipo de escola onde cursou o Ensino Médio

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Tipo de Escola	Somente Escola Pública	57,92	85,00
	Maior Parte Escola Pública	5,45	5,83
	Maior Parte Escola Particular	7,18	2,09
	Somente Escola Particular	29,45	7,08

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 32, a distribuição percentual dos estudantes por tipo de escola onde cursou o ensino médio, verificou-se que a graduação em geral da UFRRJ possui 63,37% dos seus estudantes oriundos da Escola Pública ou que cursaram a maior parte do ensino médio na Escola Pública, enquanto 90,83% dos estudantes de graduação da UFRRJ assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil cursaram o ensino médio neste tipo de escola.

Agrupando-se os percentuais de estudantes que cursaram o ensino médio “integralmente em escola pública” com “a maior parte em escola pública” e “integralmente em escola particular” com “maior parte em escola particular”, verifica-se no perfil dos estudantes de graduação em geral da UFRRJ uma disparidade menor entre a escola pública (63,37%) e a escola privada (36,63%), gerando uma diferença percentual de 26,74% a favor da escola pública. No perfil dos estudantes assistidos pelo PNAES, verifica-se uma disparidade acentuada entre a escola pública (90,83%) e a escola privada (9,17%), gerando uma diferença percentual de 81,66% a favor da escola pública.

Com base nos dados apresentados nesta pesquisa, infere-se que os antecedentes escolares dos estudantes de graduação da UFRRJ (geral ou assistido), que mais um “mito” não é verdadeiro, quando alguns setores da sociedade brasileira afirmam que a maioria dos que estudam nas Universidades Federais são oriundos de escolas particulares.

Os dados do relatório de 2010 do SIPE-Brasil e da coleta de dados realizada por esta pesquisa, demonstram a realidade dos estudantes que ingressam na UFRRJ em relação aos seus antecedentes escolares, mostrando que a maioria encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica e necessitam de algum tipo de assistência: alimentação, transporte, moradia, atendimento médico-odontológico, etc.

Tabela 33 - Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por área de assistência estudantil em que participa

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Área do Programa de Assistência Estudantil	Alimentação	31,19	52,50
	Moradia	31,19	38,33
	Atendimento Psicológico	2,72	0,42
	Reforço Pedagógico	3,71	5,00
	Atendimento Médico	19,55	2,92
	Atendimento Odontológico	0,74	0,00
	Bolsa Permanência	24,50	59,17
	Transporte	16,58	22,50
	Creche / Auxílio Creche	0,50	0,00
	Outras formas de Assistência	6,93	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao observar os dados constantes da Tabela 33, percebe-se que a UFRRJ vem se destacando na política de assistência estudantil, principalmente nas áreas de alimentação, moradia, transporte e na modalidade de bolsa permanência, oportunizando a participação dos estudantes que demandam por ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Nas áreas de alimentação e moradia, por exemplo, disponibiliza bolsas de alimentação e restaurante universitário com refeições subsidiadas, e alojamento para os estudantes que comprovadamente apresentam-se em situação de vulnerabilidade econômica.

Nas distribuições percentuais por áreas como: alimentação, moradia, transporte e na modalidade de bolsa permanência, verifica-se que os estudantes de graduação da UFRRJ assistidos pelo PNAES possuem 52,50%, 38,33%, 22,50% e 59,17% sendo beneficiados nas respectivas áreas de assistência estudantil, enquanto os estudantes de graduação em geral da UFRRJ possuem 31,19%, 31,19%, 16,58% e 24,50% sendo beneficiados nas respectivas áreas de assistência estudantil pela UFRRJ.

Importante ressaltar que as ações de assistência estudantil nas áreas de atenção à saúde (atendimentos médico, psicológico e odontológico), inclusão digital, cultura, esporte,

creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, previstas nos incisos IV ao X do § 1º do Art. 3º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, precisam ser desenvolvidas, visando ampliar as condições de permanência com qualidade para os estudantes dos cursos de graduação presenciais nos campus da UFRRJ em Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios.

Tabela 34 - Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por turno onde frequenta a maior parte das disciplinas

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Turno	Matutino	17,57	21,25
	Vespertino	8,66	6,67
	Noturno	28,22	27,92
	Integral	45,54	44,17

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar os dados apresentados na Tabela 34, pode-se observar que em relação ao turno onde os estudantes frequentam a maior parte das disciplinas, as variações encontradas entre os grupos de estudantes (geral e assistidos) não foram significativas, ficando dentro da margem de erro de cada amostra. As estimativas obtidas por grupo de estudantes apresentaram erros amostrais máximos de 4,76% e 5%, com níveis de confiabilidade de 95,24 e 95% no Relatório SIPE-Brasil (1ª fase) e na coleta de dados realizada na 2ª fase, respectivamente.

Cabe ressaltar que 45,54% e 44,17% dos estudantes da graduação em geral da UFRRJ e estudantes da graduação assistidos pelo PNAES, frequentam a maior parte das disciplinas em turno integral, respectivamente. Diante deste cenário, explicitado pela necessidade dos perfis dos estudantes (geral e assistido) da UFRRJ em permanecerem no campus em turno integral para cursar a maioria das disciplinas do curso gera, conseqüentemente, uma demanda maior por ações de assistência estudantil que visam apoiar a permanência de estudantes, em situação de vulnerabilidade econômica, matriculados em cursos de graduação presencial da UFRRJ.

Tabela 35 - Percentual comparativo entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por fontes de informações principais na busca dos acontecimentos atuais

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Fonte Principal das Informações	Internet	63,12	65,83
	Jornal impresso	2,72	0,83
	Telejornal	23,76	31,25
	Outros programas de TV	1,73	0,42
	Rádio	1,73	0,42
	Revista	0,00	0,00
	Outros	6,93	1,25

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar os dados apresentados na Tabela 35, pode-se observar que em relação as fontes de informações principais na busca dos acontecimentos atuais, as variações encontradas entre os grupos de estudantes (geral e assistidos) não foram significativas, ficando dentro da margem de erro de cada amostra. As estimativas obtidas por grupo de estudantes apresentaram erros amostrais máximos de 4,76% e 5%, com níveis de confiabilidade de 95,24 e 95% no Relatório SIPE-Brasil (1ª fase) e na coleta de dados realizada na 2ª fase, respectivamente. A exceção ficou por conta do item “Telejornal”, onde a variação percentual entre os grupos de estudantes (geral e assistidos) foi de 7,49% em favor dos estudantes de graduação da UFRRJ assistidos pelo PNAES. Sendo representativo apenas na questão de preferência deste grupo pela busca dos acontecimentos atuais por esta fonte de informações.

Tabela 36 - Distribuição média comparativa entre estudantes de graduação em geral e os estudantes assistidos pelo PNAES por estressores ou dificuldades que interferem na vida ou no contexto acadêmico

Itens Analisados		Estudantes de Graduação da UFRRJ	
		Perfil Socioeconômico	
		Geral - 1ª fase	Assistidos - PNAES
Estressores que interferem na vida ou no contexto acadêmico	Adaptação a novas situações (cidade, moradia, separação da família, entre outras)	2,51	2,35
	Relacionamento Familiar	2,52	2,26
	Relacionamento social/interpessoal	2,35	1,92
	Relações amorosas/conjugais	2,07	1,61
	Situação de violência (física ou sexual)	1,44	1,36
	Assédio moral	1,40	1,35
	Conflitos de valores/Conflitos religiosos	1,23	1,40
	Dificuldade de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros)	2,44	3,01
	Dificuldades financeiras	3,32	3,91
	Dificuldades de aprendizagem	2,10	2,16
	Falta de disciplina/hábito de estudo	2,13	1,78
	Carga horária excessiva de trabalho	1,84	1,89
	Carga excessiva de trabalhos acadêmicos	2,73	2,85

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 36, os estudantes de graduação da UFRRJ assistidos pelo PNAES, elegeram como estressores ou dificuldades que interferem na vida ou no contexto acadêmico a dificuldade de acesso a materiais e meios de estudo, tais como: livros, computador, entre outros, e dificuldades financeiras, apresentando as maiores médias nos níveis de interferência, totalizando 3,01 e 3,91, respectivamente. Enquanto os estudantes de graduação em geral da UFRRJ elegeram os mesmos estressores/dificuldades, porém totalizando 2,44 e 3,32 de média nos níveis de interferência. Foram considerados nos itens analisados, o quanto estes estressores ou dificuldades interferem na vida do estudante ou no seu contexto acadêmico. Sendo 0 nenhuma interferência e 5 interferência máxima.

Estes dados representam para os gestores e os coordenadores de ações de assistência ao educando de graduação no orçamento da UFRRJ, a necessidade de ampliação dos recursos do PNAES para eliminar ou reduzir a interferência do estressor “dificuldades

financeiras” na vida e no contexto acadêmico de seus estudantes, bem como implementar ações de assistência estudantil nas áreas de inclusão digital, cultura e apoio pedagógico.

A análise comparativa realizada neste trabalho teve como objetivo a geração de um diagnóstico sobre a situação atual dos estudantes beneficiários da política de assistência estudantil na perspectiva dos itens analisados em relação aos demais estudantes de graduação, visando a realização de uma análise crítica dos processos da gestão de políticas públicas inerente à assistência estudantil da UFRRJ de modo a fornecer subsídios para a sua melhoria, considerando o orçamento como instrumento de planejamento.

4.3. TESTE DAS HIPÓTESES DO ESTUDO

Para alcançar o objetivo principal, “proceder uma análise crítica dos processos da gestão de políticas públicas inerente à assistência estudantil da UFRRJ de modo a fornecer subsídios para a sua melhoria, considerando o orçamento como instrumento de planejamento”, foi necessário o estabelecimento de três hipóteses: H1, H2 e H3.

Na Hipótese H1, “A gestão das políticas públicas implementadas pela UFRRJ estão alinhadas com a vertente da administração pública gerencial”, pode-se considerar que na perspectiva da política de assistência estudantil foi confirmada, uma vez que, enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas dos órgãos centrais de governo para o nível local. Estas recomendações estão atreladas a natureza estrutural-funcionalista da abordagem gerencialista, que segundo Paula (2005, p. 47) está claramente voltada para a estrutura e a eficiência da gestão em detrimento dos processos políticos. Assim, pela análise das percepções dos gestores e coordenadores de ações dos programas governamentais, ficou evidenciado que embora a legislação e o desenvolvimento institucional tenham sido os aspectos mais relevantes na elaboração das atividades dos setores, contudo, relevou também aspectos próprios do modelo de gestão gerencialista, como: a responsabilidade pelos gastos públicos, a busca pela eficiência, eficácia, efetividade e transparência da gestão.

Na percepção dos estudantes assistidos por esta política, a categoria “Política” foi considerada “Importante”, conforme apresentado na subcategoria 9.1 (Quadro 31), mas em relação a sua gestão administrativa, ficou evidenciada a presença de aspectos do modelo de gestão gerencialista, como a eficiência e a eficácia, exemplificada pela resposta do Estudante 74 (E74) ao citar que “Existe a assistência, ma ela é um pouco falha ainda. Nos ajuda muito, mas precisa de mais controle e organização”.

A Hipótese H2, “O orçamento é utilizado como instrumento de planejamento das políticas de assistência estudantil da UFRRJ”, foi confirmada pelos resultados e efetivada através da previsão e execução da ação “4002 – Assistência ao Educando do Ensino de

Graduação”, pertencente ao cardápio do Programa “1073 – Brasil Universitário” do Ministério da Educação e constante do Plano Plurianual (2008-2011) do Governo Federal. Sendo este programa um instrumento de organização da ação governamental. É o elemento de integração entre o plano plurianual, os orçamentos anuais (Anexo III), a execução e o controle.

Na prática, o programa se origina a partir da identificação de um problema ou de uma demanda da sociedade ou de um recorte específico da população que o governo precisa resolver ou atender. Neste sentido, a demanda por políticas de assistência estudantil na UFRRJ, deu origem a previsão (PLOA) e execução dos recursos orçamentários (LOA) no programa e ação citada anteriormente, como resultado de um processo de planejamento orçamentário. Neste planejamento, buscou-se mensurar o problema ou demanda por meio de um indicador e, em seguida, foi definido o objetivo a alcançar, alinhado com o resultado desejado. Verificou-se ainda que as atividades integrantes da ação 4002 foram executadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, no limite de suas competências institucionais (item 2.3.3.1), entre outras, para disponibilizar aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica: bolsas permanência (Tabela 8), alojamentos, refeições subsidiadas, terapias alternativas, consultas médicas e odontológicas, entre outras. Na perspectiva do controle, as ações do orçamento foram monitoradas por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) pelos coordenadores de ação, a partir de análises do comportamento dos atributos das ações, a saber: os produtos, as unidades de medidas e as metas.

Para a Hipótese H3, “A política de assistência estudantil da UFRRJ vem atendendo satisfatoriamente (quantitativamente e qualitativamente) a demanda dos seus estudantes em situação de vulnerabilidade econômica”, pode-se considerar que foi refutada, uma vez que, a exceção ficou nas percepções de alguns gestores e coordenadores, que evidenciaram como satisfatória (quantitativamente) o atendimento as demandas dos estudantes, embora tenham apresentado a necessidade de ampliação no aporte de recursos. Para os demais resultados e análise das percepções dos gestores, coordenadores de ações e estudantes assistidos pela política de assistência estudantil evidencia-se que as políticas desenvolvidas pela UFRRJ não atendem a demanda da população total (quantitativo) de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, bem como a gestão das políticas desenvolvidas, não disponibiliza um atendimento de qualidade aos estudantes nesta situação. Estas percepções foram apresentadas nas análises descritas neste capítulo, nos itens 4.2.1 e 4.2.2.

5. CONCLUSÃO

Inicialmente, cabe destacar que alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos significa responder a pergunta e testar as hipóteses formuladas nos itens 1.5.2. e 3.1.1. da dissertação, respectivamente. Assim, ao final do trabalho entende-se que a pergunta foi respondida e as hipóteses testadas. Primeiramente, por meio de revisão bibliográfica, foram identificadas diversas pesquisas sobre os seguintes campos: políticas públicas, planejamento e orçamento públicos e a assistência estudantil no ensino superior, no contexto mundial e brasileiro. Estas pesquisas possibilitaram o reconhecimento de conceitos teóricos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desta dissertação, inclusive possibilitando a identificação de técnicas de coleta e de tratamento dos dados que acabaram sendo empregadas na construção da metodologia.

Em seguida, por meio de um estudo de caso único, buscou-se alcançar os objetivos específicos, que exitosamente possibilitaram o alcance do objetivo geral. No primeiro objetivo específico, foi realizado um diagnóstico dos programas e ações constantes da Lei Orçamentária Anual em relação à política de assistência estudantil desenvolvida pela UFRRJ no período compreendido entre 2006 e 2010, a partir das análises do conteúdo da LOA no período e da execução e controle das ações cadastradas no SIMEC. O diagnóstico constatou a existência de dotação orçamentária nas ações de assistência estudantil da UFRRJ antes da alocação dos recursos relativos a implementação do PNAES em 2009, o que ocasionou um crescimento considerável em seu montante. Cabe ressaltar que o percentual de execução orçamentária desta ação no período, ficou próximo ao total dos recursos autorizados na LOA. Na ação de controle, houve uma melhoria quantitativa e qualitativa das ações desenvolvidas e postadas nos SIMEC, principalmente a partir de 2009, com o monitoramento conjunto entre o coordenador de ação da UFRRJ e o gerente do PNAES no Ministério da Educação.

Para o alcance do segundo objetivo específico, foram mapeados os setores identificados nos programas e ações governamentais relacionados às políticas públicas de assistência estudantil e ao planejamento/orçamento no âmbito da UFRRJ, inclusive suas respectivas competências institucionais. Os setores identificados foram a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, cujo mapeamento consistiu em descrever competências e a identificar suas estruturas organizacional e administrativa. O resultado deste mapeamento trouxe o entendimento de como as mudanças ocorridas na gestão pública, a partir da adoção de programas comuns ao planejamento e ao orçamento, bem como sua interlocução com outras áreas dentro da instituição, contribuíram

inicialmente para o processo de transformação da administração burocrática em gestão por resultados.

O terceiro objetivo específico deste estudo consistiu em descrever as atividades dos setores identificados nos programas e ações governamentais relacionados às políticas públicas de assistência estudantil e ao orçamento no âmbito da UFRRJ. O alcance deste objetivo exigiu persistência do pesquisador, após a constatação que o conhecimento das atividades desenvolvidas por estes setores estavam com as pessoas, não havendo registro formal. Neste sentido, Nonaka (1994) afirma que

[...] o conhecimento organizacional tem duas dimensões: tácita e explícita.

Enraizado na ação, experiência e envolvimento (em um contexto específico), a dimensão tácita do conhecimento é composta de elementos cognitivos e técnicos.

O elemento cognitivo refere-se a modelos mentais individuais e é composto por mapas mentais, crenças, paradigmas e pontos de vista.

O componente técnico é composto de concreto *know-how*, artifícios e habilidades que se aplicam a um contexto específico.

A dimensão explícita do conhecimento é articulada, codificada, e comunicada de forma simbólica e / ou linguagem natural.

Para o alcance do quarto objetivo específico, foram levantados os aspectos do planejamento orçamentário utilizados na implementação das políticas de assistência estudantil da UFRRJ no período de 2006 a 2010, na perspectiva dos gestores, coordenadores de ações e estudantes assistidos por esta política. Este trabalho de campo foi dividido em duas fases. Na primeira fase (levantamento) foram analisados os relatórios do SIPE-Brasil, gerados a partir dos questionários elaborados pelo FONAPRACE sobre o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das Universidades Brasileiras e aplicados em 2010 aos estudantes das IFES. Esta análise foi realizada em diversos itens pesquisados (Quadro 33) nos níveis nacional, regional, IFES do RJ e na UFRRJ. Permitindo comparar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação em geral da UFRRJ em relação ao perfil dos estudantes nos demais níveis. Nos resultados desta análise entre os perfis, ficou demonstrado que na maioria dos itens analisados, o perfil dos estudantes de graduação em geral da UFRRJ possui o maior percentual da sua população em situação de vulnerabilidade econômica, o que gerou um indicativo de demanda por políticas de assistência estudantil.

Na segunda fase (coleta de dados) foram aplicados questionários a uma amostra da população de estudantes de graduação da UFRRJ assistidos pelo PNAES. Em seguida foram procedidas as análises comparativas entre os resultados obtidos nesta fase em relação aos

resultados obtidos na primeira fase com os estudantes de graduação em geral da UFRRJ. O objetivo desta análise consistiu em verificar o grau de vulnerabilidade econômica dos estudantes assistidos em relação aos demais estudantes da UFRRJ, e no tocante ao conjunto de itens analisados, quais apresentaram variações significativas? Indicando a partir dos resultados, as áreas da assistência estudantil, previstas no PNAES, que necessitam de uma reformulação no seu planejamento orçamentário, visando a disponibilização de recursos (humanos, materiais e financeiros) que atendam as demandas apresentadas na pesquisa.

Para concluir, e diante do exposto, convém retornar a questão-problema determinada para essa pesquisa e que se encontra assim constituída: a gestão planejada dos recursos orçamentários podem trazer contribuições para a melhoria no atendimento das políticas públicas de assistência estudantil realizada pela UFRRJ? Conclui-se, com base na realização do estudo de caso sobre a assistência estudantil da UFRRJ, que a gestão planejada dos recursos orçamentários contribui para a melhoria do atendimento destas políticas, sendo estas contribuições demonstradas no decorrer das análises descritivas elaboradas e conclusões obtidas.

5.1. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

Espera-se que às contribuições dessa pesquisa, estejam direcionadas para a academia, para os gestores e coordenadores, para os estudantes de graduação, para a comunidade acadêmica e para outras organizações públicas.

Para a academia, uma vez que a abordagem sobre o planejamento, o orçamento e as políticas públicas de assistência estudantil no ensino superior público brasileiro, tratados nesta pesquisa, possam motivar a derivação de estudos posteriores e aprofundamentos teóricos complementares, ao considerar que a análise da administração pública, seus impactos na gestão universitária e seus respectivos desdobramentos, se constituam num amplo caminho a ser trilhado e mais bem explorado pela academia.

Para os gestores e coordenadores, uma vez que a apresentação dos conceitos de políticas públicas e dos modelos de gestão, bem como a visão do orçamento como instrumento de planejamento das políticas de assistência estudantil no ensino superior público, estimulem a todos a realizarem uma profunda reflexão sobre estes assuntos. E que esta reflexão possa resultar na priorização das ações a serem desenvolvidas, no incentivo a participação democrática, na manutenção do foco e nas metas a serem perseguidas, enfim, o *modus operandi*, de sua gestão. Outro aspecto relevante é que estimula o processo de gestão

do conhecimento entre os setores, por meio do compartilhamento de conhecimentos e troca de experiências.

Para os estudantes de graduação, uma vez que ao consolidar as questões levantadas sobre políticas de assistência estudantil desenvolvidas no espaço acadêmico, e por serem a razão da existência destas políticas, estimulem a participação no processo de construção das ações que viabilizem a permanência com qualidade nos cursos de graduação da Universidade.

Para a comunidade acadêmica, uma vez que o estudo possibilitou uma leitura do cenário em se tratando da prática de gestão pública, evidenciando os aspectos evolutivos, os avanços obtidos e as oportunidades de melhoria, com vistas a implementação de uma gestão universitária planejada e voltada para o atendimento das políticas públicas de assistência estudantil.

Adicionalmente, deposita-se neste estudo a esperança de poder contribuir com outras organizações públicas diante da possibilidade de que as estratégias aqui apresentadas possam ser replicadas e estendidas a outras realidades, de modo a subsidiar a adoção de métodos efetivos de gestão. Espera-se também que contribua com a explicitação das novas demandas dos estudantes por políticas de assistência estudantil a serem desenvolvidas em outras Instituições Federais de Ensino Superior, frente ao contexto abordado. Outra contribuição esperada refere-se ao estímulo ao processo de gestão do conhecimento entre as organizações públicas, por meio do compartilhamento de conhecimentos e da troca de experiências entre os atores envolvidos.

Por fim, que este trabalho sirva de estímulo a estudos e debates sobre a gestão pública, em busca de avanços teóricos e práticos, especialmente nos cursos de graduação e pós-graduação, na qual percebe-se baixo estímulo nesta área que é tão singular e essencial a sociedade. Especificamente por meio da integração entre as áreas de políticas públicas de assistência estudantil e a de planejamento orçamentário nas universidades brasileiras.

5.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO E DIFICULDADES ENCONTRADAS

Apesar de não comprometerem esse estudo, identificou-se a ocorrência de algumas dificuldades no decorrer da realização desta pesquisa, que trouxeram como resultados algumas limitações ao estudo.

A primeira dificuldade encontrada foi na fundamentação teórica, quando da pesquisa exploratória sobre estudos relacionados a assistência estudantil no Brasil. Para superar essa dificuldade, foram utilizados de forma complementar alguns referenciais teóricos

estrangeiros, havendo a necessidade da interpretação a luz do material selecionado e das peculiaridades das IFES brasileiras.

O tempo para a realização da dissertação foi outra grande dificuldade encontrada, devido a necessidade de conciliar as minhas atividades profissionais com as demandas acadêmicas próprias de um curso de mestrado profissional. Esta dificuldade, em alguns momentos, obrigou a restrição de análises importantes como por exemplo a documental, o que poderia enriquecer as conclusões da pesquisa.

Outra dificuldade encontrada que, em seguida, transformou-se em uma das contribuições desta pesquisa está associada ao mapeamento das atividades desenvolvidas pelos setores, objeto deste estudo.

A insuficiência quantitativa e qualitativa de informações gerenciais, criaram dificuldades para a coleta de dados para o estudo. Para superar essa dificuldade, foram coletados os dados brutos e elaborados demonstrativos que fossem capazes de gerar informações gerenciais a serem analisadas.

O orçamento limitado do autor, não permitiu a aquisição de licenças de uso de alguns *softwares* aplicativos, necessários no apoio a análise de conteúdo mais refinada.

A realização das entrevistas com os gestores e coordenadores trouxeram algumas dificuldades ao cronograma previsto para o estudo, devido aos sucessivos adiamentos que foram solicitados em virtude das atividades intensas a que estão submetidas a agenda destes gestores públicos. Para superar esta dificuldade houve a necessidade de acrescentar as atividades de pesquisa desta dissertação uma dose de insistência e de persistência do autor.

Apesar das dificuldades apresentadas no percurso investigativo, todas foram superadas e os objetivos propostos alcançados.

5.3. SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Independente dos resultados auferidos pela pesquisa e da formalização de suas limitações, algumas sugestões podem ser apresentadas. A primeira delas diz respeito ao objetivo principal da pesquisa, onde outros estudos podem ser desenvolvidos, visando ampliar o número de universidades estudadas, combinados com a inclusão de novas unidades de análise em seus instrumentos de coleta de dados.

Tal procedimento, além de propiciar uma visão ampliada de cenário, permitirá a comparação das percepções entre os gestores, coordenadores e estudantes assistidos de outras universidades, contemplando as suas especificidades e as características regionais onde estão contextualizadas. Outro valor a considerar é propiciar a busca de maiores

evidências de que esta metodologia possa ser considerada genérica para qualquer IFES, ou grupo de IFES.

A partir das dificuldades encontradas em parte da fundamentação teórica desta pesquisa, aproveito para sugerir um estudo que apresente uma revisão de literatura sobre a assistência estudantil no Brasil. A realização deste estudo irá permitir um melhor entendimento quanto ao estado da arte em assistência estudantil no Brasil e um direcionamento para futuras pesquisas.

Além destes, sugerimos a realização de futuras pesquisas na área de gestão pública, voltadas para o planejamento orçamentário das universidades públicas federais, a partir de uma abordagem tecnopolítica. Tal sugestão está alicerçada no desafio que a gestor de uma universidade enfrenta em encontrar elementos necessários e suficientes para se posicionar técnica e politicamente frente ao tema e fundamentação de suas decisões em nível gerencial.

REFERÊNCIAS

ABEP, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Informações sobre critérios de classificação em classes econômicas. Disponível em <http://www.abep.org>

ALVES, Jolinda de Moraes. **A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública.** 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_jo.htm>, último acesso em 20 set. 2011.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos de Graduação.** São Paulo: Atlas, 1993.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

AUSUBEL, D. P., *Psicologia Educativa: Un punto de Vista Cognoscitivo.* México. Editorial Trillas. 1978)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 1977.

_____. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1988. 226 p.

_____. **Análise de conteúdo.** Edição Revista e Actualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology.* London: Routledge, 1992.

BRASIL. Lei nº 4320, de 17 de Março de 1964, <https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/outrasleis/LEI_N_4320_DE_17_DE_MARCO_DE_1964.pdf> (Publicada no DOU de 23/03/1964), acesso em 10 abr. 2011.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 2006.

_____. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996. 3ª ed. sd. RJ: UFRRJ, 2009. 254p.

_____. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública. Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF. Documento de Referência. Fórum Nacional 2008/2009. MPOG. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. - Brasília: MP, SEGES, 2009.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

_____. Projeto de Lei 8.035, de 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento MTO**. Versão 2011. Brasília, 2010. 189 p.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. <https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/lei_resp_fiscal/LRF.pdf>, último acesso em 20 abr. 2011.

CECILIO, L.C.O. Pensando o planejamento na universidade. **Revista de Administração de Empresas. RAE Light**. v.8. nº2. p.2-7. Abr./jun.2001.

CORE, Fabiano Garcia - **Reforma Gerencial dos Processos de Planejamento e Orçamento** – ENAP - Textos para Discussão nº 44 – out. 2001.

_____. **Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos**. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 - 5 Nov. 2004.

DAGNINO, Renato Peixoto. *Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação*. Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2002. p.350.

_____. *Planejamento Estratégico Governamental*. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília:CAPES:UAB, 2009. 166p.

EASTERBY-SMITH, Mark; THORPE, Richard & LOWE, Andy. **Pesquisa gerencial em administração. Um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria.**, São Paulo: Pioneira, 1999.

EASTON, David. **Esquema para el análisis política**. Buenos Aires: Amarroutu, 1969.

FÁVERO, A. A.; GABOARDI, E. A. (coord.) **Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas**. 4ª ed. Passo Fundo/RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2008.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior*. Belo Horizonte: FONAPRACE, 112p. 1997.

_____. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES*. Brasília: FONAPRACE, 14p. 1998.

_____. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Brasília: FONAPRACE, 88p. 2004.

FREITAS, Henrique M. R. de; CUNHA JR., Marcus V. M. da; MOSCAROLA, Jean. **Pelo resgate de alguns princípios da análise de conteúdo:** aplicação prática qualitativa em marketing. Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGA, 1996. 17 p. (Série Documentos para Estudo, PPGA/UFRGS, n° 5/96).

GATTI, T. H. & SANGOI, L. F. **Assistência Estudantil – Uma questão de investimento.** Brasília, agosto de 2000.

GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. **Planejamento e orçamento governamental.** Coletânea - Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

_____. **Orçamento Público.** 14ª ed. 2007. 4ª reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

GUARINO, N. (1998), “Formal Ontology and Information Systems”. Disponível em: <http://www.loan-cnr.it/Papers/FOIS98.pdf>. último acesso em 12 de março de 2011.

GRUBER, J.; **Finanças Públicas e Política Pública**, 2ª ed. RJ: LTC, 2009. 510p.

HAM, Christopher; HILL, Michael. The policy process in the modern capitalist state. Londres: Wheatsheaf, 1993.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**, 1ª ed. RJ: Fiocruz, 2007. 398p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

KANAANE, R.; FILHO, A.L.; FERREIRA, M.G. (org.). **Gestão Pública: Planejamento, processos, sistemas de informações e pessoas.** São Paulo: Atlas, 2010. 241p.

LASWELL, H. D. **Politics: Who gets what, when, how.** Cleveland: Meridian Books, 1936 / 1958.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

LEMO, C. P. **Evolução da Orçamentação Pública: bases para uma proposta de gestão centrada na produção governamental. Tema 1: Orçamento como instrumento de política pública e gestão fiscal.** Brasília, 2008. 80p.

LINDBLOM, C.E. The science of muddling through. *Public Administration Review*, 19: 78-88, 1959.

LINDBLOM, C.E. Still muddling, not yet through. *Public Administration Review*, 39: 517-526, 1979.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO, Marcus André. **As sete vidas da agenda pública brasileira**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28.

_____. **Estado, governo e políticas públicas**. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100.

MINAYO, M. C. de S. (Org.); GOMES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Coleção Temas Sociais, 28 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108 p.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2006.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo ed. Cortez, 2002.

MELO, Marcus André. **As sete vidas da agenda pública brasileira**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28.

MORAES, Roque. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C. **Projetos de Pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. – Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2005. 144 p.

NONAKA, Ikujiro. A dynamic theory of organizational knowledge creation *Organization Science*. Vol. 5, n. 1, february 1994.

NOVAK, J.D., Gowin, D.B – *Learning how to learn*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

- OLIVEIRA, F. B.; Políticas de Gestão Pública Integrada, 1ª ed. RJ: FGV, 2008. 348p.
- OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**. V.40, n.2, RJ, abr. 2006.
- OTRANTO, Célia Regina. **A autonomia Universitária no Brasil: dádiva ou construção coletiva?** O Caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: EDUR, 2009. 306 p.
- PAULA, Ana Paula Paes. Administração Pública Gerencial entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *Revista de Administração de Empresas*. 2005. Vol. 45. n° 1. jan/mar. p. 36-49.
- PEREIRA, L.C.B. Democracia, Estado social e reforma gerencial. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. v. 50 . n.1. jan./mar. 2010. p. 112-116.
- PERONI, Vera M. V. *O Estado brasileiro e a política educacional dos anos 90*. In: Anuário 2000. São Paulo, Anped - GT Políticas, Gestão e Financiamento da Educação.
- PIRES, J.S.D.B.; MOTTA, W.F. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. *Enfoque – Reflexão Contábil*. 2006. Vol. 25. n° 2. mai/ago. p. 16-25.
- PIRES, V. A. **Orçamento Público: abordagem tecnopolítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011. 216 p.
- REZENDE, F.C. Por que falham as reformas administrativas? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- RIBEIRO, S. M. R. **Reforma do aparelho do Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90**. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal. 8-11 out. 2002.
- ROCHA, Arlindo Carvalho. Auditoria de Gestão. Uma forma eficaz de promoção da accountability Anais do XXXI EnANPAD. Rio de Janeiro, setembro de 2007.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágios e de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília:CAPES:UAB, 2009.

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca. **Plano Plurianual e Orçamento Público**. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília:CAPES:UAB, 2010. 154p.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica. 6ª ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SARAVIA, Enrique. **Políticas públicas**. Coletânea. vol.1 Brasília: ENAP, 2006.

SCHUBERT, Klaus. Politikfeldanalyse: Eine Einführung. Opladen: Leske + Budrich, 1991.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, órgão da Presidência da República <http://www.sae.gov.br/site/?page_id=659>, último acesso em 12 mar. 2011.

SENADO FEDERAL. Portal Orçamento. Legislação orçamentária na linha do tempo. <http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/OrcamentoTempo> último acesso em 05 mar. 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SHERRATT, C. S.; SCHLABACH, M. L. The application of concept mapping in reference and information services. RQ, v. 30, p. 60-69. 1990.

SIMAN, A.M. Políticas Públicas; a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático. Tese de Doutorado em Ciência Política. UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2005. Capítulo 1, p.28-38.

SIPE-Brasil, Sistema de Informação do Perfil do Estudante, Disponível em <<http://www.sipe.ufms.br/2010>>, último acesso em 08 dez. 2011.

SIQUEIRA, Wagner. **Orçamento Público**. Revista Administração. 2010. Rio de Janeiro. p. 34-35.

SISTEMA INTEGRADO de PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO e FINANÇAS do MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.simec.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

SOUZA, Celina. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2003. vol. 18. nº 51. p.16-20.

_____. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Sociologias. n.16, Porto Alegre, jul/dez, 2006.

_____. Políticas Públicas no Brasil. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. 2007. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. P. 65-86.

TEIXEIRA J., Machado Jr. (1967). *Classificação das Contas Públicas*. Fundação Getúlio Vargas.

TESSARI, Rogério. **Gestão de processos de negócios: um estudo de caso da BPM em uma empresa do setor moveleiro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2008. p.58-62.

TREVISAN, A.P.; BELLEN, H.M.V. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública. 2008. Maio/jun. n° 42. p. 529-550.

UCHÔA, Cláudia. **Orçamento e Planejamento Público**. Escola de Administração e Treinamento. 2004. Espírito Santo. p.4-21.

UFRRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Seropédica: UFRRJ, 2006.

_____. **Relatório de Gestão – 2006**. RJ: UFRRJ, 2006. 139p.

_____. **Relatório de Gestão – 2007**. RJ: UFRRJ, 2007. 142p..

_____. **Relatório de Gestão – 2008**. RJ: UFRRJ, 2008. 230p.

_____. **Relatório de Gestão – 2009**. RJ: UFRRJ, 2009. 316p.

_____. **Relatório de Gestão – 2010**. RJ: UFRRJ, 2010. 180p.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica. Uberlândia. v.2, n.3, 2010. p. 399-411.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 7-17.


WILKINSON, Rupert. *Aiding Students, Buying Students: Financial Aid in America*. Vanderbilt University press Nashville: 2005, 1 st ed.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTAS DOS COORDENADORES E GESTORES

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios	ENTREVISTA	Perfil: Coordenador(a) I
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoais: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)			
BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE			
1.1-Setor da Universidade: Vice-Reitoria			
1.2- Idade: <input type="checkbox"/> Menos de 40 anos <input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos <input type="checkbox"/> De 56 a 60 anos <input checked="" type="checkbox"/> Mais de 60 anos	1.3- Tempo de Serviço na Universidade: <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input checked="" type="checkbox"/> Mais de 30 anos		
1.4- Carreira a que pertence: <input checked="" type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Técnico-Administrativa	1.5- Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino		
1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente: Vice-Reitora da UFRRJ	1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual? 7 anos		
1.8- Ação (ões) sob sua responsabilidade: 2992 - Funcionamento da Educação Profissional; 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional; 4001 - Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal; 4008 – Acervo Bibliográfico destinados as IFES e Hu’s.	1.9- Área de Formação Acadêmica <input type="checkbox"/> Agrárias <input type="checkbox"/> Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Exatas e Tecnológicas <input checked="" type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Sociais Aplicadas		

BLOCO 2 – PERGUNTAS

I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas?

São políticas destinadas ao atendimento das grandes problemáticas de uma nação, viabilizando o desenvolvimento integrado do país, atividades e ações que dêem conta de proporcionar agilidade ao país. Dentre as áreas a serem contempladas com políticas públicas, posso citar a saúde, educação, transporte, informática, ciência e tecnologia, todas as áreas.

II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ?

A UFRRJ, como uma instituição pública, as políticas precisam ser direcionadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que é um plano de médio prazo (5 anos), apontando todas as áreas: ensino, pesquisa, extensão e administração. Esta última dando suporte as três áreas que compõem a tríade (ensino, pesquisa e extensão) constitucionalmente definida. Todo este esforço para o alcance do objetivo de proporcionar aos estudantes da UFRRJ uma formação profissional que permita o ingresso no mercado de trabalho.

III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê?

A vice-reitoria, órgão estatutariamente e regimentalmente da UFRRJ, tem como principal atribuição a de substituir o Reitor nos seus afastamentos, faltas ou impedimentos no exercício da Reitoria. Falando como Reitoria, nos preocupamos em executar, dar corpo a estas políticas demandas pelo conjunto da comunidade, em suas áreas de atuação. Estas demandas precisam ser observadas pela administração superior da Universidade, e operacionalizadas pela Reitoria a fim de cumprir com a missão da UFRRJ, contemplados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

IV – De acordo com sua experiência, a(s) ação(ões) que o(a) senhor(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições?

Obrigatoriamente contribui. É uma obrigação da administração, promover atividades que vão de encontro com as que são definidas pela demanda da comunidade universitária. A gestão, acompanhamento e a avaliação das ações, projetos e atividades definidas institucionalmente e as que são orientadas pelos órgãos externos, sejam estes de fomento ao ensino, pesquisa e extensão (Capes, Sesu, Secadi, CNPQ, outros), bem como os de controle (CGU, TCU, outros).

V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ em relação as metas previstas na(s) ação(ões) que está(ão) sob sua responsabilidade?

Razoavelmente alinhado, tendo um sensível aumento com as políticas do Programa de expansão das IFES e a Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras que possuem metas específicas para estas ações. Ao mesmo tempo em que a UFRRJ foi convidada a expandir-se, e não havendo na época uma estimativa mais precisa do volume de recursos necessários para a implantação e implementação dos cursos pactuados na expansão e no REUNI. Com a chegada de novos professores, especialistas nas suas áreas de formações, verificaram a necessidade de um suporte maior de recursos para atender as especificidades de cada área e de cada curso, como por exemplo: laboratórios, espaços acadêmicos, entre outros.

VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?


Houve nos últimos anos um grande avanço nesta área, associada a peculiaridade que sempre teve a UFRRJ em receber no alojamento em seu campus de seropédica os alunos de outros estados da federação, nos destacamos como a universidade que mais utilizava seus recursos neste modalidade de assistência estudantil. O principal responsável pelos avanços na assistência estudantil no ensino superior brasileiro deu-se com a publicação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil (2007), tendo sido implementado a partir de 2008, vem permitindo a administração da universidade o atendimento a esta de manda, sendo imprescindível a continuidade do PNAES, bem como sua ampliação.

VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?

Estamos vivendo momentos importantes na educação brasileira, principalmente na educação superior e mais especificamente nas Instituições de Ensino Superior. Neste contexto, a UFRRJ vem através de critérios estabelecidos, permitindo o acesso dos alunos (prioritariamente) oriundos de escolas públicas (cotas sociais), obtendo em 2010 - 80% do total de ingressantes. Importante destacar que a assistência estudantil não se limita a oferecer aos estudantes alimentação e hospedagem e sim possibilitar a eles a vivência na universidade, através dos projetos de extensão universitária. Tendo destaque os projetos Mídias na Educação e Conexões de Saberes.

BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios	ENTREVISTA	Perfil: Coordenador(a) II
-----------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	----------------------------------

Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.

Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.

Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoas: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160

ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1.1-Setor da Universidade: PROAEST – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

1.2- Idade:

- Menos de 40 anos
- De 41 a 45 anos
- De 46 a 50 anos
- De 51 a 55 anos
- De 56 a 60 anos
- Mais de 60 anos

1.3- Tempo de Serviço na Universidade:

- Menos de 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- De 21 a 25 anos
- De 26 a 30 anos
- Mais de 30 anos

1.4- Carreira a que pertence:

- Docente
- Técnico-Administrativa

1.5- Sexo:

- Masculino
- Feminino

1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente: Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual?
3 Anos

1.8- Ação (ões) sob sua responsabilidade:

4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação

1.9- Área de Formação Acadêmica

- Agrárias
- Biológicas
- Engenharias
- Exatas e Tecnológicas

- () Humanas
() Lingüística, Letras e Artes
(x) Saúde
() Sociais Aplicadas

BLOCO 2 – PERGUNTAS

I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas?

São políticas que possibilitam a ampliação de acessos a todas as modalidades de aprendizado, desde a educação básica ao ensino médio, superior e na pós-graduação de forma democrática. As políticas públicas devem ser dirigidas também aos formadores de opinião, em todas as áreas do conhecimento.

II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ?

A UFRRJ de hoje é uma Universidade que cumpre fielmente os objetivos do Estado Brasileiro de forma genuinamente democrática, formando profissionais competentes e cidadãos que atuam hoje em várias áreas do conhecimento, seja no meio rural brasileiro ou no exterior. No início do século XX, a UFRRJ formava apenas técnicos de Nível Superior em Ciências Agrárias.

III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê?

Aspectos Sociais e Humanitários, bem como aqueles que possibilitem atender as necessidades inerentes a uma sociedade mais justa, que dê oportunidades iguais aos desiguais.

IV – De acordo com sua experiência, a(s) ação(ões) que o(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições?

Sim, favorecendo o aprendizado e possibilitando a todos de forma socialmente correta, que atinjam os objetivos a que se propõem, em especial formando cidadãos honestos, capazes de elevar o nome da UFRRJ em diferentes atuações acadêmicas.

V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ e as metas previstas na(s) ação(ões) que está(ão) sob sua responsabilidade?

Atendemos a cerca de 10% dos estudantes com elevado índice de carência, possibilitando que a totalidade dos alunos matriculados tenham apoio didático, financeiro e logístico ao longo dos anos oferecidos com moradia inteiramente grátis e alimentação subsidiada. Esperamos que o Governo Federal do Brasil aprove as propostas orçamentárias necessárias ao MEC (10%) se possível 12% do orçamento público.

VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?


Satisfatórias. É preciso ampliar todas as ações hoje disponibilizadas e programá-las de forma a ter um crescimento positivo ao nível de 10%/semestre/ano.

VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?

Ampliar para as diferentes áreas de atuação da UFRRJ, ou seja, aos setores com atividades Meios e Fins desta IFES.

BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente ao Senhor, compreendendo seu tempo escasso em atender as demandas da sua Pró-Reitoria e pelo espaço disponibilizado aqui para realização dessa entrevista mesmo que breve, mas fundamental para o andamento da pesquisa que eu estou realizando.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios	ENTREVISTA	Perfil: Coordenador(a) III
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoas: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)			
BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE			
1.1-Setor da Universidade: Coordenadoria Especial de Programas de Reestruturação e Expansão da UFRRJ			
1.2- Idade: <input type="checkbox"/> Menos de 40 anos <input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos <input type="checkbox"/> De 56 a 60 anos <input checked="" type="checkbox"/> Mais de 60 anos	1.3- Tempo de Serviço na Universidade: <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input checked="" type="checkbox"/> Mais de 30 anos		
1.4- Carreira a que pertence: <input checked="" type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Técnico-Administrativa	1.5- Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino		
1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente: Coordenador	1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual? 33 meses		
1.8- Ação (ões) sob sua responsabilidade: 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	1.9- Área de Formação Acadêmica <input type="checkbox"/> Agrárias <input type="checkbox"/> Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias <input checked="" type="checkbox"/> Exatas e Tecnológicas <input type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Lingüística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Sociais Aplicadas		
BLOCO 2 – PERGUNTAS			
I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas? Como um conjunto de ações, com base em diretrizes claramente definidas, que buscam dotar o governo de mecanismos de atuação nas grandes áreas para que a sociedade possa construir, de forma harmônica, seu processo evolutivo e, permitir que cada membro desse tecido social participe efetivamente desse processo.			

II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ?

A UFRRJ, como uma organização social na área da educação de nível superior, tem a responsabilidade de atuar na política pública da educação, disponibilizando para a sociedade brasileira, profissionais cidadãos com excelência em suas respectivas áreas de formação e com visão social compatível com as principais demandas da população com vistas à efetiva participação no processo de evolução social.

III – Quais aspectos são considerados na elaboração das atividades do setor que o(a) senhor(a) coordena? E por quê?

Nas atividades que são de competência da CEPREX-UFRRJ, o histórico dos cursos de graduação e de pós-graduação é um diagnóstico fundamental para a proposição de ações de contratação de docentes e de expansão da respectiva área física. Tal aspecto é essencial na perspectiva de desenvolvimento institucional com interação, cada dia mais solicitada, entre as diversas áreas do conhecimento presentes no ambiente universitário. Outro aspecto relevante é a transparência dos mecanismos de definição das distribuições, tanto de vagas docentes como de recursos de investimentos, com base em critérios claros, objetivos e elaborados a partir de amplo debate entre todas as partes interessadas. Esse aspecto reforça a confiança de todos os atores envolvidos, com as decisões emanadas pelos Conselhos Superiores competentes e, dessa maneira, o desenvolvimento harmônico da instituição é um processo em contínua construção.

IV – De acordo com sua experiência, a(s) ação(ões) que o(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições?

Com certeza, a ação 8282 é fundamental para que a UFRRJ cumpra o papel que, aqui, anteriormente foi citado, em virtude de ter permitido planejar um processo de reestruturação e expansão institucional que abriu espaços para demandas, há muito reprimidas, de áreas importantes do conhecimento humano como Direito, Psicologia, Letras, Artes, Comunicação, Saúde e Computação, apenas para exemplificar e, mais importante, integrá-las com as áreas já consolidadas na UFRRJ, principalmente com base em propostas de projetos de cursos em nível de pós-graduação. Para tanto, no Plano de Reestruturação e Expansão da UFRRJ (PRE-UFRRJ), amplamente discutido e elaborado no ano de 2007, foram previstos diversos programas de pós-graduação que, recentemente submetidos para a avaliação da CAPES, tem obtido grande percentual de êxito e cujo principal parâmetro dessas avaliações, recai no excelente nível do corpo docente contratado para essas áreas no bojo do PRE-UFRRJ.

V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ e as metas previstas na ação que está sob sua responsabilidade?

O montante de recursos destinados é insuficiente para atender as metas previstas na ação devido à necessária ousadia das metas de desenvolvimento institucional. Apenas exemplificando, o aumento dos cursos de pós-graduação e das interfaces com o conjunto de cursos de graduação, tem reconstruído um novo conjunto de novas demandas por espaços físicos, por novos equipamentos e até mesmo por terceirização de mão de obra específica de algumas áreas. Nesse sentido é necessário um aporte crescente de recursos ao PRE-UFRRJ, pois com um número crescente de aprovação de projetos pelas agências de fomento à pesquisa, a contrapartida solicitada por tais agências à UFRRJ exige ampliação de recursos de custeio institucional, principalmente com relação aos chamados custos fixos operacionais.

VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?

Embora as Pró-reitorias de Assuntos Estudantis e de Graduação tenham melhores condições de responder tal pergunta, no PRE-UFRRJ, coordenado pela CEPREX, foi destinado um significativo aumento de recursos para a ampliação dos programas de bolsas de assistência estudantil, para recuperação da capacidade operacional do Restaurante Universitário e dos Alojamentos Estudantis, bem como para a construção de um novo Restaurante Universitário e para a compra de um expressivo conjunto de títulos e volumes para atender as demandas bibliográficas dos diversos cursos de graduação.

Como a UFRRJ já matinha uma tradição de processo seletivo realizados no interior dos Estados brasileiros, principalmente utilizando a rede de escolas agrotécnicas federais, a entrada da UFRRJ no processo seletivo feito pelo SISU/MEC ampliou levemente o percentual de estudantes carentes que ingressam na UFRRJ e, portanto, a pressão por outras fontes de financiamento da permanência do estudante para a efetiva conclusão de seu curso de graduação necessita, igualmente, de um contínuo aporte de recursos.

VII – Quais as suas considerações finais sobre o conteúdo desta entrevista?

Como considerações finais sobre o conteúdo aqui exposto, a CEPREX, como parte integrante da atual administração central da UFRRJ, espera ter contribuído para que a formação no nível da educação superior, que lhe é atribuída constitucionalmente, seja realizada na plenitude de sua política pública.

BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios</p>	<p>ENTREVISTA</p>	<p>Perfil: Coordenador (a) IV</p>
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoais: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
<p>ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)</p>			
<p>BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE</p>			
<p>1.1-Setor da Universidade: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis</p>			
<p>1.2- Idade:</p> <p>() Menos de 40 anos () De 41 a 45 anos () De 46 a 50 anos () De 51 a 55 anos <input checked="" type="checkbox"/> De 56 a 60 anos () Mais de 60 anos</p>	<p>1.3- Tempo de Serviço na Universidade:</p> <p>() Menos de 5 anos () De 5 a 10 anos () De 11 a 15 anos () De 16 a 20 anos () De 21 a 25 anos () De 26 a 30 anos <input checked="" type="checkbox"/> Mais de 30 anos</p>		
<p>1.4- Carreira a que pertence:</p> <p>() Docente <input checked="" type="checkbox"/> Técnico-Administrativa</p>	<p>1.5- Sexo:</p> <p>(x) Masculino () Feminino</p>		
<p>1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente: Assessor Especial da PROAEST</p>	<p>1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual? 6 anos</p>		

<p>1.8- Ação (ões) sob sua responsabilidade: Assistência Estudantil.</p> <p>Controle geral do funcionamento de todos os setores vinculados a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, dando-lhes o suporte necessário para o cumprimento das suas metas, supervisionado pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis; Atendimento a estudantes e ao público em geral; Avaliação final da montagem dos processos de serviços e de materiais objeto de aquisição no interesse dos diversos setores da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; Gestor de diversas Atas de Registro de Preços; Responsável pelo parecer técnico de processos de gêneros alimentícios; Orientação para a montagem de processos de sindicância; Encaminhamento de notas fiscais para fins de pagamento; Recebimento e encaminhamento de frequência de pessoal; Indicação após triagem dos setores envolvidos, dos candidatos a bolsas de apoio técnico acadêmico, controlando a documentação e frequência; Elaboração de documentos; Controle orçamentário; Encaminhamento de relatórios ao PNAES; Encaminhamento de Relatórios a COPLAN; Elaboração de minutas de projetos para concessão de bolsas de apoio financeiro para estudantes de graduação com dificuldades sócio-econômicas.</p>	<p>1.9- Área de Formação Acadêmica</p> <p>(x) Agrárias () Biológicas () Engenharias () Exatas e Tecnológicas () Humanas () Lingüística, Letras e Artes () Saúde () Sociais Aplicadas</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

BLOCO 2 – PERGUNTAS

I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas?

Entendo que políticas públicas representam um conjunto de ações elaboradas de forma minuciosa pelo poder público e demais setores governamentais, para adoção no interesse da sociedade. Via de regra essas políticas são direcionadas para as áreas do ensino, saúde, segurança, saneamento, pesquisa, cultura, esporte, etc. São supervisionadas e gerenciadas pelos diversos Órgãos da Administração Pública Federal, estadual ou Municipal, no sentido de garantir a educação, o bem estar social, o crescimento e as mesmas oportunidades ao cidadão brasileiro. Essas políticas, no caso das Instituições de Ensino no País, buscam garantir a infra-estrutura necessária para assistir aos estudantes/sejam eles de ensino de graduação ou de pós-graduação, dando-lhes as mesmas oportunidades para acesso gratuito ao ensino, pesquisa / extensão, engajar-se dos seus direitos e deveres, para que tenham uma noção exata da sua importância, bem como da contrapartida a ser despendida no sentido de elevar o nosso País a um lugar de destaque no contexto dos países desenvolvidos e dos emergentes.

II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ?

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é a responsável pelo apoio aos estudantes de graduação matriculados nos cursos oferecidos nos diversos campi da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O apoio se resume em garantir assistência estudantil, através do fornecimento de alimentação subsidiada aos não bolsistas, fornecimento / bolsas de alimentação para alimentação gratuita no RU, de bolsas moradia, de bolsa de apoio técnico acadêmico, bolsa atividade, bolsa cultural, bolsas de apoio financeiro para: incentivo ao esporte, moradia, alimentação, apoio didático pedagógico, transporte, etc. Esse apoio vem sendo oferecido aos estudantes que tenham comprovada dificuldade sócio-econômica, como forma de incentivar a sua permanência no curso escolhido até a sua conclusão, combatendo assim a evasão escolar.

III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê?

O planejamento como peça fundamental da gestão, a disciplina, quadro de pessoal, qualificação profissional, inter-relação pessoal, inter-relação setorial, observância as normas regulamentares e a legislação, acompanhamento e controle, necessidades de materiais e serviços, etc. Esses são os aspectos levados na elaboração das atividades dos setores vinculados a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Porque sem um planejamento não se atinge as condições necessárias para o alcance dos objetivos propostos, inviabilizando todo o trabalho e suas metas.

IV – De acordo com sua experiência, a(s) ação(ões) que o(a) que o(a) senhor(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições?

Sim. Cada setor desta Pró-Reitoria possui a noção exata de sua importância no contexto da Universidade. Cada um cumpre o seu papel no sentido de oferecer as condições necessárias que promovam a manutenção dos estudantes, principalmente os carentes nos cursos oferecidos pela instituição. A Seção de Bolsas de Alimentação na seleção e controles dos estudantes de graduação, bolsistas de alimentação, ao utilizar um processo criterioso de seleção para avaliar a carência do candidato. O Setor de Manutenção dos Alojamentos promovendo a realização emergencial dos pequenos reparos em alvenaria, hidráulica e elétrica, como forma de oferecer as condições de funcionalidade dos alojamentos universitários. O Setor de Residência Estudantil ao possibilitar o controle de beneficiários à bolsa moradia, efetuando a seleção de estudantes de graduação que fazem jus ao benefício em virtude da situação das dificuldades sócio econômicas. E ainda no controle dos serviços terceirizados. O Restaurante Universitário ao providenciar alimentação de alto valor nutricional aos estudantes que dependem de alimentação subsidiada e ao manter a infra-estrutura do setor em condições de funcionamento diário. O Setor de Atividades Educativas e Preventivas, ao efetuar atendimento de assistência social e de psicologia

assistida, campanhas de vacinação, campanhas de prevenção contra doenças como a AIDS, campanhas de vacinação contra a gripe suína, etc. O Setor de Atenção Especial ao Estudante ao oferecer terapias alternativas como reiki, shiatso, auriculoterapia, massoterapia, atendimentos com florais, como forma de diminuir o stress da vida acadêmica. Etc.

V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ em relação as metas previstas na(s) ação(ões) que está(ão) sob sua responsabilidade?

Na realidade todas as ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, são de responsabilidade do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis. Eu apenas contribuo para que a consumação das ações previstas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil no interesse da Comunidade Universitária desta Universidade. Com relação aos recursos posso afirmar com segurança que houve uma melhoria substancial a partir de 2009, e a sua aplicação nas ações propostas pelo PNAES tem contribuído sobremaneira para promover a manutenção dos estudantes nos diversos cursos de graduação oferecidos pela instituição, e impedir a evasão escolar. A única ressalva a ser feita é a limitação desses recursos para fins de custeio, o que impede a sua aplicação em obras e aquisição de materiais permanentes. No entanto, em que pese às diversas obras de construção em ampliação de salas de aula e laboratórios nos diversos Campi; a construção de um novo Restaurante no Campus de Seropédica e a inauguração do Restaurante do Instituto Multidisciplinar a partir do 2º semestre deste ano, algumas propostas de melhorias nos Alojamentos Universitários e ao atual Restaurante Universitário do Campus de Seropédica, foram recentemente submetidas ao Magnífico Reitor, para que seja verificada a viabilidade de sua consumação, havendo um grupo de trabalho instituído pela Reitoria no sentido de viabilizar as principais demandas dos diversos Setores da Universidade nessa área.

VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?

Considero bastante eficiente. Estamos conseguindo atingir as metas do Programa Nacional de Assistência Estudantil, especialmente no contexto das ações que envolvem alimentação, moradia, apoio didático pedagógico, saúde, esporte e transporte.

VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?

Considero oportuna, uma vez que poderá contribuir com informações que podem ser úteis tanto para a melhoria da política de assistência estudantil na UFRRJ quanto para o estudante Ronaldo Raasch, no Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia em Negócios desta Universidade.

BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS DO ENTREVISTADOR

Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios</p>	<p>ENTREVISTA</p>	<p>Perfil: Gestor (a) I</p>
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoas: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
<p>ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)</p>			
<p>BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE</p>			
<p>1.1-Sector da Universidade: Reitoria – Coordenadoria de Planejamento e Orçamento</p>			

1.2- Idade: <input type="checkbox"/> Menos de 40 anos <input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos <input checked="" type="checkbox"/> De 56 a 60 anos <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos	1.3- Tempo de Serviço na Universidade: <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input checked="" type="checkbox"/> Mais de 30 anos
1.4- Carreira a que pertence: <input checked="" type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Técnico-Administrativa	1.5- Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino
1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente: Coordenadora de Planejamento e Orçamento	1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual? Dois anos e 9 meses. Desde março de 2009
1.8- Função(ões) do setor sob sua responsabilidade: A COPLAN é uma Coordenadoria Temática da Reitoria e tem como missão assessorá-la nos assuntos referentes à pesquisa institucional, orçamento e outras demandas que são associadas ao planejamento, ou aquelas que mesmo não sendo associadas diretamente, servem para melhorar a gestão da universidade e fornecem subsídios para a preparação dos autos que comporão a sua prestação de contas anual.	1.9- Área de Formação Acadêmica <input type="checkbox"/> Agrárias <input type="checkbox"/> Biológicas <input checked="" type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Exatas e Tecnológicas <input checked="" type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Sociais Aplicadas
BLOCO 2 – PERGUNTAS	
I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas? <p>São as políticas estabelecidas pelo poder público para atender, de forma coletiva, a população. Estas políticas podem ser estabelecidas, por exemplo, pelas prefeituras, governos de estado ou governo federal, ou seja, nas esferas municipal, estadual e federal, dando diretrizes ou regras para as ações do poder público.</p>	
II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ? <p>A gestão da UFRRJ é feita de acordo com as políticas estabelecidas pelos órgãos superiores: MEC, MPOG, que são políticas públicas! De outro lado, a própria universidade, em suas atividades de gestão, estabelece políticas institucionais, que também são públicas, uma vez que visam o atendimento de um coletivo, que é o conjunto da comunidade acadêmica. (Aproveito para fazer uma consideração a respeito do sentido de público, que pode ser associado a um grupo reduzido da população como, por exemplo, no caso de uma política municipal – cuja abrangência é reduzida, mas não deixa de ser uma política pública. Assim, uma política institucional, que abrange uma parte da população: a comunidade acadêmica, ou estudantes, ou servidores etc., a meu critério, é uma política de caráter público – vale para todos os que fazem parte daquela população.</p>	
III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê? <p>As atividades deste setor são estabelecidas, executadas e avaliadas, tendo como base a legislação que por sua vez, traduz as políticas públicas traçadas pelo poder superior e as políticas institucionais.</p>	
IV – De acordo com sua experiência, a gestão das atividades do setor que o(a) senhor(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições? <p>Com certeza as atividades da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento contribuem para a implementação de políticas públicas na universidade. Se pensarmos que todas as políticas públicas visam o bem comum, ou o uso adequado dos recursos para atender a maior parte da população, podemos começar pela elaboração do orçamento e o seu acompanhamento ao longo do ano na execução dos programas da universidade; a COPLAN é a unidade desta universidade que possui a maior parte dos dados acadêmicos e administrativos que recolhe ao longo do ano, a partir de diferentes fontes, para dar as informações solicitadas pelo INEP/MEC (CENSO e Ping IFES), pela CGU, para o TCU. Essas informações todas são utilizadas de uma forma ou de outra pela administração superior para estabelecer as</p>	

suas políticas. A própria elaboração dos autos que servirão à prestação de contas, levam à necessidade de estabelecer políticas públicas, como o uso da terceirização, do consumo de energia, água etc.

V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ em relação as metas previstas nas ações que estão sob sua gestão?

Os recursos que nos tem sido disponibilizados, tem sido bastante para o que nos propusemos a cada ano nos nossos planejamentos. Embora não tenhamos alcançado alguns objetivos não foi por falta de recurso financeiro.

O que tem nos faltado, na realidade, para aumentarmos o nosso rol de “serviços”, é pessoal devidamente capacitado para propor e cumprir atividades de planejamento que não se limitem ao orçamentário. Uma coordenadoria de planejamento, deveria trabalhar com todas as unidades da universidade, estabelecendo um programa de geração contínuo de metas e indicadores, na busca de uma gestão universitária moderna, eficiente, ágil etc., e para isto precisaria contar com um quadro pessoal mais adequado para buscar estes objetivos.

VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?


Considerando que a nossa Universidade é uma das poucas universidades federais que já há muito tempo aloja mais de 2 mil estudantes, que fornece a baixo custo alimentação no restaurante universitário, que permite que um numero expressivo de estudantes carentes possam receber uma bolsa de apoio por um horário de exercício nos diferentes setores da administração ou nos laboratórios de pesquisa, e mais recentemente tem recebido recursos que permitem que muitos outros estudantes acessem e permaneçam na universidade, concluindo seus cursos e mudando a vida de suas famílias, a minha percepção é que a UFRRJ tem no seu histórico, enraizado, a questão da assistência estudantil.

VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?

A assistência estudantil, foco do seu trabalho, é um objetivo, eu diria, é um foco da nossa universidade ao longo dos anos; muitas pessoas que não qualquer perspectiva de futuro, graças à assistência que receberam, puderam alcançar patamares impensáveis, realizar sonhos que pareciam impossíveis, e mudar a sua vida, a vida de familiares e até da vizinhança, mudando a cara deste Brasil e em lugares de muita carência. Assim, não vou considerar sobre o conteúdo da entrevista, mas o sobre o seu trabalho, que poderá levantar questões muito interessantes para que a assistência estudantil seja sempre vista como a porta que pode ser aberta para que “muitos” possam ascender a patamares mais altos na escala social, mudando, como já disse, a cara do Brasil.

BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios</p>	<p>ENTREVISTA</p>	<p>Perfil: Gestor (a) II</p>
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na</p>			

<p>pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoais: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>	
ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)	
BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE	
1.1-Setor da Universidade: Reitoria	
1.2- Idade: <input type="checkbox"/> Menos de 40 anos <input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos <input checked="" type="checkbox"/> De 46 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos <input type="checkbox"/> De 56 a 60 anos <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos	1.3- Tempo de Serviço na Universidade: <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input checked="" type="checkbox"/> De 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos
1.4- Carreira a que pertence: <input type="checkbox"/> Docente <input checked="" type="checkbox"/> Técnico-Administrativa	1.5- Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente: Chefe de Gabinete da Reitoria	1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual? 4 (quatro) anos
1.8- Função (ões) do setor sob sua responsabilidade: -Controle e supervisão dos bens patrimoniais localizados na Reitoria; -Controle e supervisão dos servidores localizados no gabinete da Reitoria; -Assessoramento em todas as reuniões realizadas no Gabinete da Reitoria, bem como em todos assuntos de competência do Reitor; -Atendimento às demandas dos órgãos de controle (internos e externos); -Acompanhamento de todas as determinações do Reitor visando o seu cumprimento. -Encaminhamento de todos os processos administrativos dirigidos à Reitoria.	1.9- Área de Formação Acadêmica <input type="checkbox"/> Agrárias <input type="checkbox"/> Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Exatas e Tecnológicas <input type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Lingüística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas
BLOCO 2 – PERGUNTAS	
I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas? São diretrizes estabelecidas visando ao atendimento de demandas da sociedade.	
II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ? Considerando que o ensino, a pesquisa e a extensão são as atividades fins da Universidade, todas as ações que visam estabelecer condições para o pleno desenvolvimento e a melhoria dessas atividades devem ser entendidas como políticas públicas.	
III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê? A Chefia de Gabinete não tem sob sua responsabilidade, diretamente, programas visando à implementação de políticas públicas. Entretanto, quando relacionamos as atividades a serem desenvolvidas por este setor consideramos as rotinas administrativas, fluxo de documentos, organograma da instituição, número de pessoas atendidas, entre outros. Estes aspectos são fundamentais para alcançar as metas estabelecidas.	
IV – De acordo com sua experiência, a gestão das atividades do setor que o(a) senhor(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições?	

<p>Sim. Sendo a Chefia de Gabinete responsável pelo acompanhamento de todas as determinações do Reitor, visando ao seu cumprimento, tem este setor a responsabilidade de verificar os resultados dessas determinações e informar os resultados obtidos.</p>
<p>V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ em relação as metas previstas nas ações que estão sob sua gestão?</p> <p>À Chefia de Gabinete não são destinados recursos orçamentários. Entretanto, sempre que necessários são disponibilizados, pelo magnífico Reitor, os recursos possíveis para o atendimento às demandas apresentadas (aquisição de materiais, capacitação de pessoal, etc.).</p>
<p>VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?</p> <p>Podemos afirmar que no mandato da atual administração duplicou o número de alunos assistidos através dos programas de auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio alimentação, apoio didático, apoio pedagógico, auxílio esporte, auxílio creche, entre outros. A UFRRJ está entre as três universidades que mais investem em assistência estudantil no Brasil.</p>
<p>VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?</p> <p>Considero de fundamental importância as ações implementadas na UFRRJ, visando propiciar o acesso das classes menos favorecidas, economicamente e socialmente, ao ensino superior de qualidade.</p>
<p>BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS</p>
<p>Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.</p>

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios</p>	<p>ENTREVISTA</p>	<p>Perfil: Gestor (a) III</p>
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoas: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
<p>ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)</p>			
<p>BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE</p>			
<p>1.1-Setor da Universidade: PROAEST/Restaurante Universitário</p>			
<p>1.2- Idade:</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de 40 anos <input checked="" type="checkbox"/> De 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos <input type="checkbox"/> De 56 a 60 anos</p>		<p>1.3- Tempo de Serviço na Universidade:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos</p>	

<input type="checkbox"/> Mais de 60 anos	<input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos
1.4- Carreira a que pertence: <input type="checkbox"/> Docente <input checked="" type="checkbox"/> Técnico-Administrativa	1.5- Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino
1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente: Coordenadora	1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual? 4 anos
1.8- Função (ões) do setor sob sua responsabilidade: Coordenação geral do restaurante, tanto nas questões nutricionais, operacionais, infraestrutura, pessoal, planejamento, supervisão e orientação às atividades técnicas.	1.9- Área de Formação Acadêmica <input type="checkbox"/> Agrárias <input type="checkbox"/> Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Exatas e Tecnológicas <input checked="" type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Lingüística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Sociais Aplicadas
BLOCO 2 – PERGUNTAS	
I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas? São ações voltadas ao público, no nosso caso ao estudante. São construções participativas de uma coletividade que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem a sociedade humana. A segurança alimentar é entendida como um conjunto de políticas públicas destinado a garantir o direito à alimentação e nutrição a todos, é um direito humano básico.	
II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ? A Rural hoje tem um dos maiores projetos de atendimento estudantil. Temos hoje no RU 180 bolsistas de atividade/produção que recebem em troca sua alimentação completa mensalmente. Também atendemos em torno de 500 bolsistas de carência, visando à permanência do aluno de baixa renda nesta universidade. Atendemos ao dia 4.500 refeições, com o compromisso de garantir alimentação adequada, balanceada para todos os estudantes, como um direito humano básico.	
III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê? No momento de calcular os mapas de cardápios do restaurante universitário levamos em consideração: o numero de comensais que utilizam o RU, a idade, tipo de atividade, horário de atendimento, número de funcionários, equipamentos, hábitos culturais e o orçamento disponível para este setor. Consideramos todos os fatores, até os externos, como a produção de outros setores que nos ajudam a diminuir os gastos com compra de alguns gêneros. Temos grande responsabilidade com os gastos públicos. Procuramos ser o mais eficiente, eficaz, efetivo e transparente em qualquer ação dentro do restaurante.	
IV – De acordo com sua experiência, a gestão das atividades do setor que o(a) senhor(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições? Sim. Promoção à saúde, integração entre gêneros e raças, inclusão devido às diversidades, responsabilidade social, união entre as pessoas.	
V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ em relação as metas previstas nas ações que estão sob sua gestão? Acredito que os recursos são adequados a que se destina, porém, em alguns casos é preciso ter maior fiscalização. No que tange à alimentação os recursos sempre estão disponíveis para fazer o de melhor no atendimento da comunidade estudantil.	
VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil? Promoção da igualdade, prevenção à violência, estímulo à renovação acadêmica e estratégias de permanência do estudante menos	

favorecido na universidade, qualidade na moradia estudantil, entre outros.

VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?

O conteúdo é enriquecedor, abrangendo as responsabilidades dos gestores do setor. Os modelos de gestão pública estão relacionados com o conceito de o que fazer (a elaboração), o pensar soluções viáveis para os problemas sociais assegurados em lei e as políticas administrativas, resumem-se no como fazer (a execução), o agir (operacional) das organizações.

BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios</p>	<p>ENTREVISTA</p>	<p>Perfil: Gestor (a) IV</p>
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoais: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
<p>ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)</p>			
<p>BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE</p>			
<p>1.1-Setor da Universidade: Restaurante Universitário do Instituto Multidisciplinar.</p>			
<p>1.2- Idade:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Menos de 40 anos <input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos <input type="checkbox"/> De 56 a 60 anos <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos</p>	<p>1.3- Tempo de Serviço na Universidade:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos</p>		
<p>1.4- Carreira a que pertence:</p> <p><input type="checkbox"/> Docente <input checked="" type="checkbox"/> Técnico-Administrativa</p>	<p>1.5- Sexo:</p> <p><input type="checkbox"/> Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino</p>		
<p>1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente: Responsável Técnica pelo Restaurante Universitário do IM</p>	<p>1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual? Oito meses.</p>		
<p>1.8- Função (ões) do setor sob sua responsabilidade:</p> <p>Em linhas gerais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração geral do Restaurante. - Elaboração de documentos técnicos pertinentes ao setor: POP e MBP, projeto básico. - Planejamento de refeições. - Levantamento de equipamentos, materiais, utensílios para requisição. - Levantamento e supervisão da execução de obras de acabamento e adaptação da infra- 	<p>1.9- Área de Formação Acadêmica</p> <p><input type="checkbox"/> Agrárias <input type="checkbox"/> Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Exatas e Tecnológicas <input type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Saúde</p>		

estrutura do RU. - Levantamento de dados técnicos e acompanhamento de licitações para compor o RU. - Apoio na organização de eventos no IM.	(x) Sociais Aplicadas
BLOCO 2 – PERGUNTAS	
<p>I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas?</p> <p>Um conjunto de ações baseadas em planejamento, monitoramento e avaliação, que sejam de interesse da sociedade em seus grupos para o atendimento de demandas sociais.</p>	
<p>II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ?</p> <p>A Universidade consegue de alguma forma atender às Políticas Públicas, especialmente por meio de seus projetos de extensão que, associados à pesquisa, conseguem atacar alguma demanda social diagnosticada. Mas, critico a falta de participação de membros da comunidade externa no momento do planejamento, e a falta de monitoramento e de avaliação, por diversos motivos, dentre eles a falta de recursos financeiros e tempo.</p> <p>Através da Assistência Estudantil, de maneira simples, a Universidade tenta preencher lacunas presentes na vida dos estudantes, seja na área da moradia estudantil, no restaurante universitário ou com o atendimento psicológico e de saúde. Paralelamente proporciona/viabiliza a permanência dos jovens estudantes, especialmente os de origem popular, no ensino superior. O que por muito tempo não foi valorizado no cenário político brasileiro. Justificando a ausência desses “serviços” com o argumento de que universidade é uma instituição de ensino e, portanto deve privilegiar somente o ensino.</p> <p>A exemplo disto observou-se na história das IFES o fechamento dos Restaurantes e o sucateamento dos alojamentos estudantis.</p> <p>Demonstrando também, no meu ponto de vista, o quanto a manutenção de políticas públicas de assistência estudantil depende de vontade política.</p>	
<p>III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê?</p> <p>Propiciar à comunidade acadêmica uma alimentação balanceada do ponto de vista nutricional, segura do ponto de vista da higiene e ajustada aos limites financeiros da instituição, contribuindo assim para a qualidade de vida dos indivíduos.</p>	
<p>IV – De acordo com sua experiência, a gestão das atividades do setor que o(a) senhor(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições?</p> <p>Contribui. Por que atende diretamente os indivíduos que compõem a comunidade acadêmica, em uma das áreas essenciais para a qualidade de vida, a nutrição humana.</p>	
<p>V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ em relação as metas previstas nas ações que estão sob sua gestão?</p> <p>Satisfatória, no momento (se comparando à experiência de colegas de outros setores em anos anteriores).</p>	
<p>VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?</p> <p>Percebo um aumento no número de opções de ações nos últimos cinco anos, no sentido de viabilizar a permanência do estudante na Universidade. Como um bom exemplo tem a “bolsa permanência”, que só no IM atende 297 alunos no total. Percebo isto de maneira positiva, mas gostaria de salientar o receio do caráter assistencialista que estas ações podem conter.</p>	
<p>VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?</p>	

<p>O conteúdo da entrevista me fez refletir sobre a minha contribuição, enquanto profissional, para a implementação de políticas públicas para a assistência estudantil na UFRRJ. Coisa que, apesar de conhecer a teoria, na prática, ainda não havia feito.</p>
<p>BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS</p>
<p>Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.</p>

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios</p>	<p>ENTREVISTA</p>	<p>Perfil: Gestor (a) V</p>
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoas: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
<p>ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)</p>			
<p>BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE</p>			
<p>1.1-Setor da Universidade: PROAE/IM</p>			
<p>1.2- Idade:</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de 40 anos <input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos <input checked="" type="checkbox"/> De 56 a 60 anos <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos</p>		<p>1.3- Tempo de Serviço na Universidade:</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input checked="" type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos</p>	
<p>1.4- Carreira a que pertence:</p> <p><input type="checkbox"/> Docente <input checked="" type="checkbox"/> Técnico-Administrativa</p>		<p>1.5- Sexo:</p> <p><input type="checkbox"/> Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino</p>	
<p>1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente:</p> <p><u>Não</u> ocupo cargo de confiança, porém sou responsável pela Setorização do PROAE no IM, juntamente com a assistente social.</p>		<p>1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual?</p> <p>Dois anos e meio</p>	
<p>1.8- Função(ões) do setor sob sua responsabilidade:</p> <p>A partir da divulgação do edital da Bolsa Permanência, todas as demandas dentre outras pertinentes ao espaço onde fico situada.</p>		<p>1.9- Área de Formação Acadêmica</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Agrárias <input type="checkbox"/> Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Exatas e Tecnológicas <input checked="" type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Lingüística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Sociais Aplicadas</p>	

BLOCO 2 – PERGUNTAS
<p>I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas?</p> <p>Conjunto de idéias que são projetadas com a finalidade de atender algumas demandas da sociedade, em geral. Na maioria das vezes demandas que podem render votos... em qualquer instância. Parece que funciona mais de pronto atendimento. Não me recorde de propostas preventivas.</p>
<p>II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ?</p> <p>Em algumas áreas existem demandas que se não forem atendidas, de forma curativa, seria o caos. Em alguns vários contextos são projetos para manutenção do Curriculum Vitae (lattes) de profissionais ou equipes de profissionais, instituição e/ou manutenção administrativa.</p>
<p>III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê?</p> <p>O estudante carente – que apresenta vulnerabilidade econômica. Porque o estudante tem o acesso à universidade e muitas vezes não tem dinheiro nem para a passagem.</p>
<p>IV – De acordo com sua experiência, a gestão das atividades do setor que o(a) senhor(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições?</p> <p>Nesta universidade sim – tem características peculiares.</p> <p>Muitas vezes o estudante precisa dividir uma situação em que se encontra (o ser ouvido e ter sua demanda encaminhada ou solucionada).</p> <p>Mas penso em Políticas Públicas num sentido mais amplo – fruto de manifestações populares, não como massa de manobra, mas consciente do país e da sociedade que deseja como resultado desse investimento.</p>
<p>V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ em relação as metas previstas nas ações que estão sob sua gestão?</p> <p>Na verdade me sinto “a Rosinha Garotinha” distribuindo o cheque cidadão. Não consigo ter acesso ao projeto de assistência estudantil (se é que existe). Desde que comecei a lidar com este setor tento participar da elaboração do edital, mas nunca consegui. Não posso opinar se o montante atende às metas, pois não conheço as metas e nem consigo chegar a um acordo quando tento somar as bolsas e conferir os valores. Tenho certeza que estou fazendo um <u>assistencialismo que nunca desejei para mim e nem quis me preparar para tal</u>.</p>
<p>VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?</p> <p>No que diz respeito às Bolsas de extensão acho bastante interessante. Quanto ao RU e ao Alojamento acho interessante (não sei dizer da qualidade do atendimento), mas sobre a bolsa permanência (auxílio moradia, alimentação, transporte e apoio didático – caso do IM) salvo alguns casos e com raras exceções considero um dinheiro jogado no ralo.</p>
<p>VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?</p> <p>Oportuno. Bem elaborado. Bom tema para investigação.</p>
BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS
<p>Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.</p>

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios	ENTREVISTA	Perfil: Gestor (a) VI
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo identificar os aspectos na gestão de políticas públicas referente à assistência estudantil da UFRRJ, observando sua lógica através do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais, na perspectiva dos gestores e coordenadores de ações do orçamento.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece sua participação na pesquisa, e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoais: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)			
BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE			
1.1-Setor da Universidade: Representação PROAE Instituto Multidisciplinar			
1.2- Idade: <input checked="" type="checkbox"/> Menos de 40 anos <input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos <input type="checkbox"/> De 56 a 60 anos <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos	1.3- Tempo de Serviço na Universidade: <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input checked="" type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos		
1.4- Carreira a que pertence: <input type="checkbox"/> Docente <input checked="" type="checkbox"/> Técnico-Administrativa	1.5- Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino		
1.6- Cargo de confiança que ocupa atualmente:	1.7- Há quanto tempo ocupa o cargo atual? 5 anos		
1.8- Função (ões) do setor sob sua responsabilidade: Visita Domiciliar Entrevista Seleção alunos Bolsa Permanência Despachos nos processos Monitorar o programa no âmbito do IM Acompanhamento de todos os processos	1.9- Área de Formação Acadêmica <input type="checkbox"/> Agrárias <input type="checkbox"/> Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Exatas e Tecnológicas <input type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas		
BLOCO 2 – PERGUNTAS			
I – Como o (a) senhor (a) definiria políticas públicas? Políticas Públicas são ações do poder governamental que visam beneficiar a sociedade, garantindo o direito a cidadania.			
II – E como essa definição se enquadraria no contexto da UFRRJ? Posso contextualizar essa definição na minha prática profissional que consiste em garantir a permanência do aluno por meio do apoio ao transporte, alimentação, moradia e apoio didático pedagógico os quais garantem o direito ao ensino público, cabe ressaltar, o programa Bolsa Permanência é parte de um contexto de lutas pelo direito a educação, desde planos da década de 1990 que atendiam a política externa, principalmente o Banco Mundial e o FMI. Este processo começa com o REUNI e consagrasse com o Decreto 7234/10 que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil.			

III – Que aspectos são considerados na elaboração das atividades deste setor? E por quê?

São considerados os processos legais, documentos oficiais, por que atuamos com verba pública e todas atividades são baseadas em aspectos legais.

IV – De acordo com sua experiência, a gestão das atividades do setor que o(a) senhor(a) coordena contribui para a implementação de políticas públicas nesta universidade? Se contribui, quais seriam essas contribuições?

Sim, como já citado anteriormente nossa contribuição está na garantia ao direito a permanência do aluno na instituição.

V – Qual a sua opinião quanto ao montante de recursos destinados no orçamento da UFRRJ em relação as metas previstas nas ações que estão sob sua gestão?

O montante destinado a assistência estudantil até agora tem atendido as nossas metas.

VI – Qual a sua percepção sobre políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação a assistência estudantil?

Considero que devem ser revistos vários pontos que estabelecem o edital de concessão a bolsa permanência como:

- Índice para cálculo de vulnerabilidade econômica;
- Formas de exclusão do aluno e outros trâmites burocráticos.


VII – Qual (is) as suas considerações finais sobre o conteúdo da entrevista?

Considero muito feliz sua iniciativa e espero que sua pesquisa ajude na criação de propostas que atendem efetivamente os alunos carentes da UFRRJ.

BLOCO 3 – AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em participar desta entrevista, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO DOS ESTUDANTES ASSISTIDOS

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios	QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	Nº
<p>Esta pesquisa, parte das exigências do Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tem por objetivo proceder uma análise crítica dos processos de gestão das políticas públicas inerente à assistência estudantil da UFRRJ, na perspectiva do planejamento utilizado na elaboração de seus orçamentos anuais e na percepção dos estudantes beneficiários desta política.</p> <p>Sob a orientação do professor Saulo Barbará de Oliveira, o mestrando Ronaldo Raasch agradece a sua participação na pesquisa e informa que na divulgação dos resultados serão respeitados os princípios de confidencialidade dos dados individuais.</p> <p>Contatos: ronaldo@ufrj.br Telefones: COPLAN (21) 2681-4624 Pessoais: (21) 2768-6052 (21) 9140-1160</p>			
ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO			
PASSO 1 – Dados Pessoais			
1.1. Idade: _____ anos.		1.2. Sexo: () Masculino () Feminino	
1.3. Situação Conjugal Atual: () Casado(a) () Vivendo com um(a) companheiro () Solteiro(a) () Separado(a)/Divorciado(a) () Viúvo(a).			
1.4. Você têm filhos? () Sim () Não . No caso de afirmativo, quantos? _____.			
1.5. Qual sua situação atual de moradia? () Moro Sozinho(a) () Com pai, mãe ou ambos () Com o cônjuge () Em casa de familiares () Em casa de amigos () Pensão / Hotel / Pensionato () República () Moradia mantida pela família () Moradia Pertencente e/ou mantida pela Universidade () Outras moradias coletivas (religiosa, pública, entre outros tipos)		1.6. Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar a Universidade? () A pé/ de carona / de bicicleta () Transporte coletivo () Transporte próprio () Transporte locado (carro, moto, etc.) () Táxi / Moto-táxi.	
1.7. Você trabalha? () Sim () Não. No caso de afirmativo, responda ao item 1.8.		1.8. Tem vínculo empregatício? () Sim () Não.	
PASSO 2 – Informações da Família			
2.1. Quem é o(a) principal mantenedor(a) de sua família? (a pessoa que mais contribui na renda): () Você mesmo(a) () Cônjuge () Pai () Mãe () Irmão/Irmã () Padrasto () Madrasta () Avô/Avó () Outra pessoa		2.2. Qual a renda mensal do seu grupo familiar? (soma dos rendimentos brutos referentes a salários, aluguéis, pensões, dividendos, etc.) : () Não tem ou nunca possui renda; () Até Meio salário mínimo (R\$ 272,50) () Até 6 salários mínimos (R\$ 3.270,00) () Até 1 salário mínimo (R\$ 545,00) () Até 7 salários mínimos (R\$ 3.815,00) () Até 2 salários mínimos (R\$ 1.090,00) () Até 8 salários mínimos (R\$ 4.360,00) () Até 3 salários mínimos (R\$ 1.635,00) () Até 9 salários mínimos (R\$ 4.905,00) () Até 4 salários mínimos (R\$ 2.180,00) () Até 10 salários mínimos (R\$ 5.450,00) () Até 5 salários mínimos (R\$ 2.725,00) () Acima de 10 salários mínimos.	
2.3. Quantas pessoas, incluindo você, vivem da renda mensal do seu grupo familiar?		2.4. Qual a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?	

<input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Quatro <input type="checkbox"/> Cinco <input type="checkbox"/> Seis <input type="checkbox"/> Sete <input type="checkbox"/> Oito <input type="checkbox"/> Nove ou mais.	<input type="checkbox"/> Sou sustentado pela família ou por outras pessoas <input type="checkbox"/> Recebo ajuda financeira da família ou por outras pessoas <input type="checkbox"/> Sou responsável apenas pelo meu próprio sustento <input type="checkbox"/> Sou responsável pelo meu sustento e contribuo para o sustento da família <input type="checkbox"/> Sou responsável principal pelo sustento de minha família																																																																																																		
PASSO 3 – Antecedentes Escolares																																																																																																			
3.1. Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio? <input type="checkbox"/> Somente Escola Pública <input type="checkbox"/> Maior parte Escola Pública <input type="checkbox"/> Maior parte Escola Particular <input type="checkbox"/> Somente Escola Particular	3.2. Se frequentou escola particular, utilizou bolsa de estudo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não																																																																																																		
PASSO 4 – Vida Acadêmica Atual																																																																																																			
4.1. Qual (is) o (s) Programa(s) de Assistência Estudantil que você participa (ou participou nos últimos seis meses)? <input type="checkbox"/> Alimentação <input type="checkbox"/> Moradia <input type="checkbox"/> Atendimento Psicológico <input type="checkbox"/> Reforço Pedagógico <input type="checkbox"/> Creche/Auxílio Creche <input type="checkbox"/> Atendimento Médico <input type="checkbox"/> Atendimento odontológico <input type="checkbox"/> Bolsa Permanência <input type="checkbox"/> Transporte <input type="checkbox"/> Outra forma de assistência																																																																																																			
4.2. Em que turno você está frequentando a maior parte das disciplinas? <input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	4.3. No seu curso atual, você já trancou matrícula anual ou semestral? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, por insatisfação com o curso <input type="checkbox"/> Sim, por impedimento de Saúde <input type="checkbox"/> Sim, por impedimento financeiro <input type="checkbox"/> Sim, por licença maternidade <input type="checkbox"/> Sim, por outro motivo																																																																																																		
PASSO 5 – Informações Culturais																																																																																																			
5.1. Qual sua principal fonte de informação de acontecimentos atuais? <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Jornal Impresso <input type="checkbox"/> Telejornal <input type="checkbox"/> Rádio <input type="checkbox"/> Outros programas de TV <input type="checkbox"/> Revista <input type="checkbox"/> Outros	5.2. Qual o domínio você tem em relação ao microcomputador <input type="checkbox"/> Tem muita experiência <input type="checkbox"/> Tem experiência <input type="checkbox"/> Tem alguma noção <input type="checkbox"/> Não domina																																																																																																		
PASSO 6 – Informações sobre Qualidade de Vida																																																																																																			
Avalie o quanto estes estressores ou dificuldades interferem na sua vida ou no contexto acadêmico (Considere 0 nenhuma interferência e 5 interferência máxima)	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>0</th> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>6.1. Adaptação a novas situações (cidade, moradia, separação de família, entre outras)</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.2. Relacionamento Familiar</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.3. Relacionamento social / interpessoal</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.4. Relações amorosas / conjugais</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.5. Situação de violência (física ou sexual)</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.6. Assédio moral</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.7. Conflitos de valores / Conflitos religiosos</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.8. Dificuldade de acesso a materiais e meios de estudos (livros, computador, outros)</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.9. Dificuldades financeiras</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.10. Dificuldades de aprendizagem</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.11. Falta de disciplina / hábito de estudo</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.12. Carga horária excessiva de trabalho</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6.13. Carga excessiva de trabalhos acadêmicos</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </tbody> </table>		0	1	2	3	4	5	6.1. Adaptação a novas situações (cidade, moradia, separação de família, entre outras)							6.2. Relacionamento Familiar							6.3. Relacionamento social / interpessoal							6.4. Relações amorosas / conjugais							6.5. Situação de violência (física ou sexual)							6.6. Assédio moral							6.7. Conflitos de valores / Conflitos religiosos							6.8. Dificuldade de acesso a materiais e meios de estudos (livros, computador, outros)							6.9. Dificuldades financeiras							6.10. Dificuldades de aprendizagem							6.11. Falta de disciplina / hábito de estudo							6.12. Carga horária excessiva de trabalho							6.13. Carga excessiva de trabalhos acadêmicos						
	0	1	2	3	4	5																																																																																													
6.1. Adaptação a novas situações (cidade, moradia, separação de família, entre outras)																																																																																																			
6.2. Relacionamento Familiar																																																																																																			
6.3. Relacionamento social / interpessoal																																																																																																			
6.4. Relações amorosas / conjugais																																																																																																			
6.5. Situação de violência (física ou sexual)																																																																																																			
6.6. Assédio moral																																																																																																			
6.7. Conflitos de valores / Conflitos religiosos																																																																																																			
6.8. Dificuldade de acesso a materiais e meios de estudos (livros, computador, outros)																																																																																																			
6.9. Dificuldades financeiras																																																																																																			
6.10. Dificuldades de aprendizagem																																																																																																			
6.11. Falta de disciplina / hábito de estudo																																																																																																			
6.12. Carga horária excessiva de trabalho																																																																																																			
6.13. Carga excessiva de trabalhos acadêmicos																																																																																																			
PASSO 7 – Pergunta																																																																																																			
7.1. Qual a sua percepção sobre as políticas públicas que a UFRRJ vem desenvolvendo em relação à assistência estudantil?																																																																																																			
PASSO 8 – AGRADECIMENTOS																																																																																																			
<p>Gostaria de agradecer imensamente a sua disponibilidade em responder o questionário desta pesquisa, contribuindo de forma brilhante para a pesquisa que estou realizando no mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios, intitulada “O orçamento como instrumento de planejamento na gestão das políticas públicas: o caso da assistência estudantil na UFRRJ”.</p>																																																																																																			



APÊNDICE C - DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO ORÇAMENTO DA UFRRJ NO SIMEC - 2006 A 2010

26249 - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Dotação Inicial

PROGRAMAS E AÇÕES SOF/MP e SIDOR/MEC	2006	2007	Δ% 2006-2007	2008	Δ% 2007-2008	2009	Δ% 2008-2009	2010	Δ% 2009-2010
0089-PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTA DA UNIÃO	51.271.576	60.311.845	17,63%	59.329.400	-1,63%	59.440.013	0,19%	66.122.960	11,24%
0181-Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	51.271.576	60.311.845	17,63%	59.329.400	-1,63%	59.440.013	0,19%	66.122.960	11,24%
0750-APOIO ADMINISTRATIVO	5.118.445	4.955.453	-3,18%	8.948.634	80,58%	11.438.729	27,83%	12.175.381	6,44%
20CW-Assistência Médica aos Servidores - Exames Periódicos	-	-	-	-	-	-	-	194.693	-
2004-Assistência Médica e Odontológicas aos Servidores e Dependentes	-	-	-	2.572.121	-	5.413.329	110,46%	5.413.329	0,00%
2010-Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	246.220	230.688	-6,31%	206.934	-10,30%	153.600	-25,77%	164.899	7,36%
2011-Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.848.435	1.756.264	-4,99%	3.073.982	75,03%	2.835.800	-7,75%	3.198.600	12,79%
2012-Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	3.023.790	2.968.501	-1,83%	3.095.597	4,28%	3.036.000	-1,93%	3.203.860	5,53%
0901-OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO SENTENÇAS JUDICIAIS	263.810	457.810	73,54%	392.049	-14,36%	116.721	-70,23%	1.608.265	1277,87%
00G5-Contribuição para o Custeio do Regime da Previdência - Precatórios	-	-	-	-	-	-	-	187.536	-
0005-Cumprimento de Sentença Judicial Transitado em Julgado- Precatórios	263.810	457.810	73,54%	392.049	-14,36%	116.721	-70,23%	1.420.729	1117,20%
1061-BRASIL ESCOLARIZADO	70.293	85.000	20,92%	93.500	10,00%	102.850	10,00%	115.000	11,81%
4001-Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal	70.293	85.000	20,92%	93.500	10,00%	102.850	10,00%	115.000	11,81%

Continua...

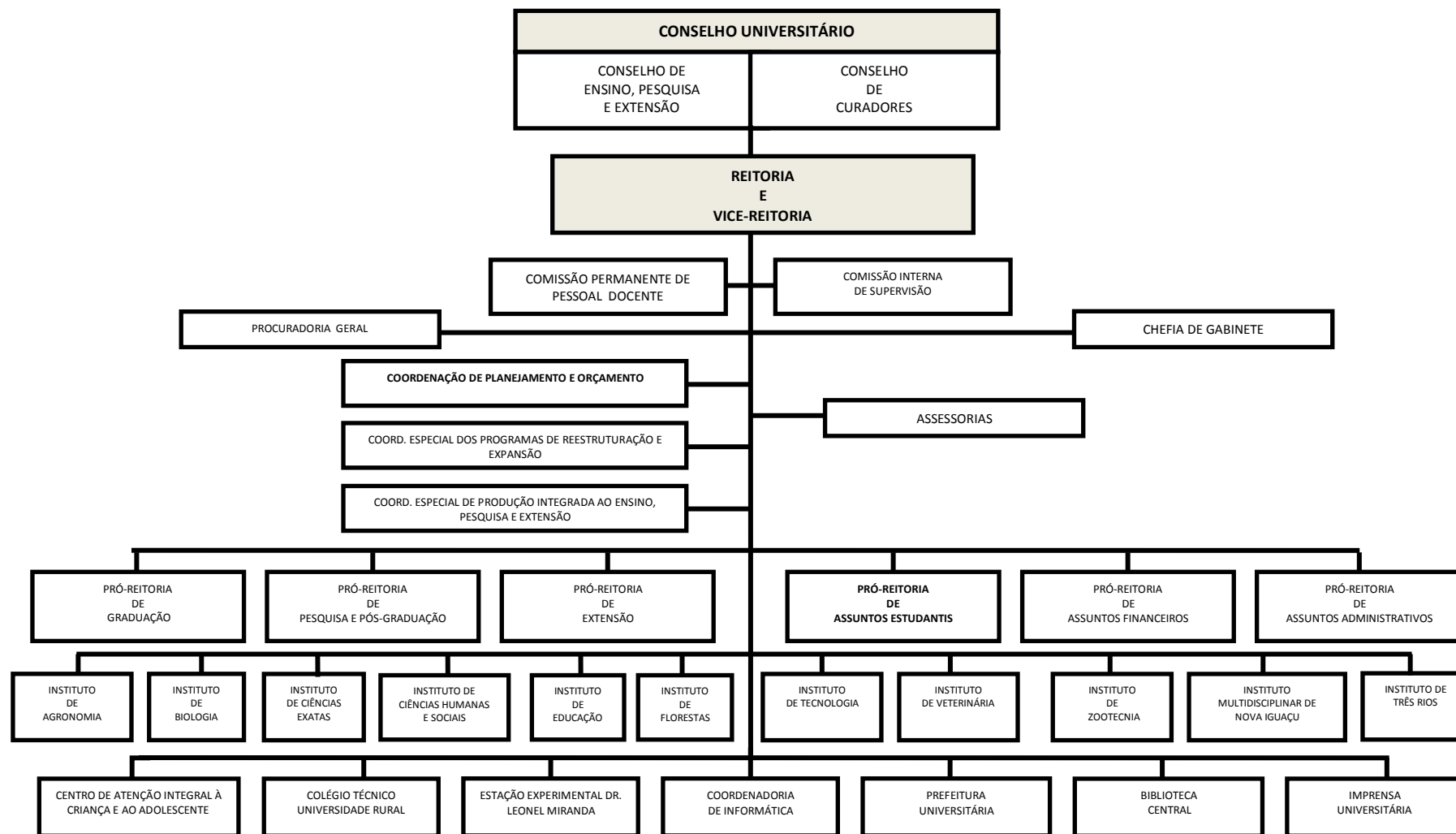
...Continuação

1062-DESENVOLVIMENTO DA EDUC.PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	837.097	709.670	-15,22%	861.947	21,46%	1.087.324	26,15%	967.320	-11,04%
2992-Funcionamento da Educação Profissional	793.617	629.670	-20,66%	781.947	24,18%	745.812	-4,62%	887.320	18,97%
2994-Assistência ao Educando da Educação Profissional	43.480	80.000	83,99%	80.000	0,00%	341.512	326,89%	80.000	-76,57%
1067-GESTÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO	23.919	35.000	46,33%	75.000	114,29%	90.000	20,00%	150.000	66,67%
4572-Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação	23.919	35.000	46,33%	75.000	114,29%	90.000	20,00%	150.000	66,67%
1073-BRASIL UNIVERSITÁRIO	107.628.262	128.484.056	19,38%	136.128.270	5,95%	146.058.839	7,30%	194.433.281	33,12%
2E14-Reforma e Modernização da Infra-estrutura física das IFES	-	-	-	800.000	-	200.000	-75,00%	400.000	100,00%
4002-Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	652.204	685.000	5,03%	762.300	11,28%	1.490.547	95,53%	5.036.441	237,89%
4004-Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária	97.596	100.000	2,46%	110.000	10,00%	121.000	10,00%	135.000	11,57%
4008-Acervo Bibliográfico destinado às IFES	144.934	150.000	3,50%	165.000	10,00%	181.500	10,00%	200.000	10,19%
4009-Funcionamento dos Cursos de Graduação	90.183.558	101.248.366	12,27%	108.888.446	7,55%	108.171.184	-0,66%	148.042.634	36,86%
4086-Funcionamento dos Hospitais de Ensino	11.960	.15.000	25,42%	72.364	382,43%	10.000	-86,18%	50.000	400,00%
6328-Universidade Aberta e a Distância	4.713	.5.000	6,09%	10.000	100,00%	10.000	0,00%	20.000	100,00%
6373-Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das IFES	2.304.848	3.100.000	34,50%	-	-	-	-	-	-
09HB-Contribuição para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores	14.228.449	17.012.670	19,57%	17.915.338	5,31%	18.437.700	2,92%	23.294.626	26,34%
1H79-Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu	-	6.168.020	-	3.404.822	-44,80%	3.402.858	-0,06%	2.347.800	-31,01%
10US-Expansão do Ensino Superior - Campus de Três Rios	-	-	-	4.000.000	-	3.384.000	-15,40%	782.600	-76,87%
11L6-REUNI-Readequação da Infra-Estrutura da UFRRJ	-	-	-	-	-	10.650.050	-	14.124.180	32,62%
1375-DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	130.941	130.000	-0,72%	170.000	30,77%	193.000	13,53%	225.000	16,58%
4006-Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação	97.596	100.000	2,46%	110.000	10,00%	121.000	10,00%	135.000	11,57%
8667-Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	33.345	30.000	-10,03%	60.000	100,00%	72.000	20,00%	90.000	25,00%
TOTAL	165.344.343	195.168.834	18,04%	205.998.800	5,55%	218.527.476	6,08%	275.797.207	26,21%

Fonte: Ministério do Planejamento e SIMEC/MEC

ANEXOS

ANEXO I – Estrutura Organizacional da UFRRJ



Fonte: Elaborado pelo autor com atualização da legislação (Anexo à Deliberação nº 014/CONSU, de 28/04/2011)

ANEXO II – Questionário SIPE-Brasil



**Sistema de Informação do
Perfil do Estudante dos
Cursos de Graduação das IFES**

Questionário de Perfil Socioeconômico

Passo 1 - Dados Pessoais

1. Idade:

Com opções de seleção de 10 a 110 anos.

2. Raça / Cor / Etnia:

Com as seguintes opções de seleção:

- Amarela;
- Branca;
- Indígena;
- Preta;
- Parda; e
- Outra.

3. Sexo:

Com as seguintes opções de seleção:

- Masculino; e
- Feminino.

4. Situação Conjugal Atual:

Com as seguintes opções de seleção:

- Casado(a);

- Vivendo com um(a) companheiro(a);
- Solteiro (a);
- Separado(a)/Divorciado (a); e
- Viúvo(a).

5. Você tem filhos?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

6. Onde você nasceu?

Com as seguintes opções de seleção:

- Na mesma cidade do campus da sua Universidade;
- Em outra cidade da microrregião/região da Universidade;
- Em outra cidade do Estado da Universidade;
- Em outro estado da Região Norte;
- Em outro estado da Região Nordeste;
- Em outro estado da Região Centro-Oeste;
- Em outro estado da Região Sudeste;
- Em outro estado da Região Sul; e
- Em outro país.

7. Onde você morava antes de ingressar na Universidade?

Com as seguintes opções de seleção:

- Na mesma cidade do campus da sua Universidade;
- Em outra cidade da microrregião/região da Universidade;
- Em outra cidade do Estado da Universidade;
- Em outro estado da Região Norte;
- Em outro estado da Região Nordeste;
- Em outro estado da Região Centro-Oeste;
- Em outro estado da Região Sudeste;
- Em outro estado da Região Sul; e
- Em outro país.

8. Qual sua situação atual de moradia?

Com as seguintes opções de seleção:

- Moro Sozinho(a);
- Com o pai, a mãe ou ambos;
- Com o cônjuge;
- Em casa de familiares;
- Em casa de amigos;
- Pensão/Hotel/Pensionato;

- República;
- Moradia mantida pela família;
- Moradia Pertencente e/ou mantida pela Universidade; e
- Outras moradias coletivas (religiosa, pública, entre outros tipos).

9. Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar a Universidade?

Com as seguintes opções de seleção:

- A pé/de carona/de bicicleta;
- Transporte coletivo;
- Transporte próprio (carro, moto, etc);
- Transporte locado (prefeitura e/ou escolar); e
- Táxi/Moto-táxi.

Qual a distância entre sua moradia atual e sua Universidade?

Com as seguintes opções de seleção:

- Até 10 km;
- 11 a 50 km;
- 51 a 100 km;
- 101 a 150 km;
- 151 a 200 km;
- 201 a 250 km;
- 251 a 300 km; e
- Acima de 300 km.

10. Você trabalha?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Se respondeu SIM, tem vínculo empregatício ?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

11. Qual(is) o(s) seu(s) turno(s) de trabalho diário?

Manhã :

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Tarde :

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Noite :

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Passo 2 - Informações da Família

12. Quem é o(a) principal mantenedor(a) de sua família ? (a pessoa que mais contribui na renda):

Com as seguintes opções de seleção:

- Você mesmo(a);
- Cônjuge;
- Pai;
- Mãe;
- Irmão/Irmã;
- Padrasto;
- Madrasta;
- Avô/Avó; e
- Outra pessoa.

13. Qual é a escolaridade de seu pai? (ou da pessoa que o(a) criou como pai):

Com as seguintes opções de seleção :

- Não teve pai ou pessoa que exerceu tal papel na criação;
- Sem instrução, não alfabetizado;
- Sem instrução, sabe ler e escrever;
- 1º segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª) – INCOMPLETO;
- 1º segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª) – COMPLETO;
- 2º segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª) – INCOMPLETO;
- 2º segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª) – COMPLETO;
- Ensino Médio (antigo 2º grau) – INCOMPLETO;
- Ensino Médio (antigo 2º grau) – COMPLETO;
- Ensino Superior – INCOMPLETO;
- Ensino Superior – COMPLETO; e
- Especialização, Mestrado ou Doutorado.

Qual é a escolaridade de sua mãe? (ou da pessoa que o(a) criou como mãe):

Com as seguintes opções de seleção :

- Não teve mãe ou pessoa que exerceu tal papel na criação;
- Sem instrução, não alfabetizado;

- Sem instrução, sabe ler e escrever;
- 1º segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª) – INCOMPLETO;
- 1º segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª) – COMPLETO;
- 2º segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª) – INCOMPLETO;
- 2º segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª) – COMPLETO;
- Ensino Médio (antigo 2º grau) – INCOMPLETO;
- Ensino Médio (antigo 2º grau) – COMPLETO;
- Ensino Superior – INCOMPLETO;
- Ensino Superior – COMPLETO; e
- Especialização, Mestrado ou Doutorado.

14. Na casa de sua família tem:

Lavadora de roupa:

Com as seguintes opções de seleção :

- Sim; e
- Não.

Geladeira:

Com as seguintes opções de seleção :

- Sim; e
- Não.

Computador:

Com as seguintes opções de seleção :

- Sim; e
- Não.

Acesso a internet:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Carro:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nenhum;
- 1;
- 2;
- 3;
- 4; e
- Acima de 4.

TV:

Com as seguintes opções de seleção:

Nenhum;

- 1;

- 2;
- 3;
- 4; e
- Acima de 4.

Banheiro:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nenhum;
- 1;
- 2;
- 3;
- 4; e
- Acima de 4.

Empregada mensalista (ou diarista):

Com as seguintes opções de seleção:

- Nenhum;
- 1;
- 2;
- 3;
- 4; e
- Acima de 4.

15. Qual a renda mensal do seu grupo familiar? (soma dos rendimentos brutos referentes a salários, aluguéis, pensões, dividendos, etc...):

Com as seguintes opções de seleção:

- Não tem ou nunca possuiu renda;
- Até Meio salário mínimo (R\$ 255,00);
- Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00);
- Até 2 salários mínimos (R\$ 1020,00);
- Até 3 salários mínimos (R\$ 1530,00);
- Até 4 salários mínimos (R\$ 2040,00);
- Até 5 salários mínimos (R\$ 2550,00);
- Até 6 salários mínimos (R\$ 3060,00);
- Até 7 salários mínimos (R\$ 3570,00);
- Até 8 salários mínimos (R\$ 4080,00);
- Até 9 salários mínimos (R\$ 4590,00);
- Até 10 salários mínimos (R\$ 5100,00); e
- Acima de 10 salários mínimos.

16. Quantas pessoas, incluindo você, vivem da renda mensal do seu grupo familiar?

Com as seguintes opções de seleção:

- Uma;
- Duas;

- Três;
- Quatro;
- Cinco;
- Seis;
- Sete;
- Oito; e
- Nove ou mais.

17. Qual a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sou sustentado pela família ou por outras pessoas;
- Recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas;
- Sou responsável apenas pelo meu próprio sustento;
- Sou responsável pelo meu sustento e contribuo para o sustento da família; e
- Sou responsável principal pelo sustento de minha família.

Passo 3 - Antecedentes Escolares

18. Qual o tipo de Ensino Médio você cursou?

Com as seguintes opções de seleção:

- Ensino médio padrão;
- Técnico;
- Magistério;
- Educação para Jovens e Adultos (EJA)/Supletivo; e
- Outro.

Em que ano você concluiu?

Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio?

Com as seguintes opções de seleção:

- Somente Escola Pública;
- Maior parte Escola Pública;
- Maior Parte Escola Particular; e
- Somente Escola Particular.

19. Se frequentou escola particular, utilizou bolsa de estudo?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

20. Você frequentou cursinho pré-vestibular durante pelo menos seis meses?

Com as seguintes opções de seleção:

- Não;
- Sim, cursinho institucional gratuito;
- Sim, cursinho governamental gratuito; e
- Sim, cursinho particular.

21. Quantas vezes prestou vestibular?

Com as seguintes opções de seleção:

- Nenhuma;
- Uma vez;
- Duas vezes; e
- Três vezes ou mais.

22. Quantos cursos superiores você já iniciou além deste que você está cursando?

Com as seguintes opções de seleção:

- Nenhum curso superior;
- Um curso superior;
- Dois cursos superiores; e
- Três ou mais cursos superiores.

Passo 4 - Vida Acadêmica Atual

23. Em que curso você está matriculado?

24. De que forma você entrou nesse curso?

Com as seguintes opções de seleção:

- Vestibular;
- Avaliação Seriada;
- ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio);
- Transferência (amparada por lei ou determinação judicial);
- Convênio;
- Reopção; e
- Outra.

25. Você participa (ou participou nos últimos seis meses) de algum Programa de Assistência ao Estudante?

Alimentação:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Moradia:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Atendimento Psicológico:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Reforço pedagógico:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Atendimento Médico:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Atendimento Odontológico:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Bolsa Permanência:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Transporte:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Creche/Auxílio Creche:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Outra forma de assistência:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

26. Você tem alguma atividade acadêmica remunerada?

Com as seguintes opções de seleção:

- Nenhuma;
- Monitoria;
- Extensão;
- Pesquisa;
- Estágio;
- PET (Programa de Educação Tutorial); e
- Outra.

27. Em que turno você está frequentando a maior parte das disciplinas?

Com as seguintes opções de seleção:

- Matutino;
- Vespertino;
- Noturno; e
- Integral.

28. No seu curso atual, você já trancou matrícula anual ou semestral?

Com as seguintes opções de seleção:

- Não;
- Sim, por insatisfação com o curso;
- Sim, por impedimento de Saúde;
- Sim, por impedimento Financeiro;
- Sim, por licença Maternidade; e
- Sim, por outro motivo.

Passo 5 - Informações do Curso e Expectativa Profissional

Nas questões 29 considere zero o mínimo e cinco o máximo de motivação ou expectativa.

29. Julgue o grau de motivação que o levaram a escolher essa universidade.

Aptidões pessoais:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Formação profissional voltada para o mercado de trabalho:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Por ser a única universidade pública:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Por oferecer ensino gratuito:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Disponibilidade de vagas no mercado de trabalho :
Com opções de seleção de 0 a 5.

Cultura geral para melhor compreensão do mundo:
Com opções de seleção de 0 a 5.

Pela proximidade com a residência da família:
Com opções de seleção de 0 a 5.

Possibilidades salariais:
Com opções de seleção de 0 a 5.

Recebimento de um diploma em nível superior:
Com opções de seleção de 0 a 5.

Baixa concorrência:
Com opções de seleção de 0 a 5.

Pela qualidade do curso oferecido: -
Com opções de seleção de 0 a 5.

Possibilidade de realização pessoal:
Com opções de seleção de 0 a 5.

Pela possibilidade de continuar em cursos de pós-graduação:
Com opções de seleção de 0 a 5.

Influência de familiares e/ou terceiros:
Com opções de seleção de 0 a 5.

Complementação de formação profissional que já exerce:
Com opções de seleção de 0 a 5.

30. O que você pretende fazer logo após se formar?

Com as seguintes opções de seleção:

- Trabalhar;
- Continuar estudando;
- Ambos; e
- Não sei.

31. Se trabalhar foi sua opção na questão anterior, imagina-se:

Com as seguintes opções de seleção:

- Trabalhando exclusivamente na área em que se graduou; e

- Trabalhando em qualquer área que tiver oportunidade.

32. Se estudar foi sua opção na questão 30, imagina-se:

Com as seguintes opções de seleção:

- Fazendo outra habilitação dentro do mesmo curso;
- Iniciando outro curso de graduação;
- Fazendo pós-graduação (lato sensu - especialização/residência); e
- Fazendo pós-graduação (stricto sensu - mestrado/doutorado).

Passo 6 - Informações Culturais

33. Qual sua principal fonte de informação de acontecimentos atuais?

Com as seguintes opções de seleção:

- Internet;
- Jornal impresso;
- Telejornal;
- Outros programas de TV;
- Rádio;
- Revista; e
- Outros.

34. Julgue o grau de interesse nos seguintes tipos de informações. Considere 0 para pouco interesse e 5 para muito interesse.

Cultura, lazer e viagem:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Economia/Negócios:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Esportes:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Informática:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Notícias Internacionais:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Notícias locais e/ou nacionais :

Com opções de seleção de 0 a 5.

Notícias policiais:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Política:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Veículos:

Com opções de seleção de 0 a 5.

35. Qual é a média de livros que você lê em um ano?

Com as seguintes opções de seleção:

- Nenhum;
- Um;
- Dois;
- Três;
- Quatro;
- Cinco;
- Seis;
- Sete;
- Oito;
- Nove;
- Dez; e
- Acima de dez.

36. Que tipo de livro você mais lê?

Com as seguintes opções de seleção:

- Literatura de Ficção (romance/contos/poemas);
- Literatura de Não Ficção (ensaios/biografias/ciências);
- Ambos; e
- Nenhum.

37. Com que frequência você participa das seguintes atividades extraclasse?

Artística/Culturais :

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

Movimento Estudantil:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

Movimentos Ecológicos:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

Movimentos Religiosos:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

Movimentos Sociais:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

Política – Partidárias:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

PET (Programa de Educação Tutorial):

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

PIBEXT (Programa de Bolsas de Extensão):

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica):

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

Sociedades Científicas:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;

- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência):

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

Empresa Júnior:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente; e
- Periodicamente.

38. Você utiliza a biblioteca da sua universidade?

Com as seguintes opções de seleção:

- Raramente ou nunca;
- Frequentemente, para estudos relacionados ao curso; e
- Frequentemente também para as atividades de lazer e cultura;

39. Qual o domínio você tem em relação ao microcomputador ?

Com as seguintes opções de seleção:

- Tem muita experiência;
- Tem experiência;
- Tem alguma noção; e
- Não domina.

40. Qual o seu domínio com as seguintes línguas estrangeiras?

a) Inglês:

Com as seguintes opções de seleção:

- Bom;
- Regular; e
- Nenhum.

b) Francês:

Com as seguintes opções de seleção:

- Bom;
- Regular; e
- Nenhum.

c) Espanhol:

Com as seguintes opções de seleção:

- Bom;
- Regular; e
- Nenhum.

d) Alemão:

Com as seguintes opções de seleção:

- Bom;
- Regular; e
- Nenhum.

e) Italiano:

Com as seguintes opções de seleção:

- Bom;
- Regular; e
- Nenhum.

Passo 7 - Informações Sobre a Qualidade de Vida

41. Em geral, quando você precisa de atendimento médico você procura:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nenhum;
- Rede Pública;
- Serviços Particulares;
- Convênios tipo Seguro-Saúde; e
- Ajuda informal de amigos/familiares.

42. Sua última consulta médica ocorreu:

Com as seguintes opções de seleção:

- No último ano;
- Entre 1 e 5 anos;
- Há mais de 5 anos; e
- Não lembra/Nunca foi.

43. Com relação a seus cuidados dentários, você:

Com as seguintes opções de seleção:

- Vai ao dentista se estiver com dor ou outro problema;
- Independente de problemas, consulta dentista a cada 6 meses;
- Independente de problemas, consulta o dentista a cada ano;
- Vai ao dentista esporadicamente;
- Vai ao dentista esporadicamente para tratamento especializado; e
- Não lembra/Nunca foi.

44. Qual atividade física você mais pratica?

Com as seguintes opções de seleção:

- Não pratico;
- Voleibol;
- Basquetebol;
- Natação;
- Futebol de Campo;
- Futsal;
- Judô;
- Karatê;
- Handebol;
- Caminhada/Corrida;
- Ginástica/Musculação; e
- Outra.

45. Com que frequência você pratica essa atividade?

Com as seguintes opções de seleção:

- Diariamente;
- Várias vezes por semana;
- Uma vez por semana; e
- Ocasionalmente.

46. Esta atividade é normalmente encarada por você como?

Com as seguintes opções de seleção:

- Atividade de Lazer;
- Meio de manter a forma; e
- Treino para competições.

47. Caso você não pratique nenhuma atividade física, qual a razão principal?

Com as seguintes opções de seleção:

- Falta de interesse/motivação;
- Falta de tempo;
- Falta de condições físicas ou de saúde;
- Falta de condições financeiras;
- Falta de oportunidades; e
- Outra.

48. Avalie o quanto estes estressores ou dificuldades interferem na sua vida ou no contexto acadêmico (Considere 0 nenhuma interferência e 5 interferência máxima).

Adaptação a novas situações (cidade, moradia, separação da família, entre outras):

Com opções de seleção de 0 a 5.

Relacionamento Familiar:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Relacionamento social/interpessoal:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Relações amorosas/conjugais:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Situação de violência (física ou sexual):

Com opções de seleção de 0 a 5.

Assédio moral:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Conflitos de valores/Conflitos religiosos:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Dificuldade de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros):

Com opções de seleção de 0 a 5.

Dificuldades financeiras:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Dificuldades de aprendizagem:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Falta de disciplina/hábito de estudo:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Carga horária excessiva de trabalho:

Com opções de seleção de 0 a 5.

Carga excessiva de trabalhos acadêmicos:

Com opções de seleção de 0 a 5.

49. Você já teve alguma dificuldade significativa ou crise emocional nos últimos 12 meses?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

50. Assinale as dificuldades emocionais que mais interferem com seu desempenho acadêmico.

Ansiedade:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Depressão:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Timidez excessiva:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Medo/Pânico:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Insônia ou alterações significativas de sono:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Sensação de desamparo/desespero/desesperança:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Sensação de desatenção/desorientação/confusão mental:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Problemas alimentares (grande alteração de peso ou apetite; anorexia/bulimia):

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Uso abusivo de álcool:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Uso abusivo de drogas não lícitas:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Outros:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

51. Se sua vida acadêmica já foi prejudicada devido a questões emocionais, marque quais foram os prejuízos:

Baixo desempenho acadêmico:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Reprovação(ões):

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Mudança de curso:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Trancamento de disciplinas:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Trancamento geral:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Risco de ser jubilado / jubramento em curso anterior:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Falta de motivação para estudar, dificuldade de concentração:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

Outros:

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

52. Você já procurou atendimento psico-pedagógico alguma vez em sua vida?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

53. Você já procurou atendimento psicológico alguma vez em sua vida?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

54. Você já procurou atendimento psiquiátrico alguma vez em sua vida?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim; e
- Não.

55. Alguma vez em sua vida, você já tomou medicação psiquiátrica, mesmo que tenha sido por pouco tempo?

Com as seguintes opções de seleção:

- Sim, estou tomando;
- Sim, já tomei, mas não tomo mais; e
- Não, nunca tomei.

56. Com que frequência você faz uso de:

Bebidas Alcoólicas:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente;
- Periodicamente; e
- Sempre.

Tabaco (cigarro ou outros):

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente;
- Periodicamente; e

- Sempre.

Remédios para controle de dificuldades emocionais:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente;
- Periodicamente; e
- Sempre.

Drogas não lícitas:

Com as seguintes opções de seleção:

- Nunca;
- Ocasionalmente;
- Periodicamente; e
- Sempre.

ANEXO III – Lei Orçamentária Anual – UFRRJ – 2006 a 2010

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

R\$ 1,00

Quadro Síntese		Recursos de Todas as Fontes						
Código / Especificação		Exec 2004	LOA 2005	PLOA 2006	LOA 2006			
Total		131.139.949	148.647.861	164.314.343	165.344.343			
Programa								
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	40.308.018	43.459.987	51.271.576	51.271.576			
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico		30.000					
0750	Apoio Administrativo	4.680.226	5.770.348	5.118.445	5.118.445			
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		15.584	263.810	263.810			
1061	Brasil Escolarizado	50.002						
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	458.398	658.914	837.097	837.097			
1067	Gestão da Política de Educação		20.000	23.919	23.919			
1073	Universidade do Século XXI	84.615.874	98.543.028	106.598.262	107.628.262			
1075	Escola Moderna	1.027.431						
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica		100.000	130.941	130.941			
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental		50.000	70.293	70.293			
Função								
09	Previdência Social	40.308.018	43.459.987	51.271.576	51.271.576			
12	Educação	90.831.931	105.172.290	112.778.957	113.808.957			
28	Encargos Especiais		15.584	263.810	263.810			
Subfunção								
122	Administração Geral			14.228.449	14.228.449			
128	Formação de Recursos Humanos		20.000	23.919	23.919			
272	Previdência do Regime Estatutário	40.308.018	43.459.987	51.271.576	51.271.576			
301	Atenção Básica		1.000					
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		10.000	11.960	11.960			
306	Alimentação e Nutrição	2.720.679	3.495.505	3.023.790	3.023.790			
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.691.570	2.019.581	1.848.435	1.848.435			
361	Ensino Fundamental	50.002	50.000	70.293	70.293			
363	Ensino Profissional	458.398	658.914	837.097	837.097			
364	Ensino Superior	85.643.305	98.633.028	92.455.449	93.485.449			
365	Educação Infantil	267.977	264.262	246.220	246.220			
571	Desenvolvimento Científico		30.000	33.345	33.345			
846	Outros Encargos Especiais		15.584	263.810	263.810			
Grupo de Despesa								
1	Pessoal e Encargos Sociais	113.948.539	126.225.413	140.292.463	140.292.463			
3	Outras Despesas Correntes	16.213.953	21.245.663	22.747.032	22.797.032			
4	Investimentos	977.457	1.176.785	1.274.848	2.254.848			
Fonte								
	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	263.810		5.864.129	980.000				7.107.939
112	88.757.077		14.069.476	473.623				103.300.176
153	29.928.902							29.928.902
156	7.114.225							7.114.225
169	14.228.449							14.228.449
250			2.208.533	801.225				3.009.758
280			654.894					654.894
Total	140.292.463		22.797.032	2.254.848				165.344.343

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
 Unidade: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização									Valor	
Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Pte					
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União									51.271.576	
	Operações Especiais									51.271.576	
0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis									51.271.576	
0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro									51.271.576	
	- Pessoa beneficiada (unidade) 1250										
		S	1-PES	1	90	0	153			29.928.902	
		S	1-PES	1	90	0	156			7.114.225	
		S	1-PES	1	90	0	169			14.228.449	
0750	Apoio Administrativo									5.118.445	
	Atividades									5.118.445	
0750 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados									246.220	
0750 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro									246.220	
	- Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade) 259										
		F	3-ODC	2	90	0	100			246.220	
0750 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados									1.848.435	
0750 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro									1.848.435	
	- Servidor beneficiado (unidade) 1245										
		F	3-ODC	1	90	0	100			1.848.435	
0750 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados									3.023.790	
0750 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro									3.023.790	
	- Servidor beneficiado (unidade) 1762										
		F	3-ODC	1	90	0	100			3.023.790	
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais									263.810	
	Operações Especiais									263.810	
0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas									263.810	
0901 0005 0033	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Rio de Janeiro									263.810	
		F	1-PES	1	90	0	100			263.810	
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica									837.097	
	Atividades									837.097	
1062 2992	Funcionamento da Educação Profissional									793.617	
1062 2992 0033	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro									793.617	
	- Aluno matriculado (unidade) 900										
		F	3-ODC	2	90	0	112			671.077	
		F	3-ODC	2	90	0	250			122.540	
1062 2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional									43.480	
1062 2994 0033	Assistência ao Educando da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro									43.480	
	- Aluno assistido (unidade) 110										
		F	3-ODC	2	90	0	100			43.480	
1067	Gestão da Política de Educação									23.919	
	Atividades									23.919	
1067 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação									23.919	
1067 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro									23.919	
	- Servidor capacitado (unidade) 50										
		F	3-ODC	2	90	0	112			14.493	
		F	3-ODC	2	90	0	250			9.426	
1073	Universidade do Século XXI									107.628.262	

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
 Unidade: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Pte	Valor
Atividades											93.399.813
1073	4002	Assistência ao Educando do Ensino de Graduação			12	364					652.204
1073	4002	0033	Assistência ao Educando do Ensino de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro								652.204
			- Aluno assistido (unidade) 470				F	3-ODC	2	90 0 100	652.204
1073	4004	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária			12	364					97.596
1073	4004	0033	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro								97.596
			- Pessoa beneficiada (unidade) 20000				F	3-ODC	2	90 0 112	65.548
							F	3-ODC	2	90 0 250	32.048
1073	4008	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino			12	364					144.934
1073	4008	0033	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro								144.934
			- Volume disponibilizado (milhar) 2				F	3-ODC	2	90 0 112	144.934
1073	4009	Funcionamento de Cursos de Graduação			12	364					90.183.558
1073	4009	0033	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro								90.183.558
			- Aluno matriculado (unidade) 7301				F	1-PES	1	90 0 112	74.528.628
							F	3-ODC	2	90 0 112	13.015.843
							F	3-ODC	2	90 0 250	1.984.193
							F	3-ODC	2	90 0 280	654.894
1073	4086	Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População			12	302					11.960
1073	4086	0033	Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População - No Estado do Rio de Janeiro								11.960
			- Pessoa atendida (unidade) 1100				S	3-ODC	2	90 0 112	7.247
							S	3-ODC	2	90 0 250	4.713
1073	6328	Universidade Aberta e à Distância			12	364					4.713
1073	6328	0033	Universidade Aberta e à Distância - No Estado do Rio de Janeiro								4.713
			- Aluno matriculado (unidade) 30				F	3-ODC	2	90 0 250	4.713
1073	6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino			12	364					2.304.848
1073	6373	0033	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro								1.574.848
			- Instituição modernizada/ recuperada (unidade) 2				F	4-INV	2	90 0 100	300.000
							F	4-INV	2	90 0 112	473.623
							F	4-INV	2	90 0 250	801.225
1073	6373	0230	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - Reforma do Cine Teatro Gustavo Dutra da UFRRJ - Seropédica - RJ								250.000
			- Instituição modernizada/ recuperada (unidade) 1				F	4-INV	2	90 0 100	250.000
1073	6373	0248	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - Instituto de Zootecnia - Seropédica - RJ								300.000
			- Instituição modernizada/ recuperada (unidade) 1				F	3-ODC	2	90 0 100	50.000
							F	4-INV	2	90 0 100	250.000
1073	6373	0282	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das								180.000

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
 Unidade: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários										
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Recursos de Todas as Fontes	
									Valor	
	Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - Aparelhamento e Adequação de Espaço para Auditório - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Rio de Janeiro - RJ - Instituição modernizada/ recuperada (unidade) 1								180.000	
	Operações Especiais								14.228.449	
1073 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12	122						14.228.449	
1073 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional								14.228.449	
				F	1-PES	0	91	0	112	14.228.449
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica								130.941	
	Atividades								130.941	
1375 4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	12	364						97.596	
1375 4006 0033	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro - Aluno matriculado (unidade) 850								97.596	
				F	3-ODC	2	90	0	112	65.548
				F	3-ODC	2	90	0	250	32.048
1375 8667	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	12	571						33.345	
1375 8667 0033	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio de Janeiro - Pesquisa publicada (unidade) 10								33.345	
				F	3-ODC	2	90	0	112	14.493
				F	3-ODC	2	90	0	250	18.852
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental								70.293	
	Atividades								70.293	
1376 4001	Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal	12	361						70.293	
1376 4001 0033	Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal - No Estado do Rio de Janeiro - Aluno matriculado (unidade) 470								70.293	
				F	3-ODC	2	90	0	112	70.293
Total									165.344.343	

2007

Orgão: 26000 - Ministério da Educação
 Unidade: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

R\$ 1,00

Código / Especificação	Recursos de Todas as Fontes							
	Exec 2005	LOA 2006	PLOA 2007	LOA 2007				
Total	145.385.170	165.344.343	194.568.834	195.168.834				
Programa								
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	46.133.582	51.271.576	60.311.845	60.311.845				
0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	10.000							
0750 Apoio Administrativo	5.329.502	5.118.445	4.955.453	4.955.453				
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	15.494	263.810	457.810	457.810				
1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	509.103	837.097	709.670	709.670				
1067 Gestão da Política de Educação	10.000	23.919	35.000	35.000				
1073 Universidade do Século XXI	93.254.244	107.628.262	127.884.056	128.484.056				
1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	73.245	130.941	130.000	130.000				
1376 Desenvolvimento do Ensino Fundamental	50.000	70.293	85.000	85.000				
Função								
09 Previdência Social	46.133.582	51.271.576	60.311.845	60.311.845				
12 Educação	99.236.094	113.808.957	133.799.179	134.399.179				
28 Encargos Especiais	15.494	263.810	457.810	457.810				
Subfunção								
122 Administração Geral		14.228.449	17.012.670	17.012.670				
128 Formação de Recursos Humanos	10.000	23.919	35.000	35.000				
272 Previdência do Regime Estatutário	46.133.582	51.271.576	60.311.845	60.311.845				
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.000	11.960	15.000	15.000				
306 Alimentação e Nutrição	2.989.382	3.023.790	2.968.501	2.968.501				
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.093.374	1.848.435	1.756.264	1.756.264				
361 Ensino Fundamental	50.000	70.293	85.000	85.000				
363 Ensino Profissional	509.103	837.097	709.670	709.670				
364 Ensino Superior	93.322.489	93.485.449	110.956.386	111.556.386				
365 Educação Infantil	246.746	246.220	230.688	230.688				
571 Desenvolvimento Científico	10.000	33.345	30.000	30.000				
846 Outros Encargos Especiais	15.494	263.810	457.810	457.810				
Grupo de Despesa								
1 Pessoal e Encargos Sociais	125.905.408	140.292.463	163.786.800	163.786.800				
3 Outras Despesas Correntes	18.207.330	22.797.032	23.306.219	23.356.219				
4 Investimentos	1.272.432	2.254.848	7.475.815	8.025.815				
Fonte								
	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	457.810		5.795.453	550.000				6.803.263
112	103.017.145		16.773.235	6.475.815				126.266.195
153	32.186.908							32.186.908
156	11.112.267							11.112.267
169	17.012.670							17.012.670
250			523.316	1.000.000				1.523.316
280			264.215					264.215
Total	163.786.800		23.356.219	8.025.815				195.168.834

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
 Unidade: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União									60.311.845	
	Operações Especiais									60.311.845	
0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis		09	272						60.311.845	
0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro									60.311.845	
	- Pessoa beneficiada (unidade) 1511										
					S	1-PES	1	90	0	153	32.186.908
					S	1-PES	1	90	0	156	11.112.267
					S	1-PES	1	90	0	169	17.012.670
0750	Apoio Administrativo									4.955.453	
	Atividades									4.955.453	
0750 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		12	365						230.688	
0750 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro									230.688	
	- Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade) 240				F	3-ODC	2	90	0	100	230.688
0750 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados		12	331						1.756.264	
0750 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro									1.756.264	
	- Servidor beneficiado (unidade) 1250				F	3-ODC	1	90	0	100	1.756.264
0750 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados		12	306						2.968.501	
0750 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro									2.968.501	
	- Servidor beneficiado (unidade) 1900				F	3-ODC	1	90	0	100	2.968.501
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais									457.810	
	Operações Especiais									457.810	
0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas		28	846						457.810	
0901 0005 0033	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Rio de Janeiro									457.810	
					F	1-PES	1	90	0	100	457.810
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica									709.670	
	Atividades									709.670	
1062 2992	Funcionamento da Educação Profissional		12	363						629.670	
1062 2992 0033	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro									629.670	
	- Aluno matriculado (unidade) 930				F	3-ODC	2	30	0	112	266.855
					F	3-ODC	2	90	0	112	345.000
					F	4-INV	2	90	0	112	17.815
1062 2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional		12	363						80.000	
1062 2994 0033	Assistência ao Educando da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro									80.000	
	- Aluno assistido (unidade) 200				F	3-ODC	2	90	0	100	80.000
1067	Gestão da Política de Educação									35.000	
	Atividades									35.000	
1067 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		12	128						35.000	
1067 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro									35.000	
	- Servidor capacitado (unidade) 80				F	3-ODC	2	90	0	100	25.000
					F	3-ODC	2	90	0	250	10.000

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
 Unidade: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Recursos de Todas as Fontes	
									Valor	
1073	Universidade do Século XXI									128.484.056
	Atividades									105.303.366
1073 4002	Assistência ao Educando do Ensino de Graduação	12	364							685.000
1073 4002 0033	Assistência ao Educando do Ensino de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro									685.000
	- Aluno assistido (unidade) 550			F	3-ODC	2	90	0	100	685.000
1073 4004	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	12	364							100.000
1073 4004 0033	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro									100.000
	- Pessoa beneficiada (unidade) 40000			F	3-ODC	2	90	0	112	100.000
1073 4008	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	12	364							150.000
1073 4008 0033	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro									150.000
	- Volume disponibilizado (milhar) 2			F	3-ODC	2	90	0	112	150.000
1073 4009	Funcionamento de Cursos de Graduação	12	364							101.248.366
1073 4009 0033	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro									101.248.366
	- Aluno matriculado (unidade) 7501			F	1-PES	1	90	0	112	86.004.475
				F	3-ODC	2	90	0	112	14.476.360
				F	3-ODC	2	90	0	250	503.316
				F	3-ODC	2	90	0	280	264.215
1073 4086	Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População	12	302							15.000
1073 4086 0033	Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População - No Estado do Rio de Janeiro									15.000
	- Pessoa atendida (unidade) 1500			S	3-ODC	2	90	0	112	10.000
				S	3-ODC	2	90	0	250	5.000
1073 6328	Universidade Aberta e à Distância	12	364							5.000
1073 6328 0033	Universidade Aberta e à Distância - No Estado do Rio de Janeiro									5.000
	- Aluno matriculado (unidade) 30			F	3-ODC	2	90	0	250	5.000
1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino	12	364							3.100.000
1073 6373 0033	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro									3.100.000
	- Instituição modernizada/recuperada (unidade) 5			F	3-ODC	2	90	0	100	50.000
				F	4-INV	2	90	0	100	550.000
				F	4-INV	2	90	0	112	1.500.000
				F	4-INV	2	90	0	250	1.000.000
	Projetos									
1073 1H79	Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu	12	364							6.168.020
1073 1H79 0101	Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu - No Município de Nova Iguaçu - RJ									6.168.020
	- Vaga disponibilizada (unidade) 320			F	3-ODC	2	90	0	112	1.210.020
				F	4-INV	2	90	0	112	4.958.000
	Operações Especiais									
1073 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12	122							17.012.670

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
 Unidade: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

R\$ 1,00

Programática		Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Recursos de Todas as Fontes
										Valor
1073	09HB	0001								17.012.670
		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional								17.012.670
1375										130.000
		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica								130.000
		Atividades								130.000
1375	4006		12	364						100.000
		Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação								100.000
1375	4006	0033								100.000
		Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro								100.000
		- Aluno matriculado (unidade) 900								100.000
1375	8667		12	571						30.000
		Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados								30.000
1375	8667	0033								30.000
		Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio de Janeiro								30.000
		- Pesquisa publicada (unidade) 20								30.000
1376										85.000
		Desenvolvimento do Ensino Fundamental								85.000
		Atividades								85.000
1376	4001		12	361						85.000
		Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal								85.000
1376	4001	0033								85.000
		Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal - No Estado do Rio de Janeiro								85.000
		- Aluno matriculado (unidade) 550								85.000
Total										195.168.834

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Quadro Síntese

2008

Código/Especificação	Exec 2006	LOA 2007	R\$ 1,00					
			Recursos de todas as Fontes					
TOTAL	183.801.432	195.168.834	PLO 2008	LOA 2008				
Programa			205.198.800	205.998.800				
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	57.110.865	60.311.845	59.329.400	59.329.400				
0750 Apoio Administrativo	5.305.573	4.955.453	8.948.634	8.948.634				
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	257.504	457.810	392.049	392.049				
1061 Brasil Escolarizado			93.500	93.500				
1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	713.894	709.670	861.947	861.947				
1067 Gestão da Política de Educação	17.477	35.000	75.000	75.000				
1073 Brasil Universitário	120.234.440	128.484.056	135.328.270	136.128.270				
1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	91.387	130.000	170.000	170.000				
1376 Desenvolvimento do Ensino Fundamental	70.293	85.000						
Função								
09 Previdência Social	57.110.865	60.311.845	59.329.400	59.329.400				
12 Educação	126.433.063	134.399.179	145.477.351	146.277.351				
28 Encargos Especiais	257.504	457.810	392.049	392.049				
Subunção								
122 Administração Geral	16.824.474	17.012.670	17.915.338	17.915.338				
128 Formação de Recursos Humanos	17.477	35.000	75.000	75.000				
272 Previdência do Regime Estatutário	57.110.865	60.311.845	59.329.400	59.329.400				
301 Atenção Básica			2.572.121	2.572.121				
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.247	15.000	72.364	72.364				
306 Alimentação e Nutrição	2.954.790	2.968.501	3.095.597	3.095.597				
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.148.435	1.756.264	3.073.982	3.073.982				
361 Ensino Fundamental	70.293	85.000	93.500	93.500				
363 Ensino Profissional	713.894	709.670	861.947	861.947				
364 Ensino Superior	103.479.613	111.556.386	117.450.568	118.250.568				
365 Educação Infantil	202.348	230.688	206.934	206.934				
571 Desenvolvimento Científico	14.493	30.000	60.000	60.000				
846 Outros Encargos Especiais	257.504	457.810	392.049	392.049				
Grupo de Despesa								
1 Pessoal e Encargos Sociais	160.957.919	163.786.800	168.157.095	168.157.095				
3 Outras Despesas Correntes	21.211.219	23.356.219	27.792.413	27.792.413				
4 Investimentos	1.632.294	8.025.815	9.249.292	10.049.292				
Fonte	1- PES	2- JUR	3- ODC	4- INV	5- IFI	6- AMT	9- RES	Total
100	11.870.731		7.218.813	800.000				19.889.544
112	96.956.964		16.346.025	8.249.292				121.552.281
151			2.592.121					2.592.121
153	32.456.393							32.456.393
156	8.957.669							8.957.669
169	17.915.338							17.915.338
250			1.419.620	1.000.000				2.419.620
280			215.834					215.834
Total	168.157.095		27.792.413	10.049.292				205.998.800

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Quadro dos Créditos Orçamentários

R\$ 1,00

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Ref	MOD	RP	Mod	UO	Pte	Valor
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União								59.329.400
	<i>Operações Especiais</i>								59.329.400
0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	09	272						59.329.400
0089.0181.0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro								59.329.400
	Pessoa beneficiada (unidade)								1.397
		S		1	1	90	0	153	32.456.393
		S		1	1	90	0	156	8.957.669
		S		1	1	90	0	169	17.915.338
0750	Apoio Administrativo								8.948.634
	<i>Atividades</i>								8.948.634
0750.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	12	301						2.572.121
0750.2004.0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro								2.572.121
	Pessoa beneficiada (unidade)								5.103
0750.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	12	365						206.934
0750.2010.0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro								206.934
	Criança atendida (unidade)								194
0750.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	12	331						3.073.982
0750.2011.0033	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro								3.073.982
	Servidor beneficiado (unidade)								2.329
0750.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	12	306						3.095.597
0750.2012.0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro								3.095.597
	Servidor beneficiado (unidade)								1.791
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								392.049
	<i>Operações Especiais</i>								392.049
0901.0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	28	846						392.049
0901.0005.0033	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Rio de Janeiro								392.049
		F		1	1	90	0	100	392.049
1061	Brasil Escolarizado								93.500
	<i>Atividades</i>								93.500
1061.4001	Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal	12	361						93.500
1061.4001.0033	Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal - No Estado do Rio de Janeiro								93.500
	Aluno matriculado (unidade)								550
		F		3	2	90	0	112	93.500
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica								861.947
	<i>Atividades</i>								861.947
1062.2992	Funcionamento da Educação Profissional	12	363						781.947
1062.2992.0033	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro								781.947
	Aluno matriculado (unidade)								1.050
		F		3	2	90	0	112	652.655
1062.2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional	12	363						129.292
1062.2994.0033	Assistência ao Educando da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro								80.000
	Aluno assistido (unidade)								200
		F		3	2	90	0	100	80.000
1067	Gestão da Política de Educação								75.000
	<i>Atividades</i>								75.000
1067.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12	128						75.000
1067.4572.0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro								75.000
	Servidor capacitado (unidade)								150
		F		3	2	90	0	112	50.000
		F		3	2	90	0	250	25.000
1073	Brasil Universitário								136.128.270
	<i>Atividades</i>								136.128.270
1073.2E14	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior	12	364						800.000
	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior -								300.000

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	OND	RP	Mod	TD	Pte	Recursos de todas as Fontes	
									Valor	
1073.2E14	0116									
	Campus de Nova Iguaçu - No Estado do Rio de Janeiro									
	Unidade modernizada (unidade)									
1073.2E14	0118									
	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior - Estado do Rio de Janeiro									
	Unidade modernizada (unidade)									
1073.4002										
	Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação									
1073.4002	0033									
	Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro	12 364	F	4	2	90	0	100		300.000
	Unidade modernizada (unidade)									500.000
1073.4004										
	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária									
1073.4004	0033									
	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro	12 364	F	3	2	90	0	100		500.000
	Aluno assistido (unidade)									762.300
1073.4008										
	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino									
1073.4008	0033									
	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro	12 364	F	3	2	90	0	112		110.000
	Volume disponibilizado (unidade)									165.000
1073.4009										
	Funcionamento de Cursos de Graduação									
1073.4009	0033									
	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro	12 364	F	3	2	90	0	112		165.000
	Aluno matriculado (unidade)									108.888.446
			F	1	1	90	0	100		7.250.455
			F	1	1	90	0	112		83.269.853
			F	3	2	90	0	112		13.800.048
			F	3	2	90	0	250		1.308.060
			F	3	2	90	0	280		215.834
			F	3	2	91	0	112		20.000
			F	3	2	91	0	250		24.196
			F	4	2	90	0	112		2.000.000
			F	4	2	90	0	250		1.000.000
1073.4086										
	Funcionamento dos Hospitais de Ensino									
1073.4086	0033									
	Funcionamento dos Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro	12 302								72.364
	Unidade mantida (unidade)									72.364
1073.6328										
	Universidade Aberta e a Distância									
1073.6328	0033									
	Universidade Aberta e a Distância - No Estado do Rio de Janeiro	12 364	S	3	2	90	0	151		20.000
	Vaga disponibilizada (unidade)									52.364
			S	3	2	90	0	250		10.000
1073.1H79										
	Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu									
1073.1H79	0101									
	Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu - No Município de Nova Iguaçu - RJ	12 364	F	3	2	90	0	112		7.404.822
	Vaga disponibilizada (unidade)									3.404.822
1073.10US										
	Expansão do Ensino Superior - Campus de Três Rios									
1073.10US	0101									
	Expansão do Ensino Superior - Campus de Três Rios - No Município de Três Rios - RJ	12 364	F	4	2	90	0	112		1.284.822
	Vaga disponibilizada (unidade)									2.120.000
1073.09HB										
	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais									
1073.09HB	0001									
	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	12 122								4.000.000
			F	4	2	90	0	112		4.000.000
			F	1	0	91	0	100		17.915.338
			F	1	0	91	0	112		17.915.338
			F	1	0	91	0	100		4.228.227
			F	1	0	91	0	112		13.687.111
1375										
	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica									
	Atividades									
1375.4006										
	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação									
1375.4006	0033									
	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro	12 364								170.000
	Aluno matriculado (unidade)									110.000
1375.8667										
	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados									
1375.8667	0033									
	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio de Janeiro	12 571	F	3	2	90	0	112		110.000
	Pesquisa publicada (unidade)									60.000
			F	3	2	90	0	112		60.000
			F	3	2	90	0	112		60.000
	Total									205.998.800

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Quadro Síntese

2008

Código/Especificação	Exec 2007	LOA 2008	R\$ 1,00					
			Recursos de todas as Fontes PLO 2009	LOA 2009				
TOTAL	184.909.745	205.998.800	225.049.839	218.527.476				
Programa								
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	47.703.845	59.329.400	59.440.013	59.440.013				
0750 Apoio Administrativo	6.360.286	8.948.634	11.438.729	11.438.729				
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	449.889	392.049	116.721	116.721				
1061 Brasil Escolarizado		93.500	102.850	102.850				
1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	709.298	861.947	1.193.088	1.087.324				
1067 Gestão da Política de Educação	28.759	75.000	90.000	90.000				
1073 Brasil Universitário	129.450.423	136.128.270	152.475.438	146.058.839				
1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	129.590	170.000	193.000	193.000				
Função								
09 Previdência Social	47.703.845	59.329.400	59.440.013	59.440.013				
12 Educação	136.756.011	146.277.351	165.493.105	158.970.742				
28 Encargos Especiais	449.889	392.049	116.721	116.721				
Subunção								
122 Administração Geral	18.285.670	17.915.338	18.437.700	18.437.700				
128 Formação de Recursos Humanos	28.759	75.000	90.000	90.000				
272 Previdência do Regime Estatutário	47.703.845	59.329.400	59.440.013	59.440.013				
301 Atenção Básica	459.446	2.572.121	5.413.329	5.413.329				
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.000	72.364	10.000	10.000				
306 Alimentação e Nutrição	3.036.013	3.095.597	3.036.000	3.036.000				
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.634.139	3.073.982	2.835.800	2.835.800				
361 Ensino Fundamental	77.654	93.500	102.850	102.850				
363 Ensino Profissional	709.298	861.947	1.193.088	1.087.324				
364 Ensino Superior	111.254.343	118.250.568	134.148.738	127.732.139				
365 Educação Infantil	230.688	206.934	153.600	153.600				
571 Desenvolvimento Científico	30.000	60.000	72.000	72.000				
846 Outros Encargos Especiais	449.889	392.049	116.721	116.721				
Grupo de Despesa								
1 Pessoal e Encargos Sociais	152.443.879	168.157.095	169.883.265	169.883.265				
3 Outras Despesas Correntes	24.528.053	27.792.413	40.898.317	34.175.954				
4 Investimentos	7.937.814	10.049.292	14.268.257	14.468.257				
Fonte	1- PES	2- JUR	3- ODC	4- INV	5- IFI	6- AMT	9- RES	Total
100	116.721			200.000				13.385.997
112	110.326.531		13.069.276					142.928.207
153	31.783.463		18.333.419	14.268.257				31.783.463
156	9.218.850							9.218.850
169	18.437.700							18.437.700
250			2.541.100					2.541.100
280			232.159					232.159
Total	169.883.265		34.175.954	14.468.257				218.527.476

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Quadro dos Créditos Orçamentários

R\$ 1,00

Programática	Programa/Ação/Resultado/Localização	Funcional	Res	UOE	UF	Recursos de Outras Fontes					Valor
						Out	FF	Fin	Out	Fin	
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União										59.448.913
	<i>Operações Especiais</i>										59.448.913
0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	09	272								59.448.913
0089.0181.0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro										59.448.913
	Pessoa beneficiada (unidade)										31.783.463
											9.218.850
											18.437.700
0750	Apoio Administrativo										11.438.729
	<i>Atividades</i>										11.438.729
0750.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	12	301								5.413.329
0750.2004.0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro										5.413.329
	Pessoa beneficiada (unidade)										10.741
0750.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	12	303								153.600
0750.2010.0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro										153.600
	Criança atendida (unidade)										144
0750.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	12	331								2.835.800
0750.2011.0033	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro										2.835.800
	Servidor beneficiado (unidade)										2.329
0750.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	12	306								3.036.000
0750.2012.0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro										3.036.000
	Servidor beneficiado (unidade)										1.787
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais										116.721
	<i>Operações Especiais</i>										116.721
0901.0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	28	846								116.721
0901.0005.0033	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Rio de Janeiro										116.721
											116.721
1061	Brasil Escolarizado										102.850
	<i>Atividades</i>										102.850
1061.4001	Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal	12	361								102.850
1061.4001.0033	Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal - No Estado do Rio de Janeiro										102.850
	Aluno matriculado (unidade)										550
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica										1.087.324
	<i>Atividades</i>										1,087,324
1062.2992	Funcionamento da Educação Profissional	12	363								745.812
1062.2992.0033	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro										745.812
	Aluno matriculado (unidade)										1.050
1062.2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional	12	361								341.512
1062.2994.0033	Assistência ao Educando da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro										341.512
	Aluno assistido (unidade)										200
1067	Gestão da Política de Educação										90.000
	<i>Atividades</i>										90,000
1067.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12	128								90.000
1067.4572.0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro										90.000
	Servidor capacitado (unidade)										200
1073	Brasil Universitário										146.859.839
	<i>Atividades</i>										146,859,839
1073.2E14	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior	12	364								200.000

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Produto/Locização	Funcional	Rsf	GRD	RP	Mod	IU	Pte	Recursos de todas as Pontes	
									Valor	R\$ 1,00
1073.2E14 .0284	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior - Expansão do LAAB - No Estado do Rio de Janeiro									200.000
	Unidade modernizada (unidade)									1
1073.4002	Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	12 364	F	4	2	90	0	100		200.000
1073.4002 .0033	Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro									1.490.547
	Aluno assistido (unidade)									695
1073.4004	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	12 364	F	3	2	90	0	100		1.490.547
1073.4004 .0033	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro									121.000
	Pessoa beneficiada (unidade)									20.000
1073.4008	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	12 364	F	3	2	90	0	112		121.000
1073.4008 .0033	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro									181.500
	Volume disponibilizado (unidade)									3.300
1073.4009	Funcionamento de Cursos de Graduação	12 364	F	3	2	90	0	112		181.500
1073.4009 .0033	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro									108.171.184
	Aluno matriculado (unidade)									9.001
			F	1	1	90	0	112		91.888.831
			F	3	2	90	0	112		13.820.606
			F	3	2	90	0	250		2.229.588
			F	3	2	90	0	280		232.159
1073.4086	Funcionamento dos Hospitais de Ensino	12 302								10.000
1073.4086 .0033	Funcionamento dos Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro									10.000
	Unidade mantida (unidade)									1
1073.6328	Universidade Aberta e a Distância	12 364	S	3	2	90	0	250		10.000
1073.6328 .0033	Universidade Aberta e a Distância - No Estado do Rio de Janeiro									10.000
	Vaga disponibilizada (unidade)									50
1073.8282	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	12 364	F	3	2	90	0	250		10.000
1073.8282 .0033	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI - No Estado do Rio de Janeiro									1.674.950
	Vaga disponibilizada (unidade)									1.500
			F	3	2	90	0	112		1.674.950
										15.761.958
1073.1H79	Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu	12 364								3.402.858
1073.1H79 .0101	Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu - No Município de Nova Iguaçu - RJ									3.402.858
	Vaga disponibilizada (unidade)									1.500
			F	3	2	90	0	112		1.586.858
			F	4	2	90	0	112		1.816.000
1073.10US	Expansão do Ensino Superior - Campus de Três Rios	12 364								3.384.000
1073.10US .0101	Expansão do Ensino Superior - Campus de Três Rios - No Município de Três Rios - RJ									3.384.000
	Vaga disponibilizada (unidade)									500
			F	4	2	90	0	112		3.384.000
1073.11L6	REUNI - Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	12 364								8.975.100
1073.11L6 .0033	REUNI - Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - No Estado do Rio de Janeiro									8.975.100
	Vaga disponibilizada (unidade)									1.500
			F	4	2	90	0	112		8.975.100
										18.437.700
1073.09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12 122								18.437.700
1073.09HB .0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional									18.437.700
			F	1	0	91	0	112		18.437.700
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica									193.000
	Atividades									193.000
1375.4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	12 364								121.000
1375.4006 .0033	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro									121.000
	Aluno matriculado (unidade)									850
			F	3	2	90	0	112		121.000
1375.8667	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	12 571								72.000
1375.8667 .0033	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio de Janeiro									72.000
	Pesquisa publicada (unidade)									800
			F	3	2	90	0	112		72.000
	Total									218.527.476

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Quadro Síntese

R\$ 1,00

Código/Especificação	Exec 2008	LOA 2009	Recursos de todas as Fontes					
			PLO 2010	LOA 2010				
Total	231.178.177	218.527.476	275.397.207	275.797.207				
Programa								
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	55.353.610	59.440.013	66.122.960	66.122.960				
0750 Apoio Administrativo	7.243.167	11.438.729	12.175.381	12.175.381				
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	387.113	116.721	1.608.265	1.608.265				
1061 Brasil Escolarizado	93.500	102.850	115.000	115.000				
1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	861.943	1.087.324	967.320	967.320				
1067 Gestão da Política de Educação	75.000	90.000	150.000	150.000				
1073 Brasil Universitário	167.005.110	146.058.839	194.033.281	194.433.281				
1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	158.734	193.000	225.000	225.000				
Função								
09 Previdência Social	55.353.610	59.440.013	66.122.960	66.122.960				
12 Educação	175.437.453	158.970.742	207.665.982	208.065.982				
28 Encargos Especiais	387.113	116.721	1.608.265	1.608.265				
Subunção								
122 Administração Geral	20.841.923	18.437.700	23.294.626	23.294.626				
128 Formação de Recursos Humanos	75.000	90.000	150.000	150.000				
272 Previdência do Regime Estatutário	55.353.610	59.440.013	66.122.960	66.122.960				
301 Atenção Básica	1.193.583	5.413.329	5.608.022	5.608.022				
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	70.755	10.000	50.000	50.000				
306 Alimentação e Nutrição	3.070.272	3.036.000	3.203.860	3.203.860				
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.820.852	2.835.800	3.198.600	3.198.600				
361 Ensino Fundamental	93.500	102.850	115.000	115.000				
363 Ensino Profissional	861.943	1.087.324	967.320	967.320				
364 Ensino Superior	146.202.432	127.732.139	170.823.655	171.223.655				
365 Educação Infantil	158.460	153.600	164.899	164.899				
571 Desenvolvimento Científico	48.734	72.000	90.000	90.000				
846 Outros Encargos Especiais	387.113	116.721	1.608.265	1.608.265				
Grupo de Despesa								
1 Pessoal e Encargos Sociais	191.652.674	169.883.265	215.267.591	215.267.591				
3 Outras Despesas Correntes	28.122.500	34.175.954	44.753.634	44.753.634				
4 Investimentos	11.403.003	14.468.257	15.375.982	15.775.982				
Fonte								
100	1.644.261	0	17.291.822	400.000	0	0	0	19.336.083
112	147.536.366	0	23.633.477	14.375.982	0	0	0	185.545.825
156	21.395.743	0	0	0	0	0	0	21.395.743
169	44.691.221	0	0	0	0	0	0	44.691.221
250	0	0	3.616.102	1.000.000	0	0	0	4.616.102
280	0	0	212.233	0	0	0	0	212.233
Total	215.267.591	0	44.753.634	15.775.982	0	0	0	275.797.207

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Quadro dos Créditos Orçamentários

R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Ref	Ord	RP	Mod	IV	Pte	Valor
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União								66.122.960
	Operações Especiais								66.122.960
0089.0181	<i>Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis</i>								66.122.960
0089.0181.0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	09.272							66.122.960
	- Pessoa beneficiada (unidade): 1.312		S	1-PES	1	90	0	100	35.996
			S	1-PES	1	90	0	156	21.395.743
			S	1-PES	1	90	0	169	44.691.221
0750	Apoio Administrativo								12.175.381
	Atividades								12.175.381
0750.20CW	<i>Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos</i>								194.693
0750.20CW.0001	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - Nacional	12.301							194.693
	- Servidor beneficiado (unidade): 1.082		S	3-ODC	1	90	0	100	194.693
0750.2004	<i>Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</i>								5.413.329
0750.2004.0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	12.301							5.413.329
	- Pessoa beneficiada (unidade): 6.265		S	3-ODC	1	90	0	100	5.413.329
0750.2010	<i>Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</i>								164.899
0750.2010.0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro	12.365							164.899
	- Criança atendida (unidade): 154		F	3-ODC	1	90	0	100	164.899
0750.2011	<i>Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</i>								3.198.600
0750.2011.0033	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro	12.331							3.198.600
	- Servidor beneficiado (unidade): 2.627		F	3-ODC	1	90	0	100	3.198.600
0750.2012	<i>Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</i>								3.203.860
0750.2012.0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - No Estado do Rio de Janeiro	12.306							3.203.860
	- Servidor beneficiado (unidade): 1.854		F	3-ODC	1	90	0	100	3.203.860
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.608.265
	Operações Especiais								1.608.265
0901.00G5	<i>Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor</i>								187.536
0901.00C5.0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - Nacional	28.846							187.536
			F	1-PES	0	91	0	100	187.536
0901.0005	<i>Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas</i>								1.420.729
0901.0005.0033	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Rio de Janeiro	28.846							1.420.729
			F	1-PES	1	90	0	100	1.420.729
1061	Brasil Escolarizado								115.000
	Atividades								115.000
1061.4001	<i>Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal</i>								115.000
1061.4001.0033	Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal - No Estado do Rio de Janeiro	12.361							115.000
	- Aluno matriculado (unidade): 500		F	3-ODC	2	90	0	100	0
			F	3-ODC	2	90	0	112	115.000
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica								967.320
	Atividades								967.320
1062.2992	<i>Funcionamento da Educação Profissional</i>								887.320
1062.2992.0033	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro	12.363							887.320
	- Aluno matriculado (unidade): 900		F	3-ODC	2	90	0	112	790.588
			F	4-INV	2	90	0	112	96.732
1062.2994	<i>Assistência ao Educando da Educação Profissional</i>								80.000
1062.2994.0033	Assistência ao Educando da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro	12.363							80.000
	- Aluno assistido (unidade): 250		F	3-ODC	2	90	0	100	80.000
1067	Gestão da Política de Educação								150.000
	Atividades								150.000
1067.4572	<i>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</i>								150.000
1067.4572.0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro	12.128							150.000
	- Servidor capacitado (unidade): 400		F	3-ODC	2	90	0	100	0
			F	3-ODC	2	90	0	112	100.000
			F	3-ODC	2	90	0	250	50.000
1073	Brasil Universitário								194.433.281
	Atividades								153.884.075
1073.2E14	<i>Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior</i>								400.000
1073.2E14.0033	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de	12.364							100.000

Órgão: 26000 Ministério da Educação
 Unidade: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Quadro dos Créditos Orçamentários

R\$ 1,00
 Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Ref	Ord	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro								
	- Unidade modernizada (unidade): 1								100.000
1073.2E14.0364	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior - Instituto de Agronomia - No Estado do Rio de Janeiro	12.364							300.000
	- Unidade modernizada (unidade): 1								300.000
1073.4002	Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação								5.036.441
1073.4002.0033	Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro	12.364							5.036.441
	- Aluno assistido (unidade): 1.200								5.036.441
1073.4004	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária								135.000
1073.4004.0033	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro	12.364							135.000
	- Pessoa beneficiada (unidade): 40.000								0
									135.000
1073.4008	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino								200.000
1073.4008.0033	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro	12.364							200.000
	- Volume disponibilizado (unidade): 3.000								0
									200.000
1073.4009	Funcionamento de Cursos de Graduação								148.042.634
1073.4009.0033	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro	12.364							148.042.634
	- Aluno matriculado (unidade): 9.000								124.241.740
									16.292.559
									3.496.102
									212.233
									300.000
									2.500.000
									1.000.000
1073.4086	Funcionamento dos Hospitais de Ensino								50.000
1073.4086.0033	Funcionamento dos Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro	12.302							50.000
	- Unidade mantida (unidade): 1								50.000
1073.6328	Universidade Aberta e a Distância								20.000
1073.6328.0033	Universidade Aberta e a Distância - No Estado do Rio de Janeiro	12.364							20.000
	- Vaga disponibilizada (unidade): 50								20.000
									23.294.626
	Operações Especiais								23.294.626
1073.09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								23.294.626
1073.09HB.0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	12.122							23.294.626
									23.294.626
	Projetos								17.254.580
1073.1H79	Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu								2.347.800
1073.1H79.0101	Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu - No Município de Nova Iguaçu - RJ	12.364							2.347.800
	- Vaga disponibilizada (unidade): 1.600								0
									2.347.800
1073.10US	Expansão do Ensino Superior - Campus de Três Rios								782.600
1073.10US.0101	Expansão do Ensino Superior - Campus de Três Rios - No Município de Três Rios - RJ	12.364							782.600
	- Vaga disponibilizada (unidade): 500								0
									782.600
1073.11L6	REUNI - Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)								14.124.180
1073.11L6.0033	REUNI - Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - No Estado do Rio de Janeiro	12.364							14.124.180
	- Vaga disponibilizada (unidade): 1.500								0
									2.344.930
									0
									11.779.250
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica								225.000
	Atividades								225.000
1375.4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação								135.000
1375.4006.0033	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro	12.364							135.000
	- Aluno matriculado (unidade): 1.050								0
									135.000
1375.8667	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados								90.000
1375.8667.0033	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio de Janeiro	12.571							90.000
	- Pesquisa publicada (unidade): 600								0
									90.000
									90.000
	Total								275.797.207

NOTAS:

ⁱAs **usinas de ideias** (em inglês: *think tanks*) são organizações que produzem pesquisas, análises, e conselhos orientados a política de temas domésticos e internacionais com a tentativa de executar decisões bem informadas sobre a política pública em questão. Os *think tanks* podem ser filiadas a partidos políticos, governos, grupos de interesse, corporações privadas ou independentes (independente de qualquer tipo de grupo de interesse e autônomo em sua operação e financiamento). Estas instituições servem como fonte entre as comunidades acadêmicas e os encarregados de formular políticas, servindo ao interesse público como um ator independente que traduz pesquisa aplicada a uma forma compreensível, confiável, e acessível para o público e os tomadores de decisão.

ⁱⁱA ANPOCS é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1977, que atua na representação e aglutinação dos centros de pesquisa e programas de pós-graduação que atuam no campo das ciências sociais no Brasil. A ANPOCS conta com a filiação de centros e programas de pós-graduação que têm na antropologia, na ciência política e na sociologia seu campo de atuação. Estatutariamente, a Associação é composta por um Conselho Diretivo (01 Presidente; 01 Secretário Executivo; 01 Secretário Adjunto; 03 Diretores), um Conselho Fiscal (com 3 membros) e pela Assembléia Geral, composta pelos representantes dos centros e programas de pós-graduação filiados. As atividades da Associação incluem a realização do Encontro Anual; de concursos de teses, obras científicas e projetos de pesquisa; de reuniões periódicas da Diretoria e dos Comitês e Comissões Assessoras; do espaço para atuação de Grupos de Trabalho, que possuem temáticas diversificadas e de indiscutível relevância científica; além das Publicações: 02 revistas (RBCS e BIB), o ANPOCS on-line (boletim informativo quinzenal que circula somente em versão eletrônica) e a publicação em livro de teses e dissertações premiadas em concursos realizados pela instituição, além de outras publicações fruto de projetos e parcerias específicas. Diferentemente de outras associações científicas, a ANPOCS filia sócios institucionais, e não pesquisadores individuais.

ⁱⁱⁱO termo *Accountability* refere-se a idéia de responsabilização, refere-se ao controle e à fiscalização dos agentes públicos. Neste sentido, destacar-se Rocha (2007, p.22): "A melhor participação cidadã na democracia, em resumo, não é a que se manifesta sempre e em todas as partes, porém a que se mantém alerta; a que se manifesta quando é necessário impedir os desvios daqueles que têm a responsabilidade de governo, ou assumir demandas justas que não são atendidas com a devida profundidade. Porém é preciso que os espectadores não percam de vista o espetáculo. Neles (nos espectadores) reside a chave da participação democrática."

^{iv}Keynesiana – teoria econômica que procura resolver o problema do desemprego pelo aumento dos gastos públicos e pela diminuição das taxas de juros, para estimular o consumo e desencorajar o entesouramento (Lacombe, 2004).